

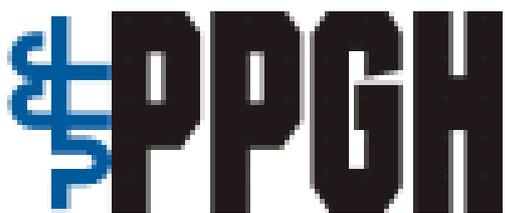


Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Centro de Estudos Gerais (CEG)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

**FARC-EP:  
Meio século de insurgência na Colômbia.  
Que paz é possível?**

**Maristela Rosângela dos Santos Pinheiro**

NITERÓI  
2015



Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Centro de Estudos Gerais (CEG)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

**FARC-EP:  
Meio século de insurgência na Colômbia  
Que paz é possível?**

**Maristela Rosângela dos Santos Pinheiro**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora  
da Universidade Federal Fluminense para  
obtenção do título de Mestrado sob a orientação  
da professora Dr. Virginia Fontes

NITERÓI  
2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

P654 Pinheiro, Maristela Rosângela dos Santos.  
FARC-EP: meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível? / Maristela Rosângela dos Santos Pinheiro. – 2015.  
269 f. ; il.  
Orientadora: Virginia Fontes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.  
Bibliografia: f. 238-254.

1. Conflito social. 2. Paz. 3. Justiça social. 4. Democracia.  
5. Colômbia. 6. Desarmamento. 7. Guerrilheiro. I. Fontes, Virginia.  
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 303.69

Folha de Aprovação

**FARC-EP:  
Meio século de insurgência na Colômbia  
Que paz é possível?**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós- Graduação em História da Universidade  
Federal Fluminense, como requisito para  
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Virgínia Fontes

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Fontes (UFF/EPSJV-Fiocruz)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Lício Caetano do Rego Monteiro

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Bernardo Kocher

## Dedicatória

### YO TE NOMBRO LIBERTAD

Por el pajarito enjaulado  
Por el pez en la pecera  
Por mi amigo que esta preso  
Por que ha dicho lo que piensa  
Te nombro en nombre de todos, por tu nombre verdadero  
Te nombro cuando oscurece, cuando nadie me ve:  
escribo tu nombre en las paredes de mi ciudad.  
Tu nombre verdadero, Tu nombre y otros nombres  
Que no nombro por temor.

(Fragmentos do poema de Isabel Aldunate)

Esse trabalho é dedicado aos 9.500 presos e presas políticas da Colômbia, que estão submetidos às condições degradantes e desumanas nas prisões, acrescidas de castigos adicionais por serem prisioneiros políticos, perseguidos por suas posições e vítimas de grupos paramilitares que se formam dentro das prisões, vítimas das violações dos direitos humanos do Estado, que não garante minimamente a saúde desses prisioneiros. A maioria deles é de militantes dos movimentos sociais, políticos e dos direitos humanos do país, 90% são civis, presos de consciência, companheiros e companheiras camponeses, sindicalistas, indígenas, estudantes, acadêmicos/as, artistas, jornalistas, defensores/as de direitos humanos, entre outros... Apesar dos diálogos de paz em curso, a criminalização da luta continua, com mais prisões e desaparecimentos forçados.

**A luta social não é um crime, é um passo para liberdade!**

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha orientadora Virginia Fontes, pela acolhida carinhosa e as preocupações que ajudaram no desenvolvimento do trabalho, ao professor Lício Caetano do Rego Monteiro, pelo carinho, pela paciência e pelas valorosas orientações que foram fundamentais para a pesquisa.

Agradecimento especial ao Movimento Político e Social Marcha Patriótica, em particular a Juliana Botero, a Diana Paez e aos amigos colombianos, pelas dicas e andanças atrás de livros em Bogotá, e as preciosas atualizações que me faziam dos acontecimentos históricos.

Um agradecimento carinhoso às pessoas de minha família, mãe, pai, irmãs e sobrinhas/os, pela paciência que tiveram com minha ausência nos eventos familiares, ao meu colega de trabalho Amaro pelo apoio logístico que me proporcionou. A Sergio Lamarão, responsável pela revisão do texto final. E ao jovem professor Max Marrero, que nos deixou tão cedo, pelo entusiasmo demonstrado ao ler o trabalho. As minhas amigas Suely R., Cristina C., Edda S. e Verônica V. e ao professor de Yoga Alberto Carvalhal, pelo estímulo e força sempre presentes em nossos encontros lúdicos.

Finalmente, um agradecimento enorme ao Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), meu camarada da vida, Ivan Martins Pinheiro, pelo incentivo determinante ao tema. E a minha filha Bárbara Costa Galvão, pelo estímulo e confiança que sinalizava toda vez que me sentia exausta.

## Resumo

Este trabalho de pesquisa tem como tema central as FARC-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo, guerrilha marxista que persiste na via revolucionária da luta armada contra o Estado capitalista colombiano. Fundadas no ano de 1964, as FARC têm origem nas guerrilhas camponesas de autodefesa constituídas no período conhecido como “La Violencia”, logo após o Bogotazo, em resposta à atuação violenta do Estado. O trabalho se propõe a evidenciar a natureza social e política do conflito armado a partir das posições da guerrilha e do Estado, nos diferentes processos de paz, levando em consideração a participação direta e atuante dos empresários. O tema é abordado a partir dos interesses antagônicos que se refletiam na mesa de negociação e dos diferentes conceitos de paz que interferiam nos resultados dos processos para demonstrar e concluir que paz é possível na Colômbia.

A guerrilha participou de cinco processos de tentativas de paz com o Estado colombiano. O primeiro no governo de Belisário Betancurt (1982-1986), que permitiu a construção de um movimento político de atuação na legalidade, a União Patriótica. O segundo, no governo de Virgílio Barco (1986-1990), que deu um tom mais transparente, reduzindo a pauta à proposta de desarme e reinserção. O terceiro teve curta duração: o governo de Cesar Gaviria Trujillo (1990-1994) acreditava que o fim da experiência socialista deixaria a guerrilha suscetível à desmobilização e entrega das armas (assim mesmo foi o único que admitiu negociar com a Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar – CGSB, organização das guerrilhas colombianas). Os diálogos com o governo Ernesto Samper (1994-1998) também não duraram, pela crise política gerada com o envolvimento do narcotráfico na campanha presidencial e nos negócios do Estado. O mais importante processo aconteceu entre os anos 1998-2000, na gestão do presidente Andrés Pastrana, com a desmilitarização de cinco municípios que passaram ao controle político das FARC-EP e a realização das audiências públicas, acesso popular às discussões sobre os graves problemas

sociais do país. Este também foi o período de gestação do Plano Colômbia, sob a égide dos EUA. O sexto processo atualmente em curso iniciou-se em outubro de 2012.

A política de paz do Estado colombiano se caracteriza pela intenção de desarmar a guerrilha camponesa em troca da reinserção dos guerrilheiros, impulsionar e ampliar a militarização e impor derrotas que reflitam nas mesas de negociações. O paramilitarismo participa desse processo como criatura do Estado levando o terror, em conjunto com as forças públicas.

Ao contrário, as FARC-EP se comprometem com a paz como resultado de uma política de justiça social e democracia, defende uma pauta que contempla os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, indígenas e afrodescendentes.

Palavras-chave: FARC-EP; conflito social e armado; paz com justiça social e democracia; política de paz do Estado colombiano; desarme e reinserção dos guerrilheiros

## **Abstract**

This research is focused on the FARC-EP - Revolutionary Armed Forces of Colombia - People's Army, Marxist guerrilla who persists in revolutionary way of armed struggle against the Colombian capitalist state. Founded in 1964, originates from the peasant self-defense guerrillas composed in the period known as "La violencia", shortly after Bogotazo in response to violent actions of the state. The search aims to highlight the nature of armed conflict from the positions of the guerrillas and the state in different processes of peace, taking into account the direct and active participation of businessmen, addressing the issue of antagonistic interests were reflected at the negotiating table and the different concepts of peace that interfere in the results of the processes to demonstrate and conclude that peace is possible in Colombia.

The guerrilla participate in the five processes of peace efforts with the Colombian state. The first government of Belisario Betancurt (1982-1986), which allowed the construction of a political movement acting within the law, the Patriotic Union. The second, in the government of President Virgilio Barco (1986-1990), which gave a more transparent tone reducing the agenda the proposal of disarmament and reintegration. The third was short-lived, the government of Cesar Gaviria Trujillo (1990-1994) believed that the end of the socialist experiment leave the guerrilla demobilized and surrender of weapons, so it was the only one who admitted to negotiate with the Simon Bolivar Guerrilla Coordinator - CGSB, organization of Colombian guerrillas. The dialogues with the government Ernesto Samper (1994-1998) also did not last, the political crisis generated by the involvement of drug trafficking in the presidential campaign and in state business.

The most important process took place between the years 1998-2000, in the management of President Andrés Pastrana, with the demilitarization of five municipalities that have passed the political control of the FARC-EP and the holding of public hearings, popular access to discussions on the serious social problems of the country. This was also the gestation period of Plan Colombia,

under the aegis of the US. The fifth process currently underway began in October 2012.

The peace policy of the Colombian state is characterized by the intention of disarming peasant guerrillas in exchange for the reintegration of fighters, boost and expand the militarization and impose losses that reflect the negotiating table. The paramilitaries participate in the process as state creature taking the terror, together with the public forces.

Instead, the FARC-EP are committed to peace as a result of a policy of social justice and democracy, advocates an agenda that includes the interests of workers in the rural and urban, indigenous and African descent.

Key-words: FARC-EP. social and armed conflict. peace with social justice. peace policy of the Colombian State. disarmament and reintegration of fighters.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>Sobre a história da luta de classes</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>SOBRE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA COLÔMBIA .....</b>	<b>10</b>
<b>1 A violência como instrumento do poder e acumulação .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 A “independência” do Panamá: a história que marcou a subordinação aos EUA .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 O capital estrangeiro nos enclaves: a banana, o petróleo e a violência .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Excedente da produção de café: concentração da riqueza, violência e industrialização .....</b>	<b>20</b>
<b>1.4 A terra como centro as tensões e o papel do Estado na modernização .....</b>	<b>25</b>
<b>1.5 Uma economia monopolizada e internacionalizada sob o acirramento da luta de classes .....</b>	<b>30</b>
<b>1.6 A violência como força motriz para alavancar o desenvolvimento.....</b>	<b>31</b>
<b>1.7 A subordinação política, econômica e militar aos EUA : uma tradição dos governos colombianos .....</b>	<b>34</b>
<b>1.8 Muda o modelo de acumulação capitalista .....</b>	<b>37</b>
<b>1.8.1 A reconfiguração da formação socioeconômica.....</b>	<b>42</b>

## CAPÍTULO II

<b>O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES .....</b>	<b>48</b>
<b>2 Os trabalhadores do campo e da cidade, suas lutas e ideias revolucionárias.....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 O Estado colombiano persegue o inimigo interno .....</b>	<b>53</b>
<b>2.2 El Bogotazo .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2.1 Atuação rápida e unitária da burguesia colombiana: unidade política e acordo estratégico no combate aos rebeldes .....</b>	<b>63</b>
<b>2.2.2 As massas rompem com o Estado organizando as autodefesas camponesas .....</b>	<b>67</b>
<b>2.2.3 As guerrilhas de autodefesa liberais e as comunistas .....</b>	<b>70</b>
<b>2.3 A orientação e a organização revolucionárias das guerrilhas comunistas .....</b>	<b>73</b>
<b>2.4 Uma nova onda de violência oficial direcionada agora aos comunistas – 1954 .....</b>	<b>75</b>
<b>2.5 A Frente Nacional (1958-1974) .....</b>	<b>80</b>
<b>2.6 O Movimento Agrário de Marquetalia: construindo uma nova sociabilidade .....</b>	<b>82</b>
<b>2.6.1 O Movimento Agrário de Marquetalia identificado como “inimigo interno” .....</b>	<b>84</b>

## CAPÍTULO III

<b>É POSSÍVEL A PAZ COM JUSTIÇA SOCIAL?.....</b>	<b>94</b>
<b>3 Uma alquimia surpreendente .....</b>	<b>94</b>
<b>3.1 Um desejo compartilhado de mudanças: a greve geral de 14 de setembro de 1977. A abertura de uma nova conjuntura e correlação de forças .....</b>	<b>99</b>
<b>3.1.1 Nova conjuntura, novos desafios para a guerrilha: papel ampliado na luta de classes .....</b>	<b>105</b>

<b>3.2</b>	<b>Ponto de inflexão na relação com o movimento social e armado: o governo Belisário Betancur toma iniciativa das negociações de paz .....</b>	<b>108</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Ensaio histórico de negociação com a insurgência: os acordos de La Uribe .....</b>	<b>110</b>
<b>3.2.2</b>	<b>A participação dos empresários no processo de paz.....</b>	<b>121</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Um ambiente hostil para a inserção política .....</b>	<b>124</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Nos marcos do diálogo de paz nasce a UP - União Patriótica .....</b>	<b>127</b>
<b>3.2.5</b>	<b>O Estado estimula o parto de uma nova criatura: o narcoparamilitarismo .....</b>	<b>131</b>
<b>3.2.6</b>	<b>Fim do governo Betancur: uma conjuntura de crise política .....</b>	<b>133</b>
<b>3.3</b>	<b>Os diálogos de paz no governo de Virgilio Barco: 1986-1990 .....</b>	<b>136</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Uma nova onda da guerra suja: quem não quer o cessar-fogo? ...</b>	<b>140</b>
<b>3.4</b>	<b>Os processos de paz com o M-19 .....</b>	<b>142</b>
<b>3.5</b>	<b>Unidade das guerrilhas: Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar – CGSB e os processos de paz .....</b>	<b>148</b>
<b>3.6</b>	<b>Novo governo, nova conjuntura internacional e os velhos problemas nacionais: Cesar Augusto Gaviria Trujillo, 1990-1994 .....</b>	<b>156</b>
<b>3.7</b>	<b>A resposta da VIII Conferência das FARC-EP às mudanças profundas na ordem mundial e ao recrudescimento militar interno .....</b>	<b>163</b>
<b>3.7.1</b>	<b>Partido Comunista Clandestino Colombiano: a expressão da unidade ideológica e política para a luta revolucionária .....</b>	<b>176</b>
<b>3.8</b>	<b>A conexão com o narcotráfico: Ernesto Samper, 1994-1998 .....</b>	<b>178</b>
<b>3.9</b>	<b>Os diálogos de paz e o fortalecimento da política de militarização rumo ao Plano Colômbia – Andrés Pastrana, 1998-2000 .....</b>	<b>184</b>
<b>3.9.1</b>	<b>Como estavam as FARC-EP na década de 1990? .....</b>	<b>189</b>
<b>3.9.2</b>	<b>Construindo uma Agenda Comum em meio a posições inconciliáveis .....</b>	<b>192</b>

3.9.3	Apesar da Agenda Única, uma campanha ofensiva contra a guerrilha toma curso .....	199
3.9.4	As negociações não andam; em compensação, as Audiências Públicas com participação popular são um sucesso .....	202
3.9.5	O processo de paz alcança o Plano Colômbia de Segurança democrática .....	207
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	225
4.1	Novas configurações do Estado Nacional surgidas a partir das transformações operadas no mundo com a internacionalização intensa do capital .....	231
5	BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	239

## INTRODUÇÃO



La República de Colombia está compuesta por entidades territoriales de segundo nivel denominadas departamentos y distritos, y de tercer nivel llamadas municipios y territorios indígenas. La ley podrá crear regiones y provincias como entidades territoriales. Existen, además, las áreas metropolitanas, comunas y corregimientos como divisiones administrativas para el cumplimiento de funciones del Estado y la prestación de servicios.<sup>1</sup>

O tema de nossa pesquisa é as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia -Exército do Povo (FARC-EP). Tema amplo, intenso e transbordante para uma dissertação de mestrado. É evidente que precisávamos escolher uma perspectiva que nos permitisse uma localização definida e, a partir desse foco, investigarmos um pouco a história de uma guerrilha ativa que persiste até aqui na via revolucionária. Por esse ângulo, optamos pelo desenvolvimento do tema “processos de paz” entre a insurgência colombiana, conhecida como FARC-EP, e o Estado colombiano, com o objetivo de nos aproximar do entendimento de paz possível.

A partir dessa perspectiva, passamos a observar o movimento político e militar das classes sociais, sujeitos do conflito armado e seus respectivos interesses. O Estado foi aqui tomado como a síntese da relação de dominação exercida pelo capital sobre a classe dos despossuídos, cuja resistência se expressa também na luta armada.

Observamos como o processo de diálogo impulsionou e ainda impulsiona as ações militares, no terreno onde o conflito acontece. Constatamos um padrão nas posições assumidas, neste campo. Verificamos que à guerrilha interessa a discussão do cessar-fogo bilateral e nacional. Por isso, mantém esse ponto na pauta durante o processo e declara cessar-fogo unilateral, como forma de deixar claro seu interesse nos diálogos de paz. Por outro lado, o Estado intensifica e amplia suas incursões, tentando impor derrotas militares à guerrilha que reflitam na mesa de negociação. A gestação do Plano Colômbia aconteceu justamente no período em que acontecia o mais significativo e

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.igac.gov.co/wps/portal/igac/raiz/iniciohome/AreasEstrategicas/> . Acesso em 20 de agosto de 2015.

avançado processo de negociação da história do conflito, entre o governo Andrés Pastrana (1998-2002) e a guerrilha.

Apuramos que a classe dominante da Colômbia – em particular o capital estadunidense, atualmente corporificado no setor transnacional mineiro-energético – não aceita mudanças que afetem seus interesses de classe, advindas da mesa de negociação. Ao contrário, mantêm intactos os projetos de acumulação de suas agendas. Por outro lado, a guerrilha se esforça por defender uma pauta que contemple os interesses do conjunto da classe trabalhadora, seus movimentos sociais, políticos e populares do campo e da cidade, indígenas e afrodescendentes.

Nosso objetivo com a pesquisa é tornar acessível a natureza social e política do conflito armado colombiano, um tema cercado de manipulações midiáticas complexas, que produzem mitos no senso comum, atuando negativamente na solidariedade internacionalista entre os povos da América Latina. A pesquisa ajuda a desconstruir alguns desses mitos forjados e aceitos como verdade da história da luta de classes colombiana.

De forma tangencial, apresentamos um breve histórico do desenvolvimento capitalista na Colômbia, situado no marco da dinâmica do desenvolvimento capitalista da América Latina, resguardando as devidas proporções e especificidades. A Colômbia está longe de ser um país agrário e atrasado, dirigido por coronéis do latifúndio. Em outras palavras, a Colômbia é um Estado moderno e centralizado, situado na órbita do imperialismo estadunidense de forma submissa.

Podemos ver muitas similaridades, inclusive com o Brasil, como a importância do *boom* da produção cafeeira na industrialização do país e no crescimento da burguesia industrial. Esse período foi marcado pelas disputas dos projetos entre as frações industriais e latifundiárias. O papel da Segunda Guerra Mundial no crescimento do setor industrial, com a política de “substituição das importações”, também deve ser destacado. A estratégia de estimular o êxodo rural pela violência para dar lugar ao crescimento da pecuária, do agrocombustível, do setor mineiro e dos setores energéticos é parte integrante

do processo de acumulação capitalista, processo que deu origem ao conflito armado e que ainda se mantém. Durante a pesquisa, constatamos que a sustentação do desenvolvimento capitalista se deu sob a base da internacionalização e monopolização do capital estadunidense, o que resultou na máxima subordinação política, militar e econômica aos EUA, ou “estrela do norte”, como se referia carinhosamente a classe dominante colombiana ao país imperialista.

Desta forma, procuramos desconstruir o mito da responsabilidade do atraso da Colômbia, cujos sujeitos – o latifúndio, a Igreja e o Partido Conservador – são os únicos a lançar mão da violência como forma de dominação social, fenômeno que marcou e marca ainda a luta de classes colombiana. Esses setores sempre contaram com a conivência contundente das empresas estrangeiras, estruturadas em enclaves no início do século XX e com a parceria da nascente burguesia industrial.

Outro mito construído em torno da história colombiana diz respeito ao assassinato de Jorge Eliécer Gaitán como a causa principal e única do Bogotazo, em 9 de abril de 1948. Na verdade, como veremos adiante, o Bogotazo representou o auge e a síntese de um processo anterior de mobilização popular, com greves de categorias, greve geral, resistência e ocupação de fazendas no campo contra a violência estatal, ou seja, um processo dinâmico e acirrado da luta de classes no campo e nas cidades. O líder e candidato do Partido Liberal à presidência da República conquistou, com sua eloquência e posições reformistas, os corações e as mentes do povo rebelde e conseguiu canalizar o desejo de transformação para a via eleitoral. O seu assassinato foi o estopim para as massas revoltadas. O Bogotazo foi a expressão máxima da força que haviam acumulado no período anterior.

A representação da guerrilha como narcotraficante ou como uma forma de luta anacrônica constitui os dois mitos que mais interferem na realidade atual do conflito, porque desqualifica a luta armada, criminalizando-a. Desmitificar esses mitos e identificar a estratégia por trás deles é parte subjacente da pesquisa.

Essas questões atravessam de todas as formas o trabalho, ainda que não seja o tema principal.

Antes de tudo, para compreendermos melhor a dinâmica dos processos de paz entre a guerrilha e o Estado, é imprescindível conhecer um pouco da história da Colômbia e a origem do conflito armado na luta de classes. Na sequência, buscaremos estreitar o foco da atenção para o palco das negociações de paz entre a guerrilha e os sucessivos governos para descobrir que paz é possível.

A partir da perspectiva escolhida, tentamos entender a natureza social e o caráter histórico do conflito, tendo como referência a resistência e os princípios políticos mantidos pelas FARC-EP. O que move as Forças Armadas Colombianas – Exército do Povo? É claro que a proposta desta dissertação de mestrado não é o espaço apropriado para dar conta do conjunto das questões que envolvem o tema. Nossa referência política foi a resistência armada do povo colombiano ao capital internacional e associado, que se materializa no conflito social e armado contra o Estado colombiano.

As FARC-EP são consequência do processo histórico da luta de classes colombiana e surgiram quando as condições objetivas que lhe dão origem encontraram maduras àquelas subjetivas e históricas, o partido político e revolucionário disposto e com propostas políticas de fazer frente à realidade concreta da luta de classes, para dar um novo rumo aos acontecimentos. Esse foi o papel fundamental do Partido Comunista Colombiano (PCC), que está na origem da guerrilha marxista, primeiro como autodefesa camponesa, retratada na pesquisa.

Utilizamos, além dos livros citados na bibliografia específica, os documentos oficiais das nove Conferências nacionais das FARC, as declarações públicas e comunicados do Estado-Maior Central e dos Plenos das FARC, artigos e entrevistas dos comandantes guerrilheiros e do Estado-Maior Central e, em particular, alguns documentos do Partido Comunista Colombiano Clandestino (PC3) e livros escritos pelos comandantes e editados pela própria guerrilha. Esse material está devidamente registrado nos seguintes subtítulos da

Bibliografia específica: Livros editados pelas FARC-EP, Documentação oficial avulsa das FARC-EP, Artigos, Comunicados e Entrevistas das FARC-EP.

Examinando a história da guerrilha desde sua origem, podemos observar como a resistência armada colombiana logrou manter-se viva e ativa diante das investidas políticas e militares do Estado e da política imperialista para a América Latina, tanto do ponto de vista territorial/militar, como do dos projetos e planos que visam isolar a resistência armada de sua base social e da solidariedade internacionalista. Em outras palavras, constatamos as condições que deram origem à guerrilha e aquelas que persistem e colaboram com sua duração em relação às estratégias e políticas adotadas pela insurgência junto ao movimento de massas.

A aproximação da guerrilha com as ideias nacionalistas bolivarianas nos anos 1990 acendeu ainda mais nosso interesse por buscar o que isso significava, procurando ir além das declarações e discursos públicos das FARC-EP. Pautou-nos o desejo de nos aproximar o mais possível da essência, da alma, dos princípios fundamentais mantidos pela organização guerrilheira. Queríamos verificar se os princípios marxistas e revolucionários de sua origem haviam se perdido numa realidade nacional dura, cruel e complexa. Realidade acrescida dos problemas políticos, consequência do refluxo do movimento revolucionário internacional, combinada com as novas estratégias de dominação imperialista, bem melhor visíveis após o 11 de setembro de 2001. Práticas políticas e estratégicas estadunidenses aplicadas em muitos países e que fizeram laboratório na luta de classe colombiana.

Essa busca nos levou ao Partido Comunista Colombiano Clandestino (PC3), o que não foi uma tarefa fácil. Como o nome diz, é um partido clandestino e, como tal, seus documentos são restritos à militância partidária que, pela óbvia questão da sobrevivência física, são militantes clandestinos, sendo obrigatória a adoção de muitos esquemas de segurança.

## **Sobre a história da luta de classes**

Não é nossa pretensão definir uma análise acabada do processo histórico da luta de classes colombiana. Para além disso, a existência e a duração do conflito social e político armado colombiano mexem com uma gama diversificada de temas complexos e muito, muito atuais, como o debate entre os marxistas sobre a atualidade ou não da luta armada, no contexto da estratégia socialista; o debate sobre a forma policial e extremamente violenta dos Estados democráticos, ou a deterioração acelerada da democracia burguesa; a participação da esquerda na institucionalidade burguesa; o *boom* da criminalização da pobreza; a tendência à subordinação ao imperialismo estadunidense e à consequente perda de soberania dos Estados nacionais; o papel do narcotráfico e do tráfico de armas na economia capitalista, enfim, esses e outros temas contemporâneos e pungentes a espera de respostas.

Em vários momentos durante a pesquisa nos deparamos com algumas questões muito importantes e que fazem parte do todo histórico da luta de classes colombiana, mas que tivemos de deixar de lado, por fugirem do caminho que escolhemos como o foco da pesquisa de mestrado, fato que limita o alcance do nosso objetivo. Por isso, temas como a estrutura organizativa e hierárquica da guerrilha, ou a relação que estabelece com sua base social, ou o tipo de sociabilidade que constrói em seu território, ou ainda a importante discussão sobre o poder dual existente dentro do Estado colombiano, ficaram de fora da pesquisa. Contudo, conseguimos encontrar alguns caminhos que ajudam a nos aproximar e conhecer um pouco mais a guerrilha.

Buscamos ter em mente a totalidade histórica da luta de classes colombiana durante o processo de produção da pesquisa. Todavia, tendo em vista os limites de uma dissertação de mestrado, a apresentação do processo histórico será restrita a alguns aspectos, limitando-se a localizar o leitor com relação às tendências que a luta de classes e os conflitos alcançavam em determinados momentos históricos. Nesse sentido, concentraremos nossa apresentação do quadro histórico a partir da virada do século XIX para o século XX, tendo em

vista destacar os elementos importantes para a análise do período de existência das FARC-EP.

A pesquisa está pautada pelas indicações de Hobsbawm (1997, p.85) quando diz que, “apesar da inseparabilidade essencial do econômico e do social na sociedade humana, a base analítica de uma investigação histórica da evolução das sociedades humanas deve ser o processo de produção social”. Nesse sentido, o Capítulo 1 é dedicado a um brevíssimo resumo da história do desenvolvimento do capitalismo na Colômbia, com a intenção de ir aclimatando o leitor à realidade viva desse país de povo rebelde. Mostramos o papel do café no desenvolvimento capitalista, os projetos de acumulação capitalista para o campo, os enclaves do petróleo e da banana, criados pela internacionalização da economia. Mostramos a política de industrialização dirigida pelo Estado, o crescente domínio da burguesia industrial; a mudança no modelo de acumulação, o desenvolvimento do capitalismo monopolista e o alinhamento internacional aos EUA.

Na sequência, o Capítulo 2 conta um pouco da história da luta de classes colombiana, abordando a relação entre as classes sociais, as diferenças entre as frações da classe dominante, o grau de organização alcançado pelas classes, suas representações políticas, a questão agrária a violência estatal e paramilitar como instrumento de dominação para a acumulação capitalista, as greves nos enclaves de produção de petróleo e a rebelião da classe trabalhadora. Em outras palavras, nos capítulos citados tratamos das condições sistêmicas e estruturais da origem do conflito social armado. Dessa forma, percorremos o caminho que levou os camponeses a organizarem-se nas autodefesas, em princípio divididas em liberais e comunistas, até a fundação da FARC a partir da operação militar contra as comunidades camponesas de Marquetalia. Apresentamos, assim, em linhas gerais, a dinâmica do desenvolvimento capitalista na Colômbia, que ao longo da história alterou e vem alterando a configuração estrutural das relações sociais no país, atualizando-as às exigências das novas formas de acumulação do capital. Demonstramos, resumidamente, como a economia colombiana está inserida na

estratégia de acumulação do capital transnacional e imperialista para toda a América Latina, na fase atual do capitalismo. Um país capitalista moderno e absolutamente vinculado ao capital transnacional.

Ao final dos dois primeiros capítulos, o leitor poderá identificar os interesses que estão em jogo e em permanente confronto e tensão na história da luta de classes colombiana. Os temas discutidos nos ajudarão a entender o processo histórico que levou à formação das insurgências camponesas no geral e, em particular, aquela objeto do nosso tema: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia– Exército do Povo (FARC- EP), sua atuação, projetos, princípios, estratégias e alterações táticas na dinâmica histórica do conflito e sua atuação nas mesas de negociações.

Ao longo do Capítulo 3, vimos o jogo dos interesses antagônicos que se refletiam nas mesas de negociações e os diferentes conceitos de paz que interferiram nos resultados esperados pelas partes. No desenvolvimento deste capítulo, constatamos o envolvimento do conjunto dos setores da burguesia tanto na construção das pautas trazidas à mesa pelos respectivos governos, quanto suas direções nos respectivos rumos dados aos diferentes processos de negociações de paz. Acompanhamos as mudanças ocorridas na conjuntura internacional com o fim da experiência socialista e sua consequência na luta de classes colombiana, nos processos de paz e no rompimento das relações da guerrilha com o Partido Comunista Colombiano e os ajustes na estratégia a partir dessa nova realidade.

Finalmente, nas Considerações Finais analisamos a dinâmica do processo de paz dirigido pelo Estado colombiano e as políticas militaristas que fortaleceram as causas que deram origem ao conflito, e o mantém vivo, e que têm como objetivo ampliar a capacidade da acumulação do capital.

## CAPÍTULO I

### SOBRE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA COLÔMBIA

#### 1 A violência como instrumento do poder e acumulação

A colonização espanhola do território colombiano enfrentou a resistência armada das flechas dos pijaos, tários, bondas, gairas, guahíbos, sinúes e outras tribos indígenas. Ainda hoje, a história da resistência dos povos originários é cultivada pela memória coletiva do povo colombiano, como epopeia que produziu seus heróis rebeldes. Entre eles, destacou-se a índia Gaitana, uma cacica, líder militar que dirigiu seu povo nas batalhas contra os colonizadores espanhóis.

A luta pela independência de Nova Granada<sup>2</sup> contra a ocupação espanhola durou nove anos (1810-1819). Uma vez livre da Espanha, Nova Granada passou ao domínio econômico da Inglaterra. Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os EUA consolidaram seu domínio na vida econômica e política do país.

O primeiro século pós-independência foi marcado pela violência das guerras civis no campo, trazendo miséria e desterro para as famílias camponesas e desestruturando a economia do país. Concomitantemente, observou-se o surgimento de grandes fortunas, acumuladas “sob as sombras dos negócios do Estado”, nas palavras de Cuellar (1977, p. 78) e sob a bandeira da guerra civil.

De 1830 a 1903 ocorreram 29 alterações da ordem constitucional: nove guerras civis envolvendo todo o território nacional; 14 guerras civis locais; duas guerras com o Equador; três golpes de quartel e uma fracassada conspiração (CUELLAR, 1977, p.78).

Os vencedores de cada um desses conflitos arrogavam-se o direito dos despojos de guerra, e a principal recompensa era a terra. Enquanto os mais fortes e poderosos acumulavam mais terras, os camponeses sofriam a perda das suas.

---

<sup>2</sup> Denominação dada ao governo da Espanha à sua colônia americana, cujo território incluía os atuais estados da Colômbia, Panamá, Equador e Venezuela.

Na virada do século, aconteceu a mais sangrenta e mais longa guerra civil, protagonizada pelos dois únicos partidos da classe dominante: o Partido Liberal e o Partido Conservador, tradicionalmente latifundiário. A Guerra dos Mil Dias (1899-1902) teve início com os liberais e os conservadores históricos pegando em armas contra a “regeneração conservadora”<sup>3</sup> no governo. Essa guerra civil dividiu o Partido Conservador em nacionalistas e históricos. Os nacionalistas apoiavam a política de Regeneração, enquanto os históricos se juntaram aos liberais em oposição às medidas.

O rastro de destruição foi contabilizado em mais de cem mil mortes, em uma população de quatro milhões de habitantes. Os gastos do Estado com a Guerra dos Mil dias ultrapassaram 25 milhões de dólares. Os camponeses sofreram duplamente os efeitos nocivos do conflito. Em primeiro lugar, por conta dos problemas impostos pela guerra, como o recrutamento obrigatório, os constantes e crescentes impostos de guerra que lhes eram cobrados, os rotineiros confiscos de gado pelo exército e o aumento das dificuldades de transporte e comunicação para vender seus produtos. Em segundo lugar, quando as suas próprias terras eram confiscadas pela força das armas, ou tinham que fugir para não serem assassinados, deixando para trás suas terras. A classe dominante, dividida em dois partidos em luta pelo poder do Estado, conduzia os trabalhadores do campo colombianos a lutar feroz e cegamente entre si, dominados pelo desejo de vingança e ódio, fruto da violência das guerras civis anteriores, como resume CUELLAR (1977, p. 32), “luchando no contra sus propios enemigos sino contra los enemigos de sus enemigos”. Segundo Arenas (1986, p. 10), a Guerra dos Mil Dias encerrou um ciclo de conflitos entre o velho regime latifundiário e a nascente burguesia, que

---

<sup>3</sup> O Partido Liberal e os conservadores históricos tentaram acabar com o predomínio dos conservadores nacionalistas e mudar desta maneira a política da Regeneração, projeto de centralização e unidade nacional que era visto pelos caciques locais como limites à autonomia regional. Ante a convicção de que seria impossível fazer as reformas por meios legislativos e eleitorais, o Partido Liberal considerou necessário tomar as armas para conseguir seus objetivos. Em outubro de 1899, iniciou-se a guerra civil dos Mil Dias, que trouxe consigo a maior taxa de desvalorização e inflação na história de Colômbia.

politicamente era representada pelo Partido Liberal, apesar de ter sido derrotado no conflito.

Para Kalmanovitz (2010, p. 117), após a Guerra dos Mil Dias, o Estado colombiano passou por uma enorme transformação em sua estrutura, que muda a configuração “de un país conflictivo de haciendas y campesinos en otro, urbano y industrial”.

O governo do general Rafael Reyes<sup>4</sup>, que se seguiu à Guerra dos Mil Dias, deu início a um plano de reformas econômicas que, entre outros pontos, incluiu os seguintes: a nacionalização e a centralização de algumas rendas e tributos, antes regionais; a organização do Banco Central, que passou a centralizar as emissões monetárias; a autorização da cobrança de taxas de importações para atender o serviço da dívida pública, com a intenção de sanear os débitos contraídos nos mercados internacionais e retomar a credibilidade perdida. As medidas de incentivos ao projeto de industrialização se inspiravam no projeto mexicano do ditador Porfirio Díaz, que combinava parcerias do capital nacional com bancos estrangeiros. Em seu governo, as indústrias de mineração, têxtil, de açúcar, de alimentos, de vidros, de papel e os cultivos de exportação, como o café e a banana receberam muitos incentivos (KALMANOVITZ, 2010, p. 198). No entanto, apesar desses estímulos, como as tarifas menores para importação de matéria prima, o setor industrial em formação se ressentia da ausência de investimentos, do acentuado atraso tecnológico e da ausência de um mercado consumidor.

Resolvidas e saneadas as finanças do Estado, o governo promoveu um intenso programa de obras públicas, investindo particularmente na construção de uma infraestrutura que promovesse a navegação, a construção de estradas e a retomada do ambicioso projeto de construção de ferrovias. O programa foi uma

---

<sup>4</sup> Rafael Reyes foi eleito presidente de um país em ruínas para o período 1904-1910, em eleições sem a participação dos liberais. Seu mandato ficou conhecido como a Ditadura Reyes. Governou com dois lemas: «Paz, concórdia e trabalho» e «Menos política, mais administração». Atuou energicamente contra todos que se colocavam em oposição ao seu governo, inclusive contra seus correligionários do Partido Conservador. Determinou desterro e prisões. Fechou o Parlamento, mas convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, onde os liberais, que eran minoría, participaram.

iniciativa que buscava a superação de um dos maiores entraves do desenvolvimento capitalista na Colômbia: a mobilidade.

Contudo, o fator determinante para o crescimento industrial das décadas de 1910 e 1920 foi resultado do desempenho da produção do café e não da política protecionista ou da política fiscal dos governos da época.

A herança marcante deixada pela dominação econômica britânica no século XIX foi o expediente da corrupção, dos estelionatos, do crescimento exponencial da dívida externa e das apropriações de terras ao longo das ferrovias “construídas” pelos ingleses. A The Colombian National Railway Company Limited, por exemplo, abastecida com vários empréstimos tomados pelo Estado colombiano ao governo britânico, descumpriu os contratos, não construindo os trajetos acordados. As linhas construídas e entregues tiveram que ser reconstruídas na maior parte do percurso, e apesar disso, os privilégios e as propriedades da empresa inglesa foram mantidos pelo governo colombiano.

### *1.1 A “independência” do Panamá: a história que marcou a subordinação aos EUA*

A “perda” do território panamenho pela Colômbia se deu em 1903, um ano após o término da trágica Guerra dos Mil Dias. Vale lembrar aqui que, durante o confronto, tanto o Partido Conservador quanto o Partido Liberal solicitaram a intervenção militar dos EUA no conflito. Os EUA assim o fizeram e se colocaram ao lado do grupo que estava no domínio do Estado.

A esta altura, Cuba, Porto Rico e parte do México (Texas) estavam sob o domínio dos EUA. O istmo do Panamá, por sua importância geográfica, passou a ser alvo da estratégia de ampliação dos domínios estadunidenses na América Latina.

Em meados do século XIX, a Colômbia e os EUA assinam o tratado Mallarino-Bidlack. A intenção do governo colombiano com o tratado foi a de neutralizar o interesse imperialista britânico pelo istmo e qualquer pretensão do governo da França, país da empresa construtora da via interoceânica, a Compagnie

universelle du canal interocéanique de Panama. Por isso, o governo colombiano negociou com os EUA a garantia da sua própria soberania sobre o território que lhe pertencia e que era alvo da ambição das potências europeias. Os EUA foram extremamente beneficiados com o tratado, uma vez que este assegurava sua intervenção militar, com a finalidade de “garantir” a “soberania” da Colômbia.

Os estadunidenses fundam a Companhia Ferroviária do Panamá, que conseguiu rapidamente o apoio do Congresso norte-americano e firmou o contrato de concessão com o governo colombiano para construir e explorar a ferrovia que, atravessando o istmo, comunicaria o Atlântico com o Pacífico. A concessão se daria por 49 anos, facultando à Colômbia o resgate após 20, 30 ou 40 anos por certa quantia.

Em 1850, emigrantes estadunidenses mobilizaram-se contra as autoridades colombianas, destruindo uma prisão para libertar um ianque preso. Dias depois, houve um novo conflito envolvendo colombianos e um cidadão dos EUA saiu ferido. Os cidadãos estadunidenses se organizaram e instalaram um governo paralelo, passando por cima do poder legítimo dos colombianos.

Após o assassinato de um colombiano, em 1856, por um ianque, a população atacou os lugares frequentados pelos estadunidenses, deixando 18 mortos e vários feridos, inclusive o cônsul dos EUA. Em resposta, os EUA enviaram navios de guerra para o Panamá e declararam ao mundo que “a via interoceânica do istmo estava agora sob seu controle” (CUELLAR, 1977, p. 91). O Tratado Clayton-Bulwer<sup>5</sup>, firmado entre os EUA e a Inglaterra, em 1850, passou a ser a única e frágil garantia da soberania colombiana sobre o istmo, assegurado pela Inglaterra e firmado sem a participação do governo colombiano. Em fevereiro de 1900, durante a Guerra dos Mil Dias, a Inglaterra e EUA firmaram um novo tratado, que reconhecia o direito de Washington

---

<sup>5</sup> Por esse tratado, a Inglaterra renunciava ao protetorado de Mosquitos (área litorânea da Nicarágua, no Caribe) e os dois países se comprometiam com a neutralidade de qualquer rota interoceânica, especialmente o istmo do Panamá.

construir o canal e o direito sobre a obra, inclusive de regulamentação e gestão do futuro canal.

O governo dos EUA imediatamente deu início à compra das ações da Compañía del Ferrocarril de Panamá, adquiriu os direitos e concessões de terras da empresa francesa, e passou a negociar com a Colômbia um novo tratado, o de Herrán-Hay. Mediante este tratado os Estados Unidos assegurava a compra da Compañía Nueva del Canal y de Ferrocarril de Panamá (art.1º), incluindo suas possessões e direitos; o uso de uma zona de cinco quilômetros de largura de cada lado do canal, onde poderia estabelecer construções e manter forças militares e estabelecer tribunais judiciais, conforme as leis norte-americanas (art. 13).

O Senado colombiano sugeriu emendas, suprimindo as cláusulas lesivas à soberania do país, mas os EUA não as aceitaram e ameaçaram com o rompimento de relações diplomáticas. Em 12 de agosto de 1903, o Senado rejeitou o tratado.

A separação do Panamá estava sendo construída nos bastidores pela inteligência e pelos dólares estadunidenses, durante a guerra civil colombiana. Ao tomar conhecimento da estratégia, as forças armadas colombianas se dirigiram ao Panamá para conter o movimento separatista, mas a Compañía del Canal, de propriedade dos EUA, se recusou a transportar as tropas.

A resistência ao golpe foi logo abatida e os amotinados pró-EUA tomaram o Palácio do governo, destituíram o governador. A bandeira da Colômbia foi retirada e hasteada uma nova bandeira, ao mesmo tempo que era feita uma providencial declaração em que constava a necessidade da aliança com os EUA. Dessa forma, os EUA salvam seus interesses expressos no Tratado rejeitado pelo Senado colombiano sobre o Canal e passam a exercer domínio completo sobre o território.

O povo colombiano exigiu uma declaração de guerra aos EUA e se auto-organizou, chegando ao número de 100 mil homens armados. Contudo, este confronto não interessava à classe dominante.

Por seu turno, os EUA redigiram uma declaração buscando o apoio da opinião pública internacional contra a Colômbia. O documento acusava que uma revolução liberal ameaçava a neutralidade do canal do Panamá e denunciava o governo como inimigo da civilização por se recusar à abertura do canal. Os EUA ensaiavam na Colômbia a estratégia que passaram a utilizar, quando, após a Segunda Guerra, tornaram-se a primeira potência imperialista do mundo.

Dez anos mais tarde, no dia 6 de abril de 1914, foi firmado um novo tratado entre a Colômbia e os EUA cujo objetivo era reatar as relações diplomáticas entre os dois países, pelo qual o governo de Pedro Nel Ospina (1922-1926) recebeu a quantia de 25 milhões de dólares dos EUA a título de indenização pelas perdas morais e materiais ocorridas. E, claro, tendo como contrapartida as facilidades da exploração do petróleo, da platina e do ouro (OSPINA, 2010, p. 38).

### ***1.2 O capital estrangeiro nos enclaves: a banana, o petróleo e a violência***

Desde o século XIX, os EUA tinham como política o domínio econômico e territorial dos países do Caribe. Alguns países chegaram a ser ocupados pelos *mariners*, como Porto Rico, Cuba e São Domingos. Os norte-americanos estavam atrás de grandes negócios, envolvendo o petróleo e o comércio da banana.

Uma vez instalada em território colombiano, a United Fruit Company se apropriou das terras valorizadas pela construção da ferrovia, desalojando os pequenos colonos da região. Colocou os chefes de polícia e do Exército na folha de pagamento, manteve para si o monopólio do transporte terrestre e marítimo, além de controlar o uso das águas, do comércio e das comunicações e até da ordem pública.

A United Fruit se estabeleceu como uma típica economia de enclave. Seu domínio político e econômico na região de sua propriedade era absoluto. Não reconhecia a legislação colombiana, aplicava suas próprias leis e regras em

matéria da propriedade da terra, de contrato de trabalho, impostos, exportações, educação e moradias locais. Seu interesse em tirar o máximo proveito e lucros dos negócios significou uma relação de superexploração e violência cruel contra os trabalhadores. Em 1918, eclodiu a primeira greve, que durou duas semanas. A reação do governo foi decretar a perturbação da ordem pública e investir contra os grevistas.

Em 1928, a United Fruit Company exigiu que seus empregados assinassem um termo declaratório afirmando “não” pertencer aos quadros da empresa. Dessa forma, a companhia se liberava dos encargos correspondentes aos benefícios sociais e direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores. Além disso, exigia dos trabalhadores que comprassem os produtos de primeira necessidade em suas vendas, cujo custo era fixado de 50 a 60% acima do valor de mercado. O pagamento dos salários era feito através de “vales” que só valiam em suas vendas comerciais. Sob o pretexto de criar um fundo de assistência hospitalar, a companhia retinha parte dos salários dos empregados. Em síntese, a relação de produção mantida pela empresa estrangeira da banana era de trabalho semiescravo.

Os trabalhadores organizados na União Sindical de Trabalhadores do Magdalena apresentaram uma pauta de reivindicações à empresa, que incluía pagamento semanal de salários, aumento de salários, melhoras nas casas dos camponeses, fim do salário em vales. Eles exigiam também contrato coletivo de trabalho, assistência médica e hospitalar. A multinacional não reconheceu a organização dos trabalhadores e se negou a se sentar na mesa de negociações. No dia 12 de novembro de 1928, 23 mil trabalhadores da empresa estadunidense entraram em greve. O governo colombiano autorizou a ocupação militar da zona e expediu um mandado de prisão para o inspetor nacional de Trabalho, por ter declarado a greve legal.

A força coercitiva do Estado burguês se colocava claramente a serviço da transnacional da banana. O general nomeado para a missão, Carlos Cortés Vargas, desqualificou o movimento grevista, chamando os camponeses de quadrilha de malfeitores e autorizando o fuzilamento dos rebeldes. As tropas do

governo abriram fogo de metralhadora contra a multidão desarmada de camponeses em greve. Segundo Kalmanovitz (1997, p. 253), o resultado da ofensiva contra os grevistas foi a morte de cerca de 800 trabalhadores rurais.

O governo justificou o episódio como um ato de guerra necessário contra um perigoso movimento subversivo que ameaçava a estabilidade do país. No entanto, apesar da propaganda ideológica e das centenas de prisões, não foi possível impedir que a verdade viesse a público. Jorge Eliécer Gaitan, um jovem representante da Câmara, foi até à zona bananeira, juntou provas e levou a denúncia para o Parlamento. Além de chamar atenção para o assunto tão grave, o jovem político liberal conquistou a opinião pública para a revisão das prisões e fragilizou o governo conservador, sendo um dos motivos da derrota dos conservadores nas eleições seguintes.

### **As petroleiras**

As companhias petroleiras dos EUA exigiam, desde o início do século XX, a concessão de perpetuidade nos contratos de extração que faziam com o governo colombiano. Durante muitos anos, elas não pagaram um centavo de imposto para o Estado e seus trabalhadores não tinham direitos trabalhistas reconhecidos. Na avaliação de Kalmanovitz,

Esto fue un verdadero pillaje cuyo único costo para las petroleras consistió en el pago de sobornos a una cuadrilla de abogados expertos, muchos de ellos políticos prominentes de los partidos conservadores y liberal, y a los nacionales titulados con la Concesión Barco y a de Mares (KALMANOVITZ, 1997, p. 253).

A classe dominante colombiana, representada nos partidos políticos e nas associações de classe, atrás das vantagens dos créditos e do capital estadunidense necessários à modernização, e movidos, também, por certa pressão militar, concordaram com as concessões de exploração dos recursos naturais e com os acordos vantajosos em outros setores da economia aos EUA.

Em 1916, quando o governo de Vicente Concha (1914-1918) iniciou negociações com empresas petrolíferas inglesas, o presidente dos EUA Theodore Roosevelt ameaçou a Colômbia com a seguinte frase:

El canal podría ser atacado desde el territorio de Colombia y los puertos de esa República pueden ser empleados ventajosamente por un enemigo naval de los Estados Unidos. Será un deber de Estados Unidos prohibir toda alianza entre Colombia y cualquier potencia europea o asiática” (KALMANOVITZ, 1997, p. 254).

Dessa forma, em junho de 1919 o Estado aprovou a transferência da concessão do campo das Mares a Tropical Oil Company, filial da Standard Oil estadunidense. A empresa construiu sua refinaria na cidade de Barrancabermeja, no departamento de Santander, e obteve o prazo de 30 anos para explorar petróleo. Em 1918, a concessão do campo Barco, no Norte de Santander, foi transferida para a Texas Petroleum Company, que passou a se chamar Colombian Petroleum Company. A concessão para a exploração deste campo não saiu do papel, caducando em 1926.

Em 1931, o governo de Olaya Herrera (1930-1934), sob pressão das petroleiras dos EUA promulgou a lei orgânica do petróleo mediante a qual concedeu a entrega do campo Barco à Gulf e à Texas, pelo prazo de 50 anos, quando a própria lei limitava ao máximo de 30 anos.

### **O capital comercial e bancário**

O capital comercial e bancário estadunidense adentrou na economia colombiana através do comércio do café. Segundo Kalmanovitz (1997, p.255), cerca de 40 a 50% da exportação de 1929 foram comercializados pelas agências comerciais estadunidenses, fato que teve início em 1918.

Até a década de 1910, o comércio exportador era dominado por Pedro A. López, pai de Afonso López Pumajero<sup>6</sup>, que contava com uma ampla rede de

---

<sup>6</sup> Presidente do país durante a República Liberal, nos mandatos de 1934-1938 e 1942-1945.

agências de compra nas regiões cafeeiras mais importantes. Através do Banco López de sua propriedade, a família López Pumajero estabeleceu relações com bancos de Nova York e de Londres para o financiamento das operações externas e dentro do território. Esse contato permitiu que o jovem Afonso L. Pumajero fizesse carreira no banco estadunidense Mercantil das Américas, que rapidamente entra no negócio de exportação do café e segundo os informes do próprio banco:

En el término de doce meses hemos logrado hacer, lo que nuestros más fuertes competidores no han hecho en mendo siglo. Ustedes tienen ya aquí la mejor organización bancada y la mayor institución exportadora y antes de mucho tiempo la mayor institución importadora (KALMANOVITZ, 1997, p. 256).

O comércio exportador permitiu a conformação dos primeiros trustes comercial-bancário-industriais, origem do capital financeiro nacional. A empresa de Pedro A. López controlava o transporte fluvial, arrendava barcos, uma rede de debulhadora de grãos, empresas têxteis, calçados, construção civil e em ferrovias.

Em 1923, o capital bancário estadunidense passa a dominar a comercialização do café. Somente após a criação da Federação dos Cafeicultores, a crise do café na década de 1930 e o estabelecimento do Fundo Nacional do Café, nos anos 1940, a comercialização do café voltou a ser dominada pelos monopólios nacionais e pela Federação.

### ***1.3 Excedente da produção de café: concentração da riqueza, violência e industrialização***

La tendencia histórica del proceso de acumulación constituye un factor esencial para caracterizar relaciones de causalidad y persistencia del conflicto social y armado, aunque no logra explicarlas por sí sola. (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 5)

Em 1914, o café foi responsável por 57% do total das exportações. Nove anos depois, em 1923, esse índice subiu para 80% do comércio exterior colombiano. Segundo Kalmanovitz (2010, p. 122), as reformas políticas que permitiram a convivência pacífica entre o Partido Conservador e o Liberal na segunda década do século XX tornaram possíveis as mudanças estruturais na economia que deram origem ao salto histórico na produção do café. O desempenho da produção e a exportação do café,

generó el más grande excedente económico del hasta entonces conocido en la historia del país, el cual se expresó en divisas que servirán para financiar el capital fijo de la industria que venía surgiendo. (...) se constituyó la base de **un** mercado interno, demasiado pequeño hasta entonces, que sirvió de acicate a la industrialización (KALMANOVITZ, 2010, p. 122).

Nesse período, foram feitos maciços investimentos na infraestrutura de transporte, com objetivo de unificar o mercado interno.

O processo de industrialização, acompanhado da modernização tecnológica, efetivou-se timidamente, apesar das limitações e dificuldades impostas por um mercado interno desarticulado e da concorrência com os produtos importados.

Para Kalmanovitz (2010, p. 131), o processo de internacionalização da economia foi muito importante para a aquisição e o domínio das tecnologias dos países industrializados como contrapartida às exportações. Assim a utilização da energia elétrica pode multiplicar “la productividad tanto de la mano de obra como del capital”. Data desse período a construção dos aquedutos, a modernização dos meios de transporte e dos meios de comunicação e a produção de drogas farmacêuticas. Além do mais, os avanços transformaram definitivamente a forma tradicional de organização do trabalho.

O processo de desenvolvimento industrial da Colômbia caracterizou-se, até a Segunda Guerra Mundial, pela concentração em poucos produtos de consumo imediato, com destaque para os têxteis, cimento e para a indústria de alimentos, como as debulhadoras de café e outros cereais, moinhos e refinarias de açúcar e bebidas.

Os bancos atuavam na economia, concentrando os investimentos em setores como a cerveja e têxtil. Esses dois setores e mais o de tabaco já operavam no mercado nacional, fenômeno que se estendeu a outros setores nos anos 1930, quando o país deu início à industrialização como um projeto nacional, dirigido pelo Estado.

A exploração do petróleo, a formação das empresas de energia elétrica, a construção de estradas, a facilidade de crédito externo, o crescimento do movimento comercial de importação e exportação pelo rio Magdalena deram origem à concentração da classe trabalhadora na região andina<sup>7</sup> (CUELLAR, 1977).

Em 1923, os EUA enviaram uma missão à Colômbia, com o objetivo de reorganizar as finanças nacionais. A missão deu origem ao Banco da República e à Controladoria Geral da República, órgão responsável pela gestão das finanças e estatísticas nacionais. A contratação pelo governo colombiano da missão estadunidense se deu prioritariamente com o objetivo de credenciar-se para receber o capital norte-americano (MEISEL, 1990 apud VILLAMIZAR, 2012). Entre os anos 1925 e 1929,

(...) los recursos externos permitieron alcanzar un alto nivel de inversión pública que estimuló un volumen aún mayor de inversiones privadas. Como resultado, el coeficiente de inversiones se mantuvo en un promedio de 26%, nivel que no ha sido igualado en la evolución económica del país (BEJARANO, 1982, p. 44).

No entanto, a sustentação da política de industrialização com base em apenas um produto de exportação significava vários riscos para a economia colombiana. Para Estrada Alvarez (2015, p. 6),

---

<sup>7</sup> A região andina colombiana corresponde à parte setentrional da cordilheira dos Andes. Orienta-se no sentido sudoeste-nordeste, entre o Equador e a Venezuela e se divide em três cadeias montanhosas. Os principais rios dessa área são o Cauca e o Magdalena

(...) la inserción en la economía mundial por cuenta de la exportación de bienes primarios, especialmente del café, lo que hace la economía dependiente y vulnerable frente al comportamiento de los precios de estos productos en los mercados internacionales y a los ciclos transnacionales de acumulación.

O fato da base de acumulação capitalista ser o excedente da produção de café fazia da propriedade da terra o elemento fundamental desse modelo de acumulação. Nesse sentido, a burguesia emergente fazia pressão para que as relações de produção no campo (caracterizado pela concentração da propriedade latifundiária) fossem alteradas. Essa diferença de projetos gerou conflitos no interior da classe dominante, com prevalência do setor mais atrasado. A situação tornou-se insuportável para os camponeses, despojados pela violência e excluídos do acesso à terra, agora valorizadas. Expulsos do campo, eles se deslocavam para os centros urbanos, engrossando o exército de reserva de mão de obra, e para as regiões de fronteiras agrícolas.

O processo de expulsão do homem do campo e a exclusão do acesso à terra estão na base da origem da organização guerrilheira. Vale, portanto, lembrar

(...) que los movimientos campesinos se remontan en Colombia a los comienzos del siglo XX, tanto en la región Caribe, como en los departamentos de Cauca, Tolima, Huila y Cundinamarca, en los años veinte y treinta en Ligas Campesinas, sindicatos agrarios (...). (ESTRADA ÁLVAREZ, 2013, p. 22)

A persistência da propriedade latifundiária também explica “la insuficiente capacidad de respuesta de la producción agrícola frente a las demandas por materia primas y alimentos propias del proceso de industrialización en curso” (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 7). A solução encontrada, e que não afetava o regime da grande propriedade, foi a agricultura moderna de plantação em terras planas, onde se cultivava banana, algodão, arroz e cana-de-açúcar, com regime de trabalho assalariado.

Os grandes produtores de café passaram a ter uma influência grande na condução da política de Estado. Até o final da década de 1920, este setor organizava-se na Sociedade de Agricultores de Colômbia (SAC). O papel

ascendente da produção de café e a consequente geração de divisas, fundamental no processo de industrialização, potencializaram o seu poder político. Os senhores do café resolveram fundar a Federação de Cafeicultores da Colômbia (FEDECAFE), “la cual logró ejercer una gran influencia en los gobiernos de turno” (KALMANOVITZ, 2010, p. 124).

O fato de a inserção da economia colombiana na economia mundial estar baseada, principalmente, na exportação do café a expunha a vários fatores de riscos. Em primeiro lugar, a queda nos preços do café diminuía a entrada de divisas no país, o que se refletia na capacidade de importação e nos níveis de consumo, afetando sobremaneira o nascente mercado interno; por outro lado, o aumento dos preços no mercado internacional se traduzia em maiores importações, produzindo uma competitividade com a indústria nacional de difícil enfrentamento (BEJARANO, 1982).

De fato, a crise econômica mundial de 1929 atingiu em cheio o comércio exportador, dificultando o ingresso de divisas no país e reduzindo pela metade a rentabilidade pela exportação do café dos anos anteriores. Essa situação foi agravada pela repatriação de capitais verificada no setor petrolífero.

A crise reduziu, drasticamente, as importações de bens e serviços. A reação do governo foi estimular o setor industrial nascente a reagir e, apesar da queda nos investimentos estrangeiros, o empresariado nacional conseguiu adaptar a capacidade produtiva das indústrias e garantir a substituição de alguns dos itens importados, produzindo-os no país.

Contudo, foi no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a desestruturação temporária do comércio exterior, voltado para a indústria bélica, que foram dadas as condições que faltavam para deslanchar o processo de industrialização do país. A criação de um mercado interno, a proletarização e a acumulação do capital dinheiro registrados ao longo dos 30 primeiros anos do século XX, graças à atividade cafeeira, possibilitaram este salto.

#### ***1.4 A terra como centro as tensões e o papel do Estado na modernização***

No início do século XX, as terras utilizadas para a produção agrícola se distribuíam entre as grandes propriedades, onde se produziam açúcar, café e criação de gado, as pequenas propriedades camponesas, que produziam café e outros alimentos, baseadas no trabalho familiar, e, ainda, os minifúndios, localizados em bacias hidrográficas de baixa fertilidade, explorados por índios deslocados dos resguardos indígenas<sup>8</sup> do século XIX, onde se produzia uma agricultura de subsistência. O restante configurava uma extensa área de terras baldias, “cuyo proceso de apropiación privada se acentuó en las dos primeras décadas del siglo XX pero que habían sido abandonadas al simple proceso de valorización territorial” (BEJARANO, 1982, p. 39).

Com a ampliação das fronteiras da colonização, através do café e do deslocamento dos camponeses pela violência, essas terras se valorizaram e passaram a ser o centro das tensões entre os latifundiários e os trabalhadores sem terras do campo. Na década de 1920, a fração da classe dominante que detinha o poder do Estado fazia das terras baldias moeda de troca de favores, alimentando assim uma ampla rede de apoios políticos e arranjos, inclusive entre os partidos tradicionais. O resultado dessa política clientelista se expressava em duas pontas. A primeira, nas constantes doações de grandes extensões de terras aos latifundiários, potencializando a concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros, que as mantinham inertes, sem atividades agrícolas, e a segunda, uma massa de trabalhadores sem terra e sem trabalho, na periferia das grandes concentrações urbanas.

Esta foi também uma época de muita violência no campo, os camponeses ensaiaram tentativas de resistência e lutaram pelo direito ao acesso à terra, mas não tiveram êxito. O setor mais atrasado da classe dominante – “el régimen señorial-burgués, hacendatario y de burguesia compradora (...)”

---

<sup>8</sup> Território de uma comunidade de ascendência ameríndia reconhecido pelo Estado, cuja propriedade é coletiva ou comunitária, com título inalienável, regido por estatuto político autônomo e tradições culturais próprias.

(ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 6) – mantinha as rédeas e o domínio do Estado.

Na década de 1930, o Partido Liberal, que incorporava o projeto social do setor industrial, venceu as eleições e passou a controlar o poder político do Estado, após quase meio século de domínio do Partido Conservador, principal representante dos latifundiários e da Igreja na Colômbia. O período sob o domínio político do partido liberal ficou conhecido como a República Liberal (1930-1946), quando a discussão da reforma agrária e da democratização da terra seria pautada.

Nessa década, o quadro econômico do país era caracterizado pela concentração dos investimentos estrangeiros no setor exportador, principalmente no café. As pequenas propriedades garantiam a produção de alimentos para o mercado interno e de algumas matérias primas para a indústria, com exceção do açúcar, que era cultivado em grande escala. A grande fazenda, ou latifúndio, era utilizada para criação de gado ou para mera especulação.

A concentração de terras sob a ordem do latifúndio constituía um obstáculo que dificultava o manejo da agricultura com vistas às novas exigências da acumulação capitalista por matérias primas, fato que obrigava as indústrias a importar os insumos agrícolas necessários ao processo de industrialização, afetando diretamente os custos de produção.

Assim, o ministro Darío Echandía, do governo liberal de Afonso López Pumajero, anunciava, em 1934, os propósitos da reforma neste campo:

Encontrar un régimen legal que obligue al laboreo de todas las tierras aptas para la agricultura. Dar con las fórmulas que nos permitan salir del monocultivo y aprovechar la técnica; hallarlos medios para fomentar las industrias nacionales; descubrir la manera de reivindicar para los colombianos el usufructo de las riquezas naturales del país; ampliar los mercados para nuestro comercio exterior; he aquí un conjunto de necesidades a las que es necesario atender (BEJARANO, 1982, p. 66).

No fundamental, o espírito da reforma era impor uma utilização econômica para a terra, sem necessidade de redistribuí-la, democratizá-la ou regulamentar as relações de produção.

A reação do latifúndio foi expulsar arrendatários, meeiros e colonos das fazendas e enchê-las de gado, o que aumentou o conflito, a violência e os deslocamentos dos camponeses. Em outras palavras, o governo liberal não **conseguiu** resolver nem os conflitos existentes, nem o problema da utilização atrasada da terra; ao contrário, as reformas propostas trouxeram mais contradições e o aumento da violência. O efeito da lei resultou na expulsão massiva dos camponeses da lida com a terra, provocando, no médio prazo, um déficit de mão de obra, que afetou a produtividade agrícola. Em outras palavras,

[...]os intentos de respuesta reformista moderada en los años de 1930 a la “presión sobre la tierra”, además de fracasar, terminaron por exacerbar la oposición de los sectores más retardatarios y justificar sus respuestas violentas (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 7).

Em 1944, ainda sob a batuta do Partido Liberal, o Estado promoveu a Lei Agrícola nº 100, qualificada como “una verdadera contrarreforma agrícola” (BEJARANO, 1982, p. 66). Pouco antes da promulgação da lei, os camponeses fundam a primeira organização de caráter nacional, a Federação Camponesa e Indígena (1942), filiada à Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CTC), de influência comunista. Em 1946, portanto dois anos após a lei, a violência tomou novo impulso e a maioria dos dirigentes da Federação e da Confederação foi assassinada, acabando, na prática, com a organização. “Entre los dirigentes de esos años se destacan Juan de La Cruz Varela, miembro del Partido Comunista, y Pedro Antonio Marín (...)” (ESTRADA ÁLVAREZ, 2013, p. 23). Este último entrou para a história com o nome de Manuel Marulanda Vélez, ou Tirofijo, principal comandante das FARC, que viria a ser organizada no início dos anos 1960, portanto quase vinte anos depois.

Embora os camponeses tenham resistido em muitos estados, de toda forma “[s]e estima que en la época fueron desplazados cerca de dos millones de campesinos, doscientos mil fueron asesinados, y se produjo un despojo violento de las tierras que poseían” (ESTRADA ÁLVAREZ, 2013, p. 23).

De acordo com essa nova lei, os latifundiários ficavam protegidos das possíveis tentativas de posse de suas terras por parte dos meeiros e, ampliava-se o prazo estipulado pela lei anterior para devolução ao Estado das terras consideradas baldias.

Fato é que para suprir a mão de obra, o latifúndio teve que se render ao trabalho assalariado. Comentando o censo de 1938, a missão Currie<sup>9</sup> destacava, em 1948, que

(...) para el año del censo, la tercera parte de la población activa era de agricultores, propietarios y trabajadores de varios tipos, cerca de la sexta parte era de arrendatarios y aparceros y casi el 50% eran trabajadores rurales asalariados (BEJARANO, 1982, p. 69).

O problema é que o modo de produção organizado no latifúndio não conseguia suportar por muito tempo essa exigência, estranha às condições de sua reprodução, motivo pelo qual foram registradas algumas falências de grandes propriedades cafeeiras em Cundinamarca, Tolima e Santander. Dessa forma, o principal da atividade agrícola se manteve consolidado sob a base da pequena propriedade em algumas regiões, em particular na produção cafeeira e de consumo interno, pelo menos até a década de 1950. Isso não representou impedimento para a estagnação sentida pelo setor agropecuário entre meados dos anos 1930 até os anos 1950, que se manteve muito próxima da taxa de crescimento da população. O setor agrícola referente à produção de matérias primas de interesse do setor industrial registrou um significativo crescimento nos anos 1940. Enquanto os produtos alimentícios cresceram, neste período,

---

<sup>9</sup>Missão do Banco Mundial que trabalhou na Colômbia entre o segundo semestre de 1949 e o primeiro de 1950. O grupo era composto por 16 especialistas em economia do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento - BIRF e do Fundo Monetário Internacional - FMI, e por funcionários norte-americanos dos departamentos da Defesa, da Saúde, da Agricultura, e mais um engenheiro.

cerca de 2,08% ao ano, os referentes às matérias primas agrícolas cresceram 7,51% ao ano.

Se insinuaba ya, desde estos años, el notorio crecimiento de la agricultura comercial productora de materias primas para la industria que caracterizaría el desarrollo agrícola durante la década de los años 50 (BEJARANO, 1982, p. 71).

Contudo, ainda segundo o relatório da missão Currie, o êxodo rural se acentuou novamente entre 1938 e 1945. Nesses anos, 350 mil pessoas trocaram o campo pelas cidades, o equivalente a 20% da população rural do país em 1938. Essa dinâmica potencializou-se no final da década de 1940, com o fenômeno social e histórico conhecido como “La violencia”, assunto tratado no Capítulo 2.

O processo de modernização da economia iniciado desde a virada do século, que foi se consolidando até a década de 1930, colocou em evidência o papel do Estado, cujos projetos ou planos econômicos executados serviam para criar e reproduzir as condições necessárias para a acumulação capitalista, incluindo a manutenção da ordem e a dominação de classe. A fração industrial da classe dominante colombiana, associado ao capital estadunidense, exerceu, nesta quadra histórica, papel determinante nos rumos da economia do país. Esse fato vai refletir-se no domínio político da condução do Estado a serviço desses interesses. Entre 1930 e 1945 foram promovidas as principais reformas institucionais e transformações sociais, dirigidas pelo Estado:

La acumulación capitalista encontró en el evidente mayor desarrollo industrial otro de sus soportes, con las limitaciones propias de una burguesía industrial que no tuvo la capacidad económica y política para liderar un proyecto nacional (...) (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p. 8).

Segundo Estrada Alvarez, (2015, p. 7) as reformas propostas respondiam as necessidades históricas do capital.

(...) el eje da conformación de dicho régimen (señorial-burgués) se encuentra en la tierra. (...) la presión por su inclusión dentro del proceso de acumulación capitalista, lo cual demandaba la transformación de las relaciones de propiedad para superar en forma definitiva el régimen señorial-hacendatario y dar paso a la democratización de la propiedad a través de la reforma agraria.

A segunda e conclusiva fase do que os economistas colombianos chamam de substituição das importações teve sua emergência no pós-Segunda Guerra. Diversos fatores contribuíram para isso, entre os quais a substancial melhora na capacidade de importação, sobretudo dos bens de capital, derivada da recuperação do investimento externo, em particular dos EUA, e da utilização das reservas financeiras que não foram mexidas durante a guerra.

### *1.5 Uma economia monopolizada e internacionalizada sob o acirramento da luta de classes*

No pós-guerra, um novo ascenso do movimento de massas e das lutas populares irrompeu na Colômbia. Os trabalhadores da cidade se debatiam contra o processo inflacionário que corroía os já minguados salários, reforçando e aumentando a exploração. No campo, teve início a construção de embriões de organização de autodefesas contra a violência oficial e paramilitar. Além disso, havia mobilização geral em torno da eleição do liberal progressista Gaitan.

O término da Segunda Guerra marcou a crise final da República liberal e foi também palco da extrema violência do Estado contra os trabalhadores organizados, os camponeses e suas representações políticas. Nesses anos, os principais grupos econômicos, através das organizações corporativas capitalistas, que podemos considerar na acepção de Dreifuss (1986)<sup>10</sup> de elites

---

<sup>10</sup> (...) trata-se, por conseguinte, de um núcleo de vanguarda político-intelectual e de um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração. (...) Parafraseando Gramsci, podemos dizer que se não todos os empresários, tecno-empresários intelectuais, burocratas e militares, pelo menos uma elite entre eles deverá ter a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade (DREIFUSS,1986).

orgânicas, que controlavam ou tinham amplo acesso aos principais órgãos de decisão e de regulação da economia do país: Controle de Câmbio, Importação e Exportação, Interventora de Preços, Superintendência de Importações, Instituto de Abastecimento, Instituto de Fomento, Superintendência de Vias de Comunicação etc. (CUELLAR, 1977, p. 150).

As elites orgânicas colombianas – organizadas em entidades de classe como a Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (ANDI), a Federación Nacional de Cafeteros (FNC), a Federación Nacional de Comerciantes (FENALCO), a Asociación Nacional de Instituciones Financieras (ANIF) e a Federación Colombiana de Ganaderos (FEDEGAN) – foram capazes de construir a unidade de classe suficiente para coordenar e articular a oligarquia liberal e conservadora na atuação política, promovendo e assegurando os claros interesses do capital estadunidense (CUELLAR, 1977).

Da década de 1930 até o pós-guerra, o liberalismo foi capaz de melhorar e criar as condições estruturais e legislativas que facilitaram e estimularam o acesso do capital monopolizado, em particular o dos EUA, ao país. No período compreendido entre 1941 e 1949, as três maiores empresas conseguiram obter lucros líquidos que representavam 1460% sobre a soma de seus capitais investidos. Entre 1947 e 1949, as cinco maiores conseguiram 226%. Em 1950, 60 empresas somavam capitais e patrimônios que excedia o capital e patrimônio de 7.853 empresas (CUELLAR, 1977). Segundo este autor,

En 1945, sobre un total de 7.853 establecimientos industriales, 116 controlaban el 65,3% del capital, mientras los 7.737 restantes solo controlaban el 34,7%; de los 116 grandes, 7 establecimientos gigantes en proporción al desarrollo del país, controlaban, ellos solos, el 33,2% del capital total (CUELLAR, 1977, p. 160).

Em 1954, ainda durante o período conhecido como “La Violencia”, as 1.288 indústrias existentes no departamento de Antioquia empregavam 34.648 operários. Desse total, mais da metade (18.205) estava empregada em 39 indústrias (CUELLAR, 1977).

No governo da Frente Nacional (1958/1974) foi promulgada a Lei 135 de 1961 de reforma agrária sob a responsabilidade do Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (INCORA). A lei, além de ter como objetivo renovar o estímulo à completa transformação capitalista do campo, promoveu uma certa redistribuição de terra e ajudou no processo de colonização. Mas isso durou pouco. Ainda no governo da Frente Nacional, as Leis 4 e 5 de 1973 marcaram o retorno a uma política contrarreformista, que afastava o camponês do acesso à terra.

### ***1.6 A violência como força motriz para alavancar o desenvolvimento***

Lentamente, a produção agrícola de matérias primas para o consumo industrial foi crescendo e ocupando o espaço tradicional da produção de alimentos, movimento que se acentuaria nas décadas seguintes, transformando definitivamente a natureza do campo colombiano.

Esse fato foi creditado pelos historiadores a dois eventos aparentemente independentes entre si. O primeiro, o já mencionado período de “La Violencia”, que promoveu a “limpeza” social no campo e destruiu a economia camponesa, tema abordado mais à frente, e o segundo, a nova política agrícola dos anos 1940, que deixava para trás o reformismo liberal dos anos 1930 e investiu agressivamente na modernização da agricultura, com base na grande propriedade.

Durante a década de 1940, o Estado promoveu uma mudança radical em sua política para a agricultura e passou a dar mais ênfase aos investimentos nesta área. Sua estratégia incluía investimentos públicos em infraestrutura, expansão do crédito e transferência de recursos para o setor. Além disso, organizou uma complexa rede de aparatos institucionais públicos e privados, que iriam impulsionar em todos os âmbitos os interesses do grande capital na mudança da estrutura agrícola colombiana.

Até 1940, as instituições criadas pelo Estado se resumiam a facilitar o crédito para os agricultores, promover a proteção aduaneira e a política cambial.

Contudo, estas atuações não foram suficientes para produzir as substituições das importações agrícolas, nem mesmo dos produtos que o país tinha condições de fazê-lo, como é o caso do algodão, do trigo e do arroz.

Nesse sentido, assistimos à organização do Fundo Nacional de Café, cuja finalidade era a de regular o mercado através dos excedentes; a fundação da Corporación de Defensa de Productos Agrícolas, cuja função era garantir aos agricultores preços mínimos e regular o abastecimento mediante a venda de importações e, no final da década de 1940, a criação do Instituto de Fomento Algodonero e do Instituto de Colonización e Inmigración, com a finalidade de promover a colonização das terras baldias, através da concessão de fazendas e lotes em áreas de imigração.

Grosso modo, o resultado da nova política foi o incremento da modernização da técnica, da maquinaria e o crescimento qualitativo da produção agrícola:

(...) Así, el porcentaje del producto agrícola exportado o vendido a las áreas urbanas, que era de 48,4% en 1930, pasó a 55% en 1945, a 63,6% en 1950 e 68,40% en 1955. (...) El acervo de capital en maquinaria pasa de 190.4 millones en 1945, a 275.9 en 1950, y a 492.6 miles en 1955 (BEJARANO, 1982, p. 75).

No início da década de 1950, a política monetária adotada acelerou a transferência, que já vinha ocorrendo desde a década anterior, de recursos para a agricultura, com destaque para o setor financeiro, que passou a efetuar grandes investimentos no campo. Esse movimento se manteve nas décadas seguintes. É importante destacar que a iniciativa de investimento do setor financeiro aconteceu na época da violência, que funcionará como um “complemento” (macabro) às medidas necessárias para o desenvolvimento capitalista no campo colombiano. Em outras palavras, os anos de “La Violencia” possibilitaram, enfim, o conclusivo acesso do capital às terras agricultáveis.

Para os camponeses não restavam muitas saídas: ou abandonavam suas pequenas propriedades e fugiam da morte com suas famílias, ou as vendiam por preços inferiores aos seus valores reais. No departamento de Tolima foram

abandonadas 34.730 pequenas propriedades. Já no de Cudinamarca, de 31 casos estudados, 30 pequenas propriedades foram vendidas acerca de 50% a 100% abaixo do seu real valor (CUELLAR, 1977). Regra geral, os latifundiários vizinhos se ofereciam generosamente para a compra, ou então se apropriavam das terras dos camponeses assustados e temerosos.

Os capitalistas urbanos saíram a campo, literalmente, comprando todas as terras que podiam. Desta forma, a concentração de terras se acentuou na Colômbia, agora sob a direção do capital monopolístico. Mas a confluência ideal, há tanto tempo perseguida, entre a agricultura e a indústria, só se tornaria plenamente possível na década de 1960.

### *1.7 A subordinação política, econômica e militar aos EUA : uma tradição dos governos colombianos*

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA promoveram um novo e radical processo de reestruturação do sistema econômico Internacional. Neste período, foram criadas novas instituições econômicas de caráter mundial, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT e o sistema monetário de Bretton Woods. O país que saiu vitorioso da guerra, fazia valer, em última instância, seus interesses como novo centro econômico, político e militar. Vale a pena registrar que as novas instituições internacionais citadas não são os únicos veículos de atuação do governo estadunidense na condução de sua política de dominação externa.

Os EUA se valem de inúmeras instituições de caráter não governamental cumprindo tarefas do interesse do Departamento de Estado ao redor do mundo. A Agência Internacional de Desenvolvimento – AID é um exemplo típico. É ela que gerencia o cumprimento das metas nos países que recebem ajuda financeira estadunidense, e cuidam para que nenhum país prejudique a política de exportação dos EUA. A Secretaria de Assuntos Interamericanos, integrada ao Departamento de Estado, mantém relação direta com os governos da América Latina, passando por fora, quando lhes interessa, da Organização

dos Estados Americanos – OEA e do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social – CIES.

Nesta quadra histórica do pós-guerra, a orientação econômica da classe dominante colombiana já era pautada pelos EUA. A tal ponto chegava essa tendência que quando as Nações Unidas, a partir dos interesses das burguesias da América Latina, reuniram especialistas para discutir a criação de um organismo econômico, a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, a Colômbia, através de seu representante, Alberto Lleras Camargo, foi radicalmente contra.

O objetivo da CEPAL seria identificar os problemas na política econômica local que poderiam estar dificultando ou obstaculizando o crescimento e a industrialização e propor projetos de desenvolvimento para os países da América Latina, leia-se suas burguesias. A Colômbia foi o único país da América Latina a defender uma posição contrária a criação do organismo, endossando a posição dos EUA. Vale destacar que Alberto Lleras Camargo era também diretor da União Pan-Americana, organismo internacional onde os EUA tinham o controle das decisões,

Este tradicional alinhamento tem suas raízes fincadas no governo de Pedro Nel Ospina (1922-1926), quando as classes dominantes fecharam acordo financeiro com os EUA em troca do Panamá, que, conforme já foi visto, foi ocupado pelos EUA no final da Guerra dos Mil Dias. Na realidade, essa orientação geopolítica fora formulada pelo governo anterior (1918-1921), de Marco Fidel Suárez, que, como assinala Villamizar (2012, p. 86), chamou sua doutrina de “*Respice Polum* ( mirar hacia el norte) que se traduz em ato de subordinação consentida da elite colombiana durante todo o século XX”. O autor ainda afirma que “nesse contexto, as relações internacionais da Colômbia adotaram a posição realista (...), da busca, por parte do pequeno, pelo apoio do mais forte” (VILLAMIZAR (2012, p. 86)

Os EUA criaram espaços onde poderiam tratar de assuntos comerciais e estabelecer protocolos políticos e militares de defesa do continente. Em setembro de 1947, foi firmado o Tratado Interamericano de Assistência

Recíproca no Rio de Janeiro, onde todos os países americanos se comprometiam com o combate ao comunismo. Por coincidência ou não, foi nesse período que teve início a violência oficial contra os trabalhadores urbanos e camponeses na Colômbia. A partir do tratado, os EUA puderam construir bases militares no Panamá, Cuba e Equador (VILLAMIZAR, 2012).

Em abril de 1948, foi realizada em Bogotá a IX Conferência Pan-Americana, que tinha a responsabilidade de adequar o sistema interamericano à nova realidade do pós-guerra e, nesse sentido, elaborar um novo pacto orgânico das Américas. Nesta conferência, foi criada a Organização dos Estados Americanos e convencionado o Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá), no qual os signatários, entre outros itens, dão totais garantias aos investimentos privados de outras nacionalidades, **inclusive** a garantia de remessas de capitais, correspondentes aos lucros obtidos pelo capital estrangeiro. Comprometiam-se ainda com a desregulamentação de suas leis fiscais, com a redução progressiva até a eliminação da dupla tributação em relação aos rendimentos estrangeiros, evitando discriminar e onerar esses capitais, segundo os próprios termos utilizados no documento.

Neste fórum foi firmada a Resolução sobre a Preservação e a Defesa da Democracia na América, a primeira resolução anticomunista do continente. Desse modo, a IX Conferência “institucionaliza o pan-americanismo como instrumento ideal de dominação norte-americana no continente resolvendo os conflitos e controvérsias na América Latina segundo métodos americanos”. (VÉASE, 2001, p. 133).

Abril de 1948, mês e ano da realização da IX Conferência Pan-Americana, em Bogotá, foi, curiosamente, o mesmo mês e mesmo ano em que o líder progressista liberal e candidato à presidência da República Eliezer Gaitan foi assassinado. O assassinato desencadeou um movimento espontâneo de massas, que ficou conhecido como “El Bogotazo”, enfrentado com fúria e violência pela classe dominante e cujas consequências foram mais de 300 mil mortes.

O Banco Mundial, notório representante dos interesses dos EUA, aportou em Bogotá em 1949, convidado pelo governo conservador de Mariano Ospina Perez. O convite foi o desdobramento da Lei 90, aprovada pelo Congresso Nacional, que outorgava ao presidente operacionalizar a promoção do desenvolvimento econômico do país e, para tal, celebrar contratos de empréstimos com o BIRD.

A partir das análises de campo, a equipe do banco avaliou, para o tema agricultura, que o país não necessitava manter tanta gente trabalhando no campo, dado sua baixa produtividade. E que urgia a liberação de mão de obra para projetos de expansão energética e construção de infraestrutura; deveria também haver mudanças na utilização da terra, considerada antieconômica. Nesse sentido, foi identificado que “tales propiedades constituyen excelentes inversiones desde el punto de vista de la seguridad y el crecimiento del capital (MOSK, 1951 apud VILLAMIZAR 2012, p.158). Para o problema do financiamento da planta metalúrgica de Paz del Rio, o Banco, após detida análise, sustentou que aquela indústria estatal deveria ser do âmbito exclusivo da iniciativa privada, orientando a privatização. Ambas as análises e orientações foram opostas às da CEPAL.

### ***1.8 Muda o modelo de acumulação capitalista***

Na primeira metade do século XX a exportação do café se destacou na economia do país, situação alterada pelas restrições ao acesso aos mercados europeus durante a Segunda Guerra (1939-1945). Após o conflito, apesar de ter atingido alguns picos de exportação, a participação do café colombiano no mercado mundial caiu vertiginosamente, entrando em cena o café africano e mais tarde o vietnamita. Dessa forma, o perfil da economia capitalista colombiana foi se adaptando à nova realidade:

Es notoria la diversificación de exportaciones después de 1968, cuando se introdujeron incentivos que dirigieron una mayor parte de las actividades productivas hacia el exterior y que redujeron la participación del café al 6% de las exportaciones en 2007, cuando en 1960 constituía 80% del total. Lo más notable del cambio reciente en la estructura de las exportaciones colombianas fue la creciente importancia de la minería (carbón, níquel y oro) y del petróleo, los cuales ya habían alcanzado a ser en 2007 el 42% del total, mientras que la manufactura representó un buen 47% (KALMANOVITZ, 2010, p. 179).

Entre 1945 e 1986, o Produto Interno Bruto da Colômbia se multiplicou por sete e registrou a mais alta taxa anual de crescimento de sua história: 4,8%. A mudança na configuração da estrutura econômica foi particularmente observada pela forte redução da participação do setor agropecuário na economia. Segundo Ocampo (1996), no período compreendido entre 1945 e 1949, o setor agropecuário representava mais de 40% da atividade econômica do país, participação reduzida a 23% no começo da década de 1980. Em contrapartida, os setores de transporte, financeiro, comunicações e serviços públicos (eletricidade, gás e água) que representavam 23% da atividade econômica no mesmo período da década de 1940, passaram a 40% na década de 1980.

O desempenho do setor industrial nas décadas de 1940 e 1950 foi muito satisfatório, mantendo a dinâmica de crescimento iniciada nos anos 1930. O capital privado promovia a instalação de grandes e modernas fábricas, incluindo um importante parque automotor, e empresas agroindustriais, também investia na construção civil, construindo residências e escritórios nos centros urbanos. Paralelamente, o Estado promovia a consolidação da infraestrutura de transportes e serviços públicos modernos, reforçando a integração do mercado interno e externo.

### Crescimento (%) Anual

	Indústria	PIB
1925-28	5.8	4.9
1929-73	7.5	4.7
1974-89	3.4	4.1
1990-01	0.8	2.8

Fonte: Echavarría, 2006

A nova reconfiguração da base de acumulação do capital também provocou

una movilización de la población, cuya magnitud no tenía tampoco antecedente en la historia anterior del país. En especial, la de la población rural hacia las fronteras agropecuarias fue sustituida, como principal forma de migración interna, por la concentración de la población en los núcleos urbanos (OCAMPO, (1996, p. 292).

Em 1938, os colombianos residentes nos centros urbanos representavam 31% da população do país. Esse percentual subiu para 39% em 1951, 52% em 1964, 59% em 1973 e 67% em 1985 (OCAMPO, 1996, p. 292)

Podemos identificar duas etapas na história do desenvolvimento industrial colombiano depois da Segunda Guerra Mundial: a que vai de 1945 a 1974, quando o setor foi o núcleo dinâmico da economia, e entre 1974 e 1983, período caracterizado por uma crise crescente. O processo de industrialização colombiano foi marcado pelo alto índice de concentração, em particular nas indústrias de bens intermediários (máquinas e equipamentos industriais). No pós-guerra, alguns conglomerados industriais expandiram seus negócios, criando ou incorporando entidades financeiras. O financiamento do processo de acumulação de capital no setor industrial teve diversas fontes. A reversão dos lucros em investimentos foi uma fonte básica do financiamento do setor. A emissão de ações foi outra fonte que permitiu a conversão das velhas

empresas familiares em sociedades anônimas, mas a linha de crédito na década de 1960 desbancou a bolsa de valores como fonte de recursos:

No obstante los recursos netos captados no fueron utilizados para ampliar aún más las inversiones productivas, sino para aumentar las inversiones líquidas y la adquisición de acciones de otras empresas, como parte de la bonanza financiera de la época (OCAMPO, 1996, p. 340).

Após 1945, foi a participação do Estado – por meio do Instituto de Fomento Industrial - IFI, da Ecopetrol e do Fundo Nacional de Café – e do capital estrangeiro que se fez presente no financiamento da indústria. O FNC financiou a indústria de processamento do café e as empresas agroindustriais; o IFI ampliou os investimentos para diversos setores, como o de borracha e minerais não-metálicos, empresas siderúrgicas, automotores, metal-mecânico e química. Em muitos desses investimentos, o IFI atuou em consórcio com as companhias estrangeiras e nacionais. A presença do capital estrangeiro na indústria foi marcante e diversificada no pós-guerra:

Los cálculos de Juan Ignacio Arango para 1970 indican que las empresas con capital extranjero mayoritario controlaban el 25% del valor agregado industrial, la participación se elevaba al 40%, si se incluían todas las empresas con algún capital foráneo (OCAMPO, 1996, p. 343).

Na década de 1960, através da Lei de Reforma Agrária 135 de 1961, o governo tentou resolver a questão agrária. Projeto levado a cabo pelo governo de Lleras Restrepo (1966-1970) estimulou a formação da Asociación Nacional de Usuarios Campesinos - ANUC, em 1967. No entanto, cinco anos depois, o governo de Pastrana Borrero (1970-1974) firmou o Pacto de Chicoral (1972), consolidando o poder do latifúndio pecuarista e a transformação capitalista da agricultura, iniciada nas décadas anteriores, com base na grande propriedade. A medida congelou o acesso dos camponeses à terra pela via institucional, mas não conseguiu impedir o movimento camponês de seguir colonizando as fronteiras agrícolas e organizar ocupações em fazendas:

Los campesinos avanzan en oleadas invadiendo las grandes propiedades terratenientes, golpeando el poder de los grandes señores del campo y desenmascarando la Reforma Agraria Oficial ya señalada por los sectores avanzados del pueblo colombiano como una Reforma Agraria imperialista y proterrateniente. Y mientras tanto los terratenientes en el poder, lejos de responder a la lucha campesina con algunas concesiones, utilizan todo el aparato represivo del gobierno para desalojar, perseguir y asesinar campesinos, como se apoyan en el control que ejercen sobre el Parlamento para reunirse cínicamente en Chicoral y apretar aún más las tuercas de la contrarreforma agraria. Todo lo aprobado en Chicoral es la lucha de los terratenientes para consolidar su régimen de explotación y opresión, dándole una caparazón legal para en nombre de la ley asesinar y atropellar campesinos en todas las regiones del país.<sup>11</sup>

Além disso, a partir dos sinais de crise no regime de acumulação, Pastrana Borrero lançou uma nova política econômica e de desenvolvimento. Dessa vez, a mira recaiu sobre o setor de construção civil, forma encontrada para responder a um outro problema criado com o acelerado processo de urbanização: a falta de moradias. A base do programa se sustentava no endividamento a longo prazo das famílias, através do crédito hipotecário:

De esa forma se dió impulso a la acumulación financiera, que tuvo nuevos desarrollos gracias a la reforma financiera de 1974 del gobierno de López Michelsen y al mismo endeudamiento del Estado. Se sentaron así las bases del régimen neoliberal de financierización, que se desplegó con toda fuerza a partir de la década de 1990, el cual se constituiría en fuente de nuevas formas del conflicto social en los espacios urbanos. (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015, p.12)

A exploração de petróleo, carvão e ferro-níquel se expandiu em um primeiro momento, na década de 1970, com o investimento público associado ao capital estrangeiro. Em seguida, o Estado se retirou de cena, deixando a lucrativa produção para o capital estrangeiro. O setor industrial, sob a égide da política desenvolvimentista, sofreu um rude golpe com a política neoliberal, a ideologia do livre mercado e os receituários do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial:

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://tribunaroja.moir.org.co/CHICORAL-ACUERDO-ENTRE.html> . Acesso em 18 de julho de 2015

Al finalizar de la década de 1980 la política económica neoliberal había consolidado su hegemonía; luego se desplegaría plenamente con la política de “apertura económica y de modernización del Estado”, emprendida por el gobierno da Gaviria Trujillo (1990/94) (ESTRADA ÁLVAREZ, 2015).

### **1.8.1 A reconfiguração da formação socioeconômica**

A partir dos anos 1970, a economia colombiana iniciou um processo de “crisis terminal del régimen de acumulación basado en la industrialización dirigida por el Estado” (ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p. 16). Iniciou-se a era da acumulação flexível e da financeirização, quando novas e múltiplas formas depredadoras de acumulação e violência foram testadas. Esses formatos mostraram-se particularmente intensos na dinâmica seguida pela acumulação capitalista na mineração, na produção dos hidrocarbonetos, no agrocombustível e nos megaprojetos de infraestrutura. Produto de um novo tipo de relação socioeconômica com o imperialismo que reconfigura o modelo neoliberal de acumulação capitalista na Colômbia, “que propicia y estimula procesos de transnacionalización y desnacionalización, por diversas vías y mediante variados mecanismos” (ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p. 17).

Ao longo desse processo, a composição dos setores hegemônicos da classe dominante foi alterada:

De un bloque de poder expresivo del compromiso de clase entre la burguesía cafetera, sectores de la burguesía industrial, el latifundio, y el capital imperialista, propio de la fase capitalista anterior, se transitó hacia una nueva conformación ahora en cabeza del capital financiero, aliado con el capital imperialista y transnacional, y la gran burguesía agroindustrial y de los agronegocios, incluidos sectores del latifundio narcotraficante y paramilitar (ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p. 18).

As metamorfoses sentidas influíram diretamente nas relações de propriedade, sendo verificada uma maior dinâmica de concentração e centralização da riqueza e da propriedade de natureza privada e transnacional. A reestruturação

produtiva da década de 1990 significou para os trabalhadores, camponeses, indígenas e afrodescendentes, além das privatizações dos serviços públicos básicos, mais exploração, e perdas de direitos sociais históricos e uma profunda desestruturação organizativa sindical. O Estado, a fim de impor as medidas de ajustes ao povo colombiano, promoveu contrarreformas trabalhistas de retirada de proteção ao trabalhador, como a terceirização, o fim da previdência social e do acesso público à saúde. Nesse contexto, usou e abusou do recurso histórico da classe dominante colombiana: a violência, mediante o desaparecimento forçado, o deslocamento de comunidades e o extermínio físico. O resultado foi o profundo debilitamento da capacidade organizativa e de resistência da classe trabalhadora.

A reforma liberal impôs também mudanças radicais na produção de alimentos. Se antes a produção de alimentos conseguia cobrir a quase totalidade das necessidades alimentares do povo colombiano, após a década de 1990 isso mudou radicalmente. Hoje a Colômbia importa cerca de 50% dos alimentos que consome (ALMEYRA, 2014, p. 65).

Segundo o Informe Nacional de Desenvolvimento Humano da PNUD (2011, p. 203), apesar do perfil predominantemente urbano, a configuração do PIB considera uma participação elevada da agricultura na formação do emprego e nas exportações: 32% dos colombianos estão no campo; o coeficiente de Gini para a concentração da propriedade agrária ocupa um dos mais altos índices da América Latina: Colômbia (0,85), Paraguai (0,93), Venezuela (0,88), Brasil (0,87) e Peru (0,86).

O Plan Nacional de Desarrollo (2010, p.13), citado por Almeyra, (2014, p. 66), indica que 46% da população colombiana encontram-se em situação de pobreza, 16% em situação de extrema miséria. A informalidade no trabalho atinge 60% e o coeficiente Gini de concentração de lucro é de 0,56, um dos mais elevados do mundo.

Detrás de la imagen de una sociedad urbanizada, de sus clases altas volcadas al consumo y distante de las dificultades que golpeaban a otros países de la región, en alguna medida gracias a los recursos generados por el narcotráfico, otras realidades comenzaban a perfilarse (ALMEYRA, 2014, p. 68).

De acordo com PNUD (2011. p, 315), entre os anos de 1990 e 1996 o gasto público agropecuário representou 0,67% do PIB, caindo para 0,27% entre 2000 e 2009. Esses ajustes, orientados pelo FMI e pelo Banco Mundial, seguidos à risca pelo Estado colombiano, somaram-se ao deslocamento forçado pela violência de camponeses produtores de alimentos, incidindo decisivamente sobre a oferta dos alimentos básicos.

A crise financeira internacional de 1998 encontrou a economia colombiana vulnerável. Ao crescente déficit fiscal, a dívida externa e o déficit nas contas externas somaram-se a fuga de capitais, a desvalorização da moeda e altas taxas de juros.

A recuperação teve início em 2002 com a alta das exportações no governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010). A dinâmica de crescimento da economia colombiana começa a despontar em 2003 com o crescimento de 4%; nos anos seguintes apresentou algo em torno de 5%; em 2006 cresceu 7%, para chegar em 2007 com uma taxa de crescimento de 7,7%, uma das maiores registradas na história do país (KALMANOVITZ, 2010).

Durante a primeira década do século XXI, o processo de transnacionalização e desnacionalização da economia foi se consolidando, sobretudo na exploração de recursos mineiro-energéticos e com destaque para os hidrocarbonetos, um dos setores que mais recebem investimentos estrangeiros.

Essa novo tipo de acumulação se caracteriza por uma nova reorganização geográfica do processo de produção, que amplia as relações capitalistas aos territórios ainda não submetidos diretamente à dinâmica da acumulação capitalista:

En efecto, mientras que en la fase capitalista anterior el eje de la reproducción se encontraba en la región andina, en el triángulo Bogotá, Cali, e Medellín, con salidas a los mercados internacionales por Barranquilla e Buenaventura, en la fase actual se observa un desplazamiento hacia nuevos lugares del territorio nacional, hacia la Amazonia, la Orinoquia, el Pacífico y el Atlántico, así como un ensanchamiento de la región andina a esa nueva dinámica de la acumulación (ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p. 36).

As mudanças ocorridas na base da economia colombiana estão assentadas previamente sobre a inserção plena e sem condições da nova dinâmica transnacional de acumulação capitalista, que necessita de muita energia, muita matéria prima de origem natural, amplo acesso a fontes de água, recursos da biodiversidade, e terras, além de um marco jurídico legal que facilite a sua reprodução e do exercício da violência contra qualquer resistência ao processo de expropriação exigido por essa dinâmica.

A transnacionalização concentra-se em seis setores: hidrocarbonetos; recursos minerais; agrocombustível; fonte de água e recursos de biodiversidade; produção de cocaína; e plataformas para a exploração de bens e serviços (ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p.37).

A nova dinâmica expansiva de acumulação e suas exigências por território está por trás do acirramento da intensidade do conflito verificada no governo de Uribe Vélez, caracterizado por uma maior interação do exército oficial com grupos paramilitares e narcotraficantes, e com as transnacionais no contexto da intervenção imperialista do Plano Colômbia.

El ciclo de violencia de los últimos treinta años, además de producir una mayor concentración de la propiedad sobre la tierra, ha provocado más de cuatro millones de desplazados forzosamente y decenas de miles de víctimas. En general, ha se tratado, sin duda, de genuinos procesos de acumulación por desposesión (ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p. 37).

Atualmente, segundo dados do portal oficial do governo<sup>12</sup>,

---

12

<http://www.minhacienda.gov.co/HomeMinhacienda/ComoValaEconomia/quecaracterizaalaeconomia>

Colombia es la cuarta economía más grande de América Latina (la vigésimo séptima a nivel mundial). En 2011 alcanzó un PIB de US\$333 mil millones y un ingreso per cápita de US\$7.300. Actualmente tiene 46 millones de habitantes.

Hace parte de los CIVETS (Colombia, Indonesia, Vietnam, Egipto, Turquía y Suráfrica), que lo conforman economías emergentes con alto potencial de desarrollo.

En 2012 entró en vigencia el Tratado de Libre Comercio entre Colombia y Estados Unidos. El acuerdo se suma a los ya 10 tratados vigentes, y a otros seis que se encuentran en negociación. A finales de 2014 el país tendrá acuerdos comerciales con cerca de 50 países de los cinco continentes.

Colombia hace parte de organizaciones internacionales como como Naciones Unidas, el Fondo Monetario Internacional , el Grupo Banco Mundial, el BID (Banco Interamericano de Desarrollo), Unasur, la OMC (Organización Mundial de Comercio), Mercosur, entre otras.

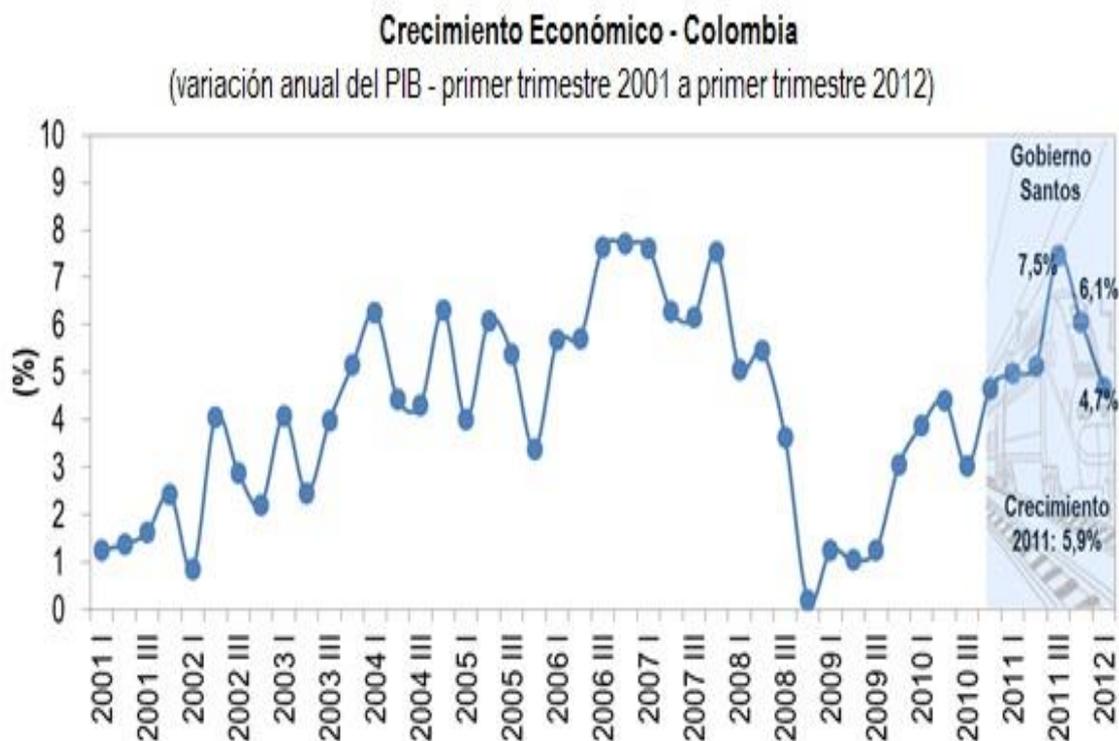
E, segundo o Relatório da OCDE – Colômbia, de janeiro de 2015 <sup>13</sup>

La economía colombiana ha tenido un desempeño extraordinario durante la última década. El sólido crecimiento registrado se ha visto impulsado por el boom del petróleo y la minería, la inversión extranjera directa en el sector de las materias primas, así como la inversión en general. Los tratados bilaterales de libre comercio y las medidas unilaterales han seguido reduciendo las barreras al comercio y a la inversión. La solidez del marco monetario, fiscal y financiero ha reducido la volatilidad macroeconómica que caracterizó al país durante las décadas anteriores. Asimismo, las mejoras en la seguridad también han contribuido al crecimiento. Todo ello ha posibilitado una reducción en la brecha del PIB per cápita del país en relación con las economías de la OCDE. Sin embargo, la productividad y la inversión fuera del sector petrolero y la minería siguen siendo bajas, debido a la elevada carga tributaria sobre la inversión y el trabajo, a las inadecuadas infraestructuras y al acceso limitado al financiamiento. La desigualdad y la informalidad, así como la pobreza en la tercera edad, siguen situándose entre los niveles más altos de América Latina, a pesar de los avances conseguidos en la reducción de la pobreza en términos generales. El salario mínimo es elevado en relación con los ingresos laborales, lo cual empuja al sector informal a los jóvenes, a los trabajadores de baja cualificación y a los residentes de regiones menos desarrolladas. A pesar de encontrarse en niveles

---

<sup>13</sup> [http://www.oecd.org/eco/surveys/Overview\\_Colombia\\_ESP.pdf](http://www.oecd.org/eco/surveys/Overview_Colombia_ESP.pdf)

históricamente bajos, el desempleo estructural sigue siendo alto en términos internacionales, lo cual reduce el bienestar de la población.



Fonte: [http://www.oecd.org/eco/surveys/Overview\\_Colombia\\_ESP.pdf](http://www.oecd.org/eco/surveys/Overview_Colombia_ESP.pdf)

Apresentamos, assim, em linhas gerais, a dinâmica do desenvolvimento capitalista na Colômbia, que ao longo da história alterou e vem alterando a configuração estrutural das relações sociais no país, atualizando-as às exigências das novas formas de acumulação do capital. Demonstramos, resumidamente, como a economia colombiana está inserida na estratégia de acumulação do capital transnacional e imperialista para toda a América Latina na fase atual do capitalismo. Um país capitalista moderno e absolutamente vinculado ao capital transnacional.

## CAPÍTULO II

### O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES

#### **2 Os trabalhadores do campo e da cidade, suas lutas e ideias revolucionárias**

A violência contra o trabalhador do campo foi, desde a colonização, a marca da acumulação capitalista e da dominação de classe na Colômbia. Mesmo quando a burguesia dava seus primeiros passos rumo à modernização do Estado capitalista, a lógica de enfrentamento era pautada pela violência.

Na década de 1920 e durante os primeiros anos da “República Liberal”, nos anos 1930, os camponeses foram vítimas da violência da classe dominante. Os dois partidos representantes do latifúndio e da burguesia industrial envolviam os camponeses em suas disputas pelo aparelho burocrático do Estado, principalmente no âmbito local, criando redes de clientelismo, de pequenos favores e compromissos. Além da contenda pelo poder político, a estratégia da violência favorecia a aquisição de terras para um ou outro grupo, restando ao camponês e sua família a escolha entre ficar e morrer, ou fugir e sobreviver.

Em 1914, os indígenas lutaram para obrigar que o Estado defendesse suas formas ancestrais de organização social, cotidianamente desrespeitadas e violentamente destruídas pelo poder do grande latifúndio. Destacou-se nessa luta um ex-soldado-camponês andino da Guerra dos Mil Dias, o meeiro Quintín Lame, eleito líder supremo das tribos indígenas da Colômbia, que comandou as invasões e ocupações de terras ao sul do país. Essa forma de luta se ampliou e passou do departamento de Cauca para o departamento de Tolima, na década de 1920. Apesar da prisão do seu líder, o movimento uniu índios e camponeses e durou mais de uma década. Contudo, acabou em massacre promovido pelo Estado.

Outro foco de luta contra o poder estatal foi o litoral caribenho. Em janeiro de 1918, os trabalhadores do porto de Barranquilla entraram em greve e conquistaram aumentos de salários. Foram seguidos por seus companheiros do porto de Cartagena, mas ali o Estado os enfrentou com violência, atirando

contra os grevistas. Esse foi o método doravante adotado contra a organização dos trabalhadores.

Em 1919 foi fundado o Partido Socialista Revolucionário - PSR. No ano da morte de Lênin (1924), o PSR organizou uma série de homenagens ao dirigente máximo da Revolução Russa, em diversas cidades do país, realizando, nesse mesmo ano, seu Congresso Socialista, em Bogotá. Este partido foi responsável pela aproximação da esquerda do Partido Liberal – como os intelectuais José Mar, Jorge Eliécer Gaitán, Luis Tejada e Gabriel Turbay – com as massas operárias em luta. Nessa mesma conjuntura, porém,

(...) el territorio nacional se veía invadido de exploradores y geólogo petroleros que lo recorrían, mientras los financieros del dólar y promotores de negocios fundaban bancos, constituían nuevas sociedades de comercio, penetraban en los círculos periodísticos, políticos y sociales (CUELLAR, 1977, p. 105).

Os sindicatos não eram reconhecidos pelo Estado, os trabalhadores se auto-organizavam em torno de reivindicações imediatas, orientados por militantes do PSR, como Maria Cano e Raul Eduardo Mahecha.

O processo de industrialização iniciado nos anos 1920 possibilitou a emergência desses importantes sujeitos na história da luta de classes da Colômbia: a classe operária e sua organização política. O Partido Socialista Revolucionário foi fundamental na condução e na agitação das greves e na formação de quadros dirigentes, com destaque para uma mulher, a já citada Maria Cano, que entre 1925 e 1927 percorreu todo país denunciando os problemas sociais sofridos pela classe, organizando greves e mostrando a importância da luta por mudanças radicais. No final de 1928, Cano liderou, junto com Raúl Eduardo Mahecha, a greve de quatro mil trabalhadores da indústria bananeira contra a United Fruit.

Os trabalhadores cujas profissões exigiam certo grau de qualificação tinham suas greves mais toleradas e, eventualmente, conquistavam vitórias salariais. Este foi o caso dos ferroviários de Girardot, del Sur e de La Sabana, que em 1919 conquistaram reajustes de salário. O oposto aconteceu com a greve dos

padeiros e dos operários da construção civil, no mesmo ano, cujas reivindicações não foram atendidas:

Pero donde se produjeron conflictos, la debilidad da la organización obrera y la actitud hostil del gobierno llevaron a jornadas dramáticas que pasaran a ser parte del indispensable folklore de todo movimiento sindical (URRUTIA, 1982, p. 227).

As repressões violentas habitualmente praticadas pelos governos do Partido Conservador contra as greves espontâneas dos anos 1920 favoreceram a crença de que o problema da violência era uma pauta exclusiva do Partido Conservador. Logo, a jovem classe trabalhadora em sua ampla maioria foi seduzida pela esperança de uma relação melhor com um governo dirigido pelos liberais.

Uma importante observação dessa época, quando o processo de industrialização dava seus primeiros passos, é o fato de que as três maiores greves dos anos 20 foram contra empresas estadunidenses que exploravam as riquezas naturais, como petróleo, ouro e banana e formavam enclaves, os chamados “company towns”. Nos enclaves, a população local era totalmente dominada pela empresa. Todos tinham que comprar os alimentos nas lojas da companhia, cujo custo era sempre muito mais alto. As relações de trabalho eram praticamente de trabalho escravo. Em 1923, 40% dos trabalhadores da empresa estadunidense Tropical Oil Company ficaram doentes e levando à morte 1,5% deles. Os salários pagos aos colombianos eram U\$1,50 por dia, sem direito ao alojamento e à alimentação, serviços que deveriam ser pagos à companhia. No entanto, para os trabalhadores estadunidenses no mesmo posto pagavam U\$3,50 por dia, incluindo alojamento e alimentação (CUELLAR, 1977, p. 122).

Em 1924, o dirigente do PSR, Raul Eduardo Mahecha, dirigiu as primeiras greves de trabalhadores do rio Magdalena contra a Tropical Oil, que se havia negado a reconhecer a organização Sociedad Obrera, representada por Mahecha, como representante legal dos trabalhadores. Após dias de tensão e repressão, os trabalhadores se revoltaram, quebraram tudo que encontraram

pela frente e organizam um pequeno exército popular local. Seis dias depois de iniciada a greve, o Ministério do Trabalho e a empresa firmaram acordo que não incluiu o reajuste no salário. Além disso, mandaram as lideranças para prisão e desarmaram a população de Barrancabermeja, cidade do departamento de Santander, onde estava situada a refinaria estadunidense. Vinte dias depois, a companhia deu início à demissão de 1.200 operários e a uma política sistemática de perseguição sindical (URRITIA, 1982, p. 230).

Em 1927, os trabalhadores da Tropical Oil fizeram nova greve como resposta à proposta de reajuste de 6% em seus salários, congelados desde 1922. Mahecha estava novamente à frente do movimento. Por essa época, ele editava um periódico comunista em Barranca. A greve durou 20 dias e provou um nível de organização capaz de garantir alimentação para mais de cinco mil trabalhadores em greve.

No décimo-sexto dia de greve, o governo declarou estado de sítio e ordenou ao Exército disparar contra os trabalhadores, prender e deportar suas lideranças. Pouco tempo depois, o Estado reconheceu oficialmente a organização dos trabalhadores, resultado da luta travada de modo desigual entre os petroleiros e a Tropical Oil, que contou com as armas e toda estrutura do Estado colombiano.

Em 1929, os Bolcheviques do Líbano, uma organização de meeiros, arrendatários, intelectuais e artesãos radicais, localizada ao norte do departamento de Tolima, tentaram iniciar uma insurreição para tomar o poder, mas não obtiveram sucesso.

Nas universidades, os estudantes debatiam os textos de José Carlos Mariátegui que aplicava os conceitos do materialismo histórico nos temas ligados ao contexto dos povos da América, como descobrir nossas particularidades, identificar nossa cultura pré-colombiana, a riqueza da cultura indígena, o problema da terra e o problema da dominação estrangeira e imperialista. Os estudantes lutavam por uma reforma universitária que fosse capaz de transformá-la e integrá-la nos projetos de mudanças sociais radicais.

Após a histórica vitória eleitoral do Partido Liberal (1930), a representação da fração industrial, agora no poder de Estado, deu início às reformas nas relações trabalhistas. O objetivo era, por um lado, garantir a estabilidade requisitada pelo capital, em particular pelos investimentos estrangeiros, e, por outro lado, consolidar uma base social que lhe garantisse a permanência no poder.

Em 1931, o primeiro ano da República Liberal, houve três greves que foram resolvidas sem os instrumentos habituais dos conservadores: decretação do estado de sítio, prisões e uso da violência. Nos governos liberais que se seguiram, em particular durante as duas gestões de Afonso López Pumarejo (1934-1937 e 1942-1945) foram aprovadas algumas leis que regulamentaram e garantiram alguns direitos aos trabalhadores, inclusive sobre o tema da organização sindical. Nesse particular, foi aprovado o modelo norte-americano de sindicato por empresa.

Por conseguinte, o número de sindicatos reconhecidos oficialmente aumentou muito na República Liberal. Só no primeiro governo de López foram criados 345 sindicatos; no governo seguinte, de Eduardo Santos Montejó (1938-1942), mais 277 e no segundo governo de López, 751. No entanto, foram poucos os sindicatos criados na crescente indústria manufatureira. O problema é que a maioria das indústrias que sustentava o processo de industrialização, apesar de em grande número, eram pequenas e médias e o modelo de organização sindical adotado não facilitava a organização para os trabalhadores deste segmento. Além disso, não havia na lei garantia de estabilidade ao dirigente em exercício sindical, situação que criou uma relação de dependência entre o nascente movimento sindical e o Estado. Somente no segundo governo de Afonso López essa relação se alterou. Por proposta do presidente, o Congresso aprovou a Lei 6ª, de 1945, que tratava e regulamentava a questão da organização dos trabalhadores, estabelecendo critérios e concedendo estabilidade ao dirigente sindical e a qualquer trabalhador que decidisse organizar um sindicato. Mesmo com o retorno dos conservadores em 1946, no governo de Mariano Ospina Pérez, e durante os governos da Frente Nacional

(1958-1974), o movimento sindical não deu passo atrás. Em 1947, havia 165 mil operários sindicalizados em toda Colômbia; em 1965, já eram cerca de 800 mil (JARAMILLO URIBE, 1982, p. 240).

### **2.1 *O Estado colombiano persegue o inimigo interno***

Jorge Eliécer Gaitan, jovem político liberal, conquistou a simpatia popular pelo seu jeito audaz de confrontar as oligarquias conservadores e liberais. Aproximando-se da massa desiludida com o segundo governo do liberal López, Gaitan conseguiu canalizar o ascenso e as lutas populares para a esperança na construção de um novo país sob sua liderança.

O líder carismático não prometia o rompimento revolucionário com o capital, mas seus discursos conseguiram, nas palavras de Cuellar (1972, p.165), aprofundar “la más febril agitación política que hubiera conocido el país.” Sua campanha e agitação política tocavam os temas sentidos pelo povo, com respostas generalizadas e explosivas, como por exemplo: “Contra la oligarquía, a la carga! Contra el país político, a la carga! Por el país real, a la carga! Por la restauración moral de la República, a la carga!” (CUELLAR, 1972, p.165.)

O Partido Comunista Colombiano (PCC) o caracterizava como um demagogo e subestimava sua força política junto aos trabalhadores, creditando seu crescimento na conta do atraso político de um setor das massas. Nas eleições de 1946, o liberalismo apresentou dois candidatos: o líder popular Gaitán e Gabriel Turbay, este último considerado pelo PCC como candidato do anticomunismo, pró-imperialista e braço da reação.

Gaitán teve uma votação ímpar na capital e em quase todos os centros urbanos importantes, mas a disputa entre os dois candidatos do Partido Liberal favoreceu o candidato Mariano Ospina Pérez, do Partido Conservador, indicado por Laureano Gomez, conhecido político colombiano, ligado ao Partido Falangista Tradicionalista da Espanha, de tradição fascista. A perseguição das forças públicas e a violência contra os camponeses ressurgiram no campo. O foco da perseguição oficial recaía contra os

camponeses comunistas e os apoiadores dos liberais, assassinados com suas famílias sem dó nem piedade. Gaitán organizou uma grande manifestação na Praça de Bolívar, em Bogotá, exigindo paz e garantias de vida ao Estado.

A reação do governo reacionário foi organizar uma polícia política ampliada com recrutamentos nas prisões dos piores assassinos, cuja tarefa era destruir os quadros dirigentes do movimento de massas:

De 1946 a 1948, son asesinados en actos de intimidación y de provocación por agentes de la policía, 15.000 personas; a la vez se despoja de sus tierras a los campesinos, se les diezma sus familias, se incendian sus casas y se les obliga a un ininterrumpido éxodo hacia los países fronterizos y las ciudades colombianas (CUELLAR, 1972, p.161).

Os sindicatos organizaram greves por todo o país, tendo sido deflagrados mais de 500 conflitos coletivos. O clima de ascenso do movimento de massas provocou mais tensão, conforme atesta a declaração de Rafael Azula Barrera, porta-voz e secretário-geral do presidente Mariano Ospina Perez:

Los principales se producen en las compañías de navegación del río Magdalena y en las carreteras y ferrocarriles. Lo cual, agregado al conflicto de los petróleos y al constante anuncio de paro ilegal en el ramo de comunicaciones, contribuye a mantener tensa y difícil una situación que amenaza producir el derrumbe estrepitoso de nuestra estructura social, ante la mirada angustiosa de los patriotas consternados. Es una pequeña Y sombría conjura contra el orden institucional del país, destinada a criar artificialmente un clima de incertidumbre y zozobra, propicio al estallido de los más feroces instintos., (AZULA BARRERA, 1956 apud BORDA, 2010, p. 43).

A Confederação dos Trabalhadores Colombianos (CTC), dirigida pelo PCC, deflagrou greve dos transportes em Cali e no enfrentamento com a polícia que se seguiu, o militante Hermes Mayo foi assassinado, em novembro de 1946. Alguns dias depois, o governo declarou estado de sítio em todo departamento de Valle del Cauca. A União Sindical Operária (USO), dos trabalhadores da Tropical Oil Colombia, organizou uma greve que durou 60 dias no final de 1947. A pauta que originou a greve foi estritamente política. Seu objetivo era

forçar a empresa a cumprir o prazo até o último dia do contrato, sob pena de ficar configurada a fraude, atingindo os interesses nacionais vinculados à concessão.

A empresa se negava a cumprir o contrato alegando prejuízo, motivo pela qual havia demitido 107 operários especializados. O problema enfrentado pelos trabalhadores se referia à chantagem feita pela empresa estadunidense, com apoio da imprensa local, com vistas à prorrogação direta do contrato, pela qual acenavam com o retorno dos trabalhadores demitidos.

A greve funcionou como uma pressão junto ao Tribunal Judiciário, que condenou a companhia a cumprir o contrato de concessão. Além disso, a mais importante vitória da greve foi o fato de abrir espaço para a nacionalização da jazida das Mares, através da Empresa Colombiana de Petróleo (CUELLAR, 1977). Novamente a reação que se seguiu foi a violência contra a organização dos trabalhadores. Os sindicatos vinculados à CTC foram violentamente reprimidos. A direita falangista, ligada ao clero católico, dividiu o movimento dos trabalhadores e cria a União dos Trabalhadores de Colômbia (UTC).

Gaitán encaminhou à Presidência da República um documento solicitando imediata intervenção do Executivo no rumo dos acontecimentos para por fim à barbárie que tomava conta do país. Acontecimentos que a classe dominante entendia como “*peligrosa y una inseguridad creciente, cuyas causas esenciales tienen que ser removidas con toda energía...*” (BORDA et al., 1010, p. 44).

No ano seguinte, em 1947, foi decretada a greve geral dos transportes e a greve dos petroleiros, já citada. O governo declarou a greve geral ilegal e cassou a licença da Confederação dos Trabalhadores Colombianos.

Os ministros de Estado foram a público denunciar as greves como uma grande ameaça à integridade da nação e à democracia. Mais uma vez foi Azula Barrera quem falou pelo governo:

Movimientos subversivos de inspiración internacional, (...), en connivencia con la organización sindical de Colombia, filial de la CTAL – Confederación de Trabajadores de América Latina – (...) se trataba de provocar una paralización general (...) que determinan la inevitable caída del Gobierno , (...) de llegar hasta el asesinato de líderes políticos indeterminados, la destrucción de puentes y carreteras; el incendio de ciudades, el asalto de las oficinas públicas, (...) frustrados intentos del gran golpe de Estado que venía siendo planeado a partir de las elecciones del mayo de 1946. (...) (BORDA et al., 2010, p. 45).

O documento oficial do V Congresso do Partido Comunista Colombiano, realizado em junho de 1947, caracterizou o governo de Mariano Ospina Perez, como representante da “burguesia liberal e conservadora, onde predominam as forças da reação.”

Organizados pelos latifundiários e políticos de prestígio locais, surgiram os “pájaros”, ou “chulavitas”, um tipo de exército mercenário que levou o terror de uma zona a outra, executando genocídios e se apropriando de terras. As primeiras ações armadas de “pájaros” ocorreram no departamento de Caldas (BORDA et al., 2010). Esses mercenários, que operavam junto à polícia local, dariam origem, mais à frente, aos grupos paramilitares. Em todo país, para todos os lados, ampliou-se a violência contra os camponeses e suas famílias. A expulsão e o desterro, a queima de casas, os estupros e as violências inenarráveis das forças públicas contra o povo desarmado foram defendidas pelo governo em nome da ordem, contra a subversão comunista.

A luta de classes atingia um alto grau de temperatura na história da Colômbia. Se, por um lado, o governo reagia colocando todos os instrumentos de coerção e violência possíveis para por fim à crescente mobilização e organização do povo, este, por outro lado, apesar das ilusões alimentadas na esperança da eleição do caudilho liberal, se manteve em luta nas cidades e nos campos, incansavelmente, contra a violência, a exploração e a entrega das riquezas às empresas estrangeiras.

Jorge Eliécer Gaitán era um aliado pronto a tornar públicas as denúncias de massacres contra o povo, ou a ingressar nos tribunais, como advogado, e exigir justiça pelas terras perdidas. A postura política do liberal progressista e humanista conquistou o povo colombiano, que passou a identificar em suas

promessas e campanhas políticas a paz com democracia e justiça, ou seja, um país melhor para se viver.

O programa de Gaitán conseguiu unificar a oposição política contra o governo conservador e conseguiu atrair as massas atrasadas, tradicionalmente influenciadas pelo Partido Liberal e pelo Partido Conservador.

## 2.2 *El Bogotazo*

No dia 1º de abril de 1948 estava sendo realizada, em Bogotá, a IX Conferência Pan-Americana. O principal ponto da Conferência foi a adoção de uma estratégia anticomunista na defesa do continente, sob a orientação político-militar-estratégica dos EUA, como afirma Jose Maria Nieto Rojas, na época deputado da Assembleia Nacional:

Punto principal en ellas fue el estudio de las medidas que los países americanos deberían adoptar para conjurar el avance del comunismo en el continente, por los peligros que su expansión traería para la paz, la independencia, la libertad y los atributos espirituales de las naciones congregadas (ROJAS, 1956, p. 171).

Dias antes, os movimentos populares e sindicatos organizaram manifestações contra a realização da IX Conferência Pan-Americana, reprimidas por um forte aparato militar e pela utilização de bombas de gás. O governo chegou a exigir de Eliécer Gaitan, chefe político, reconhecido que, em nome do “prestígio” da Colômbia, fosse posto um fim às manifestações. Segundo Rojas (1956, p.199), assim “lo hizo este caudillo, contra las protestas del partido comunista y el concepto desfavorable de algunas fracciones de sus mismos partidários”

No dia 9 de abril de 1948, Jorge Eliécer Gaitan foi assassinado em Bogotá, quando saía do prédio onde ficava seu escritório, com um tiro na cabeça e três nas costas. As massas foram para as ruas espontaneamente, sublevando-se e entrando em confronto direto com o regime, em todos os cantos do país. Em muitos municípios, chegaram mesmo a tomar o poder, criando “comitês

revolucionários” e “milícias de autodefesa camponesas” (SANCHEZ MEERTENS, 1983, p. 137).

As autoridades dos municípios sublevados eram substituídas por Conselhos Populares Revolucionários. Esses conselhos, ou comitês, se formavam rapidamente em todo canto do país. Tudo se passava de forma muito espontânea, pois não havia uma organização política que tivesse autoridade e peso político para ir além da influência do caudilho liberal popular, e que pudesse centralizar minimamente ou dirigir o processo revolucionário e orientar as inúmeras rebeliões que surgiam. Esse fato representou um enorme e intransponível obstáculo para o processo revolucionário que se abriu, como ficou provado e rapidamente percebido pelos políticos liberais ligados às organizações industriais e suas elites orgânicas. Estes, passado o susto, se rearticularam e taticamente manipularam o discurso gaitanista, direcionando-o para o surrado discurso da luta sectária entre os liberais e conservadores. A tática era uma tentativa de anular a percepção da consciência de classe das massas, que começavam a se ver como uma classe em si. Os camponeses e os trabalhadores começavam ter consciência que a sociedade era dividida em classes sociais, não em partidos. E a perceber que o Estado e os partidos tradicionais eram dominados pela classe de proprietários da cidade e do campo, com o apoio explícito e a ingerência dos EUA e de suas corporações empresariais.

Durante um curto espaço de tempo, a luta de classes na Colômbia foi preenchida por um sentimento coletivo de que era possível e tangível o “poder popular”, que era possível tomarem nas mãos os rumos e os destinos de suas vidas e da sociedade.

Nas províncias<sup>14</sup> onde funcionários do Estado aderiram ao movimento, a rebelião foi mais bem organizada e as ações da massa mais efetivas. Nesses casos, as sedes ocupadas não eram mantidas somente como botim de guerra, mas utilizadas “profissionalmente” como sede do processo revolucionário. A explosão das massas nas grandes cidades como Cali, Medellín, Barranquilla e

---

<sup>14</sup> Tipo de divisão territorial, intermediária entre departamento (Estado) e município.

Bogotá teve características espontâneas, predominando os saques e a destruição dos símbolos de poder do Estado, da Igreja e do imperialismo, caso de Bogotá em que o povo queria incendiar o prédio da embaixada americana. Nas médias e pequenas províncias, a ação das massas se caracterizou pela organização de sua própria autoridade, com eleições de órgãos revolucionários de direção e formação de milícias populares. Esse fenômeno pôde ser observado em todo o país, a título de exemplo, no Valle del Cauca, nos municípios de Trujillo, Zarzal, Buga, Riofrío, Caicedonia e Tuluá, com exceção do município Puerto Tejada, agiram dessa forma.<sup>15</sup>

Em locais em que havia alguma tradição de luta e organização, os trabalhadores não queriam desistir da luta, mesmo quando ela havia passado e a “ordem” triunfado:

(...) la revolución probablemente significaba mucho más en la mente del pueblo raso. Así ocurrió con los trabajadores petroleros en la zona de Barrancabermeja, donde el “Bogotazo” duro casi dos semanas, y sólo pudo ser controlado cuando un grupo integrado con líderes gaitanistas y comunistas viajó desde Bogotá a negociar y a apaciguar a los obreros. (SÁENZ ROVNER, 2007, p.179).

Na maioria dos departamentos, a revolta popular se lançava a destruir os símbolos do poder. Na cidade de Bogotá, este sentimento de destruir o Estado chegou ao auge: o povo incendiou e depredou todas as instituições que encontrava pela frente, como a Nunciatura Apostólica, o Ministério da Educação, a sede presidencial e o Capitólio, sede da IX Conferência Pan-Americana. No interior do país, nas zonas rurais, a revolta deu asas à ocupações das terras do latifúndio.

A insurreição popular que se seguiu à morte de Gaitan, chamada de “El Bogotazo” (SÁENZ ROVNER, 2007), tomou todo o país: nas povoadas montanhas e vales do interior, nas cidades da costa do Oceano Pacífico, nas fronteiras com a Venezuela e o Equador, nos povoados do litoral caribenho,

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/31128/1/30258-109080-1-PB.pdf>. Acesso em 15/09/2015

nas ilhas de San Andrés y Providencia, nas planícies orientais, em um vasto território ao leste do país.

O presidente Ospina Perez e alguns caciques liberais se reuniram e, em nome da ordem, pactuaram dividir o poder do Estado. Os liberais ganharam seis dos 12 ministérios do Estado. A ala gaitanista do Partido Liberal recusou-se a participar do pacto, na esperança de derrotar completamente os conservadores nas eleições de 1950.

Imediatamente, o governo de Ospina Perez e George Marshal, secretário de Estado dos EUA, que se encontrava em Bogotá – e que fora recebido por uma grande manifestação popular contra a sua presença no país, organizada pelos sindicatos e organizações sociais – fizeram declarações públicas atribuindo o assassinato de Gaitan e El Bogotazo a uma intentona comunista.

A imprensa fez eco aos discursos oficiais e exigiu a punição dos responsáveis e a cassação do registro do Partido Comunista. Os comunistas foram cassados e aprisionados em todo país. “Los cárceles del país no alcanzaban para contener los miles de presos políticos, muchos de ellos comunistas” (SÁENZ ROVNER, 2007, p.179). Em 3 de maio de 1948, o governo colombiano rompeu relações diplomáticas com a URSS, alegando distância geográfica e diferenças nas concepções do Estado.

Em paralelo às declarações, o governo lançou uma brutal contraofensiva militar para derrotar o processo revolucionário em marcha. Em outras palavras, a violência contra as massas desarmadas, após o assassinato de Gaitan, se intensificou ainda mais, atingindo um estágio comparável a uma ocupação militar de um Exército inimigo. Diante dessa situação, alguns chefes do Partido Liberal passaram a defender a resistência civil como uma ação legítima de autodefesa contra o regime fascista. No entanto, a firmeza da burguesia liberal quanto ao apoio às autodefesas liberais armadas dos camponeses era muito duvidosa. E, entre eles, rapidamente, foi se conformando um consenso de que

(...) la revolución estaba llegando demasiado lejos, no sólo por los inevitables saqueos, sino también cuanto se dieron cuenta que personas de condiciones económicas y sociales de inferior “categoría” estaban tomando espontáneamente las riendas del poder (SÁENZ ROVNER, 2007, p.162).

Juan Lozano y Lozano, escritor liberal, fez a seguinte crítica à postura política dos seus pares com relação às autodefesas armadas liberais camponesas, em seu livro *Las Guerrillas del Llano* (1959 apud CUELLAR, 1977, p. 166),

(...) cuando la violencia oficial planificada se estrelló contra los pueblos, y las gentes del campo se vieron ante la alternativa de perecer o resistir y optaron por la resistencia, entonces los prohombres liberales, hasta ayer tan valerosos, exigentes e insatisfechos, o se recluyeron en sus casas y particulares ocupaciones, u optaron por la circunspección, la moderación, las buenas maneras, la cabeza fría, los amistosos acercamientos y los respetuosos memoriales.

Segundo Cuellar (1977), alguns latifundiários liberais, donos de grandes rebanhos de gado, organizaram grupos armados entre os camponeses para a defesa de suas propriedades da “fúria dos conservadores”. Isso acontecia até os camponeses contratados exigirem remuneração melhor, condições sociais apropriadas para o trabalho que exerciam e uma discussão sobre mudanças nas relações de produção e de propriedade. A partir daí, os latifundiários mudaram do encorajamento e incentivo que davam à formação de grupos de autodefesa para denunciá-los como “quadrilhas de bandoleiros”.

No departamento de Boyacá, os latifundiários se uniram na condenação aos grupos de autodefesa e estimularam as tropas do Estado com bonificações em dinheiro para que promovessem a “pacificação”. Na zona rural, muitos gaitanistas – entre camponeses, intelectuais, médicos e advogados locais, apoiadores ou não do Partido Liberal – organizaram-se militarmente para defender suas famílias dos massacres e fuzilamentos, promovidos pelas forças públicas e pelos paramilitares armados pelo latifúndio. Dessa forma, teve início a formação das primeiras guerrilhas camponesas, nos Llanos orientales<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Região de Orinoquia, cujo relevo é extremamente plano e que abarca os estados de Arauca, Casanare, Guaviare, Meta e Vichada.

O governo criou as “guerrilhas de paz” dirigidas por oficiais do Exército para “pacificar” a zona rural e acabar com as “guerrilhas de autodefesa”. Criou também a delação gratificada. As formações militares organizadas pelos camponeses, na maioria das vezes, não tinham base orgânica organizada, nem unidade. Este fato propiciou algumas rivalidades entre os muitos chefes das autodefesas. Havia muitas iniciativas, mas não havia uma pauta, uma direção política que os unissem. Como sintetiza Cuellar (1977, p. 168): “El ímpetu revolucionario se despilfarraba en acciones improvisadas y marchas sin plan, ni concierto.”

O Exército seguiu a estratégia do massacre, matou impiedosamente as famílias camponesas, estuprou as mulheres e depois as assassinavam, penetrando as baionetas nos seus ventres. Os oficiais se apropriavam das terras, dos gados ou pequenos animais. Os prisioneiros, quando escapavam da morte em terra, eram colocados em aviões:

(...) se produce el macabro espectáculo de bombardeos de los sitios ocupados por los rebeldes con prisioneros lanzados desde los aviones oficiales. Este hecho fue denunciado por el comandante de aviación Rafael Camargo Brandt en informe especial al Mayor Comandante del Centro de Instrucción de Yopal (CUELLAR, 1977, p.169).

Do céu, os aviões lotados de bombas reduziram a cinzas muitos povoados rurais. Por terra, os guerrilheiros os combatiam vigorosamente e conseguiam, em algumas vezes, rechaçar ou derrotar o Exército. Quando isto acontecia, os guerrilheiros se apropriavam das armas e munições. Este foi o caso da fracassada “pacificação” dos Llanos Orientales.

### **2.2.1 Atuação rápida e unitária da burguesia colombiana: unidade política e acordo estratégico no combate aos rebeldes**

No dia 10 de abril, portanto um dia depois do assassinato de Gaitán, o governo conservador, com o apoio da Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (ANDI), decretou estado de sítio e passou a governar por decretos, reduzindo ao mínimo a participação do Congresso. As regiões que ainda sustentavam alguma agitação política foram severamente controladas. As reuniões foram proibidas, inclusive nas Câmaras Municipais. A criação de juizados penais foi autorizada para rapidamente sentenciar e “punir” os manifestantes.

Os EUA, através do Export-Import Bank, fizeram empréstimo no valor de dez milhões de dólares para a recuperação das cidades, em especial de Bogotá, vítima da sanha dos “vândalos” e das “hordas salvajes”, como eram chamados pela burguesia e pela mídia os manifestantes revoltosos (SÁENZ ROVNER, 2007, p. 181).

As Forças Armadas e a polícia passaram por uma eficiente depuração. Oficiais e soldados rasos foram excluídos massivamente das corporações. As Forças Armadas foram nacionalizadas e o Estado-Maior centralizado em Bogotá. Sua reorganização ficou a cargo da Scotland Yard, organismo de Inteligência da Inglaterra que se instalou na Colômbia, por essa época. A escolha não fora fortuita. A equipe da Scotland Yard era composta por especialistas em levantamentos populares, por sua atuação contra as manifestações anticolonialistas na Índia. A intenção declarada era investigar a origem da revolta e apresentar medidas com o propósito de evitá-la. Para fazer frente ao aumento em 25% da dotação orçamentária do Ministério de Defesa, exigido pelas medidas, o governo criou novos impostos e aumentou os existentes. (SÁENZ ROVNER, 2007, p. 181).

Em Medellín, a burguesia industrial e os latifundiários, ligados ao Partido Conservador, financiavam um jornal chamado *9 de abril*, de onde atacavam abertamente os comunistas e gaitanistas, acusando-os pelo assassinato e pelo caos que se seguiu à morte de Gaitán. Funcionando como um organizador coletivo da classe dominante, o jornal teve um papel fundamental na unificação

dos intelectuais, parlamentares, políticos e das frações da burguesia. Promoveu e incentivou reuniões nacionais, onde se discutia o tema da ameaça comunista. Em uma delas, surgiu a ideia da organização e da criação de grupos paramilitares. Desde sua origem, os grupos paramilitares foram financiados por uma rede de doadores entre empresários e latifundiários, de diferentes setores econômicos e frações da classe dominante (SÁENZ ROVNER, 2007).

Os latifundiários, organizados na Sociedad de Agricultores de Colombia, exigiam do governo a criação da Guarda Rural Nacional. Essa proposta foi implantada com o apoio dos fazendeiros, temerosos das invasões de terras e da ação das autodefesas camponesas.

Laureano Gómez dirigiu e estimulou os grupos de discussão e as reuniões em torno do jornal. Laureano foi o principal responsável pela criação do estatuto político do grupo, cuja pretensão era impor a estabilidade e a ordem sob o tacão da repressão oficial a sangue e fogo. No entanto, ele deixou o país assim que seu guarda-costas foi assassinado. Após a inesperada saída de cena de Laureano Gómez, as frações da classe dominante tiveram mais espaço de conciliação e, dessa forma, conseguiram avançar, com mais facilidade, no projeto de unidade exigida pela conjuntura pós-Bogotazo.

Os jornais foram fundamentais na propaganda ideológica que se seguiu. Participaram também ativamente na construção do “mito Gaitán”. Seus próprios inimigos de dentro e de fora do Partido Liberal concorreram para a “fabricação” do mito. Gaitán, então, passou a ser tratado como um “grande liberal”, um “grande colombiano”.

Assim foi que Carlos Lleras Restrepo, inimigo e correligionário, convencido de que deveria enaltecer as virtudes do líder morto, sinalizou o nascimento de uma nova relação política entre os “criadores de riqueza” (a classe dominante) e o povo. O mito construído cumpria a função de esconder as garras dos velhos inimigos da classe trabalhadora colombiana.

Importa registrar que Lleras Restrepo, além do vasto currículo político (fora, entre outros cargos, ministro da Fazenda do governo de Eduardo Santos), era

membro da ANDI e do Comitê Nacional dos Cafeicultores. Em 1949, no calor dos acontecimentos, este mesmo senhor, procurado pelo embaixador dos EUA, Willard Beaulac, aceitou o convite para encarregar-se de coordenar a expulsão dos líderes comunistas da Confederação dos Trabalhadores Colombianos. E assim foi feito. O diretório nacional do Partido Liberal organizou o Comitê Liberal de Ação Sindical, que atuou ativamente no Congresso da CTC, conseguindo expulsar os comunistas. Além disso, assegurou o rompimento da organização com a Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL) e providenciou sua filiação à Federation of Free Unions (FFU), financiada pela patronal American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) (SÁENZ ROVNER, 2007).

A perseguição às organizações não pararam por aí. Além das implicações nos assassinatos e desaparecimentos, os industriais, através das ligações da ANDI no governo, conseguiram retirar o direito de estabilidade dos sindicalistas. (SÁENZ ROVNER 2007). A decretação do estado de sítio recebeu o apoio incondicional de todos os setores da classe dominante, seja do Partido Liberal, seja do Partido Conservador, expressando a recomposição necessária para impedir o avanço das massas. O presidente Mariano Ospina Pérez (1946-1950) recebeu das mãos de 227 cavalheiros, entre empresários, latifundiários, comerciantes, intelectuais, etc., um documento de apoio ao seu governo e ao estado de sítio, o qual, depois de elogiar os militares – “las armas gloriosas del Ejército Nacional” –, apelava para que o governo proscrevesse “la insana y artificial lucha de clases” (SÁENZ ROVNER, 2007, p.187).

No entanto, a ANDI, na voz de Enrique Caballero Escovar, de Medellín, considerou “que sería extraordinariamente peligroso presentar al frente industrial (...) como un bastión reaccionario” (ANDI Medellín, abril de 1948, apud SÁENZ ROVNER, 2007, p. 187). Sendo assim, decidiram não descontar os dias parados daqueles trabalhadores que aderiram à greve durante o Bogotazo. Mas, em contrapartida, resolveram descontar um dia dos salários de todos para promover a solidariedade com aqueles que sofreram danos

materiais, durante a rebelião das massas. Contudo, aqueles trabalhadores que haviam participado ativamente da rebelião foram identificados, taxados de comunistas e relacionados em uma lista negra. A preocupação com sua imagem não impediu a ANDI de organizar uma campanha nacional de arrecadação de fundos para as Forças Armadas, que entre outras coisas financiou a construção do Teatro Pátria, em frente à guarnição de Usaquén, ao norte de Bogotá.

Por fim, mostrando afinidade nas ideias sobre a situação conjuntural e as perspectivas para garantir a sobrevivência do sistema, pela primeira vez na história da Colômbia esboçou-se, com muita força e determinação, a unidade da classe dominante, expressa na aproximação política e estratégica entre os Partido Liberal e o Partido Conservador. Segundo a própria ANDI, na Ata 273 de 19 de abril de 1948, “la unidad era necesaria para salvar nuestra patria y para consolidar la democracia, la libertad y el orden republicano” (SÁENZ ROVNER, 2007, p. 194). Foi assim que a direção da ANDI e a da FENALCO, os delegados da Câmara de Comércio, o Comitê de Comércio, a Federación Colombiana de Ganaderos e a Sociedad Colombiana de Agricultura exigiram, em conjunto, linhas de crédito disponíveis para aqueles que tiveram, de alguma maneira, seus negócios afetados pelo Bogotazo.

Em maio, essas entidades patronais se reuniram em Bogotá, firmaram vários acordos, apararam suas arestas e encaminharam uma série de medidas que o governo deveria tomar no benefício da democracia, do mercado e da livre concorrência. O setor cafeeiro foi o único que, neste momento, não participou do esforço da construção da unidade de classe.

### 2.2.2 As massas rompem com o Estado organizando as autodefesas camponesas

As autodefesas armadas foram mais bem organizadas onde havia certo acúmulo de organização, sob a liderança do Partido Comunista e onde os camponeses gaitanistas eram maioria e lideravam a população local. Foi assim, ao longo da linha ferroviária entre Puerto Wiches, município de Santander e Bacaramanga, capital de Santander, nos enclaves petrolíferos da Shell, da Socony e da Tropical Oil, na região de Ariari, que engloba alguns municípios do departamento de Meta e nos departamentos de Santander, Norte de Santander, Tolima e Cundinamarca, que as ligas camponesas do PCC estavam à frente das lutas.

Neste período, o Partido Comunista acabara de enfrentar uma crise política, resolvida no V Congresso, realizado em julho de 1947. A situação foi assim descrita pelo secretário geral do Partido, Gilberto Vieira White:

En 1947 proclamamos la reconstrucción leninista del partido porque habíamos abandonado los principios de Lenin bajo la influencia revisionista y hasta llegamos a cambiar el nombre del partido. Entonces lo primero que hicimos fue volvernos a llamar Partido Comunista y luego adoptar los métodos organizativos leninistas que se habían abandonado (HANECKER, 1988 apud ROSERO, 2013, p. 68).

Durante a campanha de Gaitan à presidência, portanto antes do Bogotazo, o PCC adotara a política da construção de uma ampla Frente Democrática contra a violência oficial e paraoficial, como parte de sua política mais geral de frente anti-imperialista. Quando estourou a rebelião popular, o partido estava voltado para a construção da greve geral, cujo principal eixo da pauta era a renúncia do presidente Ospina Pérez. Ainda segundo Gilberto Vieira,

(...). Nos dedicamos pues, a la huelga general, no a la insurrección. El levantamiento popular no estaba en nuestros planes. Tratamos de actuar en el cuándo se presentó, pero no éramos una fuerza capaz de dirigirlo (HANECKER, 1988 apud ROSERO, 2013, p. 70).

Desde sua fundação em 1930, o PCC exerceu grande influência política nas regiões rurais, organizando os camponeses e suas lutas. Logo, ao

desencadear a resposta violenta do Estado contra a rebelião popular, o partido tratou imediatamente de organizar as autodefesas camponesas comunistas, a exemplo das regiões dominadas pelos camponeses gaitanistas. O PCC definia esse espaço político-organizativo e militar como

(...) una preparación paramilitar de carácter de masas, que sirve para asegurar el trabajo, la tranquilidad, la vida y los bienes de quienes a ella se acogen. Igualmente representa una especie de resguardo para la existencia de las organizaciones de masas y para el trabajo del Partido Comunista. (PCC, 1967 apud ROSERO & GONZÁLES, 2013)

A colocação do partido na ilegalidade e a perseguição de seus membros tornaram quase impossível a militância partidária e sindical nos centros urbanos. Nesse momento, o campo oferecia melhores condições de atuação aos militantes, sobretudo se considerarmos a proteção que as guerrilhas de autodefesa comunistas garantiam à manutenção das atividades partidárias, como reuniões, plenos e congressos.

Na primeira fase deste período, a formação das resistências, através das autodefesas camponesas, aconteceu de forma muito espontânea e em todo país. A estratégia buscada pelos grupos foi a de garantir o direito de viver e produzir no espaço histórico do grupo, da aldeia ou das famílias, ou seja, as resistências eram marcadamente territoriais e visavam garantir a permanência dos camponeses em seu habitat histórico, trabalhando a terra. Logo, além da organização em armas, a situação exigia relações solidárias tanto para produzir como para viver, morar, se locomover e se proteger. Em geral, os grupos de autodefesa eram pequenos e constituídos por unidades familiares, que se revezavam entre a tarefa militar e a lida com a lavoura.

Um pouco mais adiante, avançaram para organizações de conteúdo mais político e que obedeciam a uma hierarquia política ou militar, que foi o caso das autodefesas organizadas pelos comunistas. Contudo, o processo de formação das autodefesas não foi homogêneo. No caso das autodefesas liberais não havia, a rigor, uma organização política; na maioria das vezes, os chefes das guerrilhas liberais eram proprietários de fazendas que pegaram em armas para

defender suas propriedades e fortalecer a luta política contra os conservadores no poder do Estado.

Em alguns departamentos, principalmente aqueles dirigidos, ou protegidos pelas autodefesas comunistas, a população camponesa local ensaiou processos de transformação na forma de se relacionar com a terra, com a produção e a propriedade, o que engendrou formas alternativas de sociabilidade:

Son el caso de El Davis, San Miguel, El Tamaro, Herrera, Bilbao, Rió Chiquito, El Pato, Guayabero, Marquetalia y un sin número de lugares por los que transita la resistencia en su proceso de transformación durante los años cuarenta, cincuenta y la primera mitad de los sesenta hasta que surgen las FARC como guerrilla revolucionaria (GALLEGO, 2008, p.48).

A violência oficial e paramilitar foi exercida de várias formas e teve tal ou qual resultado, mas um fato marca este período histórico para além da violência brutal exercida pelos governantes: a ruptura das massas camponesas com o Estado expressa na formação das autodefesas camponesas em todo país.

Alguns discursos do Partido Liberal responsabilizando o Partido Conservador pelo assassinato do Gaitan tinham a intenção de despertar divergências irracionais históricas entre os camponeses, reproduzindo a velha disputa local. Na prática, esta ruptura momentânea e pontual entre liberais e conservadores foi superada assim que o movimento de resistência camponesa, através das autodefesas, passou a ameaçar o regime. Por isso, supomos que a ruptura das massas camponesas com o Estado burguês é o que melhor caracteriza essa conjuntura de crise política e situação revolucionária.

Desta forma, a doutrina da Política de Segurança Nacional que se seguiu forjou a ferro e fogo o desenrolar dos acontecimentos futuros e a dinâmica organizativa e estratégica das classes no embate. Nesta época, comumente chamada de “La Violencia”, o Partido Comunista, em documento do Comitê Central, de 7 de novembro de 1949, assim orientava sua militância:

Hay que organizar, de inmediato, en todas partes comités, comandos y brigadas para la defensa de la vida y de las libertades ciudadanas, en los barrios, fábricas, transportes, minas, haciendas, ingenios, veredas, para que las masas obreras y campesinas estén en capacidad de dar una respuesta efectiva y contundente a los agresores reaccionarios.

### **2.2.3 As guerrilhas de autodefesa liberais e as comunistas**

Em agosto de 1950, o conservador falangista Laureano Gómez (1950-1951) assumiu a presidência da República, em meio a mais uma brutal onda de violência oficial e paramilitar no campo. Durante seu curto governo, a violência atingiu níveis inimagináveis, intensificados pelo retorno das tropas militares colombianas que estiveram sob o comando dos EUA, na guerra da Coreia (1950-1953). Em 1952, este batalhão massacrou 1.500 camponeses em El Líbano, no departamento de Tolima.

Enquanto isso, nas planícies orientais, as guerrilhas de autodefesa liberais e comunistas tentavam se unificar. Em agosto de 1952, conseguiram realizar uma reunião ampliada e nacional em Viotá, no departamento de Cundinamarca. O Partido Comunista Colombiano foi fundamental no esforço que garantiu a Primeira Conferência do Movimento Popular de Libertação Nacional, no departamento de Boyacá. Lá, os camponeses em armas organizaram suas primeiras regras sociais e suas tentativas de estabelecer uma coordenação nacional das guerrilhas.

A Lei nº 1 organizava um sistema de justiça, regras para o uso da terra e os direitos e obrigações individuais com relação ao trabalho comunitário. Também foram regulamentadas as normas para o estabelecimento de granjas de produção diária, assentamentos agrários revolucionários e o mercado do gado. A Lei nº 2 tratava da vida cotidiana nas vastas zonas liberadas. Estabelecia um governo de assembleias populares e conselhos distritais encarregados do planejamento da produção, do consumo e da distribuição. Ditava as regras quanto às relações entre os guerrilheiros (combatentes) e os civis. Proibia expressamente a tortura e as políticas de “terra arrasada”, bem característica dessa época. Exigia um comportamento humanitário na relação com os outros

camponeses apoiadores do Partido Conservador. Legislava sobre o divórcio, o casamento, a igualdade dos direitos para as mulheres e sobre os direitos indígenas.

Neste mesmo ano, o governo enviou tropas de “pacificação” às planícies orientais e reforçou sua presença no sul do departamento de Tolima, onde se localizava o Estado-Maior Unificado das guerrilhas.

No ano seguinte, Pedro Antonio Marin, conhecido mais tarde como o comandante Manuel Marulanda Vélez, integrou-se com seu destacamento ao comando de El Davis, rompeu com os liberais e ingressou no Partido Comunista.

Em 1953, a crise política e os problemas econômicos exigiram da classe dominante mudanças radicais para enfrentar a resistência crescente e estruturada do povo. A pressão era muito forte. Foi então que, com o amplo apoio da burguesia, dos latifundiários e de suas representações políticas, o general Rojas Pinilla (1953-1957) tomou o poder de Estado. O golpe de Estado nasceu do consenso das frações da classe dominante de que a situação tinha fugido do controle nas mãos do falangista Laureano Gómez e que era necessário dar um basta à chamada era da violência.

Laureano (1950-1951) governou através do terror. A máquina terrorista montada acabou impedindo o desenvolvimento econômico e prejudicando, desta forma, o lucro do capital. Essa posição foi compartilhada, inclusive, por parte da base social dos conservadores, em particular aqueles que tinham negócios com o capital estrangeiro e associado, muitas das vezes ligados ou sócios dos empresários do Partido Liberal. Todos tinham pressa em estabelecer a ordem e a normalidade institucional do Estado burguês.

Rojas Pinilla foi o general que comandou a repressão a El Bogotazo e chefiou os soldados colombianos sob o mando dos EUA, na guerra da Coreia. Nesse período as concepções e as doutrinas do Exército colombiano foram moldadas ou adaptadas ao modelo estadunidense, no contexto da guerra anticomunista e da Doutrina da Segurança Nacional, doutrina que formula a ideia do “inimigo interno”, a ser permanentemente confrontado e exterminado.

Rojas Pinilla (1953-1957) iniciou seu governo falando de paz. Em um gesto de “reconciliação” entre as representações políticas da classe dominante, declarou a anistia geral para as guerrilhas liberais. Nessa etapa, a ditadura promoveu a campanha de desarme, que foi aceita pela maioria das guerrilhas de autodefesas dirigidas pelos liberais. As guerrilhas liberais mais fortes, compostas por dez mil homens das planícies orientais, entregaram suas armas sob o comando do lendário e respeitável guerrilheiro Guadalupe Salcedo.

Neste mesmo ano, pelas novas circunstância, o Estado-Maior Unificado das guerrilhas liberais e das guerrilhas comunistas de El Davis, no departamento de Tolima, foi desfeito.

Uma boa parte dos ex-guerrilheiros liberais passou a colaborar com a ditadura no combate às guerrilhas comunistas; aqueles que se recusaram, como o próprio Guadalupe Salcedo foram covardemente assassinados.

A desmobilização das guerrilhas liberais representou um ponto de inflexão na organização das autodefesas camponesas, com repercussões negativas ao projeto de uma sociabilidade alternativa que estava sendo construído pelas organizações dos camponeses, nas planícies orientais. Ricardo Rojas, ex-guerrilheiro liberal, assim sintetizou a posição dos liberais:

El golpe era casi dado para que terminara la furia conservadora. Con el golpe los guerrilleros liberales pierden sus banderas y se entregan, hacen cola para entregar las armas. Esos se debe a que no tenían un objetivo político, porque para los jefes solo había un fin: ser jefes y ganarles a los conservadores (BEHAR, 1985 apud ROSERO, 2011, p. 59).

A ditadura conseguiu com a política de anistia dividir o movimento das autodefesas e, com isso, obteve uma vitória política sobre a resistência camponesa. Apesar do clima de “paz” reinante, o Partido Comunista não só foi mantido na ilegalidade, como o novo Conselho de Ministros tomou a seguinte decisão sobre o assunto, com o apoio do Partido Liberal:

El comunismo y demás partidos internacionales no podrán actuar en Colombia como organizaciones política. Se les declara fuera de la ley y ésta adoptará las medidas que sean indispensables para hacer efectiva la prohibición aquí decretada. (PIZARRO, 1991, APUD, ROSERO, 2011, p. 59)

Os camponeses das autodefesas comunistas se reuniram em uma conferência em Marquetalia e lá fizeram uma dura avaliação do movimento e um acirrado debate sobre o papel da luta armada naquela conjuntura. Chegaram à conclusão que não havia condições de manter a luta armada através das autodefesas, diante da situação gerada pela política de “pacificação” implementada por Pinilla, que recebia ajuda dos ex-guerrilheiros liberais.

Sozinhos e tendo que pelejar também contra os ex-aliados, que agora serviam de guias para o Exército, ou formavam grupos irregulares a serviço da ditadura, os comunistas tomaram a decisão de desmobilizar suas autodefesas por conta e risco, sem aceitar a anistia pelas entregas das armas proposta pelo governo.

### ***2.3 A orientação e a organização revolucionárias das guerrilhas comunistas***

As guerrilhas sob a direção política do Partido Comunista não lutavam movidas pelo sectarismo, em apoio a uma ou outra fração da classe dominante. Ao contrário, além de ser uma organização para autodefesa camponesa, sua natureza política impulsionava a luta política revolucionária, tomando um caráter de movimento emancipador do conjunto da classe trabalhadora. Com tais princípios revolucionários, as guerrilhas comunistas combatiam não só as forças armadas, mas também os paramilitares, bandidos e aventureiros. A guerrilha comunista entendia a luta militar como parte da luta agrária, da luta dos camponeses e trabalhadores contra o latifúndio. Os princípios da organização guerrilheira, expedidas pelo Partido Comunista, são citados abaixo:

Nuestras fuerzas guerrillera se constituyen por hombres y mujeres que en forma voluntaria ingresen a nuestras filas, guiados por el deseo de luchar por la liberación nacional y social del Pueblo colombiano (...).

El soldado, los jefes militares y los jefes políticos, al aceptar libremente su incorporación en las filas guerrilleras, se comprometen por la fuerza de su propia convicción y voluntad a servir a la causa emancipadora de Colombia y a convertirse en fieles y leales ejecutores de los principios de nuestra disciplina voluntaria pero férrea, lo cual presupone que quien por voluntad propia ingresa a las filas militares de tipo guerrillero, estará y debe estar sometido al cumplimiento riguroso de las normas de instrucción, organización y dirección militar de nuestra fuerzas armadas (...).

Luchar sin descanso por la defensa y protección de la propiedad de tierras y demás bienes individuales de los campesinos y demás colaboradores del Frente Democrático de Liberación Nacional de Colombia (...).

Defender y proteger la honra y el hogar de la familia campesina contra todos actos contrario a la moral obrera que guiará siempre los destinos de los combatientes guerrilleros (...)

Proteger y respetar la vida de las mujeres indefensas, de los ancianos y de los niños (...)

Luchar por la colaboración y hermanable solidaria entre todos los trabajadores sin discriminación política ni religiosa (...)

Servir leal y fielmente los destinos de los verdaderos patriotas colombianos (...)

Practicar los principios de combatir y trabajar (...)

Llevar a la práctica los postulados de lucha y estudios (...)  
(GUZMAN, et al, 2010 apud CUELLAR, 1977, p.174).

A unidade construída com as guerrilhas liberais foi possível em torno de três pontos: a defesa dos camponeses, o combate contra o governo repressor e contra a violência dos paramilitares. No entanto, havia diferenças insuperáveis entre os camponeses de orientação liberal e os comunistas organizados em armas. Deixando de lado os motivos filosóficos e estratégicos, foi no cotidiano dos enfrentamentos militares e da organização social que construíam que explodiu a crise entre os dois grupos. A questão da disciplina dos camponeses em armas foi o primeiro obstáculo, mas não o maior deles. Diferente dos liberais, os comunistas tinham um código de ética que indicava um comportamento respeitoso e militante para com a massa dos camponeses, independente de suas filiações políticas. Os liberais não aceitavam a proposta de unidade com os camponeses simpatizantes dos conservadores. Havia

também muitos problemas com relação aos métodos empregados pelos grupos liberais, que não respeitavam os bens dos camponeses.

Após a decisão dos comunistas de desmobilizar a guerrilha, decidida na conferência de Marquetalia, os grupos se dispersaram em busca de trabalho e terras. Alguns vão para Huila, para Sumapaz, no departamento de Cundinamarca, para Villarrica, no departamento de Tolima, e Rio Chiquito, no departamento de Cauca.

Esses grupos dispersos organizavam reuniões com os camponeses, onde faziam a disputa ideológica e discutiam temas como o sistema social, o capitalismo e a organização das massas para construir um processo que fosse capaz de dar respostas aos anseios por justiça social dos trabalhadores colombianos.

#### ***2.4 Uma nova onda de violência oficial direcionada agora aos comunistas – 1954***

A “paz” da ditadura de general Rojas Pinilla não durou muito tempo. O Exército por um lado e os “pájaros” por outro empreenderam uma nova jornada de violência no campo e na cidade. Diferente da fase anterior, a violência foi direcionada aos setores organizados, em particular aos comunistas.

Em junho de 1954, os estudantes organizaram uma manifestação em defesa da educação. A plataforma desta jornada havia sido votada no Congresso Nacional dos Estudantes, realizada em Cali. Nela, os estudantes exigiam a liberdade da investigação científica; o fim da proibição de falar em política nas universidades; contra a discriminação racial, social, econômica, religiosa e política para os critérios de admissão de alunos e pela educação gratuita estendida ao bacharelado e aos cursos superiores. Sobre a educação primária, os estudantes exigiam que o Estado cumprisse com sua obrigação constitucional e denunciavam que 44% da população colombiana eram analfabetos e que mais de um 1.400.000 de crianças em idade escolar

estavam fora da escola. Além disso, requeriam o cumprimento da lei que exigia que grandes empresas custeassem escolas para os filhos dos trabalhadores. Durante a manifestação, a universidade foi ocupada por forças policiais que atiraram contra os estudantes, matando o jovem universitário Uriel Gutiérrez. No dia seguinte, como nos conta Cuellar (1977, p.179), uma silenciosa marcha de protesto reuniu centenas de estudantes. A marcha teve início na universidade e caminhou até o Palácio do Governo, quando despontou em uma das ruas centrais, o Batalhão Colômbia, o mesmo que esteve na guerra da Coreia, abriu fogo contra os jovens desarmados. Treze estudantes morreram e 40 saíram gravemente feridos. Em declaração, o governo afirmou que reagiu em legítima defesa contra o ataque de “comunistas aliados do laureanismo”. Foi expedida ordem de prisão para os dirigentes comunistas, professores universitários e estudantes. (CUELLAR, 1977, p.180).

Em 1955, a ditadura lançou uma nova ofensiva contra os municípios onde o Partido Comunista tinha trabalho de base junto aos camponeses. Villarrica foi o primeiro a receber a nova carga de violência. O tenente-coronel Hernando Forero Gómez, responsável pela ação, assim resumiu sua missão (PIZARRO, 1991 apud ROSERO, 2013, p.68): “Combatir a los bandoleros comunistas que pretenden crear un fortín impenetrable a las puertas de Bogotá”.

Na operação, o Exército utilizou um contingente de cinco mil soldados, “9 mil unidades provistas de morteros, armas modernas y de infantería y auxiliadas por aviones de bombardeo” (CUELLAR, 1977 p. 181), contra 800 guerrilheiros camponeses. Segundo Pizarro (1991 apud ROSERO, 2013, p.70), o operativo militar contra o povoado foi em um “nivel desconocido hasta ese momento”. A preocupação do regime com esta região se justifica pelo fato de existir em Villarrica um nível de organização política e militar ímpar, onde os camponeses se autogovernavam através de comitês e sindicatos. Ali havia um germe de poder dual que deveria ser exterminado.

Sem condições de resistir, os camponeses se retiraram organizadamente através da tática que ficou conhecida como “colunas de marcha”, utilizada para

levar a população não apta ao combate, em marcha para os pântanos e, de lá, para o desfiladeiro do rio Duda até a planície.

Todas as casas e as plantações foram destruídas. As famílias, fugindo das metralhadoras e das bombas de napalm lançadas dos aviões, conseguiram se abrigar no interior da selva fechada. Eram centenas de mulheres, crianças e velhos. O terror oficial havia voltado aos campos colombianos, obrigando as famílias camponesas ao desterro. Novamente deixaram para trás suas terras e seu gado, que seriam resgatados pelo latifúndio, ou por paramilitares ou, ainda, pelos oficiais do Exército. Este deslocamento dos camponeses dirigidos pela autodefesa comunista deu origem à organização do movimento camponês em Marquetalia, Pato, Guayabero e Rio Chiquito, onde, com “antiguos movimientos rurales del Tequendama y Sumapaz serán motejados posteriormente por la reacción como Repúblicas independientes” (ARENAS,1972, p. 5).

O tradicional alinhamento político ideológico com os EUA foi mantido pela ditadura, neste período da guerra fria. Em 13 de junho de 1954, o embaixador colombiano em Washington, Eduardo Zuleta Ángel, em entrevista à radiodifusora “A Voz da América”, declarou:

La posición internacional de Colombia es de una claridad resplandeciente. Colombia es un país esencialmente anticomunista, fundamentalmente amigo de los Estados Unidos (...) Entre Moscú y Washington, Colombia escogió a Washington y obra con lógica. Dada la situación internacional actual, no se puede ser neutral en la guerra fría; o se es comunista, o se es declaradamente anticomunista y si se es anticomunista, debe lucharse contra el comunismo en todos los campos, como lo ha hecho Colombia, que ha luchado contra el comunismo en Corea. (EMBAIXADA DA COLÔMBIA, 1954 apud ROSERO,201, p. 61)

No mesmo período, o ministro da Guerra, o brigadeiro-general Gustavo Berrío, afirmava que “[e]l comunismo extranjero o nacional debe saber que en las Fuerzas Armadas tienen a su más poderoso y tenaz enemigo” (ROSETO, 2011, p. 61)).

Contudo, o regime acumulou diferenças de toda ordem com as frações da classe dominante, representadas nos dois partidos políticos. Havia problemas

envolvendo, por exemplo, o súbito enriquecimento de parentes e amigos do general, com as corporações midiáticas ligadas às classes dominantes, que não viam com bons olhos a criação de empresas de comunicação, rádio e TV, cujas propagandas eram direcionadas a promover as Forças Armadas. Havia ainda a oposição firme contra a intenção do ditador de substituir os tradicionais partidos por um movimento político próprio, com o argumento de que o governo não conseguia garantir a ordem sem violência. Estava claro que as medidas e os projetos políticos da ditadura não faziam mais sentido e ameaçavam a ordem política construída pela classe dominante. Em 1957, quando o general Pinilla anunciou sua decisão de manter a ditadura militar até 1962, decretou, na verdade, o seu fim.

O próprio Alberto Lleras Camargo, secretário da Organização dos Estados Americanos, retornou à Colômbia e deu início aos acordos necessários para acabar com a ditadura militar. Para a tarefa, recebeu a providencial ajuda do ex-presidente liberal Afonso Lopez que defendia a construção de uma grande concertação entre as representações políticas das frações da classe dominante. E assim foi feito. Dois anos depois, o Partido Liberal e o Partido Conservador lançaram um manifesto conjunto, o “Pacto de Marzo”. Neste documento, revelaram que a origem de todos os problemas do povo colombiano, inclusive a violência, estava localizada na ditadura militar. Confessaram-se indignados pela falta de liberdade, pela censura e contra os mecanismos de repressão, que ajudaram a construir. Como solução declararam que os partidos estavam prontos para resolver pacificamente o problema da sucessão presidencial, através de uma “acción conjunta de gobierno o una sucesión de gobiernos de coalición amplia para reestablecer y afianzar las instituciones destruídas.”(MANIFESTO CONJUNTO DE LOS PARTIDOS LIBERAL Y CONSERVADOR, 1957 apud CUELLAR, 1977, p. 190).

Nesse acordo, o tema do genocídio, assassinato e perseguição aos trabalhadores e camponeses nos campos e nas cidades não foi tocado. Da mesma forma, não foi mencionado o problema das terras dos camponeses

perdidas para o latifúndio ou os paramilitares. Enfim, todos os crimes cometidos pelo Estado que, desde 1946, vinham afetando a vida de milhares de pessoas, não foram abordados: a unidade dos partidos tradicionais representou um pacto da governabilidade.

Os partidos mobilizaram suas bases sociais para um possível embate com a ditadura. No dia 10 de maio, a burguesia decretou blecaute (greve dos empresários), organizado conjuntamente por banqueiros, industriais e comerciantes. Rojas deixou o país e uma junta militar (1957-1958) passou a organizar, com as representações políticas da burguesia, um governo de transição pacífica para um regime civil. Estava formada a Frente Nacional.

A junta militar de transição ofereceu uma nova anistia para as guerrilhas comunistas, com a entrega das armas. O PCC foi declarado legal, mas não poderia participar do processo eleitoral. As guerrilhas sob a influência comunista aceitaram a trégua proposta, mas mantiveram suas armas.

A linha política adotada pelo partido nas palavras de Arenas (1972, p. 22 ):

Al caer en 1957 la dictadura militar, el PCC impide que el movimiento armado se aisle en la situación de repliegue que sobreviene, transformando los destacamentos guerrilleros en grupos de autodefensas, ligados a todo el movimiento campesino laborioso, que no se desarmen y permanecen alertas. De esta manera el PCC impidió que el movimiento armado fuera arrinconado y aniquilado.

Em julho de 1957, o conservador Laureano Gómez e o liberal Alberto Lleras reuniram-se em Sitges, a fim de discutir os encaminhamentos propostos no acordo sobre a Frente Nacional. Deste encontro saiu o Pacto de Sitges<sup>17</sup>, que a Junta Militar de transição, por decreto de 4 de outubro de 1957, colocou em plebiscito para que fosse aprovado como reforma à Constituição. As emendas foram aprovadas e, dessa forma, foi eliminado

---

<sup>17</sup>Sobre o Pacto ver El Pacto de Sitges. Por qué y como se formó el Frente Nacional. Impresa Nacional, p. 32, 1959 apud Cuellar, 1977, p.191.

(...) el régimen representativo basado en el sufragio universal y crearon una democracia interna para la disputa de las casillas parlamentarias dentro de los partidos burgueses, colocándolos al abrigo de cualquier modificación en la opinión pública. Por doce años la opinión está obligada a permanecer inmutable y de antemano en los resultados electorales están escrutados la paridad o el reparto igualitario del poder público entre conservadores y liberales (CUELLAR, 1977, p. 192).

A reforma aprovada garantia os direitos civis e políticos, em particular o direito do voto para as mulheres, restituía formalmente as liberdades constitucionais, estabelecia limites às instituições do poder, determinava o retorno das forças armadas ao quartel e aumentava os investimentos na Educação.

## 2.5 *A Frente Nacional (1958-1974)*

O primeiro governo da Frente (1958-1962) ficou a cargo do Partido Liberal, na figura do ex-presidente Alberto Lleras Camargo. Desde o primeiro governo, a Frente Nacional abandonou a pele de cordeiro e o tipo “salvador” das liberdades para seguir a mesma linha política repressora dos governos anteriores. A partilha dos cargos e dos postos no Congresso, que garantia o acordo de nenhum partido ter maioria, e as alterações de quatro em quatro anos do partido no poder foram arranjos encontrados para evitar a crise no interior da classe dominante. A preocupação do conjunto da classe dominante era não romper com a ordem construída até ali; ao contrário, fortalecer politicamente suas instituições e controlar o “inimigo interno”, sob a “Doutrina da Segurança Nacional”.

No âmbito internacional, os governos da Frente Nacional se mantiveram firmes aliados dos EUA. Em 1959, o chanceler colombiano, Julio Cesar Turbay, fez o seguinte discurso na Câmara de Representantes:

Los EUA tienen la doble condición de ser nuestro más grande y poderoso vecino y la primera potencia económica, científica y militar de los tiempos modernos. Nos movemos en la misma órbita y con ellos compartimos nosotros en la pequeña porción que corresponde a nuestra reducidas y limitadas capacidades la defensa de la civilización occidental (1959 apud ROSERO, 2011, p. 62).

No cenário internacional da Guerra Fria, a posição da Colômbia era muito transparente ao assumir os interesses estadunidenses como próprios. Nesse sentido, o governo da Frente Nacional foi, na opinião de Cuellar (1977), o campeão na luta contra a Revolução Cubana. Por proposta de Carlos Lleras Restepro, político que alimentava uma relação intensa com os EUA, além de assessor financeiro da burguesia associada ao capital estadunidense, foi aprovada, na Câmara, a Lei de Anistia para os capitais enviados ao exterior, a fim de estimular sua repatriação.

Sob os governos da Frente Nacional, a política para o café foi mantida sob a orientação dos pactos firmados entre os países produtores no intuito de manter o preço, no marco do mercado único controlado pelo principal comprador, os EUA. Nesse sentido, não houve iniciativa de expandir o comércio para outros países. Essa política representou uma catástrofe para o principal produto de exportação colombiano, quando da entrada dos países africanos no mercado de produtores de café, a preços mais baixos.

Com relação ao petróleo, as empresas estrangeiras tiveram maiores facilidades na operação de transferência das riquezas petrolíferas da Colômbia. Os governos da FN mantiveram as normas produzidas por decreto, durante o governo-tampão de Urdaneta Arbeláez (período entre 5/11/1951 e 13/06/1953):

Las exportaciones de petróleo no requerirán permiso escrito de la Oficina de registros de Cambio, ni será obligatorio reintegrar al país la moneda extranjera proveniente de tales exportaciones. Artículo 16 del Código de petróleo (1963 apud CUELLAR, 1977, p. 200).

O governo de Lleras conservou o regime de isenção de impostos pela extração de petróleo das jazidas, definido no governo de Urdaneta, e manteve o aumento do valor da isenção implantado por Rojas Pinilla. Em outras palavras, a Frente Nacional seguiu e ampliou a política de entrega das riquezas aos EUA.

Com relação às organizações dos trabalhadores, a Frente retomou a linha de investir na divisão das centrais sindicais, a UTC e a CTC. Deu início à política de cooptação dos dirigentes e enfrentou as greves com o tacão da legalidade,

definindo as atividades como de “serviço público”, assim que estourava uma paralisação. Além disso, por meio de um decreto, garantiu o direito exclusivo dos sindicatos por empresas para negociar as convenções coletivas, fortalecendo o modelo americano. Antes disso, os sindicatos de base (de empresas) poderiam autorizar o sindicato da atividade econômica às negociações. Este decreto fortaleceu ainda mais o controle dos empresários sobre as negociações e o sindicato da empresa.

No ano de 1960, o governo criou o Comitê Agrário, cuja tarefa seria apresentar um projeto de reforma agrária. Enquanto isso, em uma vasta região da Colômbia, os camponeses, sob a influência do Partido Comunista, construíam uma nova sociabilidade. Em Marquetalia, El Pato, Río Chiquito, Guayabero, Sumapaz e na região do rio Aiari, localizadas nos departamentos de Cundinamarca, Meta e Tolima, os camponeses se organizavam em comunas, onde a relação com a terra não era baseada na propriedade privada, as decisões eram tomadas em assembleias e os impasses resolvidos por eles mesmos, sem a mediação do Estado.

## ***2.6 O Movimento Agrário de Marquetalia: construindo uma nova sociabilidade***

Fugindo da violência instalada nos municípios onde havia movimento agrário dirigido pelos comunistas, os camponeses, as autodefesas comunistas e suas famílias foram para Gaitania, no departamento de Tolima e lá fundaram o Movimento Agrário de Marquetalia, sintetizado desse modo por Gallego (2008, p. 54):

El Movimiento Agrario de Marquetalia funciona esencialmente como movimiento social y autodefensa campesina, entendida ésta como la forma específica de organización en torno al trabajo agrario, la producción campesina y la defensa del territorio en forma simultánea. El énfasis fundamental de estas autodefensas está centrado en la lucha por la tierra y la construcción de economías campesinas; las prácticas de autodefensa en el campo militar consisten en lo esencial en enfrentar en la zona cualquier tipo militar o paramilitar a la población.

Desde a época da violência que se seguiu ao Bogotazo, esta região tem sido habitada por muitas famílias em fuga, por tratar-se do limite da fronteira agrícola, ou seja, uma região coberta por florestas que se tornou estratégica para concentrar um polo da resistência dispersa.

Reunidos em conferência, os diversos destacamentos de autodefesas comunistas decidiram nomear um Comando Guerrilheiro de Marquetalia. O Comando conseguiu expandir o movimento para Chaparral, Natagaima e Quindío. A mesma linha política de ação foi usada em Rióchiquito, El Pato e Gauayabero.

Esta expansão significou um movimento importante na consolidação tanto das autodefesas camponesas como no fortalecimento do movimento agrário dos anos seguintes. (GALLEGO, 2008, P. 57)

Durante o regime da Junta de transição, o Movimento guerrilheiro decidiu, em uma Conferência, mais uma vez guardar as armas, por fim à estrutura militar e priorizar a luta no campo político. Para isso foi criado o Movimento Agrário de Marquetalia, com uma direção eleita entre os camponeses. Jaime Guaracas guerrilheiro de Marquetalia, em entrevista, conta como foi essa construção:

Entonces se dijo en una Conferencia del movimiento de Marquetalia, que todo aquel que quisiera quedarse en la región trabajando, podía hacerlo y quien quisiera retornar a su lugar de origen también quedaba en libertad de hacerlo. Marquetalia era un territorio baldío de la nación y por eso el propio movimiento estaba en condiciones de entregar la tierra a quienes quisieran trabajarla, realizando algo así como una reforma agraria en pequeño. Los bienes que tenía el movimiento fueron repartidos entre todos como una forma de comenzar a trabajar (ARANGO, 1984 apud GALLEGO, 2008, p. 57).

Pouco tempo depois, Marquetalia se transformou em uma das áreas mais produtivas de alimentos dos departamentos de Tolima, Huila e Cauca.<sup>18</sup> Além disso, os camponeses e os índios da região conseguiram construir formas de autogestão democrática, muito diferente das habituais relações capitalistas de produção, vivenciadas pelos camponeses.

---

<sup>18</sup>Marquetalia está situada na Cordilheira Central, entre as serras de Atá e Iquirá, nos limites dos departamentos de Tolima, Huila e Valle del Cauca. Ali está situado um dos picos mais altos da Colômbia: o Nevado de Huila, com 5.750 metros de altitude.

### **2.6.1 O Movimento Agrário de Marquetalia identificado como “inimigo interno”**

No início dos anos 1960, o movimento agrário foi surpreendido por uma onda de violência de grupos policiais e grupos irregulares, identificados como os “limpios”<sup>19</sup>, que, tendo recebido armas modernas e treinamento militar do Estado, aterrorizavam a população de Santiago Pérez, La Estrella e Campo Hermoso. A operação terrorista foi dirigida por velhos guerrilheiros liberais e seu objetivo era atingir a organização camponesa. Em 11 de janeiro de 1960, conseguiram assassinar sua principal liderança, Jacobo Prias Alape (ou Fermín Charry Rincón, o Charro Negro).

A Frente Nacional tinha como estratégia acabar com o movimento agrário, reconhecido e identificado com as autodefesas camponesas comunistas. O movimento agrário chegou à conclusão de que não haveria paz e uma nova etapa de violência estava despontando. Apesar da campanha de denúncia dos movimentos sociais e políticos do país, a região foi totalmente ocupada pelo Exército.

Os camponeses foram proibidos de sair do povoado para vender seus produtos ou simplesmente ir à cidade. O Exército mantinha um clima de hostilidade e perseguia aqueles identificados como dirigentes do movimento. Nessas circunstâncias, a direção do movimento tomou uma decisão que mudaria novamente os rumos dos acontecimentos: caíram na clandestinidade e reorganizaram as autodefesas com o firme propósito de proteger a população camponesa.

Entre 1960 e 1962, os bandos armados tocaram o terror: assaltos, invasões e incêndios de casas, assassinatos e roubo de terras dos camponeses se multiplicaram em Marquetalia. Houve muitos enfrentamentos com as guerrilhas de autodefesas.

O Estado utilizou outros mecanismos estratégicos na tentativa de quebrar o movimento agrário: oferecia ferramentas de trabalho e roupas, promovia campanha da saúde e facilitava a ação das igrejas evangélicas, que através do

---

<sup>19</sup> Ex-guerrilheiros das autodefesas liberais que após entregarem as armas se juntaram ao Exército.

discurso religioso abriam espaços para o trabalho de inteligência e controle militar da população.

Em 1961, o deputado conservador Álvaro Gómez, filho de Laureano Gómez, identificou essas comunidades como o “inimigo interno” que colocava sob ameaça a segurança nacional. Apontou a necessidade de o Estado impor a ordem e retomar o controle das “tais repúblicas independentes” (Vélez, 2001, p. 4). A classe dominante não estava disposta a correr o risco de uma “revolução do tipo cubano” em seu território. Expedições militares foram organizadas, tendo como alvos principais as comunidades de Marquetalia, El Pato, Rio Chiquito e Guayabero.

A mais importante ação militar do Estado contra os camponeses aconteceu em Marquetalia e contou com a colaboração militar dos EUA (PIZARRO, 1991, p.187). Ainda em 1961, o Partido Comunista Colombiano realizou seu IX Congresso. Entre as resoluções aprovadas estava a tese da “combinação de todas as formas de luta”:

La revolución puede avanzar un trecho por la vía pacífica. Pero si las clases dominantes obligan a ello, por medio de la violencia y la persecución sistemática contra el pueblo, este puede verse obligado a tomar la vía de la lucha armada, como forma principal, aunque no única en otro período. La vía revolucionaria en Colombia puede llegar a ser una combinación de todas las formas de lucha (PIZARRO, 1991, p.182).

Essa tese representava uma mudança substancial na posição anterior do partido. O PCC defendia o uso das armas na organização das autodefesas camponesas contra o terrorismo do Estado e os grupos paramilitares. Posição conclusiva do V Congresso, no final dos anos 1950, durante a clandestinidade, que sustentava que: (PCC apud PIZARRO, 1989, p. 7).

los comunistas deben proceder a organizar la autodefensa de los trabajadores en todas las regiones amenazadas por ataques reaccionarios. Pero las acciones armadas no deben considerarse todavía como la forma fundamental de lucha, ya que en este período lo más importante es impulsar y organizar la resistencia de las amplias masas.

Em 1962, o governo da Frente Nacional espalhou entre os camponeses do sul do departamento de Tolima, o seguinte panfleto:

Campesinos: en los momentos actuales nuestra patria atraviesa una situación alarmante, toda vez que el comunismo, cuyas redes ha tejido a todo lo largo y ancho del territorio nacional, intenta enfrentar dos partidos tradicionales para sembrar el caos y la anarquía (...) Es necesario que el trabajador colombiano se dé perfecta cuenta de que sólo laborando en completa armonía entre liberales y conservadores, logrará el fruto anhelado (...) que ignore en forma absoluta todas aquellas promesas que el Partido Comunista le hace para obtener su apoyo, ya que están basadas en el engaño (...) No os dejéis, campesinos, convencer o atemorizar por los conceptos errados que proclama el comunismo; denunciad ante las autoridades legítimas constituidas todo acto que atente contra la vida, bienes y honra de nuestros ciudadanos. (GUZMÁN, 2010, p. 314).

Em 27 de maio de 1964, o governo da Frente Nacional do conservador Guillermo León Valencia deu início ao massacre dos camponeses de Marquetalia. Para a operação militar do Plano LASO (Latin American Security Operation) foram utilizados todos os helicópteros disponíveis das Forças Armadas, aviões de combate T-33 e sete batalhões do Exército. Grupos de inteligência e oficiais estadunidenses também tomaram parte na ação repressiva (PIZARRO, 1991, p.187).

O Comitê Central do Partido Comunista decidiu reforçar a guerrilha e enviou dois importantes quadros a Marquetalia, Jacobo Arenas e Hernando González. Arenas, como ficou conhecido Luis Morantes, militante do Partido, fundador e ideólogo das FARC-EP, descreveu esse momento em seu diário: “A Hernando González y a mí nos cupo el gran honor de ser comisionados para cumplir esa tarea, el primero en representación de la Juventud Comunista y el segundo en la del Partido”. (ARENAS, 1972 apud ROSERO, 2011, p. 71). Eles traziam documentos confirmando o operativo militar oficial e algumas informações de inteligência sobre as táticas militares que seriam disponibilizadas.

Além disso, a ocupação militar e as centenas de voos de reconhecimento aéreo na região davam sinais claros que o Estado estava disposto ao massacre. Os dirigentes do Movimento Agrário de Marquetalia, na clandestinidade, tinham ainda na memória a experiência vivida em Villarica, quando a ditadura de Pinilla atacou o território. Por isso, não perderam tempo: as famílias foram imediatamente evacuadas e levadas para a floresta. Através de uma carta aberta dirigida à população denunciaram a ameaça militar e

solicitaram a solidariedade de povo colombiano. A *Voz Proletaria*, órgão oficial do Partido Comunista, publicou as seguintes partes do documento:

Con el pretexto de la “lucha contra la violencia”, desde hace meses los altos mandos de las Fuerzas Armadas, con el apoyo del Presidente Valencia y la inspiración de los círculos más agresivos del conservantismo y del liberalismo oficialista, vienen preparando una nueva ofensiva armada contra el campesinado de esta región. Este plan regresivo ha culminado en estos días con la inminente iniciación de operaciones que se identificará como una verdadera guerra de exterminio. Las informaciones de que dispone este Movimiento indican que en el asalto oficial a mano armada de que se hará víctima a esta región, participarán de 10 mil a 16 mil unidades militares, correspondientes, entre otros, a los batallones “Colombia”, Caicedo, Tenerife, Juanambú, Patriotas, Galán, Rook, Escuela de Lanceros, apoyados por fuerzas de la aviación y carabineros de la policía y con utilización de todos los tipos de armas y especialidades con que cuentan hoy las fuerzas represivas del país, bajo la asesoría de la Misión Militar norteamericana y los llamados “Cuerpos de Paz. (...) Este monstruoso plan pretende ser justificado por el gobierno y los jefes militares con el argumento de destruir “focos de bandoleros”, colocando a un Movimiento de trabajadores agrícolas en el mismo plano de los grupos de asesinos organizados en años anteriores por el oficialismo liberal y algunos círculos conservadores, con el objetivo de destruir las organizaciones de los campesinos. Se trata entonces de satisfacer al grupo de reaccionarios que invento la fantasía de llamadas “repúblicas independientes”, para, sobre el arrasamiento de los movimientos democráticos, poder fraguar sin obstáculos el golpe de mano no que les permita asegurar mejor sus privilegios y servir a sus amos imperialistas”. (...) Hemos denunciado anteriormente como los puestos militares que desde hace tiempo operan en la región mantienen grupos de bandoleros civiles a su servicio. Hemos denunciado como el ejército, en despoblado y valiéndose de su fuerza y de la inmunidad que cobija sus acciones, aplica la pena de muerte contra humildes trabajadores. Hemos denunciado como todos los actos de bandolerismo que aparecen en la región son estimulados y financiados (Y en ocasiones comandados directamente) por los puestos militares. (...) Se nos quiere negar el derecho a vivir. Vamos a defenderlo. Reclamamos el apoyo nacional porque sabemos que el ataque contra Marquetalia no es sino el inicio de una nueva fase de la política de “a sangre y fuego!”. Sabemos que en esta emergencia, como en anteriores ocasiones, el Pueblo colombiano sabrá encontrar las fuerzas suficientes para derrotar los planes de la reacción (ARENAS, 1972, p. 10).

A primeira fase da operação, realizada em terra, não conseguiu derrotar as autodefesas camponesas. Então o governo recorreu ao bombardeio aéreo com mísseis e a utilização de bactérias. Contudo, essa brutal ofensiva do Estado contra os camponeses não só não os derrotou como ativou a formação de novos agrupamentos guerrilheiros, principalmente nas localidades de Natagaima, Chaparral, Ariari e Sumapaz, entre as Cordilheiras Orientais e Centrais, nos departamentos de Tolima e Cundinamarca.

A resistência camponesa, dirigida por Guaraca, Isaías Pardo e Manuel Marulanda Velez, decidiu em reunião que nada mais havia a fazer ali e passaram a lançar mão de uma nova tática no enfrentamento com o Estado. Nesse momento, a resistência camponesa deixava para trás a tática de defesa do território e se convertia em uma guerrilha móvel.

Em 20 de junho de 1964, os diversos grupos guerrilheiros decidiram, em uma conferência, passar a se chamar Bloque Sur, comprometendo-se com um “Programa de Reforma Agrária das Guerrilhas”<sup>20</sup>. O programa é uma síntese do significado e objetivos da resistência camponesa, no qual a guerrilha afirmava o campo revolucionário para a construção de uma nova sociabilidade e a tática da luta armada como único instrumento para a tomada do poder de Estado para todo o povo colombiano. Avaliava a total falta de espaços políticos e democráticos para as lutas pacíficas, denunciando que

[!]a vía (democrática) nos fue cerrada violentamente y como somos revolucionarios que de una u de una otra manera jugamos el papel histórico que nos corresponde, obligados por las circunstancias arriba anotadas, nos tocó buscar la otra vía: la vía revolucionaria armada para la lucha por el poder.

O documento periodiza e analisa quatro momentos históricos marcados pela violência estatal contra o povo colombiano: o primeiro, iniciado em 1948, com a morte de Gaitán e o Bogotazo; o segundo, em 1954, no ataque militar da ditadura Roja Pinilla a Villarica; o terceiro, em 1962, correspondendo à primeira

---

<sup>20</sup> Disponível em : <http://cedema.org/ver.php?id=4021> Acesso em: 5 de maio de 2015,

fase da operação militar contra Marquetalia; e, por fim, o quarto e último momento, iniciado em 1º de maio de 1964, correspondendo à segunda e definitiva fase, quando o Exército destruiu o Movimento Agrário de Marquetalia. O Programa determinava as bases para uma reforma agrária radical, sob controle dos camponeses, propunha um novo regime de propriedade e novas relações de produção. Estabelecia a devolução das terras indígenas e o respeito a sua autonomia e cultura. Conclamava a construção de uma Frente Única do povo colombiano, uma aliança operário-camponesa pela mudança do regime e destruição da velha estrutura latifundiária e por um governo democrático de libertação nacional. Finalmente, mantinha e reafirmava o mais forte vínculo e o apoio permanente no movimento de massas:

a todos los campesinos, a todos los obreros, a todos los empleados, a todos los estudiantes, a todos los artesanos, a los pequeños industriales, a la burguesía nacional que esté dispuesta a combatir contra el imperialismo, a los intelectuales demócratas y revolucionarios, a todos los partidos políticos de izquierda o de centro que quieran un cambio en sentido del progreso, a la gran lucha revolucionaria y patriótica por una Colombia para los colombianos, por el triunfo de la revolución, por un gobierno democrático de liberación nacional.

Organizava-se, pois, uma resistência armada, com um programa definido e uma estratégia clara em relação ao poder do Estado. Essa conferência representou uma inflexão radical na natureza, na tática e na estratégia da organização armada camponesa. Os insurgentes, organizadamente, deixaram para trás a tática territorialista, que, no final das contas, expressava, ainda que armados, uma aposta da luta por justiça social no âmbito político e na legalidade da ordem burguesa. Além disso, apontavam para a possibilidade da unidade com setores da burguesia progressista contra os aliados do imperialismo, na linha da política das etapas democráticas rumo ao processo revolucionário socialista, típica da Terceira Internacional.

Após a Conferência do “Bloque Sur”, o governo decide pela ação militar contra Río Chiquito, no departamento de Cauca, cujo movimento camponês também era dirigido pelos comunistas. Río Chiquito havia se notabilizado pelo programa educacional misto, com 16 escolas para crianças, e outras tantas para adultos,

e a consolidação da unidade entre a população camponesa e as populações indígenas:

con base en la necesidad de la defensa común, contra eventuales ataques de las fuerzas oficiales o los pájaros organizados en especial por la curia de Belalcazar y Popayán y por los latifundistas como empresarios de violencia. (...) Luego, era urgente encontrar y levantar viejas y nuevas reivindicaciones de los indígenas por la tierra y sus derechos y hacer que éstas fueran ardientemente defendidas por los campesinos foráneos que habíamos llegado de otras partes (TRUJILLO, 1974, p. 11).

Para o dirigente comunista de Río Chiquito, Ciro Trujillo, a assessoria dos EUA foi fundamental na construção da farsa das “repúblicas independentes”, que deveriam ser destruídas para não colocar em risco a integridade territorial e social do país.

Antes do início dos bombardeios, o general Ruiz Novoa<sup>21</sup> denunciou que a intenção de bombardear Río Chiquito, como no caso de Marquetalia, escondia o interesse dos latifundiários em se apropriar das terras. Enquanto isso, os dirigentes camponeses escreviam documentos de denúncias e buscavam solidariedade política no Parlamento, na Cruz Vermelha, na Igreja e entre os intelectuais. Ninguém deu ouvidos ao apelo dos camponeses ameaçados. As guerrilhas móveis do Bloque Sur marcharam em auxílio ao povoado e orientaram a imediata retirada e a desocupação do território.

Em setembro de 1965, o governo decidiu-se pela ocupação militar de Río Chiquito. A operação militar atingiu outras regiões, como El Pato e Guayabero. Os relatos dessa tragédia contra os camponeses de Marquetalia dão conta das piores violações dos direitos humanos na história da Colômbia até aqueles dias.

Em abril de 1966, os camponeses em armas organizaram a Segunda Conferência do Bloque Sur, na região do rio Duda, no departamento de Meta.

---

<sup>21</sup> Foi comandante do Exército no Batalhão colombiano na guerra da Coreia e ministro da Guerra no governo de Guillermo León Valencia (1962-1965). Foi afastado do cargo em fevereiro de 1965, quando, ao participar da repressão ao movimento de Marquetalia, proferiu um discurso defendendo uma reforma agrária e criticando os interesses dos latifundiários na região de Río Chiquito.

Nessa Conferência, nasceram as FARC e foi eleito seu Estado-Maior, com a tarefa tática de expandir a ação da guerrilha para outras áreas. Assim, de imediato, conformaram-se seis núcleos guerrilheiros, comandados por Manuel Marulanda Vélez, Jacobo Arenas (membro do Comitê Central do PCC), Rigoberto Lozada, Carmelo López, Rogelio Díaz, José Rivas e Ciro Trujillo. Nas palavras de Jaime Guaracas,

Le dio a la organización , que fue llamada desde la Conferência “movimiento guerrillero de nuevo tipo”, una estructura dinámica y funcional al dotarla de reglamentos internos, código disciplinario, estatuto del guerrillero, jerarquías, código de moral guerrillera; estableció los deberes y los derechos de estos y reglamentos las sanciones para los delitos...Pero lo más significativo fue que logro la unidades de todos los grupos armados existentes en la época y aprobó un programa de gobierno propiamente dicho. Estableció como objetivo estratégico la toma del poder para las masas laboriosas y explotadas del país (ARANGO,1984 apud GALLEGO, 2008, p. 42).

A declaração política da Segunda Conferência Guerrilheira do Bloque Sur manteve a tese de que o imperialismo era a origem principal das injustiças a que estava submetido o povo colombiano:

(...) para estudiar la situación política nacional y las perspectivas de la lucha revolucionaria, frente a los planes del imperialismo yanqui de apoderarse definitivamente de nuestro país, engullirse lo que queda de industria nacional, el comercio y el trabajo de todos los colombianos, suprimir a la fuerza los últimos vestigios de libertad, oprimir aún más bajo su bota a todos los trabajadores de la ciudad y el campo, someternos con mayor fuerza al hambre, a la desocupación, a la miseria y al terror.<sup>22</sup>

A conferência fez uma análise detalhada sobre o poder que os EUA exerciam sobre a Colômbia e o conjunto da América Latina. Denunciou o roubo das jazidas de urânio e dos hidrocarburetos, condenou as instalações das bases americanas e acusou os EUA de promoverem ações de contrainsurgência, inclusive ocupações em aeroportos colombianos. Enalteceu a iniciativa da

---

22 Disponível em: <http://cedema.org/ver.php?id=4415>.

Conferência Tricontinental de Havana<sup>23</sup> “para acordar acciones solidarias del mundo democrático contra los agresores imperialistas, para el impulso y desarrollo del movimiento revolucionario mundial, por la paz y el progreso de las naciones (...)”.<sup>24</sup>

Sobre a situação nacional e da classe trabalhadora, o texto da resolução final do encontro assim se colocava:

A las huelgas y luchas reivindicativas de las masas trabajadoras, el gobierno fiel testaferra de los imperialistas responde con la fuerza de las armas, ocupa casas y locales de organización sindicales y gremiales, universidades, trata de destruir a sangre y fuego toda organización popular que se alce a la lucha por mejores sueldos y salarios, sus dirigentes son asesinados, perseguidos, apaleados o encarcelados, muchos condenados por consejos de guerra verbales, los hambrientos, los sin trabajos, los sin techo, reciben descargas cerradas de fusilería, en tanto el costo de la vida es elevado y nuevos impuestos, (...) etc. enmarcan un cuadro sombrío de violencia y guerra donde una cuadrilla de bandoleros instalados en el gobierno, en los mandos militares, en las juntas directivas de la banca, la gran industria, el gran comercio, la gran prensa y el capital gringo arrancan tinta en sangre de colombianos fabulosas riquezas.<sup>25</sup>

Outro ponto importante foi a identificação da violência e o confronto entre o Estado e as organizações dos camponeses e trabalhadores como parte integrante da estratégia do imperialismo contra o comunismo no contexto da guerra fria:

---

23 “La Tricontinental surgió como una respuesta de los pueblos de África, Asia y América al colonialismo y el imperialismo. En su primera sesión en enero de 1966 en La Habana, la voz justiciera del Comandante Che Guevara expresó la necesidad de conquistar la libertad e independencia de los pueblos creando ‘uno, dos, tres cuatro Vietnam’. A partir de allí, durante los últimos cuarenta y tres años, el movimiento de la Tricontinental ha persistido sin descanso en esa lucha, por todos los medios posibles. <http://www.aporrea.org/ideologia/a92791.html>. Acceso em: 14 de junho de 2015

<sup>24</sup> Disponível em: <http://cedema.org/ver.php?id=4415>

<sup>25</sup> Ibidem.

Se la denomina guerra preventiva contrarrevolucionaria bajo los lineamientos del Plan Laso inspirado en la nueva filosofía de la guerra irregular que practica típicos procedimientos fascistas, “acción cívica, comunal o acción cívica-militar”, dentro de una guerra psicológica por la conquista de las masas para desarrollar, luego, la táctica de guerra de guerrillas contra guerrillera.<sup>26</sup>

E concluía:

Frente a todo lo anterior los destacamentos guerrilleros del bloque sur, nos hemos unido en esta Conferencia y constituido las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – FARC, que iniciarán una nueva etapa de lucha y de unidad con todos los revolucionarios de nuestro país, con todos los obreros, campesinos, estudiantes e intelectuales, con todo nuestro Pueblo, para impulsar la lucha de las grandes masas hacia la insurrección popular y la toma del poder para el Pueblo.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> Ibidem.

## CAPÍTULO III

### É POSSÍVEL A PAZ COM JUSTIÇA SOCIAL?

#### 3 Uma alquimia surpreendente

Desde sua origem, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. enfrentaram inúmeras operações militares e políticas promovidos pelo Estado colombiano. Os contornos dessas operações foram produzidos pelos mais eficientes centros de contrainsurgência das forças especiais e de inteligência dos EUA e da Escola das Américas. Se isto não bastasse, o movimento guerrilheiro camponês, ao longo de sua existência, teve que enfrentar a fúria assassina dos grupos paramilitares e narcotraficantes, regra geral a serviço da estratégia contrainsurgente do Estado colombiano, dos seus próprios negócios, no caso dos narcotraficantes, e da apropriação de terras.

As mudanças históricas ocorridas na conjuntura internacional, como o fim da URSS, a campanha mundial antiterrorista e a campanha contra as drogas, ambas operacionalizadas pelos EUA em substituição à campanha anticomunista, da Guerra Fria, não foram suficientemente eficientes para eliminar a guerrilha. Mesmo as teses, em voga no campo “marxista”, sobre o anacronismo da luta armada para a estratégia revolucionária ou, ainda, as campanhas mais pontuais, do campo da direita, que se esmeram em exaltar a decadência política, militar e moral da resistência colombiana, vinculando-a ao narcotráfico, não conseguiram impedir seu crescimento e sua atuação política. As FARC-EP foram se consolidando como um movimento social e político, inserido no seio da classe trabalhadora do campo e da cidade, como parte da luta de classes, munido de um programa político e social construído a partir dos anseios econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores colombianos.

Uma conjuntura difícil ao longo dos 50 anos de existência, que toma a forma de “tempos muy pacíficos para la izquierda, aunque nuestro enemigo sea paradójicamente más violento y se prepare para nuevas contendidas armadas” (SANTAMARÍA apud SANTRICH , 2008, p. 12). Enfrentando as “políticas de

paz” dos governos que lograram desmobilizar quatro guerrilhas (Movimiento 19 de Abril – M-19, Ejército Popular de Liberación - EPL, Quintim Lame e Partido Revolucionario de los Trabajadores - PRT), que no período anterior à desmobilização haviam conseguido construir a unidade, através da Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar – CGSB<sup>28</sup>.

As FARC-EP não só mantiveram uma eficiente estrutura militar e política ligada politicamente aos anseios dos camponeses, como expandiram sua força e influência política aos setores urbanos e organizados da sociedade colombiana. Sem deixar de lado a pauta agrária, assumiram como sua a agenda histórica da luta dos trabalhadores urbanos.

Sua estrutura de comando é politicamente centralizada, como um partido leninista, forjada no centralismo democrático, com presença em praticamente todo território nacional e atuando politicamente como um só corpo. A parte operacional dos assentamentos e das relações com a população local fica a cargo dos comandos regionais. Estruturam-se sobre o terreno em forma de blocos regionais, com autonomia relativa e flexibilidade tática.

Na América Latina, entre as décadas de 1960 a 1980 alguns movimentos guerrilheiros de resistência surgiram e desapareceram. Alguns se renderam, outros resolveram participar dos processos ditos “democráticos” e se deixaram levar por negociações cujas garantias estavam circunscritas ao processo de reinserção de guerrilheiros e participação política e cuja pauta reivindicatória das massas e dos trabalhadores passava longe (PETRAS, 2008, p. 32).

(...) lucharon en nombre de inexistentes “ejércitos populares” la mayoría eran intelectuales que estaban más familiarizados con las narraciones europeas que con la micro-historia, la cultura popular y las leyendas de la gente que trataban de organizar. Ellos fueron aislados, cercados y eliminados, talvez dejando un bien publicitado legado de sacrificio ejemplar, pero sin cambiar nada.

---

<sup>28</sup> Esse tema será abordado no item 3.5.

Na Colômbia, o encontro das ideias revolucionárias que floresciam em Cuba – com os camponeses expulsos de suas terras, os trabalhadores rurais sem terras e os pequenos sitiados pobres, todos vítimas da violência histórica do Estado, no processo de expansão do capitalismo para o campo – produziu uma alquimia surpreendente. Esses aspectos, sem dúvida, influenciaram as estratégias militares de guerra de guerrilha e guerra irregular revolucionária,<sup>29</sup> definidas na Segunda Conferência (maio de 1982), conferência histórica de fundação das FARC, organizada pela resistência camponesa e pelo Partido Comunista da Colômbia. Os documentos resultantes das oito conferências, os programas e as declarações dos inúmeros plenos ampliados do Estado-Maior Central das FARC-EP demarcaram sua origem como autodefesas em resposta à agressão violenta do Estado contra os camponeses e suas terras. Segundo esses documentos, os princípios que os norteiam estão comprometidos com as causas e as necessidades fundamentais dos explorados do campo e, a partir da Sétima Conferência, dos explorados da cidade. Apesar da investigação desses documentos não ser, a rigor, o foco de nossa pesquisa, não podemos ignorar que sua leitura pressupõe que o caráter da luta que travam é o da revolução socialista, que toma a forma tática de libertação nacional. Nas palavras de Marulanda, “nos guiamos por una ideología revolucionaria y nuestro faro político lo constituye la teoría del socialismo científico que plasmamos en la práctica de la actividad comunista” (apud REYES, 2005, p. 18).

O desenvolvimento do movimento guerrilheiro norteou-se pela busca da necessária unidade com o proletariado urbano, na árdua e longa tarefa de construir estratégias para a tomada do poder de Estado. Uma configuração de tal gênero foi resultado da ação consciente de uma organização política marxista, que marcou profundamente o curso da organização revolucionária e armada desde seu nascimento. O Partido Comunista Colombiano (PCC) foi responsável pela organização da guerrilha com uma estratégia revolucionária e

---

<sup>29</sup> A guerra irregular revolucionária tem lugar quando a preocupação fundamental é a conquista e a ampliação da base social, da população do entorno, para o campo revolucionário, ou no mínimo para o apoio político e estratégico.

princípios marxistas. Desde sua origem, as FARC são detentoras de uma práxis marxista em suas análises, utilizando-a como base para decidir suas mutações táticas e estratégicas. Nas *Tesis sobre el movimiento armado*, aprovadas no X Congresso do PCC realizado na clandestinidade, em Viotá (1966), assim era definido o caráter da então recente organização:

El movimiento guerrillero que crece actualmente tiene un carácter más definido y elevado que las luchas guerrilleras de etapas anteriores no solo porque se beneficia de todas sus experiencias, sino principalmente porque tiene un claro contenido revolucionario y anti-imperialista y se plantea como objetivo la toma del poder para el Pueblo (...).

Na agenda política e no programa da insurgência, além da questão da terra e do estímulo à produção agrícola, figuram a questão da soberania nacional sobre os recursos naturais, em particular o petróleo; a questão do acesso universal à educação e à saúde; a orientação política e estratégica das Forças Armadas e as relações sociais e políticas, pautadas nas propostas de abertura democrática e reformas políticas. Ou, em outras palavras,

Era una propuesta de modernización democrática desde el ángulo social y popular, que requería un cambio político revolucionario mediante vías que iban desde el papel privilegiado de la lucha armada hasta la combinación de todas las formas de lucha de masas (CAYCEDO, 2007, p. 52).

Vale destacar que a agenda popular das FARC não teve praticamente repercussão alguma no governo da Frente Nacional (1958-1974), nem nos seguintes. Esse descaso dos sucessivos governos “democráticos” de orientação ora liberal, ora conservadora, é próprio de uma estrutura estatal cujas políticas públicas com relação à pauta popular e às respostas violentas das forças públicas contra os movimentos sociais e políticos representam mais que uma unanimidade conjuntural entre as frações da burguesia. São posições essenciais do conjunto da classe dominante, expressadas pelo Estado, que se reportam às formas como a classe dominante mantém o *status quo* econômico e político, apesar das contradições pontuais que eventualmente tenham. O

perfil da estrutura do Estado colombiano – cujo processo de dominação, aparentemente, não passa por nenhum tipo de mediação – atende aos interesses diretos das corporações norte-americanas e de seus aliados nacionais. Em outras palavras, as estratégias de dominação de classe são tratadas como uma questão de Estado, não de governo. Na síntese do escritor e professor Alejo Vargas (2006 apud LOZANO GUILLÉN, 2006, p.45).

Hay que señalar que históricamente, a las luchas sociales se les dio un tratamiento de subversoras del orden establecido, por lo tanto la respuesta fue sólo represiva. La parcialidad de las instituciones estatales en los diversos conflictos en contra de los intereses de sectores sociales subordinados ayudó a deslegitimar el Estado y, al mismo tiempo, se convirtió en elementos de legitimación de los actores que lo confrontan.

Ainda que não concorde com a avaliação de que a política de repressão ajude a “deslegitimar” o Estado, mas ao contrário, indica uma nova configuração do Estado para o atual estágio do capitalismo, tal política de violência preparou o terreno da luta de classes para o surgimento e a “proliferación de organizaciones de izquierda que se inscriben en la lucha política legal e ilegal, dinamizan la lucha campesina y obrera, la protesta estudiantil y la confrontación cívica y popular” (GALEGO, 2008, p. 91). Essa nova configuração da realidade, no período da Frente Nacional (1958-1974), potencializaria as manifestações de massa de praticamente todos os setores do povo colombiano, inclusive em ações das insurgências, como do M-19, da Autodefesa Obrera – ADO e do EPL. Por outro lado, seria também a base para o regime alavancar a execução da Doutrina da Segurança Nacional, postura política que marcou os mandatos presidenciais de Alfonso López Michelsen (1974-1978) e de seu sucessor, Julio Cesar Turbay Ayala (1978-1982).

### 3.1 *Um desejo compartilhado de mudanças: a greve geral de 14 de setembro de 1977. A abertura de uma nova conjuntura e correlação de forças*

Com a chegada dos anos 1980, as mobilizações de massas tomaram uma nova e ascendente dinâmica, agora também nas cidades. O ano de 1977 foi outro marco no acirramento da luta de classes na Colômbia, expresso em uma poderosa greve geral que mobilizou os trabalhadores em nível nacional.

Tentaremos nos próximos parágrafos revelar uma breve fotografia da dinâmica histórica do ponto de vista econômico, político e das relações de classes da década de 1970. Esse relato é importante para entendermos as determinações que levaram, no período seguinte, o governo à abertura dos processos de paz com a insurgência.

Estamos tratando de uma quadra histórica, relacionada ao governo de transição entre o regime bipartidarista da Frente Nacional e a “democratização” do Estado, representada no governo Michelsen. Essa década, identificada pelos economistas colombianos como a primeira fase do neoliberalismo, é também a década em que se verificou uma nova configuração do fluxo migratório do campo para as cidades. Esses dados são consolidados na Tabela 1, elaborada pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE.

ANOS	POPULAÇÃO COLOMBIA	% URBANO	POPULAÇÃO BOGOTA	%
1938	8.702.000	31	330.000	3,8
1951	11.548.000	39	660.000	5,7
1964	17.485.000	52	1.100.000	9,5
1973	22.500.000	60	2.900.000	12,7

Fonte: Censos de 1932, 1951, 1964 e 1973 (apud CAMARGO, 2010, p. 119).

A classe dominante colombiana fomentou um modelo econômico, cuja base de acumulação era centrada nos monopólios. Nas décadas de 1960 e 1970 a grande burguesia *criolla* havia consolidado o processo de centralização e concentração de capitais, em concerto com grupos imperialistas, como Rockefeller e Morgan (SILVA COLMENARES, 1977 apud CAMARGO, 2010).

O tripé do desenvolvimento econômico desse modelo tinha como eixos

[!]a economía formal de los grande grupos monopólicos criollos centrados en el capital financiero, la economía de las multinacionales que llegaron con la oleada de inversión extranjera de 1960 y la naciente economía ilegal de mafias que empiezan a consolidarse al redor del contrabando, las esmeraldas y la marihuana. Este régimen de acumulación estuvo amparado por la protección estatal frente a la competencia internacional y a las presiones de los trabajadores por el alza de salarios (CAMARGO, 2010, p. 115).

O comércio exterior foi liberalizado, produzindo um processo de desindustrialização e, por conseguinte, o crescimento das importações. Outros efeitos desta política, segundo Estrada (2007, apud CAMARGO, 2010) se verificaram, em primeiro lugar, com a tendência à financeirização do capital e, em segundo lugar, mas não menos importante, com a articulação crescente entre formas legais e ilegais de acumulação. Esta foi a saída encontrada para a crise verificada por Kalmanovitz (1978 apud CAMARGO, 2010): “entre 1974-83 la economía exportadora se mostró especialmente débil y las exportaciones dinámicas no salieron de las fábricas, sino de la economía ilegal de las esmeraldas, la marihuana y la cocaína ...”

Os trabalhadores sentiam no bolso o resultado do modelo econômico adotado. O processo inflacionário atingia os produtos alimentícios e de vestuário. Os salários perdiam seu poder de compra a passos largos. O desemprego fez com que aumentasse ainda mais o número de trabalhadores atuando na informalidade. Os investimentos nos serviços públicos, como saúde, educação e moradia popular, eram praticamente inexistentes. A miséria se intensificava. Por outro lado, os lucros dos bancos eram crescentes, imiscuído com o nascente e vigoroso tráfico de drogas e o contrabando de pedras preciosas. O

governo disponibilizava enormes quantias do erário público para a construção e a ampliação da infraestrutura do interesse empresarial. Algumas dessas obras foram responsáveis pelo desalojamento de “300 mil habitantes pobres de la zona centro oriente de Bogotá” (CAMARGO, 2010, p. 120). Durante a década de 1970, “la huelga fue la principal forma de lucha gremial. Cuando se registró el más alto nivel de huelgas del siglo XX, teniendo un pico entre 1976 y 1977” (CAMARGO, 2010, p. 124).

Interessante observar a entrada em cena das lutas dos bairros populares que se somaram à greve geral. Desde os anos 1960, o Partido Comunista mantinha um trabalho militante de organizar os habitantes dos bairros populares e os sem-teto. Este movimento promoveu uma série de lutas e ocupações de terrenos que deram origem a outros bairros. Na sequência, na segunda metade dos anos 1970, com base na experiência acumulada do período anterior, o movimento popular emergiu como vanguarda na resistência contra o despejo das populações e contra a reforma urbana não inclusiva do Estado, tendo lugar de forma concomitante e em unidade com os trabalhadores em luta. Uma outra forma de mobilização surgiu nessa ocasião:

Es en estas dinámicas que aparece en Bogotá una nueva forma de acción colectiva: el paro cívico, como movilización y organización de diferentes sectores sociales, agrupados en torno a un pliego y con la capacidad de bloquear avenidas claves para el transporte y obligar a las autoridades a negociar (CAMARGO, 2010, p. 126).

O ministro do Trabalho, Oscar Montoya Montoya, nomeou como secretário geral da sua pasta o jovem Álvaro Uribe Vélez, que enfrentou as reivindicações dos trabalhadores com o velho rigor do Estado liberal, ou seja, com muita repressão. Nesta linha, coadunando com as corporações estrangeiras, o Estado foi consolidando sua forma autoritária e mafiosa em todas as dimensões do Estado, ou seja, na economia, na política e nas relações sociais. Extrapolando seus próprios limites legais.

[e]n el gobierno de Alfonso López Michelsen (...) se creó la "Ventanilla Siniestra" en el Banco de la República, por la que ingresaron los millones de dólares de la bonanza marimbera, confundidos con los de la bonanza cafetera, que por lo demás en buena parte correspondieron a contrabando del grano (CASTILLO, 1987, p. 12).

Ao Exército coube a condução da doutrina anticomunista da Segurança Democrática, definida por Washington, que pautou a relação do Estado com as lutas dos trabalhadores e camponeses em geral. Nesse sentido, foi concedida mais autonomia às Forças Armadas para garantir a ordem e assim o fizeram.

A condução adotada pelas Forças Armadas era parte do conjunto de instrumentos emanados do Estado que legitimavam a violência e a suspensão dos direitos na garantia da manutenção e reprodução do *status quo*.

O clímax dessa turbulenta conjuntura aconteceu em 14 de setembro de 1977, quando uma poderosa greve geral nacional e unitária varreu a Colômbia: trabalhadores exigiam aumentos de salários, vendedores ambulantes exigiam o direito a trabalhar nas ruas, os moradores dos bairros populares bloqueavam as via públicas para exigir os serviços públicos de saúde e educação, energia, moradia, saneamento e tantas outras reivindicações sociais. Os estudantes estavam também na luta contra os "planos" para a educação e contra a repressão, incluindo o assassinato de estudantes e o fechamento das universidades públicas. Toda essa agitação e mobilização, ainda que motivadas por questões imediatas, no seu curso, acabaram esbarrando e se defrontando com a repressão do Estado e com uma sociedade militarizada. Essa conjuntura de ascenso favorecia o avanço da consciência política crítica dos trabalhadores em luta.

As FARC, o ELN, EPL, o M-19, a Autodefensa Obrera - ADO, o Comando Urbano PLA, Frente Revolucionario de Unidad Popular - FRUP apoiaram e participaram ativamente da construção da jornada. No dia 28 de agosto de 1977 teve lugar em Bogotá uma Assembleia Operária e Popular (Cabildo Obrero y Popular), onde foram discutidas a organização e a tática que seriam empregadas pelos comitês dos bairros.

Todos os aparatos e as instituições do Estado, bem como os meios de comunicação iniciaram uma campanha de desqualificação do movimento reivindicatório e exigiram uma resposta dura do governo. E assim foi feito, mediante decretos criminalizando manifestações com pena de prisão, a proibição de concentração pública e dos meios de comunicação de falar do assunto, a não ser por mensagens emitidas pelo governo e, finalmente, uma maior militarização das cidades, que incluiu o toque de recolher. No entanto, nada disso conseguiu demover as massas em luta (CAMARGO, 2010).

A greve geral nacional foi uma explosão insurrecional das massas. Somente em Bogotá foram incendiados 19 veículos – seis de empresas de transporte privado, cinco de empresas públicas, três das forças repressivas e cinco particulares. Além de apedrejamentos e saques em dezenas de empresas privadas.

A campanha para qualificar o movimento como subversivo e as medidas repressivas só fizeram fortalecer ainda mais o ânimo das massas. É importante acentuar que nesse período os movimentos sindicais, sociais e políticos atingiram níveis de organização e unidade jamais vistos em outras épocas. E em que pese a crise política interna enfrentada pelo PCC– com a divisão entre maoístas e partidários da União Soviética, gerando o racha que deu origem ao Partido Comunista de Colombia Marxista-Leninista- PCML, no final da década de 1960, o Partido Comunista Colombiano foi parte importante da vanguarda que construiu o movimento unitário, neste período.

A jornada teve a duração de três dias, envolvendo muitos confrontos entre a população e as forças públicas e com ocupações de estradas. Foram assassinados 25 manifestantes, sendo a maioria jovens dos bairros pobres. No bairro Atahualpa de Fontibón, além de mortos, foram registradas 500 pessoas feridas com tiros de fuzil e 3.450 presos.

Em outubro, o governo acenou com um pequeno reajuste de salário e formou uma Comissão de Salários e de Trabalho, composta por representantes do governo, das centrais sindicais e dos empresários. Por outro lado, o ministro de Defesa Nacional, general Varón Valencia, fez elogios à atuação das Forças

Armadas que, segundo ele, “realizaron todos los esfuerzos y sacrificios que fueron necesarios para garantizarle a los colombianos el retorno a la normalidade y el beneficio de la paz” (CAMARGO, 2010, p. 140).

Para enfrentar “la amenaza subversiva”, o Estado agiu de modo a aprimorar os instrumentos de repressão, lançando contra os movimentos urbanos a mesma tática contrainsurgente utilizada contra os movimentos e as organizações sociais e armadas dos camponeses. Logo, os dirigentes sindicais, sociais e políticos foram considerados “inimigos internos de la democracia colombiana” (CAMARGO, 2010, p. 140) Dessa forma, o governo seguinte, do liberal Turbay Ayala enfrentou o movimento de massas e as organizações sociais e políticas.

A tortura, que já existia nos governos anteriores, obteve, com Turbay, estatuto legal como forma de arrancar confissões. Os casos de desaparecimentos, sequestros, execuções, homicídios de diversos tipos e genocídios envolvendo as Forças Armadas aumentaram de forma alarmante, neste período. No mandato de Turbay, o Estado passou por cima de sua própria legalidade e institucionalizou o Estado de exceção, formalizado no Estatuto de Segurança, artigo 121 da Constituição Nacional, com o argumento de combater o movimento subversivo e o narcotráfico (CAMARGO, 2010, p. 140).

Na verdade, o foco da violência estatal se ampliou do campo para o movimento organizado nas cidades, quando todas as iniciativas sindicais, sociais e políticas dos trabalhadores passaram a ser consideradas suspeitas de “ajudar” o inimigo.

O estado de sítio instalado não conseguiu arrefecer totalmente o ânimo dos trabalhadores. A conjuntura havia mudado. E ainda que a situação fosse mantida sob certo controle, os sinais de uma crise política estavam dados. Nos termos de Lênin, quando os de cima não podem mais...; quando os de baixo não querem mais...; quando os do meio hesitam e podem balançar (...) (Lenin, In *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, apud SALEM, 2008, p.87)

Este proceso de movilizaciones sociales genera distintas actitudes y líneas de desarrollo político e institucional: el establecimiento resiente la capacidad de confrontación de movimientos sociales, cívicos y populares, con una contundencia no vista desde los levantamientos del 9 de Abril de 1948, y se percata de la carencia de instrumentos legales, más allá del estado de sitio y el toque de queda, para controlar la protesta popular (TOLOSA, 2006, p.129).

Não foi sem sentido que no final de governo de Turbay Ayala, o Congresso da República promulgou a Lei 37 de 1981, que decretava uma anistia condicional a favor de ex-guerrilheiros, autores de delitos políticos, e mediante o Decreto 2761 de 1981, criou a Comissão de Paz e Desmobilização. Todavia, o decreto não saiu do papel. Ainda que a anistia oferecida não representasse um instrumento de fato no sentido da desejada abertura política, foi sem dúvida um sinal de que a classe dominante, como força política organizada no Estado, havia percebido os sinais de crise como uma alteração na correlação de forças. Por isso, era urgente uma mudança na relação com o movimento de massas, a fim de recuperar e manter o controle e a ordem.

### **3.1.1 Nova conjuntura, novos desafios para a guerrilha: papel ampliado na luta de classes**

Para os movimentos guerrilheiros e a esquerda, a insurgência das massas urbanas trouxe novos desafios. Sob a orientação política do PCC, as FARC, trilhavam, nessa conjuntura, o caminho da superação de uma crise militar e política, gerada, segundo sua própria compreensão, pelo pouco entendimento ou apreensão equivocada da nova estratégia militar de mobilidade. Esse fenômeno teve um custo muito alto em vidas humanas e armamentos. A partir da 6ª Conferência, realizada em janeiro de 1978, quatro meses após as jornadas de luta de setembro de 1977, as FARC ingressaram em nova fase da reconstrução de sua estrutura organizativa e da relação com as lutas urbanas, implicando a ampliação de seu programa político. A 6ª Conferência consolidou o processo de superação da crise. As FARC organizaram

(...) en sus zonas de influencia el trabajo de desenmascaramiento de la política oficial del gobierno en lo económico y en lo militar: se introduce el tema de la deuda externa con los Estados Unidos, la crisis de la economía nacional generada por la creciente dependencia, un amplio cuestionamiento a los problemas de la educación, salud, vivienda, entre otras temáticas que buscan crear consciencia en la población y apoyo para la resistencia política y militar (GALLEGO, 2008, p. 95).

No âmbito politico-militar, as jornadas de setembro de 1977 colocaram na ordem do dia a discussão e a necessidade de amadurecer a ideia da formação de uma estrutura militar de exército revolucionário em âmbito nacional, que capacitasse as FARC a adotar estratégias mais ofensivas na perspectiva da tomada do poder. Jacobo Arenas considerou a 6ª Conferência a “más rica y prodigiosa desarrollada por las FARC en todo su historia y constituye el punto de inflexión hacia una nueva estrategia militar y política” (ARENAS, 1986, p. 45).

Recuperados da crise, mais preparados para um novo modo de operar, com uma presença marcante nos acontecimentos nacionais, as FARC se tornaram mais conscientes de seu papel ampliado no processo da luta de classes e no movimento revolucionário do país. Na 6ª Conferência elas puderam fazer um balanço rigoroso tanto do ponto de vista da organização e estratégia militar, quanto de seu trabalho de organização política, formação ideológica e envolvimento com o movimento de massas no campo e, agora, nas cidades. Na questão interna, discutiram-se três documentos, relativos ao Estatuto das FARC, ao Regime Interno Disciplinar e às Normas Internas de Comando.

A Sétima Conferência, realizada em maio de 1982, desenvolveu uma discussão política mais global da situação nacional e internacional. Aprofundou o tema da violação dos direitos humanos pelos organismos de segurança pública, discutiu e elaborou uma tática na busca de reconhecimento e solidariedade internacionalista. Uma decisão extremamente importante então tomada foi partir para a ofensiva na estratégia de agitação e propaganda, através da criação de diversos meios de comunicação próprios.

A guerrilha chegava à conclusão de que as mudanças na conjuntura favoreciam a luta revolucionária e que era necessário o fortalecimento do fator subjetivo, ou seja, uma organização revolucionária das massas. Nesse sentido, com base no acúmulo dessa discussão desde a conferência anterior, o novo Plano Estratégico Político-Militar dotava a organização de uma estratégia militar ofensiva, que deveria estar combinada com todas as demais formas de luta de massas, na perspectiva da tomada do poder. Nesta linha, tomou-se a decisão de formação do Exército Revolucionário, identificado pela inclusão de “Exército do Povo” (EP), no final do nome da organização. A fundação de escolas especializadas de formação militar e política foi outra decisão importantes da conferência no âmbito da constituição de quadros e de suporte pedagógico ao sistema de Inteligência vinculado ao Estado-Maior Central.

Finalmente – e o que parecia, aparentemente, uma contradição – foi votada uma “Salida Política al Conflicto Social y Armado, creando las condiciones de una paz duradera con justicia social” (*Declaración de la Séptima Conferencia de las Farc*, apud REYES, 2005, p. 33). Para Medina (1997, p. 32), “el cambio estratégico se desprendió de un diagnóstico sencillo: El Paro Cívico Nacional del 14 de septiembre había sido una insurrección a la que sólo le había faltado las armas para instaurar el poder popular.”

No entanto, acreditamos que, além da avaliação de uma conjuntura que dava sinais de uma nova situação do tipo revolucionária, as FARC-EP apostavam no aprofundamento da crise política gerada, entre outras causas, pela implantação da política econômica do governo que trazia mais desemprego, terceirização, precarização e miséria à classe trabalhadora. Ademais, não se deve esquecer a continuidade do estado de exceção, que mantinha o poder e a ordem a ferro e fogo. Por isso, julgamos que, diante dessa avaliação de conjuntura e da aposta na dinâmica ascendente dos elementos de crise, originados pela intensificação da luta de classes, as FARC decidiram que este seria um bom momento para sentar-se à mesa com uma burguesia cujo regime estava sendo questionado nas ruas há mais ou menos uma década. Ou seja, as mudanças táticas que operavam estavam profundamente vinculadas à análise de

conjuntura que faziam e em função do Plano Estratégico da tomada de poder. Foi neste sentido que introduziram em seu programa a discussão de uma saída política para o conflito social e armado, no marco da estratégia da combinação de todas as formas de luta.

### ***3.2 Ponto de inflexão na relação com o movimento social e armado: o governo Belisário Betancur toma iniciativa das negociações de paz***

No processo eleitoral seguinte, para o período 1982-1986, o presidente eleito, Belisario Betancur, comprometeu-se em sua campanha com uma saída política para o conflito através das negociações de paz, acenando com a abertura política. Seu discurso refletia o ponto de inflexão na relação política entre a classe dominante e o movimento organizado em armas. Pela primeira vez, desde o início do conflito armado, a Presidência da República advogava o tema das negociações de paz. Por isso, segundo Arenas (1986, p. 53), “(...) seguramente han llegado a la conclusión de que es necesario cambiar algo y en algo, aun cuando sea a más no poder, un cambio de estilo en la manera de gobernar.”

Esse “novo estilo” conseguiu captar o sentimento do povo colombiano, ansioso por mudanças sociais e políticas. A partir dessa iniciativa política, Belisario Betancur foi capaz de acomodar o Estado na situação vantajosa de ser o ator da paz e não da guerra e da violência. A princípio, logrou emplacar a estratégia de deixar os movimentos guerrilheiros na berlinda, com o ônus da violência.

Dessa forma, a classe dominante ganhou tempo e conseguiu restabelecer o controle político e a ordem, ainda que as mudanças de tom operadas pelo novo governo fossem resultados das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. Na avaliação de Arenas, a campanha de Betancur gerou um fenômeno inédito em toda história da Colômbia. O discurso da paz despertou um “sector de la masa abstencionista tradicional que le dio un millón trescientos mil votos, entre otras cosas, los votos que lo llevaron a la victoria en las urnas” (ARENAS,

1986, p.53). Seu desempenho eleitoral foi o mais bem-sucedido da história do país, o que nos ajuda a medir a força e o apoio popular dessa virada política promovida pela classe dominante.

Uma vez empossado, Betancur constituiu, através do Decreto nº 2771, de 19 de setembro de 1982, uma Comissão de Paz. Sua tarefa seria prestar assistência à Presidência da República para o fortalecimento da política de paz pública e social do governo, mediante a incorporação de áreas à vida econômica, social e política, no limite do Estado de Direito, programas de recuperação e desenvolvimento para regiões, que a critério do governo, ou da comissão, necessitassem da ação do Estado, projetos para melhorar o acesso à justiça e à segurança do cidadão da cidade e do campo. O decreto mencionava também a conveniência de investimentos para o atendimento às necessidades básicas de nutrição, saúde, educação, moradia, emprego, seguro social, participação cidadã e recreação dos segmentos mais pobres, vulneráveis e desprotegidos da população e, por fim, fazer contatos com as guerrilhas com vistas à abertura de um processo de negociação.

Concomitantemente, convocou os empresários à participação direta no processo da busca pela paz, como interlocutores e atores-chaves. Nessa época, alguns de “los dirigentes gremiales se sintieron excluidos o se declararan desconocedores de su política de paz con las guerrillas” (ACEROS, (2013, p.18), sinalizando que havia setores do empresariado que iriam dificultar os esforços do governo Betancur<sup>30</sup>.

Foi nesse contexto que, em novembro de 1982, Betancur assinou a Lei nº 35, que decretava a anistia e outras normas para o restabelecimento e a preservação da paz. Essa iniciativa inscrevia-se nos marcos estratégicos de trazer para a responsabilidade do Estado as iniciativas de criar as condições para facilitar uma possível desmobilização das guerrilhas. Na mesma direção, o governo instituiu o Plano Nacional de Reabilitação, cujo objetivo era o de assistir a população camponesa nas áreas afetadas pelo conflito armado.

---

<sup>30</sup> Mais à frente, no item 3.3.2, identificamos o que movia a dinâmica de apoio dos empresários.

A estratégia montada pretendia responder em primeiro lugar às causas subjetivas do conflito, ou seja, desconstruir as resistências, negociar a desmobilização, e, em segundo, atacar as causas objetivas, ou seja, a miséria, as condições de pobreza e o subdesenvolvimento dessas regiões.

Um ano depois, em julho de 1983, pelo Decreto nº 2.109, o governo atribuiu ao Instituto Colombiano de Reforma Agrária - INCORA a responsabilidade de implementar o programa que buscava dotar de terras tanto os beneficiários da anistia como os camponeses não combatentes, vítimas do conflito social armado.

Em discurso proferido em Manizales, perante a XXXVIII Assembleia Geral da Asociación Nacional de Empresarios de Colombia, seu presidente, Fabio Echeverri Correa, assim reagiu às iniciativas pela paz do governo recém-empossado:

En buena hora el doctor Belisario Betancur convoco a un gran movimiento de solidaridad y reconciliación entre los colombianos, que está llamado a convertir-se en un hito histórico si el país brinda la respuesta apropiada, a través de los protagonistas del quehacer social y económico, donde sobresalen los empresarios (KALMANOVITZ, 1991, p. 204 apud ACEROS E TETTBERG, 2011, p. 21).

### **3.2.1 Ensaio histórico de negociação com a insurgência: os acordos de La Uribe**

As FARC-EP avaliavam que embora a intenção primeira do governo de Belisario fosse “recoger y acaparar el profundo sentimiento de paz que alberga cada colombiano, queria capitalizar la más sentida reivindicación del pueblo” (ARENAS, 1986, p. 8), com a intenção de manter o *status quo*. A negociação seria uma enorme oportunidade para que o povo colombiano ouvisse e conhecesse seu projeto para o país e o que pensavam sobre a guerra e a paz. Sobretudo, porque abria-se mais um campo e espaço para disputar a consciência política dos colombianos para o processo revolucionário.

Uma vez feitos os primeiros contatos, com as discussões ainda se dando através do intercâmbio epistolar, o Secretariado das FARC-EP apresentou um documento à Comissão de Paz denominado “Memorando del Estado Mayor

Central de las FARC-EP<sup>31</sup>, datado de 30 de janeiro de 1983. Nele, os guerrilheiros explicitavam os principais eixos de sua proposta para discussão com o governo. O principal tema tratado e que marcava o caráter que a insurgência queria dar às negociações de paz com o governo Belisario, para a primeira reunião, se refere ao ponto de número 4 do citado documento:

4 – Nosotros hemos planteado, desde hace tiempo, la necesidad de que haya en Colombia paz democrática, esto es paz con democracia, paz con amplias libertades políticas y sindicales para el pueblo, paz sin torturas, sin MAS<sup>32</sup>, paz con igualdad de oportunidades. Paz con justicia social, con sueldos y salario sin consonancia con el costo de la vida, paz sin desocupación, paz con techos, con tierra para la masa campesina que no la posee, paz sin dominio monopólico de la vida económica del país, paz con una redistribución equitativa de renda y la riqueza nacional es, paz sin injerencia del capital financiero norte-americano (apud GALLEGO, 2008, p.122).

As FARC deixavam claro no documento que a paz pela qual se empenhavam estava fortemente vinculada à solução dos problemas sociais, políticos e econômicos fundamentais do povo colombiano e à instauração de um Estado soberano e democrático. Acreditavam que os resultados satisfatórios não poderiam advir de conversações que reduziam as negociações de paz aos planos de desmobilização, anistia e alguns benefícios sociais para os guerrilheiros. Além disso, no aspecto militar, consideravam absolutamente necessária a inclusão das Forças Armadas na discussão sobre o cessar-fogo.

A proposta das FARC-EP sobre a inclusão dos militares nas negociações encontrou certa resistência da parte do governo. Sob o argumento que as Forças Armadas “encarnan en Colombia la llamada Teoría de la Seguridad

<sup>31</sup> <http://www.ideaspaz.org/tools/bcp?page=1836>

<sup>32</sup> MAS – Muerte a Secuestradores. Con el sofisma de perseguir secuestradores, el MAS fué creado para ensanchar el latifundio y eliminar líderes populares que expresaran y apoyaran opciones distintas al bipartidarismo. Fue fundado en la década de los ochenta por terratenientes, ganaderos y narcotraficantes del Magdalena Medio, apoyados por transnacionales petroleras. En su ‘gestión’ también participó el diplomático estadounidense Lewis Tambs, insidioso proponente de la idea, en cumplimiento de directrices trazadas por el Plan Condor. Sr. Tambs fue el primero en implantar el remoque de “narcoguerrilla” para la insurgencia colombiana. Gonzalo Rodrigues Gacha (El Mexicano), terrateniente, narcotraficante y dirigente del Partido Liberal en Cundinamarca y Magdalena Medio, fue el primero en acoger la idea del embajador gringo, convirtiéndose en uno de los principales responsables del MAS, una vez que materializó la alianza fascista de terratenientes, narcotraficantes, políticos liberales y altos mandos del Ejército y la Policía, para la creación e impulso de este grupo paramilitar y terrorista” (ALDANA, 2002, p. 5).

Nacional, los que practican por instrucciones del Pentágono, la guerra interna”<sup>33</sup>, as FARC-EP insistiram na proposta. Para a guerrilha, se as Forças Armadas faziam parte do problema, deviam fazer parte da solução. Portanto, a discussão com as Forças Armadas deveria ser enfrentada.

Como resultado da reunião histórica entre a Comissão de Paz e a guerrilha, realizada em janeiro de 1983, foi firmada uma declaração conjunta, na qual as partes se comprometiam a abrir um “camino de reconocimientos que posibilita la iniciación en firme de un proceso que se proyecta en los siguientes meses”. Nesse processo, as partes se colocavam de acordo em criar as condições de bem-estar para as regiões, combatentes e população das zonas golpeadas pela violência, criar as condições políticas para que os partidos e as forças progressistas estabelecessem um marco de uma nova convivência em paz que atendesse à democracia, reclamada no país e realizar novas reuniões no intuito de consolidar programas de paz que contivessem propostas de mudanças sociais e econômicas. Finalmente, o documento sinalizava para a construção, no menor tempo possível, de uma reunião entre o comando militar e os guerrilheiros.

A reunião firmou os preâmbulos necessários que dariam suporte ao processo de negociação. Feito isso, deu-se início ao processo de discussão com o tema da trégua e da desmilitarização da região de La Uribe, no departamento de Meta, tendo em vista que este seria o local pactuado para sediar as próximas reuniões.

Enquanto o processo de paz avançava, a população camponesa e os movimentos organizados das cidades sentiam na pele a multiplicação das ações dos grupos paramilitares. Por essa época, o grupo Morte aos Sequestradores (MAS) intensificou suas ações “como expresión de la justicia privada del narcotráfico, y posteriormente, como violencia paramilitar agenciadora de la Guerra Sucia” (GALLEGO, 2008, p. 119).

Além disso, eram constantes os ataques do Exército e das forças de repressão públicas contra as frentes da insurgência. Apesar dos avanços na mesa de

---

<sup>33</sup>Trecho da resposta das FARC-EP no intercambio epistolar com a Comissão de Paz do governo Belisario (ARENAS, 1986, p. 17).

negociação, as operações contrainsurgentes não cessaram, ao contrário, se intensificaram e se ampliaram, com os operativos promovidos pelos paramilitares e pelos esquadrões da morte.

As denúncias de violência estatal e paraestatal feitas pelas insurgências, pela população camponesa e pelos organismos sociais não encontravam eco nos noticiários. A Comissão dos Direitos Humanos denunciava, no “Informe Anistia Internacional 1983 - Colômbia”, o crescimento das ações contrainsurgentes pelos paramilitares, atingindo, sobretudo, a população civil acusada de solidariedade com a guerrilha. O documento chamava a atenção para o aumento do número das execuções extrajudiciais na região do Magdalena Médio, observado desde a instalação da XIV Brigada do Exército e o lançamento de uma campanha contrainsurgente, em especial contra as FARC-EP:

Porta voces militares han tildado de “comunistas” y simpatizantes de guerrilleros a los agricultores que han permanecido en las zonas de actividad de las FARC. En algunas regiones del Magdalena Medio, así como en Arauca y Caquetá, los operativos de contrainsurgencia del Ejército han servido para obligar a abandonar sus comunidades rurales a poblaciones agrícolas convertidas en sospechosas y temerosas de matanzas de los “escuadrones de la muerte (Informes da Amnistia Internacional, 1983 - Colombia apud GALLEGO, 2008, p.122).

Após o sequestro de um executivo da empresa petroleira estrangeira Texas, os meios de comunicação iniciaram uma campanha nacional exigindo mais repressão e o fim das negociações de paz. Segundo os meios de comunicação, enquanto negociavam, os guerrilheiros continuavam os sequestros, os assassinatos e os atos terroristas contra o Estado. As FARC-EP foram responsabilizadas por todas as ações criminosas que aconteciam no país. A guerrilha negou as acusações, através de inúmeras declarações públicas e documentos oficiais do Estado-Maior Central. Nesses documentos, a organização condenava os sequestros e denunciava as ações criminosas por parte das bandos paramilitares e narcotraficantes. Por sua vez, os presidentes da ANDI e da FENALCO – Federação Nacional de Comerciantes -,

em audiência com Presidente da Republica, exigiram do governo “mano dura contra la subversión” (ARENAS,1986, p.11).

Em 25 de maio de 1983, o presidente da Comissão de Paz, Otto Morales Benítez, apresentou sua carta de renúncia ao presidente da República. O fato trouxe a público as pressões políticas que a comissão vinha sofrendo de amplos setores dos partidos tradicionais e das Forças Armadas contra o processo de paz.

Um dos motivos da resistência das Forças Armadas ao processo, que se encontrava na origem da intensificação da estratégia contrainsurgente no curso das negociações de paz, foi sintetizado, como se segue, pelo então ministro da Defesa, general Fernando Landazábal Reyes:

El anuncio de la aceptación por el presidente de la Comisión de paz, de la posible entrevista del alto mando con jefes guerrilleros, le dio a éstos la sensación lógica de un triunfo sobre las fuerzas armadas... La fuerza pública rechazo la entrevista, por considerarla no solo lesiva de su dignidad, sino desproporcionada en cuanto a sus deberes constitucionales; no podíamos los militares ser consecuentes con el gran engaño a la nación; no podíamos aceptar que quienes habían matado a más de 50.000 campesino, trabajadores y honestos, trataran ahora de destruir con su falacia el honor y la dignidad del ejército, forzándolo mediante una acción política a sentarse a dialogar con los enemigos de la sociedad (LANDAZÁBAL REYES, 1985 apud GALLEGO, 2008, p.120).

A guerrilha tomou a decisão de lutar pela continuidade do processo mesmo diante das várias manifestações de resistência de setores empresarias, refletidas dentro do governo, nos partidos tradicionais e nas Forças Armadas. Dessa feita, as FARC-EP empreenderam uma luta no campo da política e da mobilização de massas. Lançaram uma campanha política que tinha como principais eixos a defesa da abertura democrática, das reformas políticas, do cessar-fogo bilateral e da trégua. Ato contínuo, buscaram conformar uma frente de ação com o ELN e o M-19, e assim, além de fortalecer a campanha, robustecer o campo da resistência na mesa de negociação. Esta política logrou êxito, a princípio, somente com o M-19.

Dessa forma, em maio de 1983, as duas organizações guerrilheiras, as FARC-EP e o M-19, emitiram uma declaração conjunta dirigida ao povo colombiano e a todos os revolucionários da América Latina, na qual anunciavam a firme intenção da unidade na campanha de mobilização pela “Apertura y Paz democrática”, cujos pontos, reproduzidos a seguir, foram encaminhados ao presidente Betancur:

1. Concertar una tregua entre el movimiento guerrillero y las Fuerzas Armadas, que implique el cese de las hostilidades, de las operaciones de exterminio contra las zonas agrarias, el cese de los controles de la población civil, de las torturas y los asesinatos, el desmonte y juicio a los agentes promotores y principales responsables pelo aparato militar denominado MAS.
2. La amnistía, como paso inicial hacia la paz, debe complementarse ... con el diálogo directo entre los delegados del gobierno y las fuerzas guerrilleras, liberando a todos los presos políticos y respetando las libertades sindicales, así como rodeando de efectivas garantías a la oposición.
3. Buscarle solución a la crisis económica, no descargándola sobre los trabajadores sino haciendo que la pague los grandes capitalistas y promulgando medidas tendientes a aliviar el alto costo de vida, el desempleo, la falta de vivienda, educación, trabajo y, rehabilitando las zonas golpeadas por la violencia oficial.
4. Una reforma política avanzada, que modernice las caducas estructuras del Estado colombiano y termine con las desuetas fórmulas que lo único que consagran es el dominio de la oligarquía.<sup>34</sup>

A política de unidade de ação lançada pelas FARC-EP, ainda que em um primeiro momento tenha logrado êxito apenas com o M-19, foi exitosa dois anos depois, quando as guerrilhas lançaram a Coordinadora Nacional Guerrillera – CNG , que deu origem à Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar – CGSB<sup>35</sup>. Ainda em 1983, as FARC-EP enviaram uma correspondência ao presidente da República, concordando com um novo encontro com a Comissão de Paz e sugerindo a presença das Forças Armadas. Além disso, propuseram

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.ideaspaz.org/tools/download/48669> . Acesso em 07 de fev. de 2015.

<sup>35</sup> Mais à frente, no item 3.5, desenvolveremos o assunto.

manter a região de La Uribe, como o local dos encontros e solicitaram a desmilitarização da área.

Em resposta, as Forças Armadas montaram um novo operativo militar na região de La Uribe e no seu entorno. O serviço de Inteligência conseguiu capturar em Villavicencio e Bucaramanga, cinco soldados das FARC-EP, que foram barbaramente torturados e assassinados a sangue frio. Esse fato foi amplamente denunciado no intercâmbio epistolar com a Presidência da República, com a Comissão de Paz e o Parlamento. O Estado não tomou qualquer providência.

No encontro com a Comissão de Paz, as conversações giraram em torno do consenso de que era urgente a discussão preliminar de um acordo de cessar-fogo, com a finalidade de garantir os possíveis avanços do processo de negociações. Chegaram a discutir algumas fórmulas de aproximação e agenda, mas após a reunião, o intercâmbio epistolar dava conta de que havia muitas diferenças internas no governo, de difícil solução. Estava claro que as dificuldades aumentavam e comprometiam o processo recém-iniciado.

Em 5 de julho de 1983, as FARC-EP, mais uma vez, tomaram a iniciativa de enviar à Presidência uma proposta de pré-acordo que denominam “Formula de Cese al Fuego, Tregua y Paz”<sup>36</sup>. Esse documento, composto de dez itens, propunha a declaração de um cessar-fogo simultâneo, a ser iniciado no dia 20 de outubro, a instalação de comissões regionais de verificação do cessar-fogo, compostas por um representante da guerrilha (local), um do governo, um da Procuradoria Geral, um da Comissão de Paz, um da Câmara de Representantes, um do Senado. Seria instalada igualmente uma Comissão Nacional (na região sob o controle das FARC-EP), com a mesma composição e mais um membro do Estado-Maior Central (doravante EMC). Se durante os três meses seguintes, o cessar-fogo fosse rigorosamente observado pelas partes do conflito, no dia 20 de janeiro de 1984 teria início à trégua, que se estenderia por um ano. O documento ainda esclarecia a diferença conceitual entre “cessar-fogo” e “trégua”: no segundo, após o êxito do cessar-fogo

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.ideaspaz.org/tools/download/48671>.

temporário, teria início o retorno das tropas oficiais aos quartéis e as guerrilhas se reconverteriam em movimentos agrários e de autodefesas. Nesse ponto estariam a meio caminho de um tratado pela paz.

O documento “Formula de Cese al Fogo, Tregua y Paz” propunha ainda que o processo deveria ser antecedido por uma reforma política e uma

(...) verdadera Apertura Democrática”, es decir, el pleno retorno al ejercicio de los movimientos y partidos políticos de izquierda que les permita el acceso libre a los medios de comunicación (...); libertad sin restricciones para que los movimientos y partidos de izquierda puedan libremente adelantar sus campañas y participar en las elecciones. El Congreso Nacional actualizará la Ley de Amnistía, una ley exenta de “micos” que diga explícitamente “perdón y olvido.

No que concerne à reforma agrária, o documento defendia a entrega de terras aos camponeses sem terra, com incremento e modernização da produção agrária, através de empréstimos de longo prazo por parte das instituições do Estado. Propunha uma reforma urbana e um plano de construção de casas populares, cujas prestações não passassem de 15 % dos salários dos empregados e um prazo sem custos para os desempregados. Os preços seriam controlados por comitês populares e sindicais e os impostos seriam proporcionais aos salários. A educação seria pública e gratuita na rede oficial e nas universidades. O documento apontava ainda para a nacionalização das empresas estrangeiras, assim como de todo o sistema financeiro. As tarifas dos serviços públicos seriam rebaixadas em 40% e os aumentos salariais guardariam uma relação direta com o custo de vida. E, finalmente, que os governadores e prefeitos fossem eleitos pelo voto direto.

Em resposta, a Comissão de Paz afirmou que se fosse considerar o projeto de pré-acordo, enviado pela guerrilha, isso significaria, na prática, começar uma nova negociação, com temas pouco viáveis. O texto sinalizava as dificuldades com alguns setores e que a situação requeria muito cuidado. Mais adiante, afirmava que entre as direções políticas dos partidos tradicionais, os parlamentares, os militares e outras personalidades das instâncias dos poderes econômicos “se acentúa la incredulidad de la voluntad de paz de ustedes”

(apud ARENAS, 1986, p. 22). Admitia que o tema dos sequestros e da libertação dos reféns era usado como pressão para que o presidente da República rompesse as negociações, e que as FARC-EP deveriam facilitar as negociações, por exemplo, soltando os reféns imediatamente,

(...) sin el pago de rescate, y en segundo término, abandonar algunas exigencias y acortar el plazo del inicio de la tregua e no exigir que el Presidente sea el primero en ordenar el cese al fuego, ni que los reconozcan a ustedes como organización de autodefensa (apud ARENAS, 1986, p. 23).

Sobre a reforma política, as questões sociais e as transformações estruturais na economia, os representantes do governo indicaram que esses temas poderiam ser objeto, de uma maneira geral, de declarações de intenção, exceto a última, considerada utópica. A carta terminava afirmando que “la correlación de fuerzas no da para las grandes aspiraciones de ustedes”, embora admitindo uma “paz negociada en términos realistas” (apud ARENAS, 1986, p. 22). Isso significava a disposição para iniciar um processo de democratização do país.

Finalmente, as cartas foram colocadas à mesa. A guerrilha, sem perder de vista seus princípios revolucionários e sua compreensão de paz, propôs a discussão de um programa mínimo nos marcos do possível para um Estado capitalista. Por outro lado, o governo expôs o alcance de sua proposta de paz, localizado no limite estreito e deformado da histórica democracia colombiana. Estava claro que a classe dominante colombiana via no processo a chance de um pacto social, limitado ao desarme das organizações guerrilheiras e à sua inserção na sociedade. Esses limites eram apresentados como uma concessão pelo governo.

Em 28 de março de 1984, as partes chegaram a um acordo possível. O Acuerdo de La Uribe, assinado entre a Comissão de Paz e as FARC-EP, foi aprovado pelo presidente Belisario Betancur. O documento assim anunciava:

Con el fin de afianzar la paz nacional, que es pre-requisito indispensable para la prosperidad general del Pueblo colombiano, y para lograr el desarrollo de la actividad social y económica sobre bases de libertad y justicia, la Comisión de Paz y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP) acuerdan los siguientes puntos (apud ARENAS, 1986, p. 28).

As FARC-EP se comprometiam com o início do cessar-fogo a partir da zero hora de 28 de maio, ocasião em que o presidente Betancur responderia, dando o mesmo comando a “las autoridades civiles y militares bajo su jurisdicción”<sup>37</sup>. Outrossim, no acordo, a guerrilha condenava o sequestro, a extorsão e o terrorismo em todas suas formas. Por outro lado, no oitavo item, a Comissão de Paz atestava a intenção do governo de promover a modernização das instituições políticas e fortalecer a democracia. Comprometia-se a promover a totalidade da agenda política envolvendo os temas da abertura democrática e da reforma política, da reforma agrária e seus complementos, do reconhecimento e respeito pelas organizações dos trabalhadores, camponeses e indígenas, do incremento da educação, saúde, moradias populares e emprego. O documento afirmava ainda que somente as forças institucionais do Estado iriam garantir a “protección de los derechos” que em favor de los ciudadanos consagran la Constitución y las leyes y restablecimiento del orden público”<sup>38</sup> e, finalmente, as partes se comprometiam em promover, uma vez restabelecida a paz, iniciativas para fortalecer a fraternidade democrática, que exigia “perdón y olvido”, além das melhorias do bem-estar econômico, político e social do povo colombiano.

No sexto item, o acordo previa as garantias para a atividade política e democrática para os membros da guerrilha:

---

<sup>37</sup> <http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2014/03/Los-Pactos-de-la-Uribe-FARC-EP-1984-y-1986-y-Dialogo-Nacional-con-el-M19-EPL-y-ADO-1984.pdf>

<sup>38</sup> <http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2014/03/Los-Pactos-de-la-Uribe-FARC-EP-1984-y-1986-y-Dialogo-Nacional-con-el-M19-EPL-y-ADO-1984.pdf>

6. Cuando a juicio de la Comisión de Verificación, hayan cesado los enfrentamientos armados, se abrirá un período de prueba o espera de un (1) año para que los integrantes de la agrupación hasta ahora denominada Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP) puedan organizarse política, económica y socialmente, según su libre decisión. El gobierno les otorgará, de acuerdo con la Constitución y las leyes, las garantías y los estímulos pertinentes. Durante este mismo período el gobierno tomará las medidas necesarias para restablecer en las zonas de violencia la normalidad civil (apud ARENAS, 1986, p. 23).

O pacto garantiu ainda a constituição da Comissão Nacional de Verificação e de várias subcomissões regionais, com a tarefa de acompanhar o processo a fim de garantir sua execução. E que durante o período de um ano, “el gobierno tomará las medidas necesarias para restablecer en las zonas de violencia la normalidad civil”<sup>39</sup>. O acordo também assegurava aos guerrilheiros os benefícios da Lei nº 35, de 1982, e dos decretos complementares. Estariam incluídos no Plano Nacional de Reabilitação os colombianos “que han padecido, directa o indirectamente, los estragos de la violencia...”. O documento finalizava com uma convocação dos setores comprometidos “en acciones disturbadoras del orden público, a que se acojan a la normalidad y apliquen sus talentos y prestigio a la conquista de la opinión pública por procedimientos democráticos y pacíficos”<sup>40</sup>. O acordo foi estendido a todos os grupos insurgentes que desejassem aderir a ele. Firmaram o documento, pela Comissão de Paz, John Agudelo Rios, Rafael Rivas Posada, Samuel Hoyos Arango, César Gómez Estrada, Alberto Rojas Puyo e Margarita Vidal de Puyo, e pelo Estado-Maior das FARC-EP Manuel Marulanda Vélez, Jacobo Arenas, Jaime Guaraca, Raúl Reyes e Afonso Cano.

O acordo pouco avançou com relação ao programa da agenda revolucionária. Na realidade, as mudanças sociais, políticas e econômicas desejadas e que deram origem ao conflito social armado foram encaminhadas para o âmbito das boas intenções. Por outro lado,

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Ibidem.

[!]os grupos guerrilleros pulieron, en los momentos de tregua, de ajetreo político-diplomático, de diálogo y negociación, muchos puntos de vista que contribuyeron a las reformas de relativa apertura democrática, descentralización administrativa y elección popular de alcaldes, entre otras. Desde entonces es una realidad que las plataformas guerrilleras tienen un claro contenido político y programático como programa mínimo para una negociación posible, no como propuestas maximalistas para una no-negociación (CAYCEDO, 2007, p. 54).

### **3.2.2 A participação dos empresários no processo de paz**

Como assinalamos, no início do processo aberto pelo governo recém-eleito, os empresários, de modo geral, deram declaração de apoio às negociações de paz. Sua posição mudou quando eles verificaram que as FARC-EP, aproveitando o acesso amplificado à sociedade, facilitado pela abertura do processo de paz, passaram a pautar os temas de discussão. A guerrilha produziu diversos documentos sobre seu programa de mudanças estruturais. Neles, temas como a paz com justiça social, liberdades políticas, direitos humanos e soberania frente ao imperialismo foram amplamente divulgados, aumentando a influência das posições políticas da guerrilha na sociedade. Esse fato provocou uma reação contrária da classe dominante à forma como estava sendo encaminhado o processo de paz pelo governo, que refletiu na força da política “pacificadora” das Forças Armadas durante o período de negociação e na proliferação dos grupos paramilitares e narco-terroristas.

O conjunto da classe dominante ansiava por uma paz que significasse tão-somente a deposição e a entrega das armas. A marca de sua estratégia visava ao fim das organizações armadas, ou seja, a rendição total. Nada de compromissos reais com as mudanças, reformas ou aberturas que ameaçassem seus lucros e interesses. Nesse sentido e com essa intenção atuaram diretamente no desenrolar das negociações, boicotando-as, e vindo a ser eficientes em seus resultados.

Nos últimos meses de 1984, estimulados e preocupados com a dinâmica e a influência da guerrilha nas discussões que o acordo de paz abriu na sociedade

colombiana, os empresários, através de suas organizações de classe, “echando mano de las estrategia de movilización con las que contaban para la época discutieron, estudiaron y propusieron sus percepciones en torno al conflicto y la paz” (ACEROS, 2013, p.22).

O empenho dos empresários e diretores de grandes empresas resultou na Carta de Bogotá, subscrita pelo grupo “Amigos 80”. De modo geral o documento afirmava o papel decisivo e fundamental do capital privado no âmbito da política nacional e para o desenvolvimento capitalista do país. E nesse sentido, sua contribuição, projetos e conhecimentos expressavam a força de sua representação nas propostas e soluções alternativas. A ANDI, imbuída do mesmo espírito do conjunto dos empresários, elaborou uma série de documentos fazendo um diagnóstico da situação política e da ordem pública, do processo de paz, anistia e rendição.

Já a Sociedad de Agricultores de Colombia utilizou-se de um discurso mais direto. Fez um apelo ao “debate ideológico de la época”, argumentando que “la tradicional defensa de los intereses sectoriales debe acompañarse del planteamiento sobre la organización del Estado, sobre la orientación del modelo de desarrollo, sobre la dirección del proceso de paz” (*Revista Nacional de Agricultura*, primer semestre de 1985, apud ACEROS, 2013, p. 23).

Neste contexto de pós-assinatura do Acordo de la Uribe, os vários setores empresariais decidiram criar uma Frente Gremial Ampliada. Essa iniciativa deveu-se ao fortalecimento das posições em formação da classe dominante, sobretudo sobre a condução do processo de paz. Unem-se para produzir as orientações políticas que consideravam relevantes na manutenção do controle social e político e para alavancar seus negócios. Nas palavras do presidente da Federación Colombiana de Industrias Metalúrgicas (Fedemetal),

unificar la voz empresarial con el fin de hacerla más legítima y así articular la relación entre empresarios y Estado, lo cual redundaría en el decisivo involucramiento del sector privado en los grandes retos del desarrollo trazados por el gobierno para promover cambios con decisiones, rigor, cuidado y una gran dosis de responsabilidad (*El País*, 04/10/84, apud ACEROS, 2013, p. 27)

Admitiam sua participação no proceso de paz, desde que houvesse um “programa específico de acción” (*El Tiempo*, 22/02/1985 apud ACEROS, 2013, p. 23). Quanto ao cessar-fogo, “...alertaban sobre los grupos armados en tanto éstos, bajo el marco de una tregua, aspiran a darle el zarpazo final a nuestras instituciones, para abrir paso a la anarquía y al totalitarismo” (*El Tiempo*, 01/05/85 apud ACEROS, 2013, p. 23).

Os empresários pediam esclarecimentos sobre o tema da abertura política, com especial atenção sobre a lei de anistia e recomendavam “la continuidad en el ejercicio de castigos conforme a la ley”. Sugeriam uma vinculação “más activa con el sector privado, todo ello en el marco de un programa específico de acción” para as zonas de reabilitação, mencionadas no acordó (*El Tiempo*, 22/02/85). Em outras palavras, a posição do empresariado era pela manutenção dos aparatos jurídicos necessários à criminalização da resistência e pela liberação dos territórios desmilitarizados para investimentos do capital.

As vozes que vinham da caserna reproduziam, em uma linguagem militar e direta, as preocupações, temores e desejos da burguesia. O ex-ministro de Defesa, o já mencional general Fernando Landazábal desabafou em uma entrevista: “Aí se está entregando todo, la Comisión de Paz entrego todo (...) no solo aceptó los planteamientos de la guerrilla sino que la agregó otros, comprometiendo más al gobierno” (*El Tiempo*, 02.09.1985 apud ACEROS, 2013, p. 24)

De modo geral, os representantes das várias organizações de classe como o presidente da Asociación Nacional de Comercio Exterior (ANALDEX) e o presidente da Asociación Colombiana de Medianas y Pequeñas Industrias (ACOPI) faziam apelos para que se ajustasse a política de paz. Outros eram mais contundentes, como o presidente da FENALCO, que afiançava que “ya se llegó al límite de las concesiones legales” (*La República*, 10/08/85 apud ACIERO, 2013, p. 24).

O processo de negociação, o dia a dia das mesas de diálogo e o que se seguiu aos acordos de La Uribe refletiam as posição dos empresários. O governo Belisario Betancur em nenhum momento deslocou sua posição de classe. Ao

contrário, implementava uma política de abertura orientada e restrita, de acordo com uma estratégia articulada no seio da classe dominante, no interior das organizações de classe.

### **3.2.3 Um ambiente hostil para a inserção política**

Face ao exposto, fica evidente a conformação de um ambiente hostil para os cumprimentos dos acordos de paz. As Forças Armadas operacionalizavam um processo de pacificação violento, agenciado por comandantes militares. (GALLEGO, 2008). Segundo Guerra (2006, p.140), esse processo de “pacificação” era parte de uma nova estratégia de confrontação política que “coloca al centro do conflito la criminalización de la protesta social e la participación política”. A situação se apresentava de tal forma violenta que a própria Procuradoria Geral denunciou a existência de grupos paramilitares envolvidos com as Forças Públicas e com o narcotráfico:

El militarismo encuentra el caldo de cultivo en la guerra integral, la legislación regresiva y represiva, la penalización de la lucha social y de la oposición de izquierda, en los siniestros planes de los organismos de seguridad del Estado, el intervencionismo norteamericano y en las formas despóticas del poder. Con el coro de sectores del Gobierno, de representantes de los gremios de la producción y de algunos medios de comunicación y alentados por el gobierno de los EUA, promueve la especie de la “narco-guerrilla” para deslegitimar el fundamento político de los grupos insurgentes”. (LOZANO GUILLÉN, 2008, p. 88)

Alguns meses depois da assinatura do acordo, no dia 29 de setembro de 1984, as FARC-EP remeteram à Comissão Nacional de Verificação o seguinte Memorando do Estado-Maior Central:

De nuestra parte hemos cumplido al pie de la letra los acuerdos de la Uribe. No acontece de la misma manera con la orden presidencial de Cese al Fuego. A partir del 28 de mayo de 1984, el ejército despliega operativos contra guerrilleros en los frentes 14 y 15 en el Caquetá, en el 10 en Arauca, en el 21, 22, 23 y en el 4, 12 y 20 frentes en el Magdalena Medios, en el 3 y el 13 frentes en Huila y dispuesto operativos ante-orden contra todos los demás frentes de las FARC en el país. Esta violación de los Acuerdos de la Uribe y de la orden presidencial de cese al fuego de parte del ejército, tiene base en la circular del general Vega Uribe aparecida en la prensa el 1 de junio de 1984 y que en concreto dice: "Las Fuerzas Militares continuaran tal como se ha dispuesto intensificando sus operativos, hasta el momento en que las organizaciones subversivas de las FARC tomen su determinación de cese al fuego, operaciones de inteligencia de combate y control militar, buscando a todo costo debilitar al máximo su accionar subversivo (apud ARENAS, 1986, p. 2).

No documento, o Estado-Maior Central das FARC-EP caracterizava a situação política do país como sob "el estado de sitio generalizado a todo el territorio nacional, los asesinatos de campesinos y gentes del pueblo, de dirigentes revolucionarios...". Denunciava ainda as detenções arbitrárias, os desaparecimentos forçados e as torturas perpetrados pelas Forças Armadas "y mecanismos paramilitares como el MAS y otros escuadrones de la muerte", e a manutenção do estado de sítio, imposto desde o assassinato, em 1984, do ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla pelos cartéis das drogas. Nessa situação, os maiores prejudicados eram os movimentos organizados e a população camponesa, mantidos como alvos das medidas de retaliação, pagando com suas próprias vidas. Contudo, os jornais só noticiavam o combate aos cartéis das drogas:

El Gobierno de Colombia decretó ayer el estado de sitio en todo el país tras el asesinato en Bogotá del ministro de Justicia, Rodrigo Lara Bonilla, perpetrado por un comando que, según todos los indicios, fue contratado por las mafias del tráfico de drogas. En una breve e inesperada intervención televisada, el presidente colombiano, Belisario Betancur, justificó la medida de excepción adoptada y anunció su compromiso de declarar una guerra a muerte a los traficantes de drogas, "que han secuestrado el honor nacional".<sup>41</sup>

<sup>41</sup> Disponível em: [http://elpais.com/diario/1984/05/02/portada/452296802\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1984/05/02/portada/452296802_850215.html)

A organização guerrilheira creditava os obstáculos e as enormes dificuldades encontradas no processo de paz aos militares reacionários, pró-ianques e a um setor da oligarquia. Essa avaliação era compartilhada por alguns intelectuais de esquerda, que comumente, utilizando-se de um viés sociológico, destacavam o peso político dos quartéis e de certos setores da classe dominante, identificados com o atraso, e minimizavam o papel da burguesia “moderna” no evento. Era como se esta fosse vítima dos golpes da “oligarquia atrasada e militarista” quase tanto quanto a guerrilha e o movimento organizado.

Contudo, mesmo considerando o curto alcance de nossa pesquisa para concluir esse debate, pela dinâmica da relação entre as classes do período que estudamos, não vamos nos furtar a pressupor que há, neste ponto, um consenso no interior da classe dominante, movido pelos interesses econômicos que supera qualquer diferença pontual que por ventura possuam.

Acreditamos que a explosão terrorista das forças públicas e a proliferação dos esquadrões da morte e de grupos narco paramilitares, logo após a assinatura do acordo, estão inscritas no marco político de uma classe organizada. O que se seguiu à assinatura do acordo foi a implementação da estratégia histórica de dominação política e militar, de manutenção da ordem e do *status quo*, diante da recusa da guerrilha em se submeter à agenda do capital. Como sempre, os movimentos sociais organizados dos trabalhadores da cidade e do campo e as guerrilhas são as principais vítimas da violência estatal e dos narco-paramilitares, vistos como inimigos internos e ameaçadores.

Ainda assim, um ano após o acordo de La Uribe, as FARC-EP estavam totalmente empenhadas na organização da União Patriótica. Nas palavras de Lozano:

(...) como un proyecto democrático de izquierda, al cual pudiera incorporarse la fuerza guerrillera al firmar la paz estable con democracia y justicia social. Fue la mayor demostración de voluntad política de paz en el primer intento de pactarla entre el Estado y el principal grupo insurgente.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup>LOZANO GUILLÉN, Carlos A. Lozano. Acuerdo de la Uribe. Agência Prensa Rural. Disponível em: <http://prensarural.org/spip/spip.php?article2170>. Acesso em: 06 de jan. 2015

### 3.2.4 Nos marcos do diálogo de paz nasce a UP - União Patriótica

Apesar dos percalços que dificultaram, de todas as maneiras, o avanço do movimento social armado na construção de sua expressão no campo político institucional, no dia 11 de maio de 1985, um ano após a assinatura do acordo de paz e o acordo de cessar-fogo, as FARC-EP e o PCC, juntamente com outras organizações de esquerda e movimentos sociais, lançaram a organização política União Patriótica. Na avaliação de Arenas (1982, p. 46), as FARC-EP orientaram todas as suas frentes para operacionalizar o desafio de construir a UP:

La esencia de nuestra táctica política es la combinación de todas las formas de lucha de masas. En las campañas electorales y en elecciones participan masas de millones de personas. Y no participan de cualquier manera sino en la acción política. Esto convierte las campañas electorales en una forma de lucha de masas de gran importancia, no solamente porque en ella participan millones de personas sino porque cualifican la acción de masas en una confrontación política (...).

Pela primeira vez em sua história, as FARC-EP admitiram participar politicamente dentro da institucionalidade do Estado. O objetivo da guerrilha era abrir espaços que pudessem conduzir às mudanças estruturais da sociedade por que lutavam e, dessa forma, finalmente, modificar a vida do povo colombiano do campo e da cidade. Quatro meses após a assinatura do acordo, tendo como referência um projeto de plataforma política, enviado também como carta aberta ao Parlamento, começaram as discussões com o conjunto dos movimentos sociais e políticos para a construção dessa via institucional. No projeto, as FARC-EP conclamavam à unidade de todos os setores de esquerda e dos movimentos sociais para “la batalla contra la teoría de la Seguridad, que es la nueva concepción fascista del Estado”.

Las FARC encabezarán en unión con otros partidos y movimientos democráticos de izquierda, la lucha de las masas populares por el retorno a la normalidad del país, a la controversia civilizada por una apertura democrática que garantice el libre ejercicio de la oposición y el acceso a todos los medios de comunicación social, a su libre organización, a su lucha y movilización, hacia crear un clima de participación en las gestiones del Estado (apud ARENAS, 1986, p. 3).

Os acordos de La Uribe haviam produzido uma abertura suficiente que permitiu ao movimento armado construir um espaço próprio de atuação na legalidade, visto como oportunidade de ampliar sua atuação e força política para além de onde se encontravam. Assim, realizaram, na segunda semana de novembro de 1985, o primeiro Congresso Nacional da União Patriótica, em Bogotá. Sob a consigna “A reconstruir la Patria”, o movimento lançou a candidatura presidencial do líder nacional da guerrilha, Jacobo Arenas, que, apesar da ampla aceitação no movimento de massas, foi rapidamente retirada diante das ameaças oficiais. As classes dominantes a viam como um desafio ao poder tradicional (ALDANA, 2002). O estatuto da União Patriótica assim definia o caráter de frente ampla da organização:

La Unión Patriótica es un amplio movimiento de convergencia democrática que lucha por las reformas políticas, económicas y sociales que garanticen al pueblo colombiano una paz democrática; (...) es un movimiento amplio donde caben: los obreros, los campesinos, los intelectuales, los estudiantes, los profesionales, los artesanos, los artistas, los pequeños y medianos comerciantes, los pequeños y medianos industriales, los sectores democráticos de la burguesía no monopolista, las personalidades democráticas de cualquier tendencia política, los liberales, los conservadores, los socialistas, los comunistas, las personas de cualquier credo o religión, los militares amigos de la democracia y de la paz, las organizaciones indígenas, las organizaciones cívicas, las juntas de acción comunal, los comités barriales, las organizaciones sociales, las amas de casa, los usuarios de los servicios públicos y en general todas las corrientes de opinión y las gente sin partido que quieren luchar por las reformas y la paz democrática.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup>Documentos de I Congreso de la UP. Disponível em:  
<http://www.cne.gov.co/CNE/media/file/UNION%20PATRIOTICA.pdf> .Acesso em 19/12/2014

O movimento identificava o conflito como resultado da injustiça e da desigualdade social. Apontava como saída a conformação de uma nova ordem social e política, com base na democracia participativa. Denunciava o atual sistema baseado na democracia representativa como excludente e apoiado no militarismo. A proposta de democracia é qualificada dessa forma:

La existencia de minorías privilegiadas y mayorías marginadas, explica el conflicto social resultante y las condiciones de injusticia e inequidad. Esta situación de crisis del orden tradicional no podrá resolverse sino la construcción de un nuevo orden social democrático y mediante la organización y movilización consciente del pueblo, para la participación directa en los centros de decisión y poder del Estado. El pueblo debe tener canales políticos propios para acceder a las instituciones donde se definen los planes y programas de desarrollo socioeconómico y en donde se asignan los recursos para su ejecución. La participación popular directa en las instituciones del Estado no puede ser simplemente consultiva sino que debe ser decisoria.<sup>44</sup>

Participaram do congresso um total de “2706 delegados plenos y 543 observadores, provenientes de 22 departamentos” (ALDANA, 2002, p. 2). Nas eleições de 1986, a UP está legalmente apta a participar do pleito. O resultado do processo eleitoral teve um efeito devastador para os partidos tradicionais representantes políticos da classe dominante e dirigente do país. Pela primeira vez na Colômbia surgia, a partir dos de “baixo”, uma expressão política com um programa avançado, de esquerda e alternativo ao *status quo* da democracia burguesa.

A UP elegeu mais de 351 vereadores, 14 deputados estaduais, nove representantes da Câmara e cinco senadores ao Congresso da República e 23 prefeitos. Nas eleições presidenciais, o candidato Jaime Pardo Leal obteve mais de 320 mil votos<sup>45</sup>, performance jamais vista na história da esquerda colombiana.

Neste ponto, o processo de recrudescimento da violência terrorista oficial e paramilitar, que vinha num crescendo desde as negociações de paz, tomou

---

<sup>44</sup> Ibidem

<sup>45</sup> Informe de la Defensoria del Pueblo, 1992, p. 65 apud GALLEGU, 2008, p.132.

proporções de genocídio. Teve curso um plano, “calificado por sus instigadores como ‘Operación Baile Rojo contra la UP’” (ALDANA, 2002, p. 4). Dirigentes e ex-guerrilheiros que haviam se incorporado ao processo político foram mortos – simpatizantes, centenas de militantes, sindicalistas, dois senadores, dois representantes da Câmara, cinco deputados estaduais, 45 vereadores, dois candidatos presidenciais – o candidato da UP em 1986, Jaime Pardo Leal eliminado um ano depois do processo eleitoral, e Bernardo Jaramillo Ossa, candidato da UP nas eleições de 1990, assassinado neste mesmo ano. Além desses, mais de 550 quadros dirigentes foram mortos de forma bárbara. “Las estadísticas revelan que son más de 4.000 las víctimas de las prácticas de exterminio que se realizan contra la población por pertenecer o simpatizar con la Unión Patriótica” (GALLEGO, 2008, p. 132). Segundo Aldana (2002, p. 4),

(...) apegados a la Doctrina de Seguridad Nacional que se reanimaba con el fatídico Plan Cóndor<sup>46</sup> en América Latina, no valoraron positivamente el momento político, y en cambio, acrecentaron la represión militarista, buscando detener el avance de la izquierda democrática. Sorprendidos con la aceptación pública de los comunistas e insurgentes, gestores de ese gran frente social y político de izquierda que constituía la UP, la oligarquía acudió a la violencia política para contenerlo.

Visando a assegurar sua sobrevivência física e política, o movimento tomou a decisão de descolar a UP das FARC-EP. Os dois quadros políticos da guerrilha, que assumiram a tarefa de construção do movimento político retornaram ao comando das FARC-EP. Essa mudança de rumo ocorreu em abril de 1987, já no governo de Virgilio Barco Vargas, que sucedeu o de Betancur para o período de agosto de 1986 a agosto de 1990.

Na sequência, o jurista Jaime Pardo Leal foi eleito para dirigir a União Patriótica. Esse dirigente, que disputou a presidência da República nas eleições de 1986, foi assassinado em 11 de outubro de 1987. Sua morte foi, a

---

<sup>46</sup> “El Plan Cóndor fue una de las tantas operaciones criminales que la CIA desarrolló en Centro y Sudamérica, entre las décadas del setenta y ochenta del siglo pasado, orientadas a contener el avance del pensamiento y la organización de izquierda, cuyo basamento principal fue el más cerril anticomunismo” (ALDANA, 2002, p. 4).

princípio, creditada ao narcotráfico. Contudo, um ano depois, a Procuradoria Geral identificou o envolvimento de setores das forças armadas com os barões do tráfico e com os paramilitares na execução do assassinato. “Cinco meses antes del crimen, Pardo Leal había sido señalado por el General Fernando Landazábal Reyes y por el ex Ministro de Justicia y funcionarios del gremio bananero AUGURA, como supuesto jefe de grupos terroristas” (ALDANA, 2002, p. 5).

Ainda assim, em pleno exercício do “baile rojo”, orquestrado pelo Estado colombiano, a UP respondeu, reforçando a organização em uma grande frente de convergência democrática para competir nas eleições de 1988 contra os partidos da classe dominante. O resultado dessa eleição consolidou a UP como terceira força política do país, conquistando 18 prefeituras e elegendo 18 deputados e 395 vereadores.

Após o assassinato de Pardo Leal, Bernardo Jaramillo assumiu a chefia da organização, comprometido com a sobrevivência da UP em meio à violenta perseguição de seus membros. Jaramillo também acabou sendo assassinado em 22 de março de 1990, no auge do genocídio político que sepultou o projeto político da UP.

### **3.2.5 O Estado estimula o parto de uma nova criatura: o narcoparamilitarismo**

No final do governo de Belisario Betancur surgiu um novo fenômeno social: a conexão entre o paramilitarismo e o narcotráfico. Essa nova criatura colocou-se militarmente na trincheira oposta aos camponeses e às suas organizações sociais, políticas e armadas. Não surgiu, evidentemente, do nada, mas como parte da estratégia de pacificação, no marco da Doutrina de Segurança Nacional.

Neste ínterim, o capital do narcotráfico transitava com facilidade nos financiamentos de campanha dos partidos tradicionais, representantes da burguesia. Nessa nova fase, as atrocidades se multiplicaram através dos assassinatos seletivos, massacres de vilas, desaparecimento forçado dos

líderes camponeses, políticos, sindicais e sociais. Tem início o período que ficou conhecido na Colômbia como o da “guerra sucia”.

A base de sustentação desse fenômeno era a Doutrina de Segurança Nacional. O Estado colombiano fomentava a perseguição ao inimigo interno, por intermédio de instrumentos como a criminalização das lutas sociais, a militarização da sociedade, a associação oficial para a criação de grupos de extermínio e a adoção de uma legislação repressiva, preventivamente, com a intenção de destruir e aniquilar o risco de um ascenso revolucionário.

Por outro lado, por trás das formas autoritárias do Estado, escondia-se a subserviência domesticada da classe dirigente aos EUA e a conivência com suas estratégias militares para a Colômbia. A ingerência política dos Estados Unidos nos assuntos internos, em particular nos temas da segurança nacional e militar, foi crescente, potencializando os índices de violência contra os movimentos sociais.

A estratégia oficial era promover o caos e aniquilar as organizações comunistas, identificadas com a resistência. Nesse sentido, a UP e o Partido Comunista foram os principais e os primeiros alvos dos narcoparamilitares. A princípio esse novo modelo e padrão da violência surgiu no Magdalena Médio, denunciado pela Anistia Internacional<sup>47</sup>, mas em pouco tempo foi ampliado para todo o território nacional. Contudo, não se configurava um sujeito independente, mas, nas palavras de Lozano Guillén (2006, p. 87), em “criatura del Estado”:

Está integrado por elementos militares activos y en retiro; civiles de dentro y fuera del gobierno del tradicionalismo liberal y conservador, de posiciones ultraderechistas, ligados a círculos reaccionarios de los Estados Unidos; narcotraficantes y sectores de los industriales, latifundistas y ganaderos. (...) Con el coro de sectores del Gobierno, de representantes de los gremios de la producción y de algunos medios de comunicación y alentados en la actualidad por el gobierno de George W Bush, promueve la especie de la “narco-guerrilla” para deslegitimar el fundamento político de los grupos insurgentes.

---

<sup>47</sup> Esse tema é abordado no item 3.3.1.

### 3.2.6 Fim do governo Betancur: uma conjuntura de crise política

Nos dias 6 e 7 de novembro de 1985, nos últimos nove meses do governo Betancur, os guerrilheiros do M-19 ocuparam o Palácio da Justiça. A operação militar oficial organizada pelo governo para a retomada do palácio entrou decidida ao aniquilamento total do inimigo. O resultado foi o assassinato de 98 pessoas, entre elas 11 magistrados da Corte Suprema; registraram-se, também, 11 desaparecimentos, não explicados pelas forças públicas.

Esse fato, cuja versão oficial dificultou as investigações pertinentes sobre as responsabilidades, gerou uma enorme comoção social. O governo Betancur, em final de mandato, não conseguiu ou não se esforçou para enfrentar a situação de crise gerada. Aproveitando-se do contexto, as Forças Armadas lançaram a “Operación Rastrillo”, com a desculpa de buscar os guerrilheiros do M-19 e seus comandantes. Na verdade, o fato foi utilizado como cortina de fumaça de uma operação militar mais intensa contra as FARC-EP.

Esse episódio, além de ajudar a fomentar uma crise política no *establishment*, fortaleceu as posições “reclamadas tanto desde los medios de la industria y de la ganadería, como de los partidos, que veían en la solución política una claudicación de la autoridades” (VÁZQUEZ CARRIZOSA, 1986, p. 234 apud GALLEGO, 2008)

Em 1º de fevereiro de 1986, a guerrilha das FARC-EP reuniu-se com a Comisión de Paz, Dialogo y Verificación. Desse encontro saiu uma declaração conjunta que destacava a intenção de manter o diálogo e buscar formas de superar os problemas e os graves obstáculos à trégua e à paz. Na ocasião, as FARC-EP se comprometeram em manter as negociações com o próximo governo eleito, desde que se tenha “como propósito fundamental las aspiraciones de los colombianos a vivir en paz”<sup>48</sup>.

Nesse documento, a guerrilha introduziu um anexo no qual chamava a atenção para a gravíssima situação de violência em que o povo estava submetido. O anexo reunia os nomes das pessoas assassinadas, desaparecidas e torturadas

---

<sup>48</sup> Documento Conjunto entre la Comisión de Paz, Diálogo y Verificación, apud GALLEGO, 2008.

pelo exército e pelos grupos narco paramilitares, relacionando militantes, guerrilheiros, membros de organizações populares, grupos políticos e dirigentes cívicos assassinados de março a dezembro de 1985.

Contudo, apesar das declaradas intenções de manter as negociações em busca da paz, isso de fato não ocorreu. Muito menos as devidas apurações do genocídio e do envolvimento das forças públicas no trágico “baile rojo”. Dois anos haviam decorrido desde a assinatura dos acordos de paz e o balanço era o pior possível. Não houve nenhuma iniciativa do governo em promover as reformas indicadas no acordo; o Exército não respeitou o cessar-fogo e, o mais dramático, a violência aumentou com a entrada em cena do narcoterrorismo. Nessas condições, o país, segundo o EMC das FARC-EP:

(...) está convertido en un campo de experimentación fascista, hambriento, sin trabajo, sin techo, ni tierra, batallando por subsistir en medio del caos y la violencia terrorista, exigirle a la FARC la desmovilización no cabe en la cabeza inteligente de la gente sensata”.<sup>49</sup>

O presidente eleito, Virgilio Barco, assumiu o governo em meio a uma imensa crise política. Emergia um cenário provocado, em particular, pela combinação de três fenômenos sociais, de certo modo interligados: a dramática e crescente onda de terror no campo e na cidade, atingindo as organizações políticas e sociais, em particular os militantes da UP e do PCC; a repercussão da comoção popular manifestada após a violenta reação das forças militares no episódio da ocupação do Palácio da Justiça pelo M-19; e um sentimento disseminado de que a política de paz do governo Betancur havia fracassado.

Assim, de forma violenta e dramática, terminou o primeiro ensaio de negociação de paz entre o governo e a guerrilha. Nessa tentativa, o Estado, apesar de reconhecer o caráter político da guerrilha, não garantiu o pleno exercício das suas atividades políticas no âmbito da legalidade burguesa. Da mesma forma, não deu encaminhamento às promessas pactuadas e atestadas pela Comissão de Paz, como a de promover a totalidade da agenda política

---

<sup>49</sup>Documento “Términos de prolongación de la tregua”, 21/02/1986, apud GALLEGO, 2008, p.135.

com os temas da abertura democrática e as reformas políticas e sociais; a reforma agrária; as garantias políticas e de segurança às organizações dos trabalhadores, camponeses e indígenas; as melhorias no sistema da educação, saúde, moradias populares e emprego.

Aunque las promesas consignadas en el Acuerdo de La Uribe nunca fueron aprobadas y ni siquiera presentadas al Congreso de la República como fue el compromiso firmado en el inciso 8 del trascendental documento.<sup>50</sup>

O Estado sequer fez questão de tomar para si, ou fazer valer seu “direito” ao “monopólio da violência legítima”, máxima do pensamento político do Estado de Direito. Ao contrário, o que vimos na Colômbia, após o acordo de paz assinado com o governo, foi o Estado ampliar a privatização da coerção social:

La experiencia de La Uribe fue muy importante, hoy casi olvidada por la clase dominante, pues significa un escarnio para ella por su mezquindad y la demostrada violencia en el ejercicio del poder. La historia real ha sido falsificada y reducida a la discusión maniquea de la “*combinación de las formas de lucha*” de los comunistas, a la que atribuyen la razón del exterminio criminal. Soslayando de plano que antes de lanzar el proyecto político de izquierda, en el cual participaron destacamentos civiles no armados como el Partido Comunista, sectores sociales y aun sectores democráticos de los partidos tradicionales, los militaristas y la embajada yanqui sabotearon el diálogo con el manido argumento de la narco guerrilla y de no darles oportunidad a los terroristas. La clase dominante demostró desde ese momento la engañosa y sempiterna decisión de querer imponer la paz a la brava, negando cualquier avance democrático y social. Lo peor es que la historia se repite una y otra vez. 25 años después el país está en lo mismo.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> LOZANO GUILLÉN, Carlos A. Lozano. Acuerdo de la Uribe. Agência Prensa Rural. Disponível em: <http://prensarural.org/spip/spip.php?article2170>. Acesso em: 06 de jan. 2015

<sup>51</sup> Ibidem.

### 3.3 *Os diálogos de paz no governo de Virgilio Barco: 1986-1990*

Em 7 de agosto de 1986, tomava posse o novo presidente, Virgilio Barco Vargas. As FARC-EP se apressaram a enviar-lhe um documento dando a conhecer os termos e problemas enfrentados pelos Acordos de La Uribe. Em especial, o texto apontava para o crescimento do fenômeno do militarismo e da conseqüente “guerra sucia” narco paramilitar contra os movimentos sociais políticos e armados. Terminava propondo que, sem demora, o governo indicasse “una nueva, muy amplia y representativa Comisión de Paz, Diálogo y Verificación” (apud GALLEGO, 2008, p. 136).

O novo governo fez declarações em que sustentava que a paz não seria entendida em sua gestão como um mero cessar-fogo ou ainda como uma pacífica convivência com grupos armados. No entanto, sinalizava seu interesse pela “presencia activa del partido político Unión Patriótica en el escenario político” (ARIAS 2008, p. 16). Em 16 de dezembro de 1988, Barco reafirmou perante o Congresso que “los compromisos del Gobierno con todos los colombianos no pueden ser sustituidos por transacciones con minorías armadas que apelan al terrorismo como una arma de protagonismo político” (apud ACEROS, 2013, p. 28).

Barco decidiu-se pela continuidade do diálogo, mas adotou uma nova estratégia. Em seu governo, a tarefa ficaria a cargo não de uma comissão ampla, mas sob a batuta das Consejerías presidenciales. Nomeou para o cargo de conselheiro presidencial para “la reconciliación, la normalización y la rehabilitación”, Carlos Ossa Escobar, ex-presidente da SAC (Sociedad de Agricultores de Colombia), e mais três participantes de perfil acadêmico, entre eles Jesús Antonio Bejarano, decano da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional da Colômbia.

As FARC enviaram um memorando questionando o alcance da nova proposta para a solução e a transposição dos obstáculos. A guerrilha insistia na proposta de uma comissão de paz nos moldes anteriores. O nó da discussão, na verdade, estava para além da estrutura da comissão. As FARC-EP assimilaram rapidamente o conteúdo implícito na proposta do governo recém-eleito. Para

eles, Barco não estava interessado na agenda que a guerrilha determinadamente mantinha sobre a mesa. Se assim fosse, dada a magnitude da tarefa, os principais setores da sociedade envolvidos diretamente no processo histórico e na origem do conflito social e armado teriam assento na mesa de diálogo. Barco, simplesmente, expressava de forma mais direta e pragmática a posição da classe dominante, que o governo anterior de Belisario Betancur dissimulara, tática que lhe custou o apoio de muitos empresários: a estratégia de reduzir a paz à entrega das armas e à reincorporação. Em outras palavras, o novo governo buscava objetivamente, sem subterfúgios, uma rendição. Nas palavras de Fernando Cepeda Ulloa, ministro das Comunicações do novo governo,

El presidente Barco decía, no creamos la ilusión de que va a haber paz. Nosotros podemos aspirar a normalizar la situación pública, no podemos aspirar a que haya paz. No va haber paz, no creemos en esa ilusión. El presidente Barco venía del rechazo a una retórica fantasiosa de Belisario. Aquí lo más que vamos a lograr es normalizar la situación (AGUDELO RIOS, 2005, apud ARIAS, 2008, p. 16).

De toda forma, porém, foi dado início às reuniões entre a Concejería para La Reconciliación, Normalización y Rehabilitación e as FARC-EP. O encontro aconteceu em setembro de 1986, no acampamento da Casa Verde – sede do Estado-Maior e da Secretaria Geral das FARC-EP, em La Uribe. A princípio, as discussões conceituais intermináveis concentraram-se nos preâmbulos e nos fundamentos da proposta do presidente, minando, assim, todas as tentativas de trazer para o campo das negociações os temas relevantes a superação dos obstáculos aos Acordos de La Uribe.

A começar pelo tema do cessar-fogo e da trégua, cujo acordo estava comprometido pela nova política contrainsurgente implementada pelas Forças Armadas, apoiada ou mesmo formulada pelos assessores militares dos EUA e

de Israel, que traziam novos e terríveis componentes ao terreno, como as “narco-guerrilhas”<sup>52</sup>.

Nessa primeira reunião, o Conselho entregou um documento em que “el Gobierno señala los criterios con los que adelantará su política de paz” (BEJARANO, 2011, p. 64). O documento declarava que a busca da paz não poderia ser um objeto isolado do conjunto das ações do Estado. Argumentava que era necessário começar pelo fortalecimento da legitimidade das instituições do Estado e das organizações políticas do país, tendo como objetivos de garantir a ordem civil e a normalidade.

Para o novo mandatário do país, a ordem pública tinha um significado definido pelo tripé justiça eficaz - uso legítimo da força - reconciliação do Estado com a comunidade, via Plano Nacional de Reabilitação. Intelectual renomado, professor da Universidade Nacional da Colômbia e membro do Conselho Presidencial, Bejarano tinha uma interpretação de apoio à proposta de reconciliação do governo. Segundo ele, a proposta não se restringia à guerrilha,

(...) sino que alcanzaba una más amplia dimensión, propiciando el acercamiento entre el Estado y la comunidad , lo cual suponía un nuevo enfoque para el tratamiento de la protesta social, para darles trámite a las demandas de la comunidad, así como admitir que los paros cívicos, las marchas campesinas no podían verse solo como una simple alteración del orden, sino como un derecho legítimo de protesta frente al cual el Estado debía responder mediante el diálogo y no mediante procedimientos de policía (BEJARANO, 2011, p. 65).

A iniciativa do programa Plano Nacional de Reconciliación (PNR), elaborado pelo governo Betancur durante os processos de paz, adquiriu com Barco, ainda segundo Bejarano (2011), “su formulación como una estrategia de desarrollo económico y social con propósitos más amplios que los de una estrategia contrainsurgente”. Bejarano (2011, p.66) acreditava que “la capacidad de

---

<sup>52</sup> Esse tema é discutido no item 3.3.5.

respuesta del Estado y un nuevo enfoque para el tratamiento de la protesta social, fueron los ejes orientadores en la reformulación del PNR”.

O PNR consistia em uma coordenação de diferentes organismos de âmbito nacional, local e regional. Seu propósito era levar serviços sociais aos camponeses e promover o desenvolvimento econômico nas regiões envolvidas no conflito social. Além disso, a partir da assistência social, visava criar canais nos quais “la comunidad podrá allí expresar sus necesidades y cooperar con las autoridades en la tarea de resolverlas”<sup>53</sup>

O PNR expressou a materialização da “estratégia de deslegitimación de la violencia como instrumentos para lograr propósitos políticos” (BEJARANO, 2011, p. 64), defendida pelo conselheiro da Presidência da República. Na visão de Bejarano, a estratégia atingia dois alvos centrais no processo de negociação: o fortalecimento do Estado nas regiões do conflito e politicamente suas instituições, a nível nacional, inclusive as Forças Armadas; o enfraquecimento do poder de fogo da guerrilha na mesa de negociações.

Para ele, o Estado colombiano deveria se localizar acima das classes sociais e, portanto, do conflito social armado, e, por isso, deveria ser fortalecido e reconhecido como o único ente com legitimidade ao monopólio do uso da força. Bejarano afirmava ainda que, uma vez de volta à normalidade da vida civil, o estado de sítio seria utilizado somente “para fortalecer la institucionalidad de las Fuerzas Armadas a través de instrumentos que les permitieran hacer uso legítimo de la fuerza con estricto apego a la ley ...” (BEJARANO, 2011, p. 64). Contudo, era justamente essa estratégia montada no governo Barco que afastava a possibilidade de negociação de paz com a guerrilha.

Não havia na “nova” estratégia do governo de Virgilio Barco a intenção de mudar a lógica da violência do Estado na relação com os movimentos sociais e as manifestações camponesas. Ao contrário, o governo, em todos os momentos que pôde, tornou clara sua concepção de Estado demarcada por manter a ordem. Não havia a intenção de uma política social para além da estratégia contrainsurgente.

---

<sup>53</sup> In: PNR - Presidencia de la República, (1990, p. 62 apud ACEROS ,2013).

Desde o início das conversações, o governo impôs seu limite à pauta apresentada pela guerrilha. Focou e reduziu o diálogo ao tema do desarmamento e da incorporação dos guerrilheiros à vida política. Por fim, utilizou o PNR para abrir canais diretos com a população, fomentando a “participação cidadã”, através do acesso aos serviços sociais e do estímulo à delação. Sua intenção era isolar a guerrilha de sua base social e, assim, deslegitimar sua forma de luta. O governo pretendia desqualificá-la politicamente e enfraquecê-la na mesa de negociações, para isso, disputando sua base social. Tratava-se de fortalecer a posição do Estado no entorno das zonas da guerrilha e falar em nome dessa base social na mesa de negociações, invertendo as posições.

A rigor, o estado de sítio na Colômbia é um regime permanente, não declarado, um instrumento utilizado na luta de classes para o exercício da dominação, com o intuito de promover a reprodução das condições necessária para o desenvolvimento do capital. Na Colômbia, não é possível voltar à “normalidade” sem passar a limpo as injustiças que deram origem ao conflito e que persistem na estrutura do Estado, como a Lei de Segurança Nacional, o papel e as funções das Forças Armadas, a responsabilidade e a cumplicidade do Estado na formação dos grupos narco-paramilitares, entre outros temas.

Durante o governo de Barco, a violência se expandiu e assumiu novas formas. Agora, não seriam somente os comunistas e militantes da UP os atingidos e ameaçados. Todos os colombianos que tinham uma postura crítica sobre o governo poderiam ser perseguidos e ou assassinados

### **3.3.1 Uma nova onda da guerra suja: quem não quer o cessar-fogo?**

A violência oficial e narcoparamilitar atingia indiscriminadamente todos os setores da sociedade, configurando uma nova onda de criminalidade e impunidade no país. Jornalistas, intelectuais, artistas, sindicalistas, professores, personalidades democráticas e progressistas, militantes dos direitos humanos,

juízes, pré-candidatos e toda sorte de gente que lhes parecessem inimigos da “democracia” e da aliança com o narcotráfico eram abatidos.

La Unión Patriótica ha puesto este primer año de gobierno con el Dr. Barco 450 muertos las FARC-EP ha puesto otros tantos. Y que se sepa de una vez por todas que los caídos rindieron su vida por el Cese al Fuego, por la tregua y por la Paz que este gobierno no quiere entender o el militarismo no le permite entender. Quién no quiere el cese al fuego?<sup>54</sup>

Com a consolidação, em todo território nacional, dos grupos armados narcoparamilitares despontou um novo padrão na política contrainsurgente: o massacre coletivo. O fenômeno se consagrou como uma nova modalidade da violência. O governo via-se pressionado a conformar uma “tropa de elite” na Polícia Nacional, destinada ao combate desses grupos. Segundo o próprio Bejarano (2011, p. 66), a medida “no logró mayores resultados, excepto porque deslegitimó jurídica y políticamente a los grupos paramilitares y sobre todo porque rompió el silencio oficial en torno a las actividades de estos grupos”.

No entanto, apesar das medidas contra a violência dos narcoparamilitares, o governo não tocou no ponto principal. Com efeito, as denúncias do envolvimento das Forças Armadas nos extermínios foram rigorosamente omitidas. Afinal, as Forças Armadas são parte da estrutura do Estado Colombiano, não se tratando, pois, de uma força independente e autônoma. Por sua natureza e função, as Forças Armadas refletem em seu interior as posições da classe dominante. Neste assunto, pela evidência do envolvimento das Forças Armadas com os grupos narco-paramilitares, o professor Bejarano (2011, p. 66) fez uma severa crítica ao governo do qual fazia parte:

Fue demasiado visible su renuncia a delimitar claramente responsabilidades aludido simplemente a las ‘fuerzas oscuras’, (...) con la que buscaba más bien crear la impresión de un Estado víctima de la acción de “agentes violentos”, con un exceso de prudencia, cuando no de temor, a incursionar en el interior de las Fuerzas Armadas, colocando en un mismo plano la acción de los agentes privados y de las autoridades oficiales.

---

<sup>54</sup>Declaración Pública de las FARC-EP en 25 de agosto de 1987, apud GALLEGO, 2008, p.138.

Em 17 de fevereiro de 1987, as FARC-EP realizaram o pleno ampliado do Estado Maior Central - EMC, no qual definiram os planos de mobilidade total, decididos na Sétima Conferência. Os constantes enfrentamentos com as Forças Armadas que não reconheciam o acordo de cessar-fogo e trégua e a recente onda de “la terrible guerra sucia” (SANTRICH, 2008, p.261) pressionavam a guerrilha, exigindo novas respostas no terreno militar e político. Em junho de 1987, as FARC-EP lançaram uma contraofensiva, “haciendo uso de su legítima defensa, emboscaron y aniquilaron una patrulla del veterano batallón de contra-guerrilla ‘Cazadores del Caquetá’, un batallón de elites”, das Forças Armadas (REYES, 2005, p. 95). Dias antes, “el ejército del régimen había violado los acuerdos de tregua atacando de manera aleve un campamento guerrillero en Urabá, asesinando a 22 combatientes” (SANTRICH, 2008, p. 261).

A reação do governo foi imediata: rompeu com os acordos de cessar-fogo e trégua, acordos que, *grosso modo*, nunca foram reconhecidos plenamente e cumpridos pelo Estado. Iniciava-se novamente a guerra total, sem mediações; exacerbavam-se a repressão e a guerra suja, desenhava-se uma conjuntura dramática e perigosa para todos os críticos do regime. Nesse contexto, três candidatos e um pré-candidato à Presidência da República foram assassinados durante a campanha eleitoral para sucessão de Barco: o candidato pela UP, Jaime Pardo Leal, em 1987; o pré-candidato do Novo Liberalismo, Luis Carlos Galán Sarmiento, em 1989; o candidato pela UP, Bernardo Jaramillo Ossa, em 1990; e o candidato da Alianza Democrática M-19, Carlos Pizarro Leongómez, assassinado 47 dias depois de sua desmobilização, em 1990.

### **3.4 *Proceso de paz com o M-19***

Não poderíamos deixar de colocar em cena o tema da desmobilização do M-19, principalmente porque sua dinâmica nos ajudará a entender melhor os interesses presentes na posição dos empresários/Estado na mesa de negociações de paz com as FARC-EP. A atitude dos empresários na defesa e

no empenho pelo êxito das negociações com o M-19 pode surpreender aqueles que não percebem a divergência fundamental no entendimento conceitual de paz que perpassa toda tentativa de negociação entre o Estado e a resistência armada.

Nos últimos anos do governo de Virgilio Barco, no final de 1987, as mobilizações agrárias se avolumavam. Numerosas paralisações cívicas, envolvendo diversos segmentos da sociedade, movimentos sociais e marchas camponesas indicavam que a política de reformas mínimas e locais do governo Barco não haviam tocado nos graves problemas que atingiam o homem do campo. Os camponeses não demonstravam satisfação pelas maquiagens promovidas pela

(...) nueva ley de reforma agraria que, a pesar de su moderación, permitió que se reactivara la redistribución de la tierra en las zonas de mayor conflicto; aumentó sustancial de las partidas para el desarrollo rural integrado; grandes inversiones en las regiones marginales y de colonización a través del Plan de Rehabilitación; mayor representación campesina en las entidades oficiales y provisión de un fondo estatal para financiar el funcionamiento de las organizaciones campesinas (ZAMOCS, 1992, p. 38).

Em 29 de maio de 1988, o M-19 sequestrou Álvaro Gómez Hurtado, dirigente do Partido Conservador e herdeiro de uma das famílias de maior tradição política de direita do país. A organização exigiu, pela sua libertação, que o governo e diversos setores da sociedade iniciassem um novo diálogo de paz e condenassem publicamente a onda de “desaparição forçada”.<sup>55</sup> Além disso, exigiam uma saída negociada para o conflito social armado, com base nos temas da “guerra sucia”, do estado de sítio e de um plebiscito para uma reforma constitucional. A ousadia da guerrilha foi uma resposta contra a violência sofrida por membros da Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar – CGSB, que resultou na detenção, tortura e posterior assassinato de três

---

<sup>55</sup> Disponível em : <http://www.elespectador.com/impreso/judicial/articuloimpreso-1988-alvaro-gomez-secuestrado-el-m-19> . Acesso em 09 de março de 2015.

integrantes do M-19 por parte do DAS, órgão do Estado na área de segurança (TOLOZA, 2006, p.148).

No dia 14 de junho de 1988, teve lugar no Panamá a reunião proposta pelo M-19, entre seus membros e 16 representantes da sociedade, com o fito de fixar os termos de libertação do dirigente conservador sequestrado e marcar um novo encontro para dar início à discussão de “temas cruciales para abrir nuevos caminos de paz en Colombia”. É importante destacar a participação de empresários de prestígio neste encontro: Jorge Méndez, presidente da Fedemetal; Eliseo Restrepo, presidente da SAC; Sabas Pretelt de la Veja, presidente da Fenalco, além do bispo Darío Castrillón. Em contrapartida, porém,

[e]l presidente Virgilio Barco, quien últimamente no se ha pronunciado sino desde los cuarteles, había vuelto a hacerlo esa mañana durante una ceremonia en la base militar de Palanquero, en la cual hizo entrega de cinco modernos helicópteros Black Hawk (Halcón Negro): "No es la intimidación ni la amenaza el medio para preservar la paz. No puede un minúsculo grupo imponer su voluntad a 26 millones de colombianos de bien". Las declaraciones del Presidente parecían haber pasado por encima de lo que, a las mismas horas en que las pronunciaba estaba sucediendo en Panamá.<sup>56</sup>

Pressionado, o governo propôs a formação de uma Comissão de Reajuste Institucional e a convocatória de um referendo popular sobre o tema da paz. Essa proposta, vista com bons olhos pelo M-19, mas criticada pelas FARC-EP, só iria se realizar mais tarde, em maio de 1990, quando os colombianos foram às urnas e votaram a favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, cuja tarefa era de promulgar uma nova constituição.

Voltando aos episódios que marcaram o ano de 1988, os compromissos firmados entre as partes na reunião do Panamá foram de fato cumpridos. O M-19 libertou Álvaro Gómez Hurtado e, seis dias depois, em 29 de julho, os

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.semana.com/nacion/articulo/encuentro-en-panama/10571-3>. Acesso em: 9 de março de 2015.

empresários foram à reunião marcada com a guerrilha, desta vez em território nacional. O governo manteve sua posição e não participou do encontro.

O resultado do encontro foi o compromisso assumido pelo M-19 de manter o processo de diálogo com vistas à sua desmobilização e reinserção na vida política e democrática. Ademais, o grupo guerrilheiro fez um apelo aos empresários colombianos à participação na mesa de diálogo. Por essa época, a Federación de Ganaderos de Córdoba – Ganacor assim expressava sua preocupação:

Dirigieron un S.O.S. al presidente de la República en el que le expresan su “angustia por los visos de desestabilización total que ha tomado la situación del país en cuento al resquebrajamiento del orden social ejecutado por los miembros de la guerrilla comunista y cuyos efectos en nuestra región son particularmente evidentes”. Reiteraban apoyo al presidente en sus esfuerzos en la búsqueda de la paz, poniendo en claro que “no obstante, constatamos con desconsuelo que ese propósito no encuentra eco ni actitudes recíprocas de parte de la subversión (*El Tiempo*, 20/01/89 apud ACEROS, 2013, p. 30).

O alarido ecoou por outras organizações patronais. Neste ponto, o governo Barco decidiu se juntar ao processo e encaminhar uma nova “Iniciativa de Paz”. Em 1º de setembro de 1988, o governo expôs sua proposta para as guerrilhas interessadas nos seguintes termos: exigia um cessar-fogo unilateral, definia as fases e os prazos para o processo de negociação e estipulava claramente a desmobilização como propósito do processo.

As fases estariam distribuídas obedecendo a uma ordem gradual: distensão, localização, diálogo, desmobilização e incorporação à vida civil e política. O convite se estendia a todas as guerrilhas do país. A princípio, somente o M-19 aceitou os termos da proposta de negociação de paz. Em maio de 1989, foi instalada a Mesa de Análisis y Concertación. A participação dos empresários estendeu-se ao longo de todo o processo, com declarações de apoio e louvor às iniciativas tomadas pelo governo. A classe dominante em seu conjunto estava exultante com o encaminhamento que ajudou a construir, conforme atesta nota publicada no jornal *La República*:

Los gremios que firmamos esta comunicación reiteramos nuestro apoyo a la propuesta para la paz del Presidente de la República porque plantea condiciones precisas, como la del cese unilateral de hostilidades por parte de las organizaciones guerrillera que deseen tomar parte en el proceso y señala un itinerario claro hacia la desmovilización de la guerrilla y su incorporación a la vida civil, mínimos objetivos de cualquier política de pacificación nacional (...) expresan su apoyo a este empeño del Gobierno y ofrecen su colaboración y participación en el proceso, cuando las autoridades las consideren útiles o necesarias (*La República*, 24/02/89 apud ACEROS, 2013).

Diversas entidades de classe participaram da Mesa de Análisis y Concertación, o que dá a exata dimensão do significado que conferiam ao processo. Além de Darío Bustamante, da SAC, estiveram presentes representantes da ACOPI, da Asociación de Laboratórios Farmacéutico de Investigación y Desarrollo (AFIDRO), da Federación Colombiana de Lonjas de Propiedad Raíz (FEDELONJAS) (setor imobiliário), da Federación de Aseguradores Colombianos (FASECOLDA), da FENALCO e da Sociedad de Agricultores y Ganaderos (SAG).

O Pacto Político pela Paz e Democracia foi firmado em 2 de novembro de 1989. O governo se comprometia a enviar a Circunscrição Nacional Especial de Paz ao Senado. Este expediente sancionaria as regras de incorporação dos desmobilizados na vida política e o reconhecimento como partido político da organização desarmada. Outrossim, criava um Fundo Nacional para a Paz vinculado aos programas nas áreas sob a influência do M-19, além de uma comissão internacional de verificação. A participação desta comissão é detalhada a seguir:

La verificación del desarme y de la posterior destrucción de las armas fue liderada por el secretario general de la Internacional Socialista, Luis Ayala que declaró no “acto de dejación de armas del M-19, 2 de marzo de 1990: “La vida humana y el progreso económico y social requieren la paz, la que se torna así, en una condición previa para la realización de todos nuestros ideales. En este espíritu es que nuestra organización, La Internacional Socialista, la organización mundial de los partidos socialdemócratas, socialistas y laboristas, aceptó la solicitud del señor presidente de la República de Colombia, don Virgilio Barco, y de los líderes del Movimiento 19 de abril de

asumir la responsabilidad – a través de una comisión especial designada por la Internacional Socialista – de contribuir a este trascendente paso por la paz, recibiendo las armas del Movimiento 19 de Abril a satisfacción del Gobierno de la República de Colombia y del M-19, y de supervisar su destrucción inmediata (VILLARRAGA, 2009, p. 305 apud ECHAVARRIA, 2012, p. 15-16).

A guerrilha havia se comprometido a entregar as armas. E assim procedeu. No dia 9 de março de 1990, no município de Toribio, departamento de Cauca. O M-19, fazendo uso da Lei nº 77, de 1989, que autorizava a concessão de indultos por delitos políticos, lançou seu dirigente, Carlos Pizarro Leongómez como candidato à Presidência da República pela Aliança Democrática, para o quadriênio 1990-1994. No entanto, 49 dias depois, em 26 de abril de 1990, Leongómez foi assassinado à queima-roupa dentro de um avião, pelo grupo narcoparamilitar Autodefensas Unidas de Colombia - AUC. O crime só seria apurado muito tempo depois:

Estas revelaciones le permitieron a Otty Patiño declarar a la Fiscalía lo que habían escuchado, y con esta evidencia 11 años después del magnicidio de Carlos Pizarro Leongómez, el ente investigador acusó del crimen político a Fidel y Carlos Castaño. Para la época ya el jefe paramilitar Carlos Castaño, en su confesión al periodista Mauricio Aranguren, admitió que él mismo entrenó al muchacho que perpetró el asesinato, y que quemó centenares de tiros con la misma arma, enseñándole cómo hacerlo en el avión.

Lo que nunca le dijo Castaño al ingenuo sicario es lo que a él mismo le iba a suceder. El jefe paramilitar le prometió que en medio de la confusión otros iban a protegerlo y que apenas el avión retornara a Bogotá, lo iban a rescatar. Lo que pasó sigue siendo motivo de investigación para las autoridades judiciales en un caso que sigue sin prescripción. Segundos después de que Gerardo Gutiérrez disparó contra Pizarro y soltó el arma, se paró uno de los escoltas del DAS y lo mató de un tiro en la cabeza.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Disponível em : <http://www.elespectador.com/especiales/el-crimen-de-carlos-pizarro-leongomez-articulo-381843> . Acesso em 21 de março de 2015,

Ainda assim, nas eleições que se seguiram, o M-19, transformado em partido – Aliança Democrática M-19, teve uma votação expressiva para a Assembleia Constituinte.

### *3.5 Unidade das guerrilhas: Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar – CGSB e os processos de paz*

Antes de prosseguirmos, convém abrir um parênteses a fim de verificar e entender o alinhamento das guerrilhas em um período tão difícil para a luta de classes na Colômbia. Neste caso, faremos um breve retorno ao início da década de 1980, mais precisamente ao governo Belisario Betancur, quando houve os primeiros movimentos dos grupos em direção à unidade das guerrilhas.

O processo de construção da unidade teve a participação, além das FARC, do Ejército Popular de Liberación (EPL), do Movimiento 19 de Abril (M-19), do Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), o Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL), do Movimiento de Izquierda Revolucionaria – Patria Libre (MIR - Patria Libre) e do Ejército de Liberación Nacional (ELN).

As guerrilhas que não participavam da mesa de diálogo com o governo de Belisario Betancur conseguiram construir, entre elas, uma base de acordos mínimos no âmbito político, militar e organizativo. A construção do entendimento derivava da necessidade que sentiam da unidade no terreno da ação para fazer frente ao processo de confrontação com as forças públicas, que incluía os grupos paramilitares. Surgia assim a Coordinadora Nacional Guerrillera (CNG), que deu origem, mais à frente, à Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB).

A unidade das guerrilhas foi construída a partir de um programa consensuado, cujo eixo principal era o entendimento de que o avanço na luta pela democracia se daria pela via do poder popular, consigna que cada guerrilha entendia de uma forma táctica. Durante o governo Barco, a discussão girou em torno da forma de luta contra o regime, um dilema táctica que viria a se tornar um divisor

de águas estratégico: a tática de se colocar na oposição, o que implicaria uma luta dentro da institucionalidade burguesa, ou a tática da confrontação, que envolvia uma postura de ruptura com a institucionalidade. Nas palavras do dirigente do ELN, Milton Hernández: “En la primera, la de la oposición, el punto de referencia es el gobierno al que nos oponemos; en la segunda es una nueva nación que estamos construyendo” (1993, p. 100 apud GALLEGO, 2008, p. 141),

As organizações fundadoras da Coordinadora Nacional Guerrillera (CNG) foram o ELN, o PRT e o MIR- Patria Libre. Um pouco mais tarde, juntaram-se o EPL e o M-19. Desde sua fundação, em 20 de maio de 1985, a organização buscou uma aproximação política com as FARC-EP. Havia o consenso de que não havia possibilidade de um projeto unitário sem as FARC-EP, pelo que elas representavam em termos militares e de peso político e organizativo no campo e nas cidades.

Dois motivos justificavam a ausência da principal insurgência colombiana no processo de unificação das guerrilhas. Em primeiro lugar, o fato de se encontrar em plena negociação de paz com o governo Belisario Betancur a distanciava, no sentido tático, da avaliação política feita pelas guerrilhas sob a cobertura da CNG. O segundo motivo diz respeito aos problemas políticos oriundos da dissidência que as FARC-EP sofreram, em Cali, dos membros da Frente Ricardo Franco, cuja ação era urbana, que discordavam da participação da organização no processo de paz com o governo, e ingressaram, organizados na CNG.

A relação das FARC-EP com o grupo dissidente era de difícil trato. Após graves acontecimentos, o Estado-Maior Central - EMC da guerrilha tornou pública a denúncia de que o dirigente do grupo dissidente, Javier Delgado, era um agente da CIA infiltrado na organização e que havia constituído na verdade um grupo paramilitar “con el único fin de asesinar a dirigentes de los grupos armados y ayudar en el desmantelamiento de diversos frentes guerrilleros” (TOLOZA, 2006, p. 146).

Após a expulsão do grupo dissidente da CNG, o fim das negociações de paz e, sobretudo, com a consolidação dos grupos narco paramilitares, as FARC-EP investiram no projeto de unidade com as guerrilhas do CNG, participando da Primeira Conferência Bolivariana, em setembro de 1987. Nessa ocasião, foi fundada a Coordenadora Guerrilheira Simon Bolívar – CGSB, no final do governo Barco, período que se registra intensas mobilizações populares e o auge da guerra contrainsurgência reforçada pelo narco paramilitarismo, que teve início com o extermínio dos militantes e dirigentes da UP e do Partido Comunista.

A nova organização nacional das guerrilhas colombianas – Unión Camilista<sup>58</sup> - Ejército de Libertación Nacional (UC-ELN), Comando Quintín Lame, Ejército Popular de Liberación, Partido Revolucionario de los Trabajadores, Movimiento 19 de Abril e Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército do Povo – teve em sua história o mérito de ter realizado seis conferências.

A primeira conferência elaborou um programa político, uma plataforma de luta e um código de ética. As organizações se comprometiam a manter a construção da unidade sob os critérios da autonomia, independência ideológica e política e respeito às diferenças, impulsionar todos os processos em torno da democracia e do respeito à vida, apoiar e impulsionar toda conquista e reforma que signifique um melhoramento na qualidade de vida dos colombianos, exigir plenas garantias à atividade política das organizações de massas, participantes do pleito para as prefeituras; rechaçar o ultimato do governo à desmobilização do movimento guerrilheiro, sendo, nestes termos, uma declaração de guerra total e, conseqüentemente, uma ruptura ao diálogo.

O documento ainda reiterava a disposição das guerrilhas pela saída política do conflito social armado, que respondesse aos anseios do povo por democracia e

---

<sup>58</sup> O nome da organização foi uma homenagem ao padre Camilo Torres Restrepo, cujo pensamento vinculado à realidade social e à situação de pobreza da população colombiana. Ele dedicou sua vida a vincular o cristianismo ao marxismo, batendo-se por uma sociedade de caráter socialista, com justa distribuição da riqueza. Incentivou os camponeses a lutar ao lado dos marxistas. Passou à militância política sob a direção da ELN em 1964, organizou jornais e o povo das cidades. Por pressão do alto Clero, abandona o sacerdócio em 1965. Morreu em seu primeiro combate, nas fileiras do ELN, em 15 de fevereiro de 1966.

pelas reformas necessárias. E, finalmente, afirmava que apesar de o interesse central dos grupos insurgentes não ser a guerra, assumiam o desafio de se prepararem para a confrontação.

Na esfera da conduta ética, a declaração se comprometia em defender a vida como um bem supremo; de respeitar e exercer o direito das populações; seguir as Convenções de Genebra; fazer um chamado ao governo e às Forças Armadas para que respeitassem as normas do Direito Internacional Humanitário e que se comprometessem em dar trato humanitário e digno aos guerrilheiros capturados em combate, e, sobretudo, a respeitar a população civil e seus bens; em rechaçar a tortura, os desaparecimentos forçados e as listas de ameaçados, assim como os assassinatos dos membros da UP, dos demais movimentos políticos e sociais e democráticos, responsabilizando os organismos de segurança do Estado e os grupos paramilitares. E, finalmente, convocava uma ampla mobilização pela vida.<sup>59</sup>

Raul Reyes, comandante das FARC-EP, assim resumiu o sentido e a natureza da CGSB:

La CGSB tenía en esos momentos como puntos de confluencia fundamental la lucha por la democratización del país y contra la guerra sucia y su disposición a encontrar una solución política a los problemas del país acompañando al pueblo en su búsqueda de la paz real, es decir, de la paz con justicia económica y social y con derechos políticos para todos. El compromiso histórico de la CGSB estuvo signado por las condiciones políticas que se generaron en el futuro inmediato en el país (REYES, 2005, p. 66).

A II Conferência da CGSB, em abril de 1988, debruçou-se sobre os problemas mais urgentes sentido pelo povo colombiano, como a luta contra a “guerra sucia” e o direito à vida; a proposta de uma nova Constituinte, que debatesse temas como soberania nacional, autodeterminação do Estado, estabelecimento da soberania popular, da democracia direta, das liberdades políticas, reforma

---

<sup>59</sup> Conclusiones Políticas y la Declaración Pública de 1ª *Primera Conferência da CGSB*. Novembro de 1987. Disponível em: <https://resistencia-colombia.org> . Acesso em: 23 de abril de 2015.

agrária e urbana, política popular de habitação, consagração do direito à vida, ao trabalho, à saúde e à educação para todos, além do reconhecimento dos direitos e garantias às minorias étnicas, em especial, às comunidades indígenas.

A III Conferência foi convocada em função dos desdobramentos provocados pelo sequestro de Álvaro Gómez pelo M-19. O governo de Virgílio Barco embarcou no processo iniciado pelos empresários com uma proposta de abrir uma nova mesa de diálogo, conforme foi visto no item 3.4 Processo de Paz com o M-19. Realizada em outubro de 1988, essa conferência centrou discussão, por motivos óbvios, sobre a ação militar e as manobra política dirigida pelo M-19. Foi elaborada uma pauta de negociações para ser apresentada ao governo Barco, baseada nos pontos discutidos e aprovados nas duas conferências anteriores da CGSB. A proposta não teve eco no governo Barco, que manteve sua proposta de pauta mínima, cujo foco era a rendição e desmobilização das guerrilhas, sem nenhum compromisso social ou político.

Conforme já mencionado, a proposta do governo foi bem recebida pelo M-19, que em 10 de janeiro de 1989 assinou o Acordo de São Domingos. A experiência foi seguida por outros grupos guerrilheiros, como o PRT, o Quintín Lame e a fração majoritária do EPL (TOLOZA, 2006, p. 148).

A IV Conferência ocorreu em junho de 1989. Nela foram apresentadas três posições distintas com relação ao processo de paz: a primeira, do M-19, defendia que a discussão de paz deveria ter como eixo central o processo de desmobilização e desarmamento das guerrilhas; a segunda, das FARC-EP, PCC-ML, EPL, Quintín Lame e PRT, preconizava a solução política negociada e, por fim, a terceira, da UC-ELN, advogava uma solução política negociada, baseada em três pontos: a defesa da vida, a defesa da soberania nacional e a defesa dos recursos naturais.

A V Conferência foi realizada em 1990, ou seja, após a desmobilização do M-19. Nela foi ampliada e aprofundada a discussão sobre o tema da solução política negociada na base das guerrilhas, com vistas a acumular forças para

uma posição mais definitiva e lapidada adiante. No mesmo ano, em setembro e outubro, as guerrilhas organizaram a Primeira Reunião de Comandantes dos Estados-Maiores das guerrilhas da CGSB, cujo objetivo seria tratar, em particular, de dois pontos fundamentais: concluir uma concepção consensual sobre a saída política negociada, seu formato, e a agenda que deveriam apresentar, e traçar uma estratégia político-militar que respondesse àquela conjuntura. Como afirma Guerra (2006, p. 148):

(...) el dialogo y la salida negociada al conflicto posee la CGSB, de dichas reflexiones y definiciones resultantes, la Coordinadora enfrenta un proceso de solución política negociada, en forma conjunta y unitaria que se desarrolla en los diálogos de Caracas Y Tlaxcala entre 1991 y 1992 con el gobierno de César Gaviria Trujillo(...).

Daí originou-se a estratégia expressa no Plano Tático Unificado – PTU e no Plano Militar Único – PMU para o período. A conferência também discutiu sobre política internacional, trabalho de massa e código de ética de combate e criou uma Direção Nacional Revolucionária Unificada e Coordenação, cuja função seria coordenar e ocupar os espaços da vida política nacional. Esta reunião de cúpula foi realizada sob o governo do recém-empossado Cesar Gaviria Trujillo, para o período agosto de 1990-agosto de 1994, assunto do próximo item.

A pressão exercida pela violência crescente contra a população camponesa e das cidades sob a responsabilidade do Estado colombiano, quer pela ação do Exército, quer pela ação dos grupos paramilitares, esquadrões da morte ou narco-terroristas, foi um componente importante que pautou o compromisso pela busca da unidade entre as guerrilhas. Essa situação se apresentava em um contexto internacional não menos dramático para a esquerda, entre os quais se destacava a queda do muro de Berlim e o fim da experiência socialista, e a vitória de Violeta Chamorro nas eleições de fevereiro de 1990, na Nicarágua, que representou a derrota do projeto sandinista.

A pressão exercida pela conjuntura internacional, associada à campanha dos “êxitos políticos” da negociação do M-19 e à discussão das possibilidades,

oportunidades e esperanças abertas na proposta de Constituinte, geraram tensões que algumas organizações não conseguiram resolver. Foram os casos das guerrilhas do EPL, do PRT e do MAQL, que optaram pelo caminho das negociações com vistas à desmobilização. Essas negociações caracterizaram-se por uma pauta que não tocava nos pontos do interesse dos camponeses e dos trabalhadores urbanos em geral, sinalizados nas conferências da CGSB. Na realidade, esses grupos guerrilheiros se submeteram a um processo de negociação com uma pauta rebaixada, que envolvia somente a entrega das armas e a desmobilização, sem a mínima contrapartida do Estado em benefício social ou reparações. O M-19, por sua vez, decidiu pela desmobilização proposta pelo governo Barco. O comandante Raul Reyes assim avalia a entrega das armas por parte do M-19:

(...) con las banderas fundamentales de su lucha a cambio de reinsertase en el sistema gobernante; intentando mantener la forma de movimiento político legal de oposición, pero termina diluido en los partidos tradicionales para mendigar pequeños beneficios del sistema capitalista, liderado por la oligarquía de liberales y conservadores causando grave daño al proceso revolucionario colombiano no solo por la traición a quienes creyeron en ellos, sino por la utilización de los gobernantes para insistir que en Colombia no tiene futuro la lucha armada porque los “buenos guerrilleros” regresan arrepentidos a defender el sistema y quienes no aceptan la democracia de los capitalistas reciben el rigor de las leyes de la democracia de la burguesía (REYES, 2005, p. 68).

Preocupadas, as FARC-EP, o ELN e a dissidência do EPL deram curso a iniciativas que as fortalecessem no campo militar e político, para conduzir os diálogos e negociações com vista à solução política para o conflito social e armado. Essas guerrilhas não buscavam a desmobilização, a rendição ou a reinserção proposta no governo Barco, mas, sobretudo, pôr fim, pela via negociada, ao drama da violência, da guerra suja, das injustiças sociais, econômicas e políticas.

Por essa época, a banalização da violência, a criminalização e a perseguição implacável aos ativistas sociais e políticos haviam chegado a um nível intolerável. Todas as guerrilhas estavam expostas a essa tensão criada pelo

alto grau de violência que o Estado burguês impusera à luta de classes na Colômbia. Em particular, as FARC-EP suportavam ainda o abalo das mudanças na correlação de forças internacionais, com a crise e a derrocada dos países socialistas. Talvez neste ponto, o caráter socialista da luta que travavam e que marca o eixo da sua estratégia, tenha dado lugar a uma lógica que conferia prioridade tática à emergência de uma pauta mínima, cujo centro seria o de garantir, em primeiro lugar, a vida, os direitos humanos, a justiça e a democracia, no marco do Estado burguês. Nesse caso, o caráter da revolução pela qual lutavam assumiu os contornos e a configuração de uma luta por libertação nacional e democrática.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”, nos alerta Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*. E assim, para responder a uma necessidade tática, as FARC-EP reviviam os velhos ícones das lutas emancipatórias nacionalistas pela independência, liberdade e democracia, na esperança de que as lembranças dessas lutas conseguissem reacender a proeza libertadora no povo colombiano e suscitar uma conjuntura revolucionária capaz de enfrentar o desafio da tomada do poder de Estado. Essa tática é formulada no *18 Brumário*:

(...). A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. (...); mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela. (...) A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade, de encontrar novamente o espírito

da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez (MARX, 1996, p. 203-204).

Em 1992, a CGSB realizou a sexta e última conferência da organização. Nela, os guerrilheiros fizeram uma avaliação negativa do interesse do governo Gaviria pelo processo de paz. Reafirmando o compromisso com a luta na busca pela paz com justiça social e com as mudanças sociais, econômicas e políticas, prepararam-se e organizaram-se politicamente para o combate contra a aplicação da política de abertura econômica que afetava os interesses básicos da classe trabalhadora. Os guerrilheiros apontavam para a necessidade da construção da máxima unidade possível na América Latina, sob o ideário político de Simón Bolívar. Finalmente, a conferência elaborou um documento de 12 pontos fundamentais na construção de um processo de paz. Esse documento seria apresentado oportunamente ao governo, nas negociações em Caracas.

### ***3.6 Novo governo, nova conjuntura internacional e os velhos problemas nacionais: Cesar Augusto Gaviria Trujillo, 1990-1994***

Voltando um pouco no tempo, em 9 de dezembro de 1990, durante o processo eleitoral para a Assembleia Constituinte, o Estado, sob o comando do novo governo, executou um operativo militar contra a Casa Verde de Huila, ponto de encontro e diálogo do Secretariado Nacional das FARC-EP, na Cordilheira Oriental<sup>60</sup>. No confronto, o Exército oficial contabilizou 120 baixas e a perda de nove helicópteros.

El ataque a Casa Verde el pasado nueve de diciembre, los subsiguientes operativos que por esta fecha se han incrementado en busca de la aniquilación física de los principales dirigentes de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, trajeron como consecuencia inmediatas la respuesta militar de la guerrilla que había propuesto desde agosto del año noventa, los diálogos con el recién posesionado gobierno del

---

<sup>60</sup> A Cordilheira Oriental pertence à bacia do Rio Magdalena na parte ocidental e na parte oriental a bacia dos rios Amazonas, Orinoco e Catatumbo. Estende-se do sudeste ao nordeste, do departamento de Huila ao departamento de Norte de Santander.

doctor Gaviria, de las mismas características de este que nos disponemos a desarrollar.<sup>61</sup>

Em resposta à ofensiva do novo governo, a Coordenadora desencadeou uma campanha militar ofensiva, denominada “Comandante Jacobo Arenas, juramos cumplir”, em homenagem ao líder comunista falecido em outubro de 1990. A ação da Coordenadora chegou a ocupar a embaixada da Venezuela, em Bogotá.

A iniciativa militar do governo encontrou as guerrilhas unidas e dispostas a revidar, em uma ofensiva conjunta. As autoridades foram obrigadas a recuar, ficando numa situação complicada. Nesse momento, o governo de Gaviria Trujillo acenou com o retorno das negociações de paz e aceitou, pela primeira vez na história da Colômbia, negociar com todas as guerrilhas juntas, através da CGSB.

No início de 1991, aconteceu o primeiro encontro em Cravo Norte, no departamento de Arauca. Ali foi acertado “celebrar conversaciones directas, inicialmente en Caracas, con representantes al más alto nivel (...) encaminadas a buscar una solución negociada a la confrontación política armada” (REYES (2005, p. 97).

Em Caracas, no dia 3 de junho de 1991, tiveram início a primeira das duas rodadas em que se resumiram as negociações de paz do governo Trujillo. Nesta primeira rodada, que contou com o acompanhamento de personalidades nacionais e organismos internacionais, o tema central foram as possibilidades de um cessar-fogo entre o Exército e as guerrilhas. O governo apresentou sua proposta global, mantendo o modelo adotado nos casos dos movimentos desmobilizados, a saber: concentrar as frentes guerrilheiras em áreas específicas e restritas, negociar as condições de inserção política e acordar as condições para a desmobilização. Na segunda rodada, no dia 4 de setembro de 1991, falando em nome da CGSB, Afonso Cano, comandante das FARC-EP, colocou nestes termos os pontos a serem discutidos:

---

<sup>61</sup> Trecho tirado do Documento audiovisual ‘Nuestra propuesta es la paz’ em ‘Coordinadora’ de la Coordinadora Guerrilheira Simón Bolívar – Venezuela. Junio de 1991 (apud Toloza 2006, p.149)

Es inaplazable, para avanzar en este objetivo, la revisión de la estrategia y doctrina que orientan la actividad de las fuerzas militares y de los mecanismos de seguridad del Estado, que liquide la concepción del enemigo interno e implante una estrategia sustentada en la democracia y la defensa de nuestra soberanía nacional. (apud REYES, 2005, p. 97).

Sem nenhum avanço, as negociações foram interrompidas unilateralmente, sob o argumento governamental de que as FARC-EP eram responsáveis pelo atentado sofrido pelo político liberal Aurélio Irragorri Hormaza. Somente em 10 de março de 1992, as negociações foram retomadas, dessa vez na cidade de Tlaxcala, no México. A CGSB apresentou o documento “Doze pontos para construir uma estratégia ao processo de paz”<sup>62</sup>, aprovado na VI Conferência da organização guerrilheira. Esse documento fora enviado em 25 de janeiro de 1992 ao Congresso Nacional, com a seguinte “carta-proposta”:

Un logro importante de los diálogos de Caracas, ha sido la elaboración conjunta de una agenda de negociación que trasciende los elementos exclusivamente militares del cese de fuego y toca con aquellos que sirven de soporte a la crisis nacional. Abordar estos temas de la agenda para su tratamiento no puede ser solo competencia de los negociadores o de especialistas, sino responsabilidad de todos quienes pueden contribuir a despejar el futuro de la nación: empresarios y trabajadores, políticos y militares, clérigos y laicos, estudiantes, artistas, intelectuales, gobierno y guerrilla, periodistas, indígenas y campesinos, todos tenemos algo que aportar a favor del acuerdo y de la paz. (...). (ARANGO ZULUAGA, 1992, p. 166-171 apud ARIAS, 2010, p. 22).

Os 12 pontos apresentados pela CGSB são, em síntese, os seguintes:

1 – Aspectos socioeconômicos - substituição da política neoliberal por estímulos à indústria nacional e à produção agropecuária, com acesso mais fácil aos créditos. Construção de infraestrutura e importação de moderna tecnologia. Desenvolvimento e progresso econômico como temas vinculados ao bem-estar social: respeito aos direitos trabalhistas, à fonte de novos empregos e ao estímulo de formas de produção associativas e de

---

<sup>62</sup> <http://www.cedema.org/ver.php?id=2369>

microempresas. Incorporação ao mercado internacional não da forma imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial, e sim operada com a preocupação de proteger os interesses dos setores vitais da produção nacional. Renegociação da dívida externa para impedir “la exportación de capitales que requerimos para nuestro desarrollo”.

2 – Recursos naturais e energéticos - explorados, administrados e comercializados com critério patriótico, fazendo valer a condição de proprietário do povo colombiano. Os benefícios da produção devem prioritariamente ser empregados no desenvolvimento das regiões, parte de Plano Nacional. Os contratos com as multinacionais devem sofrer revisão e modificações. Ao término dos contratos, as concessões deverão ser revertidas ao Estado. Construir novas refinarias e investir no desenvolvimento petroquímico com o objetivo da autossuficiência. A Comissão Nacional de Energia deve ser responsável pela elaboração de um projeto de política energética.

3 – Função social do Estado - fortalecer a função social do Estado, garantindo a eficiência administrativa e desenvolvendo sua capacidade produtiva. Suas empresas devem ter alta eficiência e produtividade. Garantir à população saúde, educação, moradia, transporte, cultura, recreação, equilíbrio ecológico, serviços públicos de qualidade e o bem-estar de todos.

4 – Corrupção - fortalecer os mecanismos de fiscalização popular, aumentar a punição, levar a juízo os servidores públicos comprometidos com o enriquecimento ilícito, e exigir a devolução aos cofres públicos.

5 – Força Pública - o Estado deve mudar sua política militar de guerra total e de inimigo interno. Colocar um ponto final à aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e de Guerra de Baixa Intensidade. Desmilitarizar a vida nacional: reconstruir a força pública com uma doutrina democrática, nacionalista e patriótica, reduzir seus gastos e efetivos, desintegrar o serviço de inteligência, regressar a Polícia Nacional ao regime e controle do Ministério de Governo e cancelar os pactos militares internacionais.

6 –Paramilitares – desmontar os grupos paramilitares e de autodefesas. Punir os inspiradores, instrutores, financiadores e chefes, assim como os

responsáveis por assassinatos e massacres. Depurar as Forças Públicas dos membros comprometidos com a guerra suja.

7 – Direitos Humanos - restituir e garantir vigência aos Direitos Humanos na Colômbia. Garantir ao cidadão a vida, a dignidade, o respeito e as condições básicas para sua realização como ser humano.

8 – Impunidade - acabar com a impunidade. Reformar o sistema judiciário, torná-lo eficaz e imparcial. Terminar com os foros militares.

9 – Democracia - desmontar as armadilhas, os estatutos antiterroristas que golpeiam a oposição e os inconformados. Construir uma democracia sem privilégio para os poderosos meios de comunicação, sem militarização de campanhas eleitorais e com uma “Registraduría” como uma agência independente do poder público. Garantir a liberdade ao processo eleitoral, instrumentar mais e melhor a democracia direta do referendo e do plebiscito. E, sobretudo, garantir a vida dos cidadãos e das organizações de oposição.

10 – Tema Agrário - redistribuir a terra do latifúndio. Construir infraestrutura de transporte no campo; instituir créditos baratos para a agricultura e o setor pecuário, seguro para colheita, facilitar os insumos e a tecnologia moderna a todos que gerem riqueza no campo e garantir a venda dos produtos.

11 – Unidade Nacional - integrar harmonicamente a Colômbia é prioridade de caráter estratégico para cimentar a paz. “La arrogancia centralista de los gobiernos y la ausencia de una concertación sobre planes sociales y de desarrollo, han relegado a las distintas regiones del país, a los indígenas y minorías étnicas, al marginamiento, sumidos en la injusticia.”

12 – Reparação aos afetados pela violência – Indenizar os atingidos pela violência. Elaborar e desenvolver Projetos que comprometam o Estado, a empresa privada e a Comunidade Internacional na cura das profundas feridas pela confrontação.

O documento terminava com uma convocação a um Grande Acordo Nacional sobre estes temas, que deveriam ser tratados como base da reconciliação nacional.

O encontro negocial ocorrido em Tlaxcala aprovou a seguinte agenda de negociações: abertura econômica e os efeitos sociais; combate à corrupção administrativa; defesa dos direitos humanos; desmonte do paramilitarismo; reparação sobre aspectos da confrontação que afetavam a população civil (como sequestros, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias); Estado, Democracia, Nova Constituição e Sistema Político.

A aprovação dessa agenda acendeu a luz de alerta dentro do governo, desencadeando as medidas que iriam impor limites que não deveriam ser ultrapassados. Apostando na deslegitimação da guerrilha, Gaviria conduzia o processo baseado na avaliação de que a queda do muro de Berlim e o fim da experiência socialista demarcavam o término da guerrilha comunista colombiana. Acreditava que a resistência à implantação da política econômica neoliberal estava com os dias contados.

Mais uma vez, o governo colombiano abandonou as negociações, dessa vez usando como pretexto a morte de Argelino Durán Quintero, em poder da EPL. Ato contínuo, exigiu, para seu retorno à mesa de negociações, a modificação do temário aprovado em Tlaxcala, e ao mesmo tempo iniciava uma operação militar por terra e ar sobre os territórios e assentamentos dos comandantes das guerrilhas da CGSB. Em paralelo, Gaviria começou a promover um processo de conversas bilaterais com algumas guerrilhas (Quintim Lame, PRT e parte do EPL). O governo acenava com a oportunidade da participação dessas organizações na Assembleia Constituinte, com direito a voz, caso aceitassem participar do processo das negociações de paz, proposto pelo governo, cujo tema ficaria restrito à desmobilização, reinserção e entrega de armas, “asumiendo un compromiso expreso con la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente, que se constituiría en la plataforma privilegiada sobre la cual se basó la desmovilización de estas guerrillas” (ACEROS, 2013, p. 37). O EPL, em maio de 1990, declarou sua vontade de negociar em um contexto da convocatória de um “gran pacto nacional que condujera a la democratización del país” (trecho da declaração do comando do EPL, intitulada *Por Colombia, por la Paz y la democracia*, datada de 12 maio de

1990 e reproduzida em VILLARRAGA, 2008, p. 374 apud ACEROS, 2013, p. 37). Em 8 de junho seguinte, em um comunicado conjunto, os dirigentes do EPL se comprometeram a concentrar suas frentes em Llanos del Tigre, no departamento de Córdoba. A guerrilha se comprometia a libertar os sequestrados e confirmava o propósito de continuar o processo de distensão e diálogo. Por sua vez, o governo assumia o compromisso de converter o EPL em partido político. Em 15 de fevereiro de 1991, o EPL assinou o pacto de paz, pelo qual passava a ter direito a dois representantes na Assembleia Nacional Constituinte com direito a voz. Transformou-se no Partido Esperança, Paz e Liberdade e, em 1º de março, entregou as armas. O processo de desmobilização da fração do EPL liderada por Bernardo Gutiérrez foi degradante, segundo o comandante Reyes (2005). O dirigente do EPL havia recebido 500 mil dólares para sua campanha ao Senado das mãos dos paramilitares.

O PRT, o Quintin Lame e uma fração do ELN, a Corrente de Renovação Socialista, também foram cooptados pela democracia burguesa. O PRT considerava a Assembleia Nacional Constituinte como “la gran oportunidad histórica para que los colombianos encontremos y pactemos soluciones de fondo a los graves problemas que aquejan a nuestra patria” (Carta do PRT aos promotores do Movimiento Político Democrático, datada de 15 abril de 1990, e reproduzida em VILLARRAGA, 2008, p. 372 apud ACEROS, 2013, p. 37). Em 25 de janeiro de 1991, o partido assinou o acordo de paz, do qual constava a garantia de uma representação com direito a voz na Assembleia Constituinte. No dia seguinte, em ato público de desmobilização e desarme, o PRT entregou as armas.

Em seguida, foi a vez do Quintin Lame, que, em carta ao governo, declarava sua “voluntad política de buscar caminos seguros hacia la paz del pueblo colombiano” (carta datada de 12 de maio de 1990, reproduzida em VILLARRAGA, 2008, p. 376 apud ACEROS, 2013, p. 37). No dia 27 de maio de 1991, o grupo assinou o acordo de paz do qual constam as garantias jurídicas dos desmobilizados e o plano de reinserção. Pelo lado do governo, foi

formalizado o compromisso de realização de obras de desenvolvimento regional, especialmente focalizadas nos resguardos e assentamentos indígenas do departamento de Cauca.

Por fim, a participação empresarial no processo de diálogo de paz, durante o governo Gaviria, foi dinâmica e funcional. Os empresários e os líderes das associações patronais eram maioria na Comisión Acessora de Reinserción. De modo geral, eles apoiavam a estratégia de desmobilização levada a cabo com o PRT, o Quintin Lame e o “racha” do ELN, “así como la aceptación de asumir la carga tributaria del ‘impuesto de guerra’” (ACEROS, 2013, p. 46)

Apesar do compromisso público de retomar os diálogos até 31 de outubro de 1992, com a CGSB, o governo decidiu declarar “guerra integral” a “la subversión cerrando las posibilidades de una solución política al conflicto armado” (GALLEGO, 2008, p. 147).

A concepção de paz que pautou a estratégia montada pelo governo de Gaviria partia do princípio que as guerrilhas estavam com os dias contados e haviam perdido o bonde da história, com a queda do muro de Berlim. Por isso, manteve a linha política operacionalizada no final do governo Barco: deixar sobre a mesa apenas o tema da desmobilização e da rendição. Sua estratégia se resumia a concluir o processo iniciado por seu antecessor com as guerrilhas EPL, PRT e Quintin Lame, seguindo à risca a tática utilizada nas negociações com o M-19. Ao mesmo tempo, tentava isolar os grupos guerrilheiros que insistiam na pauta ampla de discussão, centrada nos temas da justiça social e democracia.

A Constituinte instalada aprovou instrumentos que reduziam ostensivamente as margens para acordar as reformas propostas pela CGSB. Por sua vez, o governo Gaviria manteve a implementação de todas as reformas neoliberais exigidas pelas instituições internacionais do capital.

### ***3.7 A resposta da VIII Conferência das FARC-EP às mudanças profundas na ordem mundial e ao recrudescimento militar interno***

O fim da experiência socialista do Leste Europeu e a consolidação do modelo neoliberal na economia eram elementos de uma conjuntura em que se

acelerava o processo chamado de globalização. Inscrito em um novo modelo de dominação do capital que os países centrais exportavam para os ditos “periféricos”,

[el] neoliberalismo es, ante todo, una teoría de prácticas político-económicas que afirma que la mejor manera de promover el bienestar del ser humano consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo dentro de un marco institucional, caracterizado por derechos de propiedad privada fuertes, mercado libres y libertad de comercio. El papel del Estado es crear y preservar el marco institucional apropiado para el desarrollo de éstas prácticas (HARVEY, 2007, p. 6 apud ESTRADA ÁLVAREZ, 2010, p.53-54).

A ofensiva ideológica que se seguiu vaticinava o fim da história e das ideologias comunistas. No próprio campo marxista, assistiu-se a uma revoada de teses trazendo de volta as velhas opções reformistas, porém com novo viço, repaginadas. Nesse contexto, as discussões sobre resistência armada adquiriram um tom anacrônico. O imperialismo estadunidense intensificava seu ímpeto expansionista, inaugurando novas estratégias militares na busca pelo domínio das riquezas minerais e energéticas dos povos. Ampliou sua atuação através de ONGs e movimentos ditos humanitários dos direitos humanos. Com efeito,

[d]esde el principio de la década de los 80, las clases dominantes neoliberales, junto con el gobierno de Estados Unidos y gobiernos europeos, se percataron que las políticas del "libremercado" estaban polarizando a las sociedades en América Latina. Mediante fundaciones privadas y fondos estatales empezaron a financiar a las ONG, mismas que expresaban una ideología contra el Estado y promovían la "autoayuda". A finales de este milenio, existen unas 100 mil ONG en todo el mundo que reciben cerca de 10 mil millones de dólares y compiten con los movimientos sociopolíticos por la lealtad de las comunidades militantes.

Aun cuando las ONG han criticado violaciones a los derechos humanos, rara vez denuncian a sus benefactores en Europa y Estados Unidos.(...) En realidad, el BM y los regímenes neoliberales aprovecharon las ONG para minar el sistema de seguridad social estatal, y fueron utilizados y reducidos a medios para compensar a las víctimas de las políticas

neoliberales. Mientras los regímenes neoliberales disminuían los niveles de vida y saqueaban la economía, las ONG se fundaron para promover proyectos de "autoayuda" que absorberían, temporalmente, a pequeños grupos de desempleados pobres, a la vez que reclutaban líderes locales (...)<sup>63</sup>.

Na América Latina, as guerrilhas que ainda existiam tomaram novos rumos ou entraram em processos de negociação. Foi esse o caso das guerrilhas da Guatemala e de El Salvador. No entanto, na Colômbia isso não ocorreu:

Las previsiones en el establecimiento colombiano de que con las desmovilizaciones de 1990 y la constituyente de 1991 la guerrilla de los movimientos más fuertes se aislaría, debilitaría y terminaría aceptando las condiciones de negociación del sistema, no llegaron a cumplirse. La razón hay que buscarla, sobre todo, en la conducta de los sectores dominantes que han adaptado el régimen económico, el modo de acumulación y regulación, a las condiciones permanentes de la contrainsurgencia, generando un sistema sui generis que incorpora a su dominación y exploración cotidiana del trabajo asalariado, la guerra antiguerrillera, la represión como criminalización de la lucha social y el terrorismo de Estado, actuado con manos propias o ajenas. En la década de 1990 el aparato militar creció, con aumento de su poder político y de su participación en la inversión pública. La reforma constitucional de 1991 mantuvo las prerrogativas presidencialistas y el tutelaje militar como soporte manifiesto de la dominación, que no obstante se refrenda en elecciones cuatrienales, en las que la oposición política anti sistémica apareció cada vez más golpeada por la guerra sucia y reducida a condiciones minoritarias (CAYCEDO, 2007, p. 61).

No Pleno do Estado-Maior Central, as FARC-EP debateram o tema do “fim do socialismo” levado a cabo pelo Estado soviético no processo da *perestroika* (abertura econômica) e da *glasnost* (transparência política). Diferentemente do PCC, a guerrilha não via com bons olhos esse movimento. Acreditava que por detrás dessa política se escondiam a traição ao ideário socialista e as intenções de invalidar o marxismo-leninismo. Essa questão representou um abalo nas relações entre o PCC e as FARC-EP, que motivou um certo distanciamento entre as duas organizações irmãs.

---

<sup>63</sup> Petras, Jaime, Las Caras de Las ONGs. 2000. Disponível em: <http://www.nodo50.org/pchiapas/varios/documentos/petras-ong.htm>. Acesso em 22 julho de 2015.

Em setembro de 1992, o secretário-geral das FARC-EP, Manuel Marulanda Vélez, o Tirofijo, resumiu dessa maneira o tema do fim do socialismo e a validade da guerrilha na Colômbia:

(...) la música sobre el derrumbe del socialismo ha servido para pedirle a la guerrilla en Colombia que se incorpore a la vida civil, entregando sus armas. Eso fue lo que hicieron el M-19, el EPL, el Quintin Lame y el PRT que pactaron con el gobierno su desmovilización sin condiciones, pensando que en verdad la lucha armada había perdido vigencia. Ellos olvidaron los gravísimos problemas que afectan al país, los cuales no se solucionaron con su desmovilización. Por el contrario, la situación que estamos viviendo, antes que mejorar, ha venido empeorando y al paso que vamos las cosas serán mucho más graves, por la crisis política, económica, social y cultural (apud REYES, 2005, p. 53).

Em 3 de abril de 1993, as FARC-EP realizaram sua VIII Conferência, em meio a uma brutal ofensiva militar, econômica e política do governo Gaviria, denominada de “guerra integral”. A iniciativa governamental teve o apoio das associações empresariais, dos partidos políticos tradicionais, da Igreja Católica e dos EUA. A política de investimento agressivo na área militar criou mais 18 brigadas, quatro divisões, 18 batalhões contraguerrilha, e aumentou o efetivo policial das tropas e dos serviços de inteligência. Outrossim, o governo mergulhou o país em uma campanha midiática com vistas à obtenção do apoio da população à política de guerra integral. Instituiu o sistema de recompensa por delação premiada, amplamente difundida nos meios de comunicação.

Segundo Gallego (2008, p. 152), “[t]odo el programa de guerra integral se diseña fijando 18 meses como límite para acabar con la guerrilla”. Esta seria mais uma quadra histórica difícil e dramática para o povo colombiano e suas organizações sociais, políticas e armadas.

No âmbito econômico, a reestruturação produtiva e a implantação das duras medidas neoliberais – privatizações, demissões, terceirizações, arrocho salarial – atingiram em cheio a classe trabalhadora. A elas se somava a crescente criminalização dos protestos sociais, parte integrante desse contexto de guerra integral:

Ejecutando las directrices del Fondo Monetario Internacional (FMI), el gobierno de Gaviria abre precipitadamente las fronteras y el mercado interno al gran capital y a la producción extranjera, privatiza importantes empresas estatales, despiden masivamente a trabajadores, garantiza amplios beneficios a los especuladores y dueños del capital financiero, desestima la producción agropecuaria, lleva a la quiebra a los productores nacionales y mientras en público despotrica contra los narcotraficantes, en privado incentiva los mecanismos para incorporar orgánicamente los dineros de la coca al torrente de la economía nacional, lo que se explica en el aumento de las reservas de las divisas, sin que se hayan incrementados las exportaciones del país.<sup>64</sup>

A Declaração Política da VIII Conferência das FARC-EP denunciava que a Doutrina de Segurança Nacional fora incorporada às normas constitucionais colombianas e que os decretos da Lei Antiterrorista, propostos durante o estado de sítio<sup>65</sup>, também haviam sido aprovados como normas permanentes. Tudo isso conformou um aparato de instrumentos jurídicos e legais profundamente antidemocráticos, prontos para atingir seu alvo: o movimento popular que lutava por suas reivindicações.

Doravante, as pessoas acusadas de delitos deveriam provar sua inocência ante as acusações do Ministério Público Geral da Nação, instituição denunciada pelos movimentos sociais por indiciar pessoas com base em falsas denúncias de falsas testemunhas pagas, ou em delações falsas trocadas por benefícios como diminuição da pena, ou ainda com base em informações da inteligência do Estado, conhecida por forjar denúncias contra os militantes dos movimentos sociais e políticos. O texto abaixo revela bem a posição das FARC-EP diante dessa conjuntura de massacre:

---

<sup>64</sup> Trecho da Declaração Política da Oitava Conferência das FARC-EP. 1993. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20091026233744/http://geocities.com/athens/cyprus/6597/Farc/declaracion\\_politica.htm](http://web.archive.org/web/20091026233744/http://geocities.com/athens/cyprus/6597/Farc/declaracion_politica.htm). Acesso em : nov. 2014

<sup>65</sup> Que mediante Decreto número [1038](#) de 1984, se declaró turbado el orden público y en estado de sitio todo el territorio nacional en agosto/1989 por Virgilio Barco . Disponível em: [//ftp.camara.gov.co/camara/basedoc/decreto/1989/decreto\\_1894\\_1989.html](http://ftp.camara.gov.co/camara/basedoc/decreto/1989/decreto_1894_1989.html) . Acesso em: 15 de julho de 2015.

(...)

Como si todo esto fuese poco, el gobierno ha presentado al Parlamento, un proyecto de Ley sobre Seguridad y Defensa Nacional, que pretende a contrapelo del sentir nacional, imponer la tesis del "enemigo interno" como norma constitucional y disponer así, de todos los recursos de la nación para utilizarlos en la guerra, liquidando de un solo tajo todas las garantías individuales existentes en nuestro país. Trae ese proyecto, casi textualmente, la filosofía de las dictaduras del Cono Sur del Continente, de la guerra sucia, de los desaparecidos, del terror como eje de las tareas del Estado.

(...)

El desempleo, los bajos salarios, la depauperación permanente, el déficit de vivienda, la inexistencia de una real cobertura social del sistema de salud, las insuficiencias educativas, la carencia de agua potable en buena porción de los municipios del país, el arrasamiento del equilibrio ecológico que presagia catástrofes, el olvido de todos los damnificados de la violencia oficial, la desnutrición secular de franjas importantes de la niñez colombiana, son simples manifestaciones de las políticas de un Estado y de una oligarquía voraz que solo piensan en su chequera.

Desde su nacimiento, las FARC siempre han buscado la paz; ha sido nuestra convicción que Colombia entera debe discutir sobre su convivencia democrática. Pero, los instigadores de la imposición, de la paz romana, de la paz de los sepulcros se han atravesado siempre en ese camino.

Hemos intentado con persistencia encontrar las vías que nos lleven a la paz democrática, a la paz de la justicia social por las vías políticas pacíficas y cada vez nos hemos tropezado con la violenta oposición de una oligarquía militarizada, que esgrime la fuerza y el terror como única alternativa para quienes no comparten la política del régimen o se distancian de él.

El asesinato político, la tortura, la desaparición, la cárcel, las injusticias, la imposición, el silencio, el desempleo y el hambre son las respuestas corrientes de un régimen incapaz de dar un tratamiento democrático al clamor nacional por la tolerancia y el mejor estar.

Por eso mantenemos en alto nuestras armas y nuestras banderas, porque los problemas de hoy, son aún más graves que los de ayer, porque la actitud violenta del Estado ha ido cerrando sistemáticamente los espacios para la acción pacífica democrática.

Ratificamos nuestra decisión de continuar la búsqueda de soluciones acordadas a la profunda crisis del país. Trabajaremos hombro a hombro con todos aquellos que, como nosotros, estén convencidos que el "destino de Colombia no puede ser el de la guerra civil".

(...)

La profunda crisis que viven los partidos tradicionales, ausentes de propuestas serias y programas claros, no ha

impedido que de diversas maneras y con enfoques múltiples, personalidades y representantes de diversos sectores de la sociedad colombiana, se hayan pronunciado en favor de los acuerdos. El Foro por la Defensa de los Derechos Humanos, el Foro de las Organizaciones Cívicas y Populares, el ex presidente Misael Pastrana Borrero, la Comisión de Paz de la Cámara de Representantes, la Comisión Pro Armisticio integrada por el Presidente actual del Senado Tito Rueda, Monseñor Leonardo Gómez Serna, el escritor Gustavo Alvarez Gardeazábal y otras destacadas personalidades, diversas manifestaciones de los obispos monseñores Darío Castrillón, Sarasty y Nel Beltrán, de la CUT y de muchas otras organizaciones cívicas y populares, demuestran el inmenso clamor por la salida concertada. Ello nos obliga a persistir en nuestros esfuerzos y a buscar con todos ellos formas de aproximación y de identificación.

Queremos manifestar con claridad nuestra condena al terrorismo, independientemente del origen que tenga. Las acciones violentas que tienen como objetivo intimidar a la población civil o suplantar al pueblo con acciones individuales que este debe desarrollar, solo pueden alcanzar la incertidumbre y el repudio popular. Nuestra política es justa porque somos intérpretes de un país intimidado por el terrorismo de un Estado, que desde hace 45 años se ensaña con la población.

Y es precisamente esa política de terror militar, económico y social la que ha venido profundizando la ilegitimidad de un gobierno como el actual, que elegido por minorías, mandando para beneficio de la oligarquía y apoyado en el martillo del aparato militar, está dejando a Colombia inmersa en la peor crisis de su historia reciente.

Por eso, le proponemos al país trabajar por un NUEVO GOBIERNO de reconciliación y reconstrucción nacional, capaz de conducirnos a la paz. Estamos proponiendo una PLATAFORMA PARA UN NUEVO GOBIERNO DE MAYORÍA, que trabaje por la convocatoria de una Nueva Constituyente, que sea respetada en las decisiones que tome, tenga representación de todos los sectores de nuestra nacionalidad y pueda abordar sin temores, los temas que le fueron reprimidos por el gobierno, a la Constituyente de 1991.

Al concluir nuestra OCTAVA CONFERENCIA NACIONAL, hemos ratificado la tarea de proseguir las huellas de la gesta emancipadora del Libertador Simón Bolívar cuyas metas quedaron trancas por la traición de una aristocracia incapaz de entender el papel de los pueblos en la construcción de las nuevas sociedades. Haremos vivos su ejemplo y pensamiento, al igual que el de nuestro inolvidable Comandante Jacobo Arenas y el de todos los combatientes que han perecido en la formidable tarea que nos hemos impuesto.

Alentamos a nuestro pueblo a la lucha por detener la política de hambre, indignidad y garrote que busca imponer el régimen

actual, a levantar con beligerancia la defensa de nuestra soberanía nacional mancillada ahora por la presencia de tropas del ejército norteamericano en nuestro territorio y a persistir en los esfuerzos por la construcción de una Colombia Nueva, soberana, justa y en paz!<sup>66</sup>

Assim, as FARC-EP ratificavam sua busca pela solução política do conflito social e armado, propondo a construção de um novo governo de reconciliação e reconstrução nacional, com uma plataforma baseada nos interesses da maioria da sociedade. Além disso, preconizavam uma campanha política por uma nova Constituinte, que fosse representativa de todos os setores e que discutisse os temas mais sentidos pela população, deixados de lado na Constituinte consagrada no governo Gaviria. A proposta de plataforma política por um governo de reconstrução e reconciliação nacional continha dez pontos considerados pela conferência como fundamentais para fazer avançar o processo de paz:

Invitamos a todos los colombianos que anhelan una patria amable, en desarrollo y en paz, a trabajar por la conformación de un gobierno nacional pluralista, patriótico y democrático que se comprometa a lo siguiente:

1. Solución política al grave conflicto que vive el país.
2. La doctrina militar y de Defensa Nacional del Estado, será BOLIVARIANA. Dijo el libertador que "el destino del Ejército es guarnecer la frontera. Dios nos preserve de que vuelvan sus armas contra los ciudadanos". Las FF.AA. serán garantes de nuestra soberanía nacional, respetuosas de los Derechos Humanos y tendrán un tamaño y un presupuesto acorde a un país que no está en guerra con sus vecinos. La Policía Nacional volverá a ser dependiente del Ministerio de Gobierno, reestructurada para que cumpla su función preventiva; moralizada y educada en el respeto de los Derechos Humanos.
3. Participación democrática nacional, regional y municipal en las decisiones que comprometen el futuro de la sociedad. Fortalecimiento de los instrumentos de fiscalización popular. La Procuraduría será rama independiente del poder público y el Procurador General de la Nación será elegido popularmente. El

---

<sup>66</sup> Trecho da Declaração Política da Oitava Conferência das FARC-EP. 1993. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20091026233744/http://geocities.com/athens/cyprus/6597/Farc/declaracion\\_politica.htm](http://web.archive.org/web/20091026233744/http://geocities.com/athens/cyprus/6597/Farc/declaracion_politica.htm). Acesso em : nov. 2014

Parlamento será unicameral. La oposición y las minorías tendrán plenos derechos políticos y sociales, garantizándoles el Estado su acceso a los grandes medios de comunicación. Habrá libertad de prensa. La Rama Electoral será independiente. La Corte Suprema de Justicia, la Corte Constitucional y el Consejo Nacional de la Judicatura serán elegidos por voto directo de todos los jueces y Magistrados del país. Moralización de la Administración Pública y de las instituciones civiles y militares del Estado.

4. Desarrollo y modernización económica con justicia social. El Estado debe ser el principal propietario y administrador en los sectores estratégicos: en lo energético, en las comunicaciones, servicios públicos, vías, puertos y Recursos Naturales en beneficio del desarrollo económico-social equilibrado del país y las regiones. El énfasis de la política económica será la ampliación del Mercado Interno, la autosuficiencia alimenticia y el estímulo permanente a la producción, a la pequeña, mediana y gran industria privada, a la autogestión, la microempresa y a la economía solidaria. El Estado invertirá en áreas estratégicas de la industria nacional y desarrollará una política proteccionista sobre las mismas. La gestión económica oficial se debe caracterizar por su eficiencia, su ética, su productividad y su alta calidad. Habrá participación de los gremios, las organizaciones sindicales, populares, entes académicos y científicos en la elaboración de las decisiones sobre la política económica, social, energética y de inversiones estratégicas.

5. El 50% del presupuesto nacional será invertido en el bienestar social, teniendo en cuenta al colombiano, su empleo, su salario, salud, vivienda, educación y recreación como centro de las políticas del Estado, apoyados en nuestras tradiciones culturales democráticas y buscando el equilibrio de la sociedad con su medio ambiente y la naturaleza. El 10% del presupuesto nacional, será invertido en la investigación científica.

6. Quienes mayores riquezas posean, más altos impuestos aportarán para hacer efectiva la redistribución del ingreso. El impuesto del IVA - impuesto sobre las ventas, sólo afectará bienes y servicios suntuarios.

7. Política Agraria que democratice el crédito, la asistencia técnica y el mercadeo. Estímulo total a la industria y a la producción agropecuaria. Proteccionismo estatal frente a la desigual competencia internacional.

Cada región tendrá su propio plan de desarrollo elaborado en conjunto con las organizaciones de la comunidad, liquidando el latifundio allí donde subsista, redistribuyendo la tierra, definiendo una frontera agrícola que racionalice la colonización y proteja del arrasamiento nuestras reservas. Ayuda permanente para el mercadeo nacional e internacional.

8. Explotación de los Recursos Naturales como el petróleo, el gas, el carbón, el oro, el níquel, las esmeraldas, etc., en beneficio del país y de sus regiones. Renegociación de los

contratos con Compañías Multinacionales que sean lesivos para Colombia. La Comisión Nacional de Energía, con participación del Estado, los trabajadores del sector y las regiones, planificará la política energética. Se construirán más refinerías y se desarrollará la industria petroquímica. El gobierno le informará a la comunidad con transparencia, los términos del contrato existente para la explotación de cusiana. Tan solo los 5.000 millones de barriles de petróleo de reserva que poseen, a los precios de hoy y a la tasa de cambio vigente, producirán \$ 80 Billones (80 millones de millones de pesos), es decir, más de seis veces el presupuesto nacional de 1.993. Colombia entera conocerá cómo y a qué ritmo se explotará cusiana y cómo insertamos su producido en los planes generales de nuestro desarrollo. Hay que "sembrar el petróleo" para las próximas generaciones, porque el crudo es de todos los colombianos y sus beneficios también.

9. Relaciones internacionales con todos los países del mundo bajo el principio del respeto a la libre autodeterminación de los pueblos y del mutuo beneficio. Priorizar tareas por la integración regional y latinoamericana. Respeto a los compromisos políticos del Estado con otros Estados. Revisión total de los Pactos Militares y de la injerencia de las potencias en nuestros asuntos internos. Renegociación de la Deuda Externa, buscando un plazo de 10 años muertos, en el pago de los servicios.

10. Solución del fenómeno de producción, comercialización y consumo de narcóticos y alucinógenos, entendido ante todo como un grave problema social que no puede tratarse por la vía militar, que requiere acuerdos con la participación de la comunidad nacional e internacional y el compromiso de las grandes potencias como principales fuentes de la demanda mundial de los estupefacientes.

Abril 3 de 1993

Octava Conferência Nacional Guerrillera, comandante "Jacobo Arenas estamos cumpliendo".

Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - FARC-EP

A declaração da VIII Conferência das Fuerzas Armadas Colombianas – Ejército del Pueblo (FARC-EP) e sua proposta de plataforma para um governo de reconstrução e reconciliação nacional constituem documentos importantes, nos quais podemos identificar e confirmar o ponto de inflexão, que será visto mais adiante, refletido na pauta e nas bandeiras que a conferência pontuava. Vale destacar uma vez mais o contexto em que ocorreu a conferência: a derrocada da experiência socialista nos países comunistas e a consequente crise política instalada nos Partidos Comunistas em todo o mundo.

Os textos aprovados defendiam reformas sociais, economias alternativas e controles populares no marco das instituições do Estado burguês. A estratégia da tomada do poder de Estado não era tocada. O documento demandava o desenvolvimento da economia, a facilitação de créditos e o fortalecimento dos organismos sociais e populares nas instituições de poder decisório.

Uma leitura superficial ou tendenciosa do processo histórico poderia supor ter havido nesse momento uma dinâmica de distanciamento dos ideais revolucionários e uma certa aproximação ao velho revisionismo combatido por Rosa Luxemburgo, cujo expoente mais famoso, Eduard Bernstein, afirmava: “a democratização política do Estado é um meio para realizar progressivamente o socialismo”<sup>67</sup>. Tomado isoladamente do contexto da luta de classe internacional, da correlação de forças da conjuntura colombiana e do ideário político da guerrilha, poderíamos ser levados a considerar que as decisões tiradas na VIII Conferência nos fazem lembrar os projetos revisionistas de Bernstein, que via nas reformas sociais uma alternativa que descartava a estratégia revolucionária marxista pela tomada do poder do Estado. Bernstein atribuía a elas um potencial de transformação social que ultrapassa em muito sua capacidade real, como indicou Rosa Luxemburgo, em *Reforma e revolução*:

Se as fusões, o sistema de crédito, os sindicatos, etc., anulam as contradições do capitalismo, salvando por esse meio o sistema capitalista da catástrofe (por isso Bernstein chama-lhes “fatores de adaptação”) como podem constituir, ao mesmo tempo, as “premissas ou mesmo os germens” do socialismo? (...) A teoria revisionista é obrigada a uma alternativa: ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como anteriormente, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o acerbamento das suas contradições, acabando necessariamente um dia ou outro na derrocada sob uma ou outra forma e, nesse caso, os “fatores de adaptação” são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os “fatores de adaptação” são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas

---

<sup>67</sup>Luxemburg Internet Archive (marxists.org), 2002, Reforma ou Revolução, p. 8

contradições e, nesse caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, exceto o resultado do desenvolvimento material da sociedade. Este dilema engendra outro: ou o revisionismo tem razão quanto à evolução do capitalismo – e nesse caso a transformação socialista da sociedade é uma utopia – ou o socialismo não é uma utopia e, nesse caso, a teoria dos “fatores de adaptação” perde a sua base.

Não vamos isolar nosso objeto do contexto no qual está inserido. Não é este o método utilizado nesta pesquisa. Não levamos as decisões da VIII Conferência para o laboratório, retirando-as da totalidade objetiva na qual não só estavam inseridas como interagem dialeticamente na sua construção.

A realidade objetiva a que nos referimos estava representada por uma conjuntura em que o Estado colombiano, lugar do exercício do poder político da classe dominante, se servia, ainda mais acentuadamente, da histórica estrutura autoritária e reproduzia mecanismos de terror paraoficial para manter a dominação. O Estado colombiano não garantia, minimamente, a vida daqueles que participavam dos espaços institucionais da democracia liberal. Ao contrário, perseguia populações locais sob a acusação de conivência com o inimigo interno, impondo-lhes castigo coletivo. Estamos falando de um Estado que promovia, com as próprias mãos ou através de mercenários, o massacre de seu próprio povo, que produzia montagens judiciais para incriminar as lideranças populares e fazia da perseguição política uma norma na relação com a massa e os movimentos sociais e políticos. Estamos falando de um povo que se viu obrigado a se organizar em armas, num primeiro momento como autodefesas, para se defender da violência estatal e paramilitar. Com o desenrolar do processo histórico, como se viu no Capítulo II, os camponeses avançaram como guerrilha marxista, disposta a tomar o poder do Estado contra a burguesia.

Ao contrário das ditaduras da burguesia no Cone Sul, que assumiram a forma militar, na Colômbia, a ditadura com punhos de ferro foi exercida sob a forma da democracia representativa, sob o véu do Estado de Direito. Uma ditadura favorecida pela estrutura histórica autoritária, consolidada por sua classe dominante ao longo do desenvolvimento capitalista. O mais dramático na

história de luta do povo colombiano é que esse processo não se esgotou na década de 1980, a exemplo dos países da América Latina, que viveram o processo de democratização, ou superação das ditaduras militares. Não estamos propondo a tese de que os povos latinos vivam sob uma democracia plena e livre da ditadura de classe, mas afirmando que na Colômbia, a forma que tomou a ditadura de classe se estende e ainda guarda, atualmente, características muito violentas contra seu povo.

Nesse contexto, podemos supor que a opção da guerrilha por uma pauta mínima e democrática seria uma tática apropriada com vistas ao seu fortalecimento político, na disputa ideológica da consciência das massas e de uma melhor correlação de forças, que se configurasse em período pré-revolucionário, levando em consideração também a perspectiva internacional. Uma tática subordinada ao ajuste da estratégia, cuja prioridade, nesta quadra histórica, era a da revolução democrática ou de libertação nacional.

É claro que essa opção sempre representará um risco para qualquer movimento marxista revolucionário. As FARC-EP, em função das circunstâncias, se movimentam ideologicamente em uma linha tênue. A história da América Latina está cheia de exemplos de organizações revolucionárias que descambaram para o pacto social. Contudo, em se tratando da Colômbia, a violência da classe dominante, expressa na manutenção das Doutrinas de Segurança Nacional, com sua concepção de inimigo interno, estreitamente vinculada à abertura do país ao capital estrangeiro, em particular à estreita e histórica ligação com os EUA, constituíam elementos que exerciam uma forte pressão na resistência social política e armada para que fosse mantida a construção da via revolucionária. Todavia, não restava outra alternativa às guerrilhas, visto que não havia no horizonte sinal de crise política e rebelião das massas. Ao contrário.

O período final do governo de Gaviria foi marcado por uma contraofensiva e uma intensificação da política militarista contrainsurgente. Gaviria decretou o “estado de comoção interior”, outra denominação para o velho conhecido “estado de sítio”. Instituiu expedientes como os “bônus de guerra”, com o qual o

setor privado passava a financiar a guerra contra as guerrilhas. É também um período descrito como o apogeu do paramilitarismo, uma vez que, no final do seu mandato, foram legalizadas, pelo Decreto nº 356 de 1994, as Asociaciones Comunitarias de Vigilancia Rural, as chamadas “Convivir”, (ROMERO, 1998, p. 42 apud GALLEGO, 2008, p. 164), que foram desenhadas para cumprir a função de apoio às forças de repressão e inteligência no âmbito rural:

Estas disposiciones, tan solo revivirían un entorno legal para la existencia, desarrollo y expansión del paramilitarismo, como una clara política estatal, en esta oportunidad bajo un nuevo ropaje, el de CONVIVIR, asociaciones que públicamente se presentaban con un carácter “defensivo”, que actuarían bajo la coordinación de la fuerza pública y serían financiadas por los sectores público y privado. (Centro de Investigación y Educación Popular - Cinep)<sup>68</sup>.

### **3.7.1 Partido Comunista Clandestino Colombiano: a expressão da unidade ideológica e política para a luta revolucionária**

A VIII Conferência decidiu-se pela construção de um instrumento político alternativo ao PCC. Alfonso Cano foi indicado como responsável pela tarefa. Na verdade, somente em abril de 2000 estavam reunidas as condições para o lançamento do Partido Comunista Clandestino Colombiano - PC3.

Desde a criação das autodefesas comunistas, passando pela fundação das FARC, em 1964, o pilar de sustentação teórico da guerrilha camponesa foi uma organização política marxista: o Partido Comunista Colombiano (PCC). Esse elo se rompeu, como já foi dito, com o fim da experiência socialista e as posições divergentes que as duas organizações assumiram a partir deste fato. Por sorte tivemos acesso a um documento intitulado *Partido Comunista Clandestino Colombiano/Cartilha para principiantes* e uma edição especial da

---

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.nocheyniebla.org/files/u1/casotipo/deuda/html/pdf/deuda13.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2015.

revista *Resistência*, por ocasião dos “50 años de resistencia de un pueblo, 1964-2014”. Esses documentos foram fundamentais para nos ajudar a entender os princípios políticos e estratégicos que movem a organização guerrilheira no cenário político. A Cartilha tem início com a definição dos princípios que regem o partido e que lhe dão identidade:

El Partido Comunista Clandestino Colombiano (PCCC), es un partido que se rige por principios Marxistas-Leninistas y un sistema de organización afín y subordinado las estructuras de las FARC-EP. Es la expresión más elevada de la unidad ideológica, política y organizativa de la clase obrera y de todos los trabajadores colombianos; es la forma superior de organización y hace parte de la vanguardia de la lucha revolucionaria e insurreccional por el poder político para el pueblo y la construcción del socialismo.

O objetivo da cartilha é a formação política do jovem militante e, também, comprometê-lo com a estratégia de “la insurrección y el levantamiento popular contra el estado colombiano”. Em outro documento, publicado na revista *Resistência*, o partido é definido como uma ferramenta organizativa e de luta, de condução revolucionária:

Comunista en la medida que plantea como fin estratégico la construcción de una sociedad sin clases, sin explotados ni despojados. Clandestino para defender la vida ante la amenaza terrorista estatal y su doctrina de seguridad nacional por medio de aparatos militares y paramilitares tortura y masacra a la población que se le oponga (ARSENIO, 2014, p. 96).

O PC3 reivindica o método marxista na análise dos fenômenos econômicos, sociais e políticos para compreensão da realidade, através da história, e os utiliza na condução de sua luta. Está comprometido com a construção do socialismo como “proyecto de sociedad más justa, sin explotados y explotadores, en oposición al modelo de nación excluyente y discriminatoria que han conformado las clases dominantes” (ARSENIO, 2014, p. 96). Avalia que a transformação da sociedade acontecerá mediante a ação revolucionária das massas. Por isso, o compromisso da organização política com o trabalho de massas e o vínculo direto dos seus membros e estruturas com o conjunto

dos movimentos sociais são tarefas consideradas importantíssimas e fundamentais da organização e obrigação de todos os militantes, inclusive seus membros de direção.

Com relação à organização, o partido se pauta pelos princípios leninistas em todos os sentidos: desde o método do centralismo democrático, passando pela forma de organização celular, até a preocupação constante com a formação revolucionária e ideológica e o trato com as questões disciplinares.

Contudo, ao considerar a situação política nacional, marcada pela sanha assassina da classe dominante contra a oposição de um modo geral, e a difícil conjuntura, marcada por uma correlação de forças desfavorável para o movimento de massas se apresentando em refluxo e, por fim, não menos importante, as consequências na luta de classes do retrocesso que representou o fim da experiência socialista, o PC3 faz a seguinte análise:

Por eso, esta guerra ha asumido en la actualidad un genuino carácter nacional que necesariamente incorporara a la lucha armada revolucionaria a las más amplias masas de nuestro pueblo contra los apoyos militaristas del régimen. Por eso, las FARC-EP se han constituido como una organización político-militar que recoge las banderas bolivarianas y las tradiciones libertarias de nuestro pueblo para luchar por el poder y llevar a Colombia al ejercicio pleno de su soberanía nacional y hacer vigente la soberanía popular. Luchamos por el establecimiento de un régimen político democrático que garantice la paz con justicia social, el respeto de los Derechos Humanos y un desarrollo económico con bienestar para todos quienes vivimos en Colombia. (PCCC, 2014, p. 19).

### **3.8 A conexão com o narcotráfico: Ernesto Samper, 1994-1998**

Com o novo governo de Ernesto Samper Pizano (agosto de 1994 a agosto de 1998) entramos em um período sacudido por grave crise política. Vários são os fatores que lhe deram causa. Em primeiro lugar, o governo recém-empossado foi acusado de utilizar recursos do narcotráfico, mais especificamente do Cartel de Cali, na campanha eleitoral. Na esfera da economia, o país apresentava uma altíssima taxa de desemprego e baixo desempenho econômico. E, para

completar o quadro, os paramilitares ganharam status de sujeitos políticos no conflito e foram recebidos pela Comissão Nacional de Conciliação.

O governo impulsionou alguns planos econômicos com vistas ao fortalecimento do aparato produtivo agropecuário, industrial e de serviços. Implementou um Plano de Modernização Agropecuária e Rural e um Plano de Modernização e Reconversão Industrial. No combate ao desemprego, criou o Plano Nacional para a Microempresa, disponibilizando uma linha de crédito para o setor. Iniciou uma Rede de Solidariedade Social, cuja função era operacionalizar programas para o atendimento aos mais pobres e vulneráveis. Entre os programas da Rede encontrava-se o Plano de Emprego Rural de Emergência, para financiar pequenos projetos sociais, de infraestrutura e de controle sanitário para mão de obra não qualificada. Na área urbana, criou o Plano de Emprego Urbano de Emergência, com a mesma finalidade.

O governo Samper reconheceu a falência da Constituição de 1991, que não fora capaz de evitar as infiltrações do crime organizado na vida política nacional. Para responder a essa grave questão, propôs que uma comissão encaminhasse propostas sobre os seguintes temas: democratização interna, financiamento público de campanhas, proibição de dupla filiação, ações positivas em prol das mulheres e direitos e garantias à oposição.

Contudo, os resultados de suas tentativas de sair da crise política e econômica em que se viu mergulhado não foram promissores. Seu governo caiu ainda mais no descrédito. Havia uma crise de legitimidade, pelas acusações que recebia. Segundo Gallego (2008, p. 164),

(...) la evolución del desempleo en lugar de disminuir, aumenta pasando de un 7,8% en 1994 a un 15,7% en 1998, y en lo referente al PIB se observa un declive sustancial en comparación con el gobierno anterior, pues se pasa de un crecimiento del 5,3% para 1994 a un 0,9% en el final de su período.

Com relação à política de paz houve uma mudança de discurso em comparação ao governo anterior. O novo governo reconhecia o conflito social e armado, as causas estruturais que lhe deram origem e a natureza política dos

atores. Convidava a sociedade civil e a comunidade internacional a participar do processo de paz, e colocava no centro de suas ações a defesa dos direitos humanos e da população civil.

O governo ensaiou tentativas de resgatar a relação política do Estado com a guerrilha, com vistas a uma solução política do conflito. Para isso, antecipou ações unilaterais, tentando mostrar uma nova atitude com relação ao processo de paz. Assim, em 1995, ratificou o Protocolo II da Convenção de Genebra, instrumento das Nações Unidas que institui a proibição e a restrição ao uso de minas, armadilhas e outros dispositivos. Sua campanha “Paz integral y diálogo útil” é definida – segundo a Comisión Exploratoria de Paz, criada pela presidência – como

(...) el conjunto de acciones en el mediano y largo plazo encaminadas a lograr las transformaciones sociales, políticas e culturales requeridas para afianzar un proceso de verdadero reencuentro de todos los compatriotas (...) y diálogo útil como uno de sus componentes fundamentales y fijo sus compromisos rectores: el reconocimiento del carácter político del conflicto armado y de las organizaciones guerrilleras, la participación activa de la sociedad civil y la aplicación efectiva del derecho internacional humanitario como un primer paso hacia la paz. (1997, p. 5 apud GALLEGO, 2008, p. 165)

Contudo, sob o pretexto de combater a prática do paramilitarismo, seu governo incentivou a criação das Cooperativas Rurais de Segurança, conhecidas como Convivir, legalizadas no governo anterior. Essas empresas passaram a constituir um poderoso exército privado, dispendo de abundante e moderno arsenal militar e mantendo relações com o narcotráfico e o paramilitarismo. Na visão de Caycedo (2007, p.66),

(...) que se ha pretendido extender como una defensa empresarial o ciudadana en estrecha vinculación con la contrainsurgencia. La eliminación sistemática de opositores políticos, activistas sindicales, comunitarios, campesino o del magisterio; la desaparición de personas sospechas de ser simpatizantes o el secuestro de familiares de guerrilleros, están claramente asociados a esta táctica. (...), es preocupante la cohabitación de las autoridades departamentales y nacionales con los poderosos grupos (...).

Sem dúvida, essa era uma forma bastante problemática de combater os grupos paramilitares. Durante o governo de Samper não houve nenhuma política séria de combate aos grupos de mercenários, ao contrário. Em 26 de julho de 1998, no final do seu mandato, o grupo nacional paramilitar Autodefensas Unidas de Colombia assinou o Acuerdo del Nudo de Paramillo com representantes do Conselho Nacional de Paz e membros da sociedade civil. Nele, a AUC comprometia-se a excluir a população civil do conflito armado. Com o gesto, o governo Samper conferiu legitimidade e status político ao grupo de assassinos mercenários, colocando-os na mesma condição das resistências sociais e armadas. Um mês após o compromisso ter sido firmado, em 17 de agosto, o chefe da AUC, Carlos Castaño declarou o rompimento dos acordos (*Semana*, nº 848, agosto de 1998 apud GALLEGO, 2008, p. 167).

O governo Samper foi marcado pela crise política e o descrédito do conjunto da sociedade. Segundo o comandante Reyes (2005, p. 105), “el país ya no cree en la retórica oficial. Según datos de organismos especializados, solo durante este gobierno ya han asesinado a más de 1.500 personas por razones políticas”.

Em 1996, o governo protocolou na Conferência dos Ministros de Defesa das Américas<sup>69</sup>, promovida pela Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, a vinculação do Exército colombiano à luta contra o narcotráfico. Teoricamente tratava-se de uma política contra os cartéis das drogas, pela erradicação do cultivo. Na prática, porém, não era bem assim. O acordo firmado representava o início da gestação de uma militarização sem precedentes na América Latina. Ao assinar o documento, o Estado colombiano passou a obter uma ajuda militar maior dos EUA. Sob o pretexto do combate às drogas, o que se viu foi a espetacular modernização e o fortalecimento do aparelho militar do país, com a ampliação das tropas e um enquadramento mais preciso na estratégia contrainsurgente dos assessores militares estadunidense.

---

<sup>69</sup><http://www.oas.org/csh/spanish/docminist96.asp#inicio>

Nesta quadra histórica podemos vislumbrar o esboço ou as primeiras providências que, anos mais tarde, ganhariam corpo no Plano Colômbia (2000). Além disso, as concessões de Samper à ingerência dos EUA nos assuntos internos também facilitaram o avanço militar sobre o limite de 12 milhas do mar territorial da Colômbia. A Colômbia era considerada pelas autoridades norte-americanas

(...) como una “narco democracia”, término con el que el Departamento de Estado calificó al país durante la administración de Samper y que traducía el vínculo de la corrupción y el narcotráfico con la política oficial, empezó a ceder espacio a un encuadre más preciso de la estrategia intervencionista de EE.UU., cuya formulación vino a concretarse luego en el Plan Colombia. Estos hechos muestran las líneas principales de un reordenamiento hegemónico que acentúa la subordinación del país, amplía el intervencionismo y es una de las causas estructurales de la crisis política recurrente (CAICEDO, 2007, p. 68).

No campo militar, esse período foi de fortalecimento das FARC-EP, que partiu para a ofensiva contra as bases do governo. Nessas operações, capturaram muitos soldados como prisioneiros de guerra, obrigando o governo a aceitar a proposta de desmilitarização de uma zona, proposta pela guerrilha, em troca da libertação de 60 soldados e dez infantes da Marinha. As Forças Armadas se mostram contrariadas com a concordância do governo, mas, sobretudo se sentiram humilhadas pela demonstração de força da guerrilha. O acordo sobre a libertação dos prisioneiros de guerra incluía a presença da imprensa nacional e internacional para transmitir o evento e dar publicidade a uma nota assinada pelo comandante Manuel Marulanda Velez, na qual as FARC-EP ratificavam sua vontade política de avançar em um processo de paz.

Após o episódio, a Oficina do Alto Comissário para a Paz, autorizada pelo governo, faz contatos com as FARC-EP, que responderam positivamente e propuseram a desocupação militar do município de La Uribe durante 60 dias, para a realização da primeira reunião entre as duas partes. Todavia, a crise no interior do governo era muito intensa. Samper não tinha autoridade política em sua própria base social para bancar qualquer medida efetiva rumo ao processo

de diálogo com a guerrilha e por isso respondeu negativamente à proposta das FARC-EP:

El Gobierno considera inaceptable la desmilitarización de la cabecera municipal de La Uribe (...) Las fuerzas militares de Colombia no se retirarán de la cabecera municipal de La Uribe” (Carta abierta del gobierno nacional al secretariado del Estado Mayor Central de las Farc. Agosto 11 de 1995. (Oficina Del Alto Comisionado para la Paz. Tomo III, p. 33 apud ACEROS, 2013).

A guerrilha questionou o presidente, exigindo mais coerência entre o discurso e a prática:

Desde el primer día de este gobierno, señalamos nuestra disposición a conversar sobre salidas políticas a la crisis, disposición que hoy reiteramos. Colombia no aguanta mantener una situación de confrontación permanente, pues su destino no puede ser el de guerra civil. El gobierno debe percatarse de lo equivocado de sus pasos. Entender que haber oficializado el paramilitarismo, incrementado el presupuesto militar y el pie de fuerza para la guerra, trae consigo la ampliación del conflicto, pues hay más “guerra sucia”, más coroneles con moto sierra, más bandas paramilitares, más desapariciones, asesinatos y torturas, más atropellos, bombardeos y ametrallamiento contra la población civil lo que sencillamente multiplica los elementos del conflicto como nos lo demuestra la historia reciente de nuestro país (Carta do Estado Maior das FARC-EP apud REYES, 2005, p. 107).

Ficou evidente que, desde o início, o governo de Ernesto Samper esteve politicamente isolado e, por isso, não conseguiu construir apoio suficiente para lograr levar seus projetos adiante. No que se refere ao processo de diálogo com as FARC-EP podemos deduzir que suas ações não passaram de proselitismo político, na vã tentativa de salvar seu governo da crise política e moral na qual mergulhou. Logo a discussão sobre uma saída política para o conflito social armado só voltaria à cena no final dos anos 90, no processo que conduziu Andrés Pastrana à Casa de Nariño, como é conhecido informalmente o Palácio do Governo.

A campanha presidencial iniciada em meados de 1997 tinha como principais candidatos o liberal Horácio Serpa Uribe e o conservador Andrés Pastrana

Arango. O tema de uma saída política negociada para o conflito foi foco do debate entre os dois. Segundo Galego (2008), as FARC vislumbraram a possibilidade de retomar os diálogos de paz se Pastrana fosse vitorioso no pleito. Nesse sentido, tomaram partido na campanha eleitoral e fizeram uma campanha de denúncias contra Horácio Serpa por ter sido escudeiro de Samper no Processo 8000,<sup>70</sup> acusando-o de envolvimento com o narcotráfico. Outrossim, o desqualificavam como inapto a dirigir um processo de paz, na medida em que buscava se distanciar da guerrilha, diferentemente do candidato conservador, defensor da Gran Alianza por el Cambio.

### **3.9 Os diálogos de paz e o fortalecimento da política de militarização rumo ao Plano Colômbia – Andrés Pastrana, 1998-2000**

O tema da paz foi o eixo da campanha eleitoral que conduziu Pastrana à presidência da República, derrotando o candidato liberal no segundo turno das eleições. Pastrana conseguiu convencer os colombianos de que era possível o entendimento com as FARC-EP. Durante sua campanha, utilizou uma foto onde aparece ao lado do comandante-em-chefe da guerrilha, Manuel Marulanda, uma insinuação do apoio e da confiança da guerrilha às intenções do candidato conservador. Por outro lado, havia um consenso generalizado no seio da classe dominante a respeito da paz, refletida na *Revista de la Asociación Nacional de Empresarios de Colombia* (nº 151, mar.-abr.1998 (apud ACEROS, 2013, p. 54)

Como prioridad, el sector empresarial en Colombia considera indispensable ponerle fin a la guerra, lograr la paz y la reconciliación nacional (...) Es sobre la paz que deben basarse los demás asuntos de la agenda nacional (...) La paz negociada es la opción más deseable y ésta implica un proceso de acuerdos y concesiones mutuas, que el sector empresarial está dispuesto a apoyar.

---

<sup>70</sup> Nome pelo qual ficou conhecido o processo judicial que acusava o presidente Ernesto Samper de ter recebido dinheiro do narcotráfico para sua campanha eleitoral.

Uma vez eleito, Pastrana deu curso ao mais importante processo de diálogo vivenciado até aquele momento no país. Apesar disso, é fato que, simultaneamente, dando sequência à dinâmica iniciada no governo de Samper, fortaleceu as relações militares com Washington, reforçando a estratégia contrainsurgente para o enfrentamento com as resistências armadas. Um plano militar de alto nível, robustecido pelo argumento, não mais do inimigo interno, mas do combate ao narcotráfico e, depois do dia 11 de setembro, ao terrorismo. Esse novo movimento em direção aos EUA criaria as condições no terreno para as estratégias militares mais ousadas, como o Plano Colômbia (2000), o Plano de Defesa e Segurança Democrática (2002) e o Plano Patriota (2004), sendo os dois últimos já no governo de Uribe Velez (2002/2006).

No dia 10 de julho de 1998, *El Tiempo* noticiava o encontro histórico do presidente eleito com o comandante-em-chefe das FARC-EP, Manuel Marulanda Vélez, ou Pedro Antônio Marín, seu verdadeiro nome. Neste encontro, ficaram acertados cinco pontos fundamentais, apresentados pela guerrilha, que dariam suporte e criariam as condições para o início dos diálogos de paz:

1 – Despeje de aproximadamente 42 mil km<sup>2</sup>, comprendidos en cinco municipios al sur del país; 2 – Desmonte de los grupos paramilitares; 3 – Despenalización de la protesta social; 4 – Atemperar el lenguaje, eliminando los calificativos de narco-guerrilla y terroristas; 5 – Retirar las recompensas por las cabezas de los jefes guerrilleros. Esas condiciones abrirían la posibilidad de iniciar un diálogo y en él, con la participación de la sociedad colombiana y de cara al país, debatir los temas que se plantean en la plataforma de diez puntos para un gobierno de reconstrucción y reconciliación nacional, generando el espacio propicio para encontrar soluciones a las causas estructurales del conflicto social y armado (ALDANA, 2008, p. 131).

Três meses antes de sua posse, Pastrana viajou para a Europa em busca de apoio econômico para a empreitada da paz. Conclamou os empresários, ou nos seus próprios termos “los creadores de riquezas nacionales”, a uma participação ativa no processo. Exaltou o Movimento de Empresários pela Paz,

forjado pela Fundação Social<sup>71</sup> e os convidou a visitarem os lugares do conflito, para que

(...) con su capacidad técnica y de gestión identifiquen, conjuntamente con los alzados en armas y con la comunidad en general, proyectos agroindustriales o de otra naturaleza que puedan ser financiados con recursos propios y con fondos provenientes de la banca multinacional. Oficina del Alto Comisionado para la Paz 2002. Tomo I, p. 18 (apud ACEROS, 2013, p. 54).

Durante a cerimônia de posse, em agosto de 1998, identificou as três fontes de financiamento do “fundo de Paz”, em um discurso que segundo Aceros (2013), “recuerda a la de Belisario Betancur”. A primeira fonte seria o Estado colombiano, seguido da comunidade internacional e, por fim, a ajuda dos “colombianos prósperos”, através dos “Bônus de Paz de Subscrição Obrigatória”, que dependiam da autorização do Congresso. As associações empresariais se apressaram em lhe prestar apoio:

Los gremios económicos están dispuestos a hacer un sacrificio por la consecución de la paz en Colombia, y ayer decidieron respaldar los bonos propuestos por la administración Pastrana. Por su parte, Luiz Carlos Villegas, presidente de la ANDI, aseguraba: “El nuevo comisionado para la paz, Victor G Ricardo, nos genera confianza y, por lo tanto, nos crea expectativas positivas” (*El Espectador*, 12/08/98, apud ACEROS, 2013, p.55).

Apesar da resistência do alto comando militar, o governo recém-eleito teve apoio suficiente da classe dominante e legitimidade política para manter sua determinação em cumprir o compromisso que fizera. Sua primeira medida foi a desmilitarização dos cinco municípios acordados, com a intenção de preparar o terreno para iniciar os diálogos de paz com as FARC-EP. Assim, dois meses após a posse, Pastrana decretou a saída das tropas dos municípios de San Vicente del Caguán (departamento de Caquetá), e Macarena, Uribe, Mesetas e

---

<sup>71</sup> Entidade criada por diversos grupos empresariais com o objetivo de discutir e aportar recomendações ao tema da paz.

Vista Hermosa (departamento de Meta). A zona de distensão totalizava 42 mil km<sup>2</sup>, e assim ficaria até o prazo-limite, fixado em 7 de fevereiro de 1999.

Em seguida, Pastrana reconheceu publicamente o status político da organização guerrilheira e revogou o mandado de prisão dos comandantes guerrilheiros Raúl Reyes (Edgar Devia), membro do Secretariado Nacional e responsável da Comissão Internacional, Joaquim Gómez (Milton de Jesus Toncel), comandante do Bloque Sur, e Fabián Ramírez (Jose Benito Cabrera), membro do Estado-Maior do Bloque Sur, que tinham sido indicados pelo Estado-Maior Central para participar da mesa de negociações.

No país, havia um clima de confiança de que era possível a paz com a insurgência comunista. Mas será que a classe dominante estaria disposta a ultrapassar os limites e obstáculos impostos por uma estrutura rígida e a serviço da guerra contra o inimigo interno e abrir mão da doutrina de Segurança Nacional? É o que veremos na sequência.

Em agosto de 1998, as FARC-EP enviaram uma carta ao Senado propondo uma lei sobre o tema do intercâmbio de prisioneiros, tema a que a mídia deu repercussão. Em 6 de outubro, a guerrilha apresentou ao governo a lista dos guerrilheiros presos para trocar por 245 soldados e policiais em seu poder. Para tratar o assunto, em 27 de novembro houve uma reunião entre o procurador geral da Nação, Victor G. Ricardo, cinco congressistas e os comandantes representantes das FARC-EP. O saldo da reunião foi o consenso de que havia um bom ambiente e disposição dos representantes do Estado para encontrar uma saída ao impasse jurídico para a libertação dos guerrilheiros.

A desmilitarização dos cinco municípios não foi um processo simples. Havia diferenças sobre o assunto no seio da classe dominante, as quais se refletiam nas resistências e manobras dos comandos militares, em particular do Batalhão dos Caçadores, localizado na área de San Vicente del Caguán. No final, Pastrana logrou o cumprimento de sua ordem:

El total de uniformados que debió abandonar cuatro bases y el Batallón de Cazadores fue de casi dos mil, la mitad de los

cuales pertenecía a ese último enclave. Un centenar de policías completaba la cifra total de la evacuación para decretar cumplido el acuerdo presidencial de despeje militar (GONZÁLEZ, 2013, p. 23).

No dia 10 de novembro de 1998, os representantes das FARC-EP na futura mesa de negociações emitiram um comunicado dando a conhecer que, naquela data fora realizada uma reunião com a presença do alto comissário para a paz, Víctor G. Ricardo, da diretora do Plan Nacional de Desarrollo Alternativo de Colombia (PLANTE), María Inés Restrepo e dos prefeitos das cidades desmilitarizadas (La Macarena, La Uribe, Mesetas e Vistahermosa e San Vicente del Caguán. Nessa reunião, foi definido um ordenamento básico de convívio:

1) Las FARC-EP reconocerán y respetarán a los cinco alcaldes como únicas autoridades legítimas de los municipios. 2) Los señores alcaldes quedaron facultados para nombrar una policía cívica la que será responsable del orden público durante el despeje por 90 días. 3) Los integrantes de la policía cívica deben ser reconocidas personas de la región que gocen de una incuestionable reputación dentro de la comunidad. 4) Los integrantes de la policía cívica ganarán el sueldo mínimo, se les dotará de armas cortas y uniformes especiales que les servirán de distintivo. 5) Se establece que todos los pasos que den las partes: gobierno e FARC-EP, deberán ser el resultado de la concertación. Toda medida unilateral carecerá de validez para la otra parte. 6) Ratificamos una vez más nuestra indeclinable voluntad de paz y seguiremos esperando el despeje de los cinco municipios tal cual como lo prometió el señor Presidente al pueblo colombiano, durante su campaña electoral (Comunicado FARC-EP, 24 de novembro de 1998, apud REYES, 2005, p.184).

Importante destacar que o acordo sobre o cessar-fogo se circunscrevia apenas à área desmilitarizada, ou zona livre. Ou seja, no restante do território nacional a guerra persistia. Formato idêntico fora utilizado nos governos de Belisário, Gaviria e Samper, durante os respectivos processos de paz. Nas palavras dos representantes das FARC-EP na mesa de negociações, em um novo Comunicado, de 3 de dezembro de 1998,

(...) conscientes de que es imposible conversar bajo el ruido ensordecedor de los aviones de combate y el estruendo de las bombas, pedíamos el despeje de los municipios mencionados y

que la confrontación armada continuara, de acuerdo con el deseo expreso del gobierno, en el resto del territorio nacional (apud REYES, 2005, p.190).

Em 26 de dezembro de 1998, as FARC-EP passaram a controlar a área desmilitarizada. Estava concluída a primeira fase do processo de paz. As condições e os espaços de negociação estavam definidos e de acordo com o pactuado. Agora, antes das negociações, propriamente ditas, a preocupação era com a definição de uma Agenda Comum, organizar as datas e locais, nomear representantes e relatores e decidir sobre as presenças de observadores. Além disso, os representantes da guerrilha e do governo deveriam chegar ao consenso sobre uma metodologia que deveriam adotar no caso dos impasses.

Antes de darmos curso ao progresso dos diálogos de paz, achamos conveniente nos concentrarmos por um breve momento na situação da guerrilha, nesta conjuntura.

### **3.9.1 Como estavam as FARC-EP na década de 1990?**

Uma vez interrompida a política de unidade com as outras guerrilhas, com o fim da CGSB (1993), as FARC-EP conseguiram com muito esforço sair política e militarmente fortalecidas do embate militar com o governo Samper. A estratégia de se pôr na ofensiva militar contra as bases do Exército lhe rendeu um crescimento orgânico impar nesse período. Porém, o repentino fortalecimento numérico não se refletiu na formação política dos soldados e dos quadros:

Esto en largo plazo se constituye en su mayor debilidad, una especie de crecimiento sin desarrollo, un amplio cuerpo militar precariamente formado en lo político que no logra fortalecer sus relaciones con la comunidad y, que tampoco logra protegerla totalmente de las incursiones militares y paramilitares, lo que hace que su adherencia política en las regiones sea bastante frágil (TOLOZA, 2006, p. 155).

Estamos descrevendo uma quadra histórica complicada e repleta de grandes desafios políticos para a guerrilha. Esses desafios implicavam na afirmação ou

não de sua identidade revolucionária e, conseqüentemente, na definição da natureza da estratégia que buscavam e dos meios para alcançá-la. Eles se inscreviam em uma conjuntura complexa e de mudanças radicais no âmbito internacional – o fim da experiência do socialismo na URSS e no Leste europeu e a crise dos Partidos Comunistas, já mencionados –, que exerceu intensa pressão sobre a guerrilha.

A relação das FARC-EP com o Partido Comunista Colombiano não vinha bem há algum tempo, fundamentalmente pela diferença do enfoque dado ao processo de abertura política da URSS. Enfim, nessa quadra histórica as ideias revolucionárias perderam seu valor emancipador, sendo substituídas por ideologias revisionistas. Foram anos de profunda crise ideológica do campo socialista, campo político onde a guerrilha estava inserida.

Contudo, para além da esfera ideológica de alcance internacional, havia o mote fundador, origem da própria existência das FARC-EP como organização social e política em armas: a luta contra a miséria, a fome, a opressão, a injustiça, o terrorismo do Estado e a falta das liberdades democráticas. A guerrilha nasceu na terra manchada pelo seu próprio sangue, o sangue camponês, e teve como parteira o Estado democrático burguês colombiano. E nada, nada havia mudado, desde então!

As causas que deram origem às FARC-EP não haviam sido ainda superadas. Assim, a guerrilha passou pelas tormentas ideológicas dessa época, mantendo-se firme em seus propósitos revolucionários. Claro que sofreram de todas as maneiras as pressões e os efeitos da derrocada das ideias revolucionárias, sobretudo a ideia de que a luta armada havia perdido a validade. A luta militar direta que travavam estava situada no interior da selva, um pouco distante do dia a dia do palco das discussões reformistas que se seguiram, em particular, na academia e nos meios intelectuais de esquerda. Imersas na confrontação militar direta com o Estado burguês, as FARC-EP viviam de perto as contradições inerentes à sociedade capitalista, as quais, mais expostas e mais evidentes, eram, portanto, mais facilmente assimiláveis, funcionando como barreiras às ideias reformistas.

A guerrilha não se deixou abater; ao contrário, concentrou-se na crítica ao revisionismo da *perestroika*, e com o tempo foi tomando medidas que visavam ocupar o espaço deixado pelo Partido Comunista e, desta forma, preencher suas necessidades de formação política e ideológica do tipo marxista-leninista (ver item 3.7.1).

Nesse sentido, em novembro de 1997, em seguida ao pleno “Abriendo caminos hacia la nueva Colombia”, as FARC-EP decidiram investir mais forte na construção do Partido Comunista Clandestino Colombiano (PC3), decisão que já havia sido tomada na VIII Conferência de abril de 1993. As FARC-EP necessitavam urgentemente de um organismo para lhes dar suporte teórico-político-ideológico e que fosse a base dos ensinamentos marxista-leninistas na formação dos soldados e quadros da organização. A guerrilha estabeleceu com o novo partido uma relação cujo centro era a lógica militar. Nesse sentido, a nova organização política estava articulada aos programas das FARC-EP, às suas Conferências e Resoluções, ao Estatuto da guerrilha, todos vinculados ao Plano Estratégico:

El PC3 se define en términos de las lógicas discursivas marxistas al declararse como seguidor de los principios organizativos leninistas, como una de las expresiones de la “vanguardia de la lucha revolucionaria e insurreccional” y una manifestación política de la “clase obrera y de todos los trabajadores colombianos”. Asimismo, el Partido se declara como antiimperialista y partidario de la unidad latinoamericana. Además, señala como horizonte la construcción del socialismo, la aplicación a la realidad colombiana de “los principios filosóficos y metodológicos del marxismo-leninismo” (CNMH, 2014, p. 238).

Outrossim, para o trabalho com o movimento de massas, as FARC-EP decidiram dar curso à formação do Movimiento Bolivariano por una Nueva Colombia. Dessa forma, “a través de la creación de un movimiento amplio de masas y un partido revolucionario que junto al ejército revolucionario y con base en la teoría marxista leninista, pueda conducir victoriosamente al pueblo a la toma del poder” (TOLOZA, 2006, p.158). Assim, o processo inaugurado pela eleição de Pastrana (1998) encontrou uma guerrilha revigorada e consolidada:

Las FARC-EP llegan a la mesa de negociación fortalecidas política y militarmente, en tras de sí las orientaciones de sus VII y VIII Conferencias, un acumulado de victorias militares, que han transmutado el problema de los prisioneros de guerra y el canje humanitario en una temática de primer orden, son portadores de una propuesta de 10 puntos para un gobierno de reconstrucción y reconciliación , una estructura militar cuenta con 60 frentes guerrilleros, operando en territorios de 450 municipios, 10 compañías móviles, una organización urbana en proceso de crecimiento y consolidación en las principales ciudades del país (GALLEGO, 2008, p.175).

Enfim, a guerrilha que participava do diálogo de paz já havia superado grande parte dos obstáculos e desafios internos, ideológicos e militares. Estava armada politicamente de um programa de reconstrução nacional, programa que seria a base da sua proposta na construção de uma Agenda Comum na mesa de negociações. As FARC-EP haviam realizado uma conferência histórica em que discutiu e aprovou os ajustes na estratégia necessários para se recompor em um mundo sem o apoio político das estruturas dos partidos comunistas em crise. Havia acumulado uma vasta experiência no campo militar, no âmbito político-estratégico em anos de confronto com um Estado criminoso que se apresentava sob a forma democrático-burguesa, e na participação nas diferentes mesas de negociação com diferentes governos. Conhecia de perto o “inimigo” de classe, suas intenções e o conceito que faziam da paz.

Foi esta organização que se sentou à mesa com o governo Pastrana e assumiu o controle militar e político da “zona de distensión”, composta por cinco municípios desmilitarizados, e logrou a construção de uma Agenda Comum.

### **3.9.2 Construindo uma Agenda Comum em meio a posições inconciliáveis**

A segunda fase da construção do processo de paz teve início na primeira reunião, em La Machaca, San Vicente del Caguán, em 11 de janeiro de 1999. Nesta fase, as partes apresentaram suas agendas, trabalhando para construir uma agenda única. Analisando as diferentes agendas, podemos identificar a natureza da paz que cada um busca, e determinar suas diferenças e incompatibilidades. Por isso, vamos às agendas

GOBIERNO NACIONAL	FARC-EP
<p>1) <i>Protección incondicional de los Derechos Humanos;</i></p> <p>2) <i>Estructura económica y social;</i></p> <p>3) <i>Reforma política y del Estado;</i></p> <p>4) <i>Desarrollo alternativo y sustitución de cultivos;</i></p> <p>5) <i>Protección del medio ambiente;</i></p> <p>6) <i>Fortalecimiento de la justicia y lucha contra la corrupción;</i></p> <p>7) <i>Reforma Agraria;</i></p> <p>8) <i>Paramilitarismo;</i></p> <p>9) <i>Apoyo de la comunidad internacional al proceso;</i></p> <p>10) <i>Viabilización de instrumentos hacia la paz.</i></p>	<p>1) Solución política al conflicto;</p> <p>2) F.F.A.A. son garantes de la soberanía nacional (fronteras) exclusivamente;</p> <p>3) Participación democrática nacional, regional y municipal en las decisiones que comprometen el futuro de la sociedad;</p> <p>4) Desarrollo y modernización económica con justicia social;</p> <p>5) 50% del Presupuesto Nacional será invertido en el bienestar social;</p> <p>6) Hacer efectiva una redistribución del ingreso. Vía impositiva a los que poseen mayor riqueza;</p> <p>7) Política agraria que democratiza el crédito;</p> <p>8) Explotación de los recursos naturales;</p> <p>9) Relaciones internacionales fundamentadas en la libre determinación de los pueblos;</p> <p>10) Solución del fenómeno de producción, comercialización y consumo de droga.</p>

Fonte: GALLEGO, 2008, p. 176.

Na reunião seguinte, do dia 17 de janeiro, os representantes do governo puderam expressar mais detalhadamente suas perspectivas sobre os temas mais sensíveis propostos. Sobre os direitos humanos, o foco estava centrado na posição radical contra os sequestros e as retenções feitas pela guerrilha. O ponto da reforma econômica sustentava o objetivo genérico de buscar superar a pobreza e injustiça social. Com a reforma política, o propósito era dar garantias às minorias e à oposição – institucionalizar o conflito. Sobre os cultivos ilícitos, priorizava a política de substituição com investimentos sociais. Sobre o meio ambiente, o discurso focava no patrimônio ecológico e se colocava contra os atentados aos oleodutos. Para o governo a proposta de

reforma agrária estava longe de significar redistribuição da terra, aceitando discutir novas formas de distribuir a terra. O tema paramilitar era abordado sob o enfoque de que somente o Estado detinha o poder legítimo da justiça, e por isso não admitia a justiça privada. Sobre o apoio internacional, era favorável ao acompanhamento externo do processo de paz. Finalmente, propunham que todos os pontos que viessem a ser pactuados seriam ratificados pelo povo, através de um plebiscito.

Por seu turno, todos os pontos levantados e propostos pelas FARC-EP pressupunham mudanças radicais nas estruturas sociais, econômicas e políticas do Estado. Para a guerrilha, a origem da violência estava fundamentalmente ligada à estrutura do Estado capitalista. Um Estado rico em recursos naturais, que exibia uma concentração de riqueza muito alta, uma extrema pobreza, além de uma relação consolidada, extremamente antidemocrática e violenta da classe dominante sobre o povo de maneira geral, considerando, nesses termos, os camponeses e trabalhadores urbanos.

Logo nas primeiras reuniões, quando as partes teriam que produzir uma agenda única, alguns pontos foram motivo de grande tensão. De fato, não era para menos. Os temas “problemáticos”, motivo da “tensão”, estavam justamente relacionados às causas estruturais da violência e à origem do conflito social armado. Ou seja, temas ligados diretamente à estrutura do Estado colombiano. Apesar da resistência do governo Pastrana, não havia outra saída – os temas deveriam ser enfrentados. Diga-se de passagem, única forma de garantir legitimidade ao processo que o governo se empenhava em construir, motivo pelo qual foi eleito.

O primeiro tema que não logrou superação e que por isso mesmo foi o primeiro a ser congelado, segundo a metodologia adotada, foi o tema do paramilitarismo. As posições das partes eram absolutamente antagônicas. As FARC-EP concebiam o fenômeno social do paramilitarismo como um dispositivo adicional da estratégia oficial contrainsurgente e, nesse sentido, não o reconheciam como um sujeito autônomo, mas como “criatura del Estado”, nos termos de Lozano Guillén(2006).

Nesse sentido, para a guerrilha, o desmonte do paramilitarismo implicaria que, para além da rígida aplicação da lei criminal, o Estado deveria adotar uma política radical de reestruturação das Forças Armadas e a abolição do fórum militar.

La exigencia de las FARC-EP de luchar y abolir el paramilitarismo se dirige no solo contra Carlos Castaño e los paramilitares visibles de las AUC, sino, adicionalmente, contra los generales Iván Ramírez Quintero, Víctor Julio Álvarez, Rito Alejo del Río, Martín Orlando Carreño Sandoval, Julio Charry Solano, Javier Henán Arias Vivas, Alfonso Arteaga Arteaga, Rafael Ruiz, Carlos Alberto Ospina Ovalle y Eduardo Herrera Verbel. Generales todos acusados por las FARC-EP de promover la creación de grupos de justicia privada como una prolongación de su estrategia contrainsurgente, de proteger a Castaño y de prestarle a los paramilitares apoyo aéreo y servicio de comunicaciones. Además, las FARC-EP sindicaron como promotor y financiador de los paramilitares al ex ministro José Manuel Arias Carrizosa y a los ex gobernadores Mauricio Pimiento del Departamento del Cesar, Jorge Luís Caballero, del Magdalena y Carlos Buelvas Aldana de Córdoba, todas estas sindicaciones las hacen en un documento que entregan a la Presidencia de la República. Éstas se dan a conocer a la opinión pública, a finales de Enero de 1999 (*El Tiempo*, 26 de janeiro de 1999, p. 13 apud GALLEGO, 2008, p. 177).

O segundo tema problemático foi sobre a troca de prisioneiros ou “canje humanitário”. A guerrilha insistia na necessidade do Legislativo criar uma lei sobre o tema. Sua intenção era transformar o assunto em uma norma jurídica que funcionasse de maneira permanente e independente dos diálogos de paz.

O terceiro problema foi a questão dos prazos. O governo estipulou em 90 dias o período para a zona desmilitarizada, mas somente em janeiro estavam criadas as condições para iniciar a segunda fase do processo, momento da construção da Agenda Comum, fase que estava longe de se concluir.

Porém, além dos impasses iniciais citados, um grave acontecimento levou as FARC-EP a sair da mesa de negociações e congelar os diálogos de paz: a macabra demonstração de força dos grupos paramilitares, a dois dias do início das discussões, quando 200 colombianos civis foram assassinados no mesmo dia, em lugares distintos. “En rechazo a este baño de sangre de compatriotas inocentes, las FARC-EP decidieron congelar los diálogos hasta que el gobierno

demostrara resultados satisfactorios en el combate contra el paramilitarismo estatal” (Documento do Secretariado do Estado-Maior Central “38 anos de las FARC-EP”, apud REYES 2005, p. 139).

Durante os meses seguintes, foram muitas as intervenções das partes e de terceiros pela superação dos entraves responsáveis pelo congelamento. Deste modo, e por iniciativa da Presidência, foi instalado o Conselho Nacional de Paz (CNP), com a função de prestar assessoria à política de paz do governo, fazendo recomendações e esclarecendo propostas.

Nenhuma medida foi tomada pelo governo de Pastrana contra os mercenários assassinos. A guerrilha se antecipou e, após criteriosa investigação de inteligência, apurou os crimes e as responsabilidades. Em reunião realizada em 8 de abril de 1999 entre a guerrilha, o alto comissário Victor G. Ricardo e a Comissão de Paz do Congresso, em Caquetania, as FARC-EP entregaram um documento de denúncia das atividades paramilitares e uma lista com o nome dos militares, políticos, pecuaristas, congressistas, empresários, latifundiários, narcotraficantes e fazendeiros comprometidos com as organizações criminosas.

Após a denúncia, as Forças Armadas afastaram os generais Rito Alejo de Río e Fernando Millán. O argumento para a medida foi de que se tratava de procedimento de rotina, própria da instituição militar. Houve, porém, quem interpretasse como um gesto político do governo, sinalizando seu acordo com a manutenção dos diálogos de paz.

Já o gesto político da guerrilha, durante o período de distensão e iniciativas de retorno ao diálogo foi o de apresentar o citado documento de denúncia do envolvimento de autoridades com os paramilitares e reafirmar sua posição com relação ao tema dos prisioneiros. Neste ínterim, enviou um comunicado ao defensor público, no qual afirmava que se não houvesse troca de prisioneiros, os policiais e militares detidos não seriam devolvidos:

Descongelamos y regresamos a la Mesa de Diálogo con el único interés de avanzar en la elaboración de la agenda común y dar tiempo a que el gobierno emprendiera acciones militares, jurídicas y políticas, encaminadas a diezmar las bandas

paramilitares y de romper su reconocido vínculo con las Fuerzas Militares y de Policía, para imprimirle confianza y fortaleza al proceso de Diálogos y Negociación (Documento do Secretariado do Estado-Maior Central “38 Años de las FARC, apud REYES, 2005).

Em 25 de maio de 1999, as partes conseguiram chegar a um primeiro acordo nas discussões dos temas da segunda fase. Através de um comunicado conjunto, tornaram público que haviam conseguido elaborar uma “Agenda común por el cambio hacia la nueva Colombia”, com o fito de “la construcción de un nuevo Estado fundamentado en la justicia social, conservando la unidad nacional (...) con la construcción de la paz, sin distinción de partidos, intereses económicos, sociales o religiosos”<sup>72</sup>. A Agenda Comum era composta por 12 temas para discussão:

- 1) Solução política negociada – espaço para definir os alcances do processo, fixar objetivos e metas.
- 2) Proteção dos direitos humanos como responsabilidade do Estado – na essência, a discussão visava a reforçar a responsabilidade do Estado na garantia do cumprimento aos direitos humanos, caso os demais atores estivessem incorrendo em delitos políticos e/ou delitos de costumes.
- 3) Política agrária integral – uma política de estímulos à produção, democratização do crédito, assistência técnica, mercado, redistribuição das terras improdutivas, recuperação e redistribuição das terras adquiridas pelo narcotráfico e enriquecimento ilícito. Ordenamento territorial integral, substituição de cultivos ilícitos e desenvolvimento alternativo.
- 4) Exploração e conservação dos recursos naturais – sobre a base do desenvolvimento sustentado.
- 5) Estrutura econômica e social – a discussão parte da revisão do modelo de desenvolvimento econômico, redistribuição dos lucros, ampliação do mercado interno e externo, estímulo à produção através das pequenas e médias empresas, apoio à economia solidária e cooperativa, estímulos a investimentos

---

<sup>72</sup> Agenda común por el cambio hacia una nueva Colombia, La Machaca, Gobierno de Colombia y FARC-EP, 6 de mayo de 1999, punto 1, Disponível em : <http://www.ideaspaz.org>. Acesso em 04 de abril de 2015.

estrangeiros que beneficiassem o país, participação popular no planejamento e investimentos no bem-estar social, na educação e na investigação científica.

6) Reformas na justiça, luta contra a corrupção e o narcotráfico – discutir o sistema judiciário, os órgãos de controle e os instrumentos contra a corrupção e o narcotráfico.

7) Reforma política para a ampliação da democracia – este ponto basicamente discutiria as possíveis reformas eleitorais, as garantias à participação da oposição e das minorias e mecanismos de participação cidadã.

8) Reforma do Estado – buscar formas de mudanças na administração e na estrutura do Estado, que pudessem melhorar a eficiência na gestão pública e temas que deverão passar pelo Congresso.

9) Direito Internacional Humanitário – a base da discussão seria o respeito à população civil.

10) Forças Militares – reflexão e discussão do papel das Forças Armadas na soberania, na proteção aos direitos humanos e no combate aos grupos de autodefesas.

11) Relações internacionais – discussão focada no respeito à livre autodeterminação, na não intervenção estrangeira, à integração da América Latina, nos problemas com a dívida externa, nos tratados e convênios internacionais do Estado.

12) Formalização dos acordos – discussão dos mecanismos e procedimentos para formalizar os acordos.

Além de firmar uma Agenda Comum, a Mesa de Diálogo criou o Comitê Temático Nacional com representação paritária. Sua função era fundamentalmente coordenar a realização das audiências públicas e ser eixo de ligação entre a Mesa de Diálogo e os segmentos sociais interessados em participar das discussões com propostas para a Mesa.

### **3.9.3 Apesar da Agenda Única, uma campanha ofensiva contra a guerrilha toma curso**

Como se pode ver, nenhum item da Agenda Comum significava, minimamente, uma ameaça ao *establishment*. Ao contrário, a Agenda Comum refletia um programa desenvolvimentista de reconstrução nacional, no marco da democracia burguesa.

Tudo parecia estar caminhando para um desfecho político histórico. Porém, essa calma e os discursos bem intencionados do governo e da classe dominante escondiam a construção, por baixo dos panos, do mesmo desfecho dos processos de paz anteriores. O governo parecia querer ganhar tempo na Mesa de Diálogo. As discussões se arrastavam nos meandros das metodologias e dos obstáculos criados pelo Estado, através das Forças Armadas e dos paramilitares e não andavam.

No final de 1999, a Comissão Internacional das FARC-EP emitiu, do México, um comunicado intitulado “A la comunidad nacional e internacional” (apud REYES, 2005, p. 190). Nesse documento, a guerrilha destacava o papel das lutas sociais e populares, incluindo a luta armada contra o neoliberalismo, e reafirmava que se mantinha na busca por saídas diferentes da guerra para “el conflicto social que sufre nuestro pueblo hace más de 50 años...”. E que isso exigia a participação de todos. Alertava que o ano seguinte não seria fácil para o povo colombiano, a exemplo do que vinha se repetindo ao longo dos anos e que a situação exigia a construção de alternativas viáveis e justas e uma política de unidade “del torrente de las luchas sociales y populares”.

Sin embargo, el Estado, el establecimiento no abandonan su política de terrorismo de estado materializada en el asesinato selectivo, las masacres indiscriminadas contra la población inermes y la criminalización y militarización de la protesta social y por otro lado el imperio acecha y amenaza con intervenciones directas bajo el pretexto, por nadie creído, de su lucha contra el narcotráfico. Por eso mantenemos en alto nuestras armas y nuestras banderas en lucha por los derechos fundamentales de la mayoría de los colombianos y por una patria en paz, con justicia social, con soberanía y con dignidad.

Em 21 maio de 1999, a senadora liberal Piedad Córdoba foi sequestrada pelos paramilitares, sob a acusação de ser porta-voz da guerrilha. Para libertá-la, Carlos Castaño, o chefe da AUC, exigiu do governo o reconhecimento político para sua organização paramilitar, a abertura de negociações e que o tema do paramilitarismo se retirasse da Agenda Comum com as FARC-EP. Segundo Gallego (2008, p. 183), “las FARC-EP rechazan, mientras el gobierno se limita a señalar que *no dialoga bajo presión*, no obstante que considera cómo en algún momento tendrían que sentarse a dialogar, con ese actor (...)”. A senadora foi libertada em 4 de junho do mesmo ano, após negociações entre uma comissão enviada pelo governo, sob a direção do ex-ministro Horácio Serpa e os sequestradores, que contou com a presença do chefe paramilitar Salvatore Mancuso.

Durante el cautiverio, contó la líder política en esa época, el propio Castaño le manifestó tener en su poder grabaciones de llamadas suyas, incluida una conversación con el comandante del ELN, Francisco Galán. Según le contó a la Fiscalía Freddy Rendón Herrera, alias El Alemán, esas grabaciones reposaban en unos casetes entregados a Castaño por el ex asesor del Ministerio de Defensa y ex subdirector del DAS José Miguel Narváez. Otros exjefes paramilitares como Diego Fernando Murillo Bejarano, alias Don Berna, han asegurado igualmente que Narváez fue “determinante” para que se produjera el secuestro.<sup>73</sup>

Em julho de 1999, a Procuradoria Geral intimou a direção das FARC-EP a responder por sua responsabilidade na ocupação da base militar “Las Delicias” em Putumayo no ano de 1996. Ato contínuo, o comandante do Exército, general Jorge Enrique Mora Rangel, iniciou uma campanha de denúncias contra as FARC-EP. O eixo da campanha se referia aos municípios desmilitarizados que, segundo os militares, estavam sendo utilizados como centro de operações militares da guerrilha para seu fortalecimento em nível nacional e de trânsito ao tráfico de armas e de drogas. Além do mais, acusavam a guerrilha de impor o terror à população através dos justicamentos

---

<sup>73</sup> <http://www.elespectador.com/noticias/judicial/plagio-de-piedad-cordoba-buscaba-pastrana-creara-dialog-articulo-372375> (3 SEP 2012). Acesso em: maio de 2015.

e sequestros. A mídia colombiana completou o quadro, creditando aos guerrilheiros a autoria de massacres e atentados contra a população em todo o país. A resposta das FARC-EP foi imediata:

Éstas responden que parte de los operativos realizados obedecen a que el gobierno a través de los paramilitares tampoco ha cedido en las acciones militares y por lo tanto los obligan a crear mecanismos de protección. La decisión de dialogar en medio del conflicto va abriendo las fisuras que finalizarían con el proceso (TOLOZA, 2006, p.157).

O secretário geral da OEA – ninguém mais ninguém menos do que o ex-presidente da Colômbia, César Gaviria – fez um pronunciamento condenando as FARC-EP e exortando-as a demonstrar uma verdadeira vontade de paz. Os EUA, através do Departamento de Estado, se manifestaram no mesmo sentido, exigindo que as FARC-EP cessassem os ataques à população civil e assumissem o processo de paz.

Havia uma estratégia orquestrada a fim de desmoralizar a guerrilha. Por isso, os assédios constantes de paramilitares e agentes de inteligência do Exército nos municípios sob a custódia das FARC-EP. Alguns historiadores e o próprio Partido Comunista creditavam à oligarquia, aos setores reacionários da classe dominante, aos EUA e às Forças Militares a autoria de tal estratégia.

No entanto, tudo indicava que havia um consenso fundamental e estrutural no interior da classe dominante. Por mais que a paz, considerada como pacto social, fosse o desejo de muitos setores da classe dominante, inclusive dos setores ligados mais diretamente ao capital estadunidense, não havia a mínima intenção de quaisquer alterações estruturais no status quo do sistema, do Estado. Esse mote unificava o conjunto da classe dominante, independentemente das simpatias que um setor ou outro viesse a ter pelo processo de negociação. Inevitavelmente, ao perceberem que as negociações de paz com a guerrilha não se limitariam aos temas que julgavam prioritários como cessar-fogo, desarme e inserção, os empresários se fecharam para a solução política do conflito social armado. Essa tem sido a tônica das tentativas de negociação entre o Estado e as FARC-EP. Além disso, o governo

estadunidense, desde administrações anteriores, vinha acenando com um novo projeto, uma nova estratégia para a paz, o “combate ao narcotráfico e ao terrorismo”, vinculados à prosperidade e ao fortalecimento do Estado. O Plano Colômbia, elaborado dentro do Pentágono, era parte dessa lógica na estratégia de dominação imperialista para a América Latina. E o Estado colombiano e sua classe dominante estavam comprometidos com sua implementação. Na avaliação das FARC-EP,

Al mismo tiempo, el gobierno demostró una vez más sus verdaderos intereses, poco a poco el presidente Pastrana desarrolló una gran campaña propagandística, la cual buscaba asociar la lucha revolucionaria con el narcotráfico utilizándolo como una estrategia contrainsurgente, además de seguir las ordenes del imperialismo estadounidense, así, el gobierno presentó en 1999 el Plan Colombia, elaborado en las entrañas del imperio, como parte de los planes imperiales para dominar el continente (REYES, 2005, p.193).

#### **3.9.4 As negociações não andam, em compensação, as Audiências Públicas com participação popular são um sucesso**

As conversações passaram a girar em torno da polêmica sobre a criação imediata da Comissão Internacional de Verificação - CIV. O problema é que não havia acordo sobre a natureza e as funções da Comissão. A preocupação da guerrilha era com as alterações das regras já discutidas. Não concordava com o novo caráter de um organismo de controle e pressão à solução do conflito que o governo anunciava. Para a guerrilha, a Comissão deveria ser de verificação ao cumprimento do acordado entre as partes, na zona desmilitarizada. Além disso, na proposta do governo ficava clara a intenção de uma comissão com *parti pris*. Segundo Pastrana, a verificação se daria em dois níveis:

(...) uno para la zona de distensión y otro para el proceso de paz. (...) Pastrana aseguró que el segundo nivel de verificación estaba relacionado con la búsqueda de países amigos y no de personalidades que estuvieran dispuestas a prestar un servicio como “testigos” del proceso de paz (apud ECHAVARRÍA, 2012, p. 25).

A fim de evitar a ruptura do diálogo, que já se encontrava novamente suspenso, a guerrilha aceitou a conformação da Comissão Internacional de Verificação (CIV) e propôs como tema da Mesa de Diálogo a decisão sobre sua natureza e funções.

As discussões não evoluíram até o final de 1999. Os principais temas da pauta que implicam nas mudanças radicais e que constavam da Agenda Comum não foram tocados. “El tema de la CIV, la ampliación de la zona de despeje, el carácter de organización beligerante, la intervención norteamérica, la sindicación a las FARC-EP de ‘narco guerrilla’ son, entre otra centena de temas, nuevamente motivos de discusión” (GALLEGO, 2008, p.186).

A primeira reunião de 2000 da Mesa de Diálogo ocorreu em janeiro na localidade de Los Pozos, em San Vicente del Caguán. Além das partes confirmarem a intenção de manter o processo de paz, resolveram regulamentar e pôr em funcionamento as já aprovadas audiências públicas. Assim, concordaram sobre os temas que seriam discutidos nas audiências em concordância com a Agenda Comum e fixam três eixos temáticos:

- 1 – Estrutura social e econômica;
- 2 – Direitos Humanos, direito internacional humanitário e relações internacionais.
- 3 – Democracia, estrutura política do Estado.

Outrossim, com relação à metodologia, acordaram nove pontos que pautariam as discussões dos diferentes temas da Agenda Comum. Mas, somente em 9 de abril, depois de um prolongado debate sobre os subitens de cada tema das audiências, sobre a metodologia e a dinâmica, foi realizada a primeira audiência pública. O Comitê Temático Nacional, de formação paritária, encarregado de encaminhar e submeter à sociedade os temas que seriam discutidos na Mesa de Diálogo, assumiu o encaminhamento e a implementação do decidido. Esse organismo funcionou como uma ponte entre a sociedade e a Mesa Nacional de Diálogos e Negociações.

As conversações acerca dos temas da Agenda Comum na Mesa de Diálogo continuaram paradas. Por outro lado, as audiências públicas mantinham uma

excelente dinâmica de participação, configurando-se em um dos pontos positivos desta quadra histórica:

Si algo revela el desinterés de la clase dominante por las inquietudes progresistas de los colombianos, expresadas en miles de propuestas para reformar la estructura del empleo en Colombia en desarrollo del primer tema de las audiencias del Caguán, fue la ausencia en éstas de los altos funcionarios gubernamentales y de los flamantes representantes de los gremios de la producción. El encuentro fue de las organizaciones sindicales, sociales, agrarias, cívicas y populares con la guerrilla. Temas como las privatizaciones, los despidos, la penalización de la lucha social, la apertura neoliberal, los desplazados, la cultura, la juventud, la crisis de la salud, la educación, la vivienda, colocados en el centro de las discusiones temáticas, sacaron a flote la comunidad de intereses y de aspiraciones de la guerrilla y del pueblo colombiano (LOZANO GUILLÉN, 2006, p. 3).

Segundo o mesmo autor, foram realizadas 25 audiências públicas, que contaram com mais de mil expositores. A apresentação podia ser individual ou em representação de setores da sociedade. Essas audiências contaram com a presença de cerca de 25.000 colombianos. Desse processo saíram 2.500 propostas para os temas da Agenda Comum e soluções para os graves problemas enfrentados pelo povo. Em contrapartida, o governo de Pastrana ignorou as Audiências Públicas, refletindo “el poco interés por los cambios de fondo, que son los que pueden conducir a la solución política negociada del conflicto” (LOZANO GUILLÉN, 2001, p. 132).

Neste contexto, um grupo de importantes empresários funda um *think tank* com a finalidade de acompanhar e assessorar as negociações de paz e, sobretudo, se antecipar para a situação de pós-conflito. A nova organização, nomeada Fundación Ideas para la Paz, foi convidada por Pastrana para apresentar suas ideias sobre violência e paz, na zona desmilitarizada em Caguán, ao Secretariado das FARC-EP. “En efecto, el 16 de marzo de 2000, más de diez de los más importantes empresarios colombianos asistieron al Caguán a reunirse con Manuel Marulanda y otras cabezas visibles de las FARC” (ACEROS, 2013, p. 56).

No entanto, as organizações patronais que compareceram às primeiras audiências públicas se queixaram do formato e do tratamento dispensados ao grupo durante o evento. Abaixo, reproduzimos trecho da carta enviada à Coordenação do Comitê temático, encarregado da organização das audiências públicas, por uma organização patronal:

El Consejo Gremial Nacional, fiel a su compromiso con la paz de Colombia, asistió a la primera audiencia pública a escuchar y a ser escuchado. Con atención y tolerancia escuchamos cuatro horas de agresiones contra el Gobierno Nacional y el empresariado colombiano, por fuera del marco temático muchas de ellas y por fuera también de las reglas de juegos establecidas. Pero infortunadamente no tuvimos el mismo tratamiento, pues nuestra participación fue sistemáticamente sabotada. No esperábamos aplausos, pero sí el mínimo respeto a nuestras personas y a nuestros planteamientos, y por supuesto, una posición más enérgica por parte de los coordinadores para garantizar el desarrollo de la audiencia de acuerdos con los términos establecidos (*El Tiempo*, 13/04/00 apud ACEROS, 2013, p. 57).

Enquanto as audiências públicas aconteciam, os integrantes da Mesa de Diálogo participavam de uma viagem de intercâmbio pela Europa. Lá conheceram a experiência de alguns países no tema do meio ambiente e dos cultivos ilícitos, em contrapartida apresentaram o processo de diálogo de paz iniciado. Nesta viagem, por decisão de todos os membros da mesa, representantes de alguns países europeus foram convidados para uma visita à Colômbia com o fito de participação em uma conferência internacional. A Espanha e a Noruega aceitaram o convite para serem os países facilitadores da Audiência Especial Internacional sobre Meio Ambiente e Cultivos Ilícitos, evento previsto para realizar-se em 29 e 30 de maio de 2000. A audiência contaria com representantes de 21 países, delegados do Parlamento Europeu e representantes da OEA.

O contato da guerrilha com outros países foi um marco importante na história do conflito na medida em que pela primeira vez mais países tiveram acesso à versão da guerrilha sobre a origem e o desenvolvimento do conflito armado. Até aquele momento, a versão oficial da guerrilha terrorista e narcotraficante,

causa dos males da Colômbia, era o mantra repetido nos encontros internacionais, dos quais somente a representação política oficial do país participava. Esse fato geraria, mais tarde, movimentos de solidariedade com a guerrilha.

Nesse ínterim, o governo nomeou Camilo Gómez Álzate para o lugar de Victor G. Ricardo no Alto Comissionado para a Paz. Victor Ricardo havia sido o responsável pela aproximação de Pastrana com Marulanda antes do processo eleitoral e desempenhava um papel importante na Mesa de Diálogo, pela relação de confiança que mantinha com a guerrilha. No entanto, estava na mira dos paramilitares, fora ameaçado de morte e não contava com a simpatia dos militares.

Em agosto de 2000, realizou-se uma reunião entre diversos setores representativos da sociedade colombiana, denominado “grupo de apoio”, com a Mesa de Diálogo e Negociação. Deste encontro foi aprovado o seguinte balanço sobre a situação do processo de paz:

Que las etapas transcurridas en el proceso de diálogo y negociaciones han logrado avances como la consolidación de la confianza entre las partes; la definición de una agenda, la vinculación de la comunidad internacional, que ha dado su pleno respaldo al proceso; los acuerdos sobre la metodología para avanzar en la negociación y el fortalecimiento de la participación ciudadana en el proceso a través de las audiencias públicas. La importancia de haber realizado un intercambio de propuestas para iniciar la discusión del cese de fuego y hostilidades, y que se tenga la disposición para perseverar y tratar de vencer todos los escollos y las dificultades que se presenten en el camino, (...) pues es hacerse a la voluntad política nacional (Comunicado n° 21 de la Mesa de Negociación, de 3 de Agosto 2000, apud GALLEGO, 2008, p.194).

Estiveram presentes Camilo Gómez Alzate, Alto Comissionado para a Paz; Horacio Serpa, do Partido Liberal; Noemí Sanín, do Movimento Sim Colômbia; Omar Yepes, do Partido Conservador; Jaime Caicedo, do Partido Comunista; os presidentes do Senado, Mario Uribe, e da Câmara, Basilio Villamizar;

Manuel Marulanda Vélez, pelas FARC-EP; Afonso Cano, pelo Movimento Bolivariano; Iván Marques, do Secretariado das FARC-EP.

### **3.9.5 O processo de paz alcança o Plano Colômbia de Segurança democrática**

Contudo, em que pese a aparente legitimidade, construída para o projeto de paz do governo Pastrana, o processo estava paralisado. De modo geral, os dirigentes da classe empresarial haviam percebido que chegara ao limite das negociações. Os representantes do governo passaram a direcionar o eixo das discussões de paz para temas como desarme ou a questão do controle do território. O governo estava preocupado com a territorialidade exercida pela guerrilha nos espaços sob seu domínio, em particular quando as FARC-EP decretaram a Lei nº 002, que legislava sobre tributação das grandes fortunas e das corporações transnacionais, nas zonas liberadas.

Embora esses temas não implicassem mudanças estruturais na forma de dominação do Estado, faziam parte do dia a dia de uma confrontação político-militar, confrontação que não se resolveria sem as mudanças radicais. Para a classe dominante e seu governo, os temas da Agenda Comum, que poderiam conduzir a solução política do conflito, estavam fora de cogitação, porque implicavam mudanças que absolutamente não combinavam com o projeto de fortalecimento militar, com a abertura neoliberal ao capital e com a entrega das riquezas minerais às multinacionais. Esses projetos já estavam em curso e necessitavam de uma paz cujo custo fosse apenas a entrega das armas, a rendição total da guerrilha e o desmantelamento do domínio territorial da insurgência, significando a domesticação da resistência. Esta era a pacificação que buscavam, nada mais! Essa era a paz almejada pela classe dominante.

O governo passou a ajustar sua tática na condução do processo, cuja estratégia de paz não conseguira emplacar. Dada a estreita relação mantida com o empresariado, é de se supor que não havia diferenças substanciais no interior da classe dominante com relação às mudanças de rumo, que pudessem ser motivo de crise. Segundo Aceros,

Para Pastrana, los empresarios se convirtieron en actores estratégicos en su política de paz, como quiera que uno de ellos siempre estuviera en su equipo negociador y mantuviera valiosas relaciones con líderes empresariales interesados en la paz (ACEROS, p.59, 2013).

Até mesmo o aparelho repressivo, que aparentava uma certa autonomia militar, movia-se no terreno de forma a corroborar com a estratégia principal da classe dominante. Na divisão de tarefas, eram os responsáveis nos teatros de operações por desmoralizar a guerrilha, impor perdas e prisões. Sua estratégia fundamental era desestabilizar o entorno da guerrilha, levar o caos à sua base social. O intuito era debilitá-la o mais que podiam para que ela chegasse enfraquecida à mesa de negociação. Para isso, não abriram mão de utilizar o terror oficial, dos mercenários paramilitares e narcotraficantes contra as aldeias nos territórios guerrilheiros, durante os Diálogos, nas zonas desmilitarizadas.

Em entrevista ao semanário VOZ, em maio de 2000, o comandante das FARC-EP expôs a percepção da organização sobre a dinâmica que o processo tomava e fez uma análise na qual deixava claro não ver muitas perspectivas do processo de paz: “(...) para el gobierno nada de lo substancial es negociable: referendo, Plan de Desarrollo (de corte neoliberal) y Plan Colombia (sustento para la guerra) son intocables. Así va a ser difícil avanzar en el proceso de paz” ( apud LOZANO GUILLÉN, p.19, 2001).

Antes da primeira audiência internacional sobre cultivos ilícitos, marcada previamente pela mesa de diálogo com o grupo de países amigos, houve um atentado terrorista em Chiquinquirá, departamento de Boyacá, que resultou no assassinato da dirigente comunitária camponesa Elvia Cortés, com um colar de dinamite<sup>74</sup>, e do especialista em bombas que tentava retirá-lo. Isso aconteceu em 16 de maio de 2000. Nesse período as negociações estavam paralisadas. A reação do governo foi acusar as FARC-EP e suspender todas as atividades da mesa de negociação, incluindo a já marcada audiência internacional com os países amigos. A campanha midiática contra a guerrilha crescia:

---

<sup>74</sup> <http://www.semana.com/nacion/articulo/el-collar-del-terror/42339-3>

*1. El Tiempo:*

Barbarie de FARC en Simijaca Elvia Cortés Gil murió ayer, a sus 55 años de edad, convertida en una bomba humana. Seis guerrilleros del frente 11 de las FARC le colocaron un collar de explosivos por negarse a pagar una extorsión de 15 millones de pesos.

*2. Vanguardia Liberal:*

Por no pagar boleteo FARC asesinaron una mujer con un collar de explosivos

3. RCN: "Sorprendida por guerrilleros del XI frente de las FARC". "La señora Cortés se había negado a pagar varios millones de una extorsión que la subversión le exigía, y ayer fue sorprendida por guerrilleros del XI frente de las FARC que ingresaron a su vivienda, la amarraron y le instalaron un collar con explosivos compuesto por varios tubos galvanizados que contenían cargas de dinamita".

*4. El Tiempo, 18/06/2000:*

Proceso / FARC niegan autoría del hecho. Pastrana culpa las FARC.<sup>75</sup>

Após mais de um ano de investigação corrida em segredo, as autoridades apresentaram como suspeito o vizinho da pobre camponesa, mas não esclareceram os motivos. Esse fato representou mais um ato terrorista criminoso de falsa bandeira, premeditado pelos aparelhos de inteligência em conjunto com algum grupo paramilitar, com a intenção de acusar as FARC-EP e evitar o contato dos camponeses e da guerrilha com os delegados internacionais de mais de 20 países na Audiência Internacional prevista para acontecer.

O governo voltou atrás e concordou com a realização do evento internacional para julho de 2000, que, além dos países amigos, contaria com a participação dos camponeses plantadores da coca, que deram conhecimento das suas propostas para resolver o problema dos cultivos ilícitos. Segundo eles, a pobreza, a miséria e uma política de concentração de terras estavam entre as causas que faziam desses cultivos seu único meio de sobrevivência e apontavam para uma política de reforma agrária e investimentos estatais à agricultura camponesa. Na audiência internacional, as FARC-EP apresentaram

---

75

sua proposta sobre o assunto aos representantes do governo na mesa de negociação:

La desmilitarización de Cartagena del Chaira para convertirla en Municipio Piloto de la sustitución de cultivos ilícitos, ofreciendo la experiencia organizativa y la autoridad de la organización guerrillera ante las comunidades para evitar el mal uso de los recursos asignados a la sustitución de cultivos (REYES, 2005, p.141).

Neste mesmo ano, as FARC-EP insistiram no debate e na busca de soluções sobre o problema das drogas, propondo ao governo a legalização das drogas, para definitivamente combater o fenômeno do tráfico de drogas na Colômbia. No entanto, nenhum dos aportes à solução do problema levantados na Audiência Internacional, nem as propostas posteriores tiveram resposta ou foram tomadas para discussão. Segundo o comandante Raul Reyes,

De esta propuesta tampoco hubo respuesta oficial del Gobierno, porque el aceptarla implicaba dejar de recibir millonarios recursos del Plan Colombia y no tendría manera de justificar la guerra, que hoy lidera contra el pueblo y sus organizaciones, pretextando el combate al “narcotráfico y al terrorismo”, ni podría acusar a las FARC-EP de participación en el tráfico de drogas (REYES, 2005, p. 142).

Em maio de 2000, através de documento intitulado “Consideraciones generales para discutir el cese de fuego e hostilidades”, as FARC-EP apresentaram uma síntese dos graves problemas sociais e políticos do povo colombiano que não estavam sendo considerados pelo Estado e que incidiam de forma contumaz nos diálogos de paz. O documento afirmava, entre outros pontos:

1. Sobre as hostilidades e o desmonte do paramilitarismo estatal, a guerrilha indicava que a forma de pôr fim às hostilidades contra o povo colombiano implicava necessariamente a depuração das Forças Armadas e a punição daqueles que se comprometeram com os grupos paramilitares. E que estes oficiais e os civis comprometidos com o financiamento e patrocínio de tais grupos fossem levados a juízo.

2. A guerrilha considerava o paramilitarismo uma política de Estado, que respondia à aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, instrumentalizada por setores das Forças Armadas, representando uma ameaça às instituições e, inclusive, ao próprio governo. Uma política que provocava massacres, deslocamentos forçados de camponeses, assassinatos seletivos, expropriações e repovoamentos de terras, despejos, ameaças, narcotráfico, terror generalizado, exílio e imobilidade das forças sociais que defendiam mudanças democráticas, afirma o documento.

3. A respeito dos direitos civis e políticos dos colombianos, indicava a necessidade de pôr fim à repressão contra o povo e os trabalhadores, acabar com a criminalização dos protestos sociais e garantir o livre exercício dos direitos civis e políticos de todos. O Estado deveria suspender imediatamente os massacres, as torturas, os desaparecimentos, as execuções extrajudiciais, as detenções arbitrárias, os deslocamentos forçados de grandes contingentes humanos, os bloqueios, os salvos-condutos e a justiça sem rosto.

4. Um acordo de cessar-fogo e hostilidades deveria incluir a suspensão da política econômica neoliberal, causa das demissões em massa dos trabalhadores do setor público e privado e das restrições à liberdade de sindicalização. A implementação da política neoliberal tinha provocado o fechamento de escolas, colégios e universidades públicas, hospitais, o despejo de inúmeras famílias devedoras do sistema financeiro de habitação, crescimento da exploração do trabalho infantil, privatizações e fechamento de fábricas, aumento dos impostos e perseguição aos trabalhadores informais. O neoliberalismo estava levando a ruína ao campo, quebra da pequena e média indústria nacional, a concentração de riqueza e a monopolização dos setores financeiro, industrial, comercial, agropecuário e minerador, em síntese, uma política lesiva ao povo colombiano. O documento ainda assinalava as exigências de diversos setores sociais, manifestadas nas audiências públicas, para que o atual governo parasse com a venda do patrimônio nacional. A privatização comprometia o desenvolvimento, a soberania e a independência, ao pôr nas mãos das empresas transnacionais os setores estratégicos. O

Estado deveria ser o proprietário e administrador dos setores fundamentais como comunicações, transportes, portos, rodovias, aeroportos, energia, recursos naturais, serviços públicos, educação, saúde e previdência social.

5. A guerrilha incluía o fim da extradição de colombianos para os EUA como parte de um acordo de cessar as hostilidades e para restabelecer a dignidade e a soberania.

6. O acordo sobre hostilidades deveria incluir castigo exemplar para os responsáveis por corrupção, “tal como lo exige el conjunto de la sociedad”.

7. O governo deveria interromper imediatamente as fumigações de venenos contra as terras dos camponeses cultivadores de folha de coca. Essa política, imposta por interesses estrangeiros, tem trazido danos irreparáveis à saúde da população, em particular das crianças, arrasado colheitas de alimentos, provocado a morte dos animais domésticos, contaminado os aquíferos. A pulverização traz danos ao ecossistema, à biodiversidade e afasta populações de suas terras. Um acordo sobre hostilidades deveria incluir um acordo com as comunidades sobre a erradicação manual e a substituição de cultivos. Acordo que incluía assessoria técnica, financiamentos, construção de rodovias, escolas, postos de saúde, e garantia de mercado para os novos produtos. E que esses encaminhamentos devem estar sob a responsabilidade da Mesa Nacional de Diálogo e Negociação.

8. Os meios de comunicação deveriam parar as hostilidades contra as organizações sociais, políticas e armadas do povo colombiano, e cessar a apologia aos grupos paramilitares.

9. As FARC-EP propunham a criação da Comissão Nacional de Verificação, de constituição paritária, que incluísse representantes da sociedade. Sua função seria a de receber denúncias dos setores vulneráveis e atingidos pela política do Estado, além de verificar o cumprimento dos acordos firmados sobre o fim das hostilidades. Para tal deveria contar com todas as garantias e meios necessários. A proposta da guerrilha visava a trazer

(...) elementos para solución de la actual problemática nacional, convencidos como estamos, que con la participación del conjunto de la sociedad y el respaldo de la comunidad internacional lograremos derrotar los enemigos de la reconciliación nacional sentando las bases para la consolidación del actual proceso de paz y creando el ambiente propicio avanzar en la discusión de los temas sustantivos de la Agenda Común Para la Nueva Colombia (ARIAS, 2010, p. 29).

Em setembro de 2000, através da Resolução nº 43, o governo designou novos representantes para a Mesa de Diálogos. Na terceira modificação realizada, foram incluídos nomes da Igreja e do Partido Liberal. Para o lugar do empresário Pedro Gómez Barreto, foi nomeado outro empresário, desta vez do setor petrolero, Ramón De La Torre Lago, ex-presidente da ESSO no país e membro do Comitê Executivo da Fundación Ideas para la Paz.

Dois meses depois, o governo criou um novo órgão de assessoria, a Frente Común por la Paz y Contra la Violencia, composta por líderes políticos do país, chefes de partidos políticos tradicionais e independentes, e os presidentes do Congresso e da Câmara. A frente deveria participar da elaboração de todos os ajustes estratégicos operacionalizados pelo governo.

También fueron invitados los pre-candidatos presidenciales. El Frente fue convocado por el Presidente de la República de manera periódica. A las reuniones del Frente asistieron, además del Presidente, el Alto Comisionado para la Paz, los Comisionados Adjuntos, y los Ministros del Interior, Justicia y Relaciones Exteriores. De las reuniones del frente podemos citar las siguientes fechas: enero 3 de 2001, enero 29 de 2001, enero 31 de 2001, abril 2 de 2001, junio 11 de 2001, agosto 28 de 2001, septiembre 30 de 2001 y octubre 7 de 2001 (ARIAS, 2008, p. 22).

Em 9 de fevereiro de 2001, o presidente Pastrana e o Comandante Manuel Marulanda se encontraram e assinaram um novo acordo, o “Acuerdo de Los Pozos” (REYES, 2005, p.191). Nesse documento, a guerrilha e o governo ratificavam a vontade de continuar o processo de paz pela via do diálogo e da negociação, tendo em vista a construção de uma Colômbia com plena justiça social. Identificavam os avanços e as debilidades do processo, como a necessidade de avançar sobre os mecanismos que acabassem com o

paramilitarismo, diminuir a intensidade do conflito, agilizar a proposta de intercâmbio humanitário, discutir o cessar-fogo, analisar o assunto da erradicação manual e combinada dos cultivos ilícitos.

O acordo propunha, no terceiro parágrafo, que a Mesa de Diálogo e Negociação instituisse uma “comisión de personalidades nacionales que formule recomendaciones en estas dos direcciones”. Assim, se comprometiam a descongelar o funcionamento da Mesa e reiniciar os trabalhos em 14 de fevereiro de 2001, com os temas acordados em Los Pozos, entre os quais o cessar-fogo e o fim das hostilidades. O documento ainda pedia agilidade na concretização “del acuerdo humanitário que permita la próxima libertación de soldados, policías y guerrilleros enfermos”. Além disso, determinava que a Mesa criasse outra comissão encarregada de estudar os casos que afetavam a marcha do processo.

Sobre a zona de distensão, foi proposto que a Mesa discutisse até 15 de fevereiro de 2001 um mecanismo próprio de avaliação periódica sobre o cumprimento do propósito. Foi marcada uma reunião para o dia 8 de março com um grupo de países amigos e organismos internacionais para interá-los da retomada do processo de negociação:

(...) además de este nuevo impulso, el 5 de abril ya se había creado la Comisión de Países Facilitadores para el Proceso de Paz entre el Gobierno y la FARC-EP integrada por representantes de los gobiernos de Canadá, Cuba, España, Francia, Italia, Suecia, Suiza, México, Noruega y Venezuela (ARIAS, 2008, p. 23).

As FARC-EP deixaram registrado no Acordo que não se opunham aos projetos de erradicação manual e substituição dos cultivos ilícitos, desde que em “común acuerdo con las comunidades”. E, por fim, as forças políticas signatárias do acordo de Caquetania<sup>76</sup> eram convidadas a reunir-se em Los Pozos para dinamizar o processo, conclamando todos os colombianos a que o apoiassem.

---

<sup>76</sup> Acordo histórico entre o comandante das FARC-EP, Manuel Marulanda Velez, e o Presidente da República, Andrés Pastrana, a 2 de maio 1999.

Em maio de 2001, os representantes da guerrilha na mesa de negociação apresentaram uma análise do processo de paz e negociação com o governo Pastrana. O documento – intitulado “Carta de los Voceros de las FARC en la Mesa Nacional de Dialogo”, Mayo 22 de 2001 ( apud GALLEGO, 2008, p. 200) – levantava os temas polêmicos e que representavam entraves intransponíveis ao processo: Plano Colômbia; terrorismo de Estado; política neoliberal e as privatizações; as extradições de prisioneiros para os EUA; a campanha aberta contra o processo de paz e, em particular, a campanha de demonização das FARC-EP; o papel dos meios de comunicação e os graves problemas do cessar-fogo e as hostilidades constantes do Exército e dos grupos paramilitares.

No mesmo documento, afirmavam que, a despeito da existência da Mesa de Diálogo, o Estado continuava sendo uma máquina assassina contra todos que clamavam por democracia e justiça social. Denunciavam que durante os diálogos de paz em curso a violação dos direitos humanos contra “os inimigos internos” continuava de forma sistemática. O número de dirigentes sindicais assassinados era apenas uma pequena mostra dessa afirmação: “... los homicidios de dirigentes obreros en 1999 son 56; 122 líderes en el 2000 y en lo que va corrido de 2001 hasta mayo suman ya 44 los sindicalistas asesinados” (“Carta de los Voceros de las FARC en la Mesa Nacional de Dialogo”, 22 de maio de 2001, apud GALLEGO, 2008, p. 200). O documento acusava o governo de permanecer

impasible frente a la criminal actitud de las fuerzas armadas oficiales en el Putumayo, en donde, con el inicio del Plan Colombia, las tropas asesinaron y sembraron el terror a nombre del paramilitarismo, como atestiguan en su momento organizaciones de campesinos que denuncian al ejército por la quema de sus ranchos, destrucción de cultivos y el robo de sus escasos bienes. (Carta de los Voceros de las FARC en la Mesa Nacional de Dialogo”, 22 de maio de 2001, apud GALLEGO, 2008, p.200).

O documento denunciava o paramilitarismo como expressão do terrorismo de Estado, “el cual massacra, tortura, desplaza, expropia tierras, desaloja,

narcotráfica y desaparece a la población civil desarmada con la complicidad de los Altos Mandos Militares, en medio a la más aberrante impunidad.” Para tal, contavam com a cumplicidade silenciosa dos dirigentes políticos, empresariais e religiosos. Lembrava ainda que a lista de nomes em que a guerrilha denunciava os vínculos entre os militares e os paramilitares, entregue ao governo em janeiro e abril de 1999, não servira para nada, uma vez que o governo não havia tomado nenhuma iniciativa para apurar e punir os envolvidos. Ao contrário, o que se via era o uso de uma “linguaje calumnioso e insultante, tratando a la insurgência de narcoguerrilleros, bandidos, terroristas, narcobandoleros” por parte de autoridades políticas nos meios de comunicação, apesar do reconhecimento político expresso pelo atual governo para dar início ao processo de negociação.

Ainda assim, a Mesa de Diálogo conseguiu encontrar certo espaço para discutir algumas brechas no tema do intercâmbio humanitário. Desse esforço, as partes conseguiram fechar um acordo de intercâmbio humanitário de prisioneiros de guerra enfermos, que permitiu a libertação de 55 membros das Forças Armadas e da Polícia em troca de 14 guerrilheiros das FARC-EP. Dois dias depois, em 18 de junho, a guerrilha decidiu unilateralmente entregar 250 policiais e militares, prisioneiros de guerra capturados em combate, como “demonstración de su compromiso con la búsqueda de la paz con justicia social para los colombianos” (Comunicado do Estado Mayor Central”, datado de 18 de junho de 2001, apud REYES, 2005, p. 228). Para o evento de entrega, a guerrilha solicitou a presença do grupo de países amigos e facilitadores da paz e representantes de organismos internacionais:

Este acto de las FARC es continuación de distintas entregas unilaterales de prisioneros de guerra, entre los cuales destaca la liberación en Cartagena del Chaira de 60 soldados y 10 infantes de marina, en junio de 1997; 69 soldados capturados en el combate de Juradó, Chocó, que en 2001 son entregados al párroco de la localidad; 40 infantes de marina prisioneros en la base Tokio en Valle del Cauca, el 10 de marzo de 2001, recibidos por periodistas; y 22 soldados capturados en el combate en la Base de Coreguaje, Putumayo, y dejados en

libertad por decisión del mando guerrillero (apud GALLEGO, 2008, p.205).

Antes do intercâmbio, em 3 de junho de 2001, houve uma nova mudança na equipe do governo na mesa de negociações. Segundo alguns historiadores, essa quarta e definitiva alteração na equipe do governo tinha a intenção de “forzar a las FARC a trabajar en avances concretos sobre alto al fuego y las hostilidades” (VALENCIA, 2002a, p. 40 apud ARIAS, 2008, p. 26). Nesse mesmo mês, o governo deu início a intensas fumigações nos departamentos de Putumayo, Caquetá, Cauca, Nariño, Norte de Santander, Bolivar, Vichada, Guaviare, La Guajira e Cesar, decisão que desrespeitava o compromisso assinado por Pastrana e Marulanda no Acordo de Los Pozos.

Em novo documento emitido pelos representantes das FARC-EP na Mesa Nacional de Diálogo, datado de 11 de julho, a guerrilha endureceu as críticas à política de Estado executada pelo governo Pastrana, responsabilizando-a por práticas não condizentes com as declarações de intenções na mesa de diálogo e muito menos com o teor da Agenda Comum que ambas as partes haviam se comprometido a negociar:

Mientras, por un lado, el presidente habla de paz, por el otro, legisla en contra de ella, como se deduce de las leyes de reforma fiscal, de transferencia, laboral y para la guerra presentadas por el Gobierno y aprobadas por el Congreso, afirma la organización. (Segunda Carta de los voceros de las FARC-EP, 11 de julho de 2001, apud GALLEGO, 2008, p. 207).

Um dos pontos nevrálgicos dessa contradição dizia respeito ao reconhecimento dos soldados detidos em combate pela guerrilha como “prisioneiros de guerra” e não sequestrados. Essa situação escondia “tras de sí la intención del Gobierno Nacional de no aplicar el Derecho Internacional Humanitario” ao conflito armado. Ainda segundo a Carta de los Voceros de las FARC-EP, o tema sobre intercâmbio humanitário fazia parte do Acordo de Los Pozos e precisava ser enfrentado pela Mesa de Diálogo. A guerrilha insistia na discussão da proposta de uma “Ley de Canje Permanente”, mas não logrou nenhum avanço nesse sentido.

Para a guerrilha, o governo não tinha uma política de paz que realmente conseguisse superar o conflito armado com mudanças estruturais em benefício do social e da democracia. Os pontos da Agenda Comum nunca foram tocados. A condição acordada de se extinguir os grupos paramilitares nunca foi levada a cabo pelo governo. O Estado, através de seu aparelho de repressão, mantinha a política de terror contra a população rural e urbana, tática utilizada historicamente para isolar a guerrilha de sua base social. Enquanto estavam sentados à mesa, o paramilitarismo se fortaleceu ainda mais neste governo, segundo o Centro Nacional de Memória Histórica:

La nueva etapa de la expansión de los paramilitares se caracteriza por registrar un cambio cualitativo que las muestra como una fuerza capaz de hacer presencia en todo el territorio nacional, elevando su capacidad ofensiva y evidenciando la suficiente fortaleza para enfrentar las fuerzas guerrilleras. Sin embargo, su violencia no se dirige hacia los grupos insurgentes, sino a sus apoyos civiles (CNMH, 2014, p. 206).

Neste ínterim, aconteceu o atentado terrorista às Torres Gêmeas nos EUA (11/09/2001), que representaria, oportunamente, um marco na virada estratégica da geopolítica de dominação do imperialismo norte-americano. Na ocasião, forjou-se, a critério dos EUA, o conceito e a classificação dos movimentos de resistências como terroristas. As guerrilhas colombianas não escaparam à arbitrária classificação, fato que só veio aumentar as dificuldades que o movimento social, político e armado colombiano enfrentava.

A partir daí, o processo de paz do governo Pastrana passou a sofrer uma rápida degeneração. Em 7 de outubro, por ocasião da assinatura do Acordo de San Francisco de La Sombra, Pastrana anunciou ampliar a data para zona desmilitarizada até 20 de janeiro de 2002, mas determinou, sem consulta prévia à guerrilha, ou seja, unilateralmente, novas medidas de segurança no território, abrindo oficialmente um precedente perigoso. Para Manuel

Marulanda, isso “afectó el carácter bilateral de las negociaciones y abrió el camino de las presiones e imposiciones que para nosotros es inaceptable.”<sup>77</sup>

Pelo Acordo de San Francisco de la Sombra, as partes se comprometiam a discutir alguns temas gerais, e acordaram em convidar setores importantes a participar do processo, incluindo os candidatos ao pleito presidencial que se aproximava e os movimentos e partidos políticos para trocar ideias sobre o momento político do país. Além disso, comprometiam-se com a elaboração de um cronograma para análise dos documentos pertinentes aos temas. Em outras palavras, tratava-se basicamente de um documento de intenções.

Em uma carta dirigida aos representantes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, datada de 20 de novembro de 2001, portanto, nove meses após o Acordo de Los Pozos, o comandante Manuel Marulanda iniciou com uma significativa e simples pergunta às autoridades do Estado: “Qué es negociable para el Estado?”

Siendo la Agenda Común el acuerdo más importante del actual proceso ya que recoge los temas fundamentales a negociar para lograr así la paz con justicia social en nuestro país, no entendemos entonces por qué en reiteradas declaraciones de altos funcionarios del Gobierno y del Estado se afirma, que no es negociable ninguno de los temas que a continuación señalamos: Plan Colombia, de acuerdo a lo expresado por el Presidente y los negociadores en la Mesa; El Plan de Desarrollo, como lo han expresado altos funcionarios del Estado; la erradicación de cultivos ilícitos por la vía de la aspersión aérea, a pesar de los acuerdos firmados entre el presidente Andrés Pastrana y Manuel Marulanda en Los Pozos, para hacerlo manualmente y con inversión social; afirman que las instituciones del Estado no pueden ser modificadas, no importando la caducidad de ellas que impide abrirle espacio a la democracia; los acuerdos internacionales contraídos por el Estado en materia económica, política, judicial, militar y de extradición; el calendario electoral; el canje de soldados por guerrilleros porque viola la Constitución y la leyes, argumento esgrimido por el Estado y los partidos; el Gobierno afirma que la acción contra el paramilitarismo y contra las injusticias sociales, las hace por convicción y no por

---

<sup>77</sup> Entrevista nº 3. Manuel Marulanda Comandante em jefe de las FARC-EP. Agosto de 2001. In: 16 Entrevistas a La Guerrilla Colombiana. (2002, p.12). Disponível em: [http://www.elortiba.org/pdf/entrevistas\\_farc.pdf](http://www.elortiba.org/pdf/entrevistas_farc.pdf) . Acesso em 27 de maio de 2015.

la exigencia de la insurgencia guerrillera con la cual ha sostenido diálogo y negociación durante tres años. Sustrayendo estos temas de la Mesa sin que tampoco se vean resultados en la solución de estos problemas. Esta parte es muy difícil que un colombiano desprevenido lo entienda. (LOZANO GUILLÉN, 2001, p. 18).

Não havia mais dúvida das intenções do governo e da classe dominante na mesa de negociações. Nem o conjunto dos mecanismos discutidos nos Acordos de Los Pozos<sup>78</sup>, nem a tentativa de colocar em execução o terceiro parágrafo do citado acordo, através da “Recomendación de la Comisión de Notables a la Mesa de Dialogo y Negociación”, apresentada em 19 de setembro de 2001, conseguiriam manter a representação da classe dominante na Mesa de negociações. O processo havia se esgotado.

Antes mesmo do Acordo de Los Pozos, a classe dominante e seus intelectuais se esforçavam para ventilar explicações na grande imprensa que justificassem e preparassem o fim dos diálogos de paz, responsabilizando a guerrilha. A burguesia deu início à sua saída da mesa de negociação em meados do ano de 2000:

No obstante, el evento que colmaría la paciencia de los empresarios colombianos (y pondría al límite su interés por la paz) fue el anuncio del Estado Mayor Central de las FARC de la entrada en vigencia de la Ley 002 durante los primeros meses del 2000, que decretaba cobrar un “impuesto para la paz” (...) el presidente de FEDEGAN – Federación de Ganaderos – advirtió que no volverían a las audiencias públicas; por su parte Fernando Devis, presidente de la SAC – Sociedad de Agricultores da Colombia aseguró que “esto es inaceptable y deja al descubierto que la falta de autoridad legítima y la ausencia de Estado nos han puesto a merced de los delincuentes (ACEROS, 2013, p. 59).

Luis Carlos Villegas, conselheiro da ANDI, e Jorge Visbal Martelo, conselheiro da FEDEGAN, declararam que “no son negociables la libertad de empresa y la propiedad privada”. Essa visão era reiterada pela dos candidatos à presidência,

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-633506> . Acesso em: 27 de maio de 2015.

Alvaro Uribe Vélez, pelo Movimento Primero Colombia, e Horacio Serpa Uribe, pelo Partido Liberal, que diziam que “la democracia representativa ni tampoco los valores occidentales” são negociáveis (GUILLEN, 2001, p. 20). Em agosto de 2001, Sabas Pretelt de la Vega, presidente da FENALCO, vaticinava:

El proceso que actualmente se adelanta con las FARC ha tenido serios cuestionamientos, uno de ellos la llamada zona de distensión, que se ha prestado para toda a clase de atrocidades. El presidente menciona la conveniencia de levantarla. Hay necesidad de fijarle límites a los diálogos (*Revista Fenalco*, agosto 2001, apud ACEROS, 2013, p. 59).

A linha do discurso em voga entre os empresários utilizava os acontecimentos e a dinâmica própria do conflito armado para justificar sua posição política com relação à continuidade ou não da Mesa de diálogo. No entanto, a decisão de manter o conflito durante o processo foi uma decisão do Estado. O governo se recusou a discutir o cessar-fogo bilateral, garantindo a trégua somente nos municípios desmilitarizados. Logo, era natural que os embates militares, fatos e decisões políticas e administrativas nos territórios dominados pela guerrilha continuassem acontecendo.

Em novembro de 2001, Marulanda, em entrevista ao semanário VOZ desabafava:

Todos nos hablan del derecho internacional humanitario, de las retenciones de congresistas, de la ley 002 y otros aspectos que afectan a los poderosos, pero cuando planteamos la necesidad de discutir los temas de la Agenda Común, de cuyo acuerdo depende el fin del conflicto, nos dicen que nada del actual régimen es negociable (...) Llegó el momento de decir: qué es lo negociable? Si nada es negociable, qué estamos haciendo en la Mesa? (...) Los paros y la lucha de masas son reprimidas y sus líderes tratados como terroristas, eso hay que cambiarlo, pero ellos no quieren porque no son negociables esos principios burgueses. Nos piden buen comportamiento, y cuál es el comportamiento del Estado con la sociedad? Acaso no es de los atropellos, el incremento de la explotación y de la represión? ( apud GUILLEN, 2001, p. 20).

Meses depois, no início de 2002, Rafael Mejía, presidente da SAC, fez um apelo ao presidente através da publicação da entidade:

Una vez más llamamos la atención al Gobierno Nacional sobre la necesidad de tener prontos y eficaces resultados frente a la guerra interna que padecemos, pues difícilmente podemos pensar en crear empresas, propiciar el progreso del campo y del país si la violencia y la inseguridad continúan minando la confianza y la tranquilidad de los colombianos (*Revista Nacional de Agricultura*, nº 932, primeiro bimestre de 2002).

Depois do 11 de setembro, o território desmilitarizado passou a sofrer ainda mais o assédio dos paramilitares e do Exército. Os aviões militares faziam “voos rasantes, provocadores y amenazantes”<sup>79</sup>. Os guerrilheiros não tinham as garantias mínimas de segurança para permanecerem na zona, onde durante três anos aconteceram as negociações de paz, os encontros com os jornalistas e personalidades políticas do mundo inteiro e também as audiências públicas.

No horizonte, um processo eleitoral cujos candidatos se esforçavam em disputar o título de melhor defensor da *pax romana*, do extermínio militar das guerrilhas, na defesa do Plano Colômbia contra os “narcoguerrilheiros e terroristas”. O agravante dessa conjuntura era o refluxo do movimento de massas. Segundo o jornalista Carlos Lozano Guillen: “Tampoco las masas populares estaban en la calle presionando las soluciones políticas, la negociación y la paz” (REGALADO, 2013, p. 261).

Finalmente, em 20 de fevereiro de 2002, Pastrana rompeu com o processo de diálogo de paz. Deixou como legado o fortalecimento militar dos paramilitares, que “pasaron de 6.000 a 12.000 combatientes” (VALENCIA, 2002b, apud CNMH, 2014, p. 209), a atuação direta dos EUA no confronto político-militar, através do Plano Colômbia, e a classificação das insurgências como terroristas e narcotraficantes.

O candidato vencedor à sucessão de Pastrana foi Álvaro Uribe Vélez. Uribe governou dois mandatos consecutivos, perfazendo oito anos, devido à

---

<sup>79</sup> Entrevista nº 3. Manuel Marulanda Comandante em jefe de las FARC-EP. Agosto de 2001. In: 16 Entrevistas a La Guerrilla Colombiana. 2002, p.12. Disponível em: [http://www.elortiba.org/pdf/entrevistas\\_farc.pdf](http://www.elortiba.org/pdf/entrevistas_farc.pdf) . Acesso em 27 de maio de 2015.

aprovação da reeleição, na qual contou com amplo apoio da classe dominante. Ele destacou-se como um inimigo decidido das FARC-EP:

Sus intervenciones públicas: campaña electoral, discurso con motivo de su victoria electoral del 26 de mayo, discurso de posesión, posesión de sus Ministros y la oficialización de la Cúpula Militar, su discurso siempre ha sido el mismo: guerra total; donde sólo le ofrece a la Insurgencia la fuerza bélica del Estado para someterla por medio de las armas (REYES, 2005, p. 262).

Na sua gestão, o diálogo com a guerrilha foi suspenso. Ao contrário, o Estado se apresentou e fez valer sua força oficial e paraoficial sob forma ainda mais autoritária na condução de todos os aspectos da vida em sociedade. No período 2002-2006, o Estado expandiu a guerra contrainsurgente e a repressão ao movimento político, social e popular, expressa no Plano de Segurança Democrática e no Plano Patriota, com a assessoria direta do Pentágono. Este período foi assim definido nas Resoluções do XIX Congresso do Partido Comunista Colombiano:

Los ejes principales del proyecto pueden resumirse así: Un plan de desarrollo económico, que invoca la tesis de la “seguridad democrática”, con el argumento de que la recesión económica es consecuencia del conflicto armado, por lo cual las perspectivas del crecimiento dependen de que se derrote a la guerrilla. Incluye la promoción de un supuesto “Estado comunitario” que esconde las medidas de reducción del salario real y el proceso de supresión del régimen laboral y la propuesta de un “país de propietarios”. La negociación de un Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos (TLC) que es la profundización del sistema neoliberal. Medidas restrictivas de los derechos y garantías democráticos. Un fortalecimiento descomunal de la fuerza pública. Un entreguismo sin fronteras en relación con gobierno Bush y una política en contravía de los procesos democráticos de América Latina. Una continuada ofensiva contra los intereses de los trabajadores (LOZANO GUILLÉN, 2006, p. 183).

Apesar da declaração de guerra total, o governo Uribe não conseguiu derrotar militarmente a guerrilha, mas obteve uma votação espetacular para o segundo mandato: 7,5 milhões de votos. No entanto, apesar de eleito já no primeiro turno, foi obrigado a amargar uma abstenção de 60% do universo das pessoas

aptas a votar, o que o converteu “en un presidente de minorías (fue la mayoría de la minoría)” (LOZANO GUILLÉN, 2006, p.143).

Sob o título “La paz o las paces entre amigos?”, o professor Mario Ramírez Orozco (2013) definiu como uma das principais marcas do governo de Uribe o reconhecimento político dos paramilitares como parte do conflito armado. Iniciou um processo de pacificação e desmobilização em troca de penas leves para crimes de violações do Direito Internacional Humanitário (DIH). Grupos como a Autodefensas Unidas de Colombia, “que nunca se declaró como enemigo del Estado colombiano ni lo ha tenido entre sus objetivos de guerra; más bien, dicen asumen su defensa contra acciones armadas de los grupos subversivos” (OROZCO, 2013, p. 80).

Somente no primeiro mandato de Uribe foram assassinadas mais de 15.000 pessoas entre camponeses, sindicalistas, militantes dos direitos humanos, jornalistas e outros críticos do sistema (OROZCO, 2013, p. 85). As terras dos camponeses próximas do território dominado pela guerrilha foram envenenadas por fumigações aéreas e havia atuação constante dos esquadrões de mercenários (paramilitares e narcotraficantes) nas áreas onde havia organização popular. Essas populações ainda sofreram os horrores das motosserras, utilizadas pelos grupos paramilitares nos massacres às vilas camponesas acusadas de apoiar a guerrilha, quando as pessoas eram retalhadas vivas.

Contudo, apesar de várias vezes anunciar seu propósito de aniquilar a guerrilha, contando para isso com a parceria direta e o poder bélico norte-americano, o governo não conseguiu vencer a resistência colombiana expressa na insurgência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último dia 27 de maio de 2015, as FARC-EP completaram 51 anos de existência em combate militar contra as forças de repressão do Estado colombiano e as forças para-oficiais, ambas contando, historicamente, com o apoio logístico, estratégico, material e humano, sobretudo dos EUA, da Inglaterra e de Israel.

Em que pese diversos grupos autointitulados marxistas qualificarem a forma insurgente de luta anacrônica, a guerrilha tem ao longo desses anos se confrontado diretamente com os poderes do capital e insistido na estratégia da via revolucionária: “Siempre hemos creído que la toma del poder es impensable sin la participación activa y decisoria de las masas populares organizadas, y a ese propósito hemos dedicado la parte más importante de nuestros esfuerzos”.<sup>80</sup>

A estratégia de se colocar à disposição para negociar a paz com os governos, assumindo uma pauta mínima e democrática, seguiu sempre *pari passu* com a construção da mobilização e organização popular, tendo em vista a ação revolucionária das massas e a tomada do poder. Foi essa a sua perspectiva ao participar, juntamente com outras forças políticas, na construção da União Patriótica, na década de 1980, do Movimento Bolivariano por uma Nova Colômbia, no início do século XXI, das audiências públicas, no final dos anos 1990 e, atualmente, no apoio à construção da Marcha Patriótica, um movimento social amplo que luta por democracia e pela paz com justiça social. Em seus documentos, a guerrilha sempre afirmou que a participação ativa e decisiva das massas populares organizadas é o fator determinante para a tomada do poder de Estado. Nessa construção, investe na combinação de todas as formas de luta, ajustando uma pauta mínima, ou bolivariana, na construção estratégica do socialismo.

O alcance de sua estratégia está para além de um projeto puramente militar, situando-se, sobretudo, no campo político da luta de classes. Sua pretensão

---

<sup>80</sup> Disponível em: Declaración de los 51 años. <http://farc-ep.co/?p=4538>, em 02/06. Acesso em: 27 de maio de 2015.

política explícita nos documentos políticos do partido (PC3) é a construção do socialismo e a destruição do Estado burguês. Os princípios marxistas estão por trás de sua estratégia mais geral, combinada com as estratégias imediatas ou táticas utilizadas em tal ou qual conjuntura.

O Estado colombiano e as forças imperialistas que participam do conflito não conseguiram derrotar a guerrilha no campo militar. As várias tentativas de paz, desenvolvidas e discutidas ao longo do Capítulo 3, representaram para a classe dominante um campo de possibilidades aberto, onde tentaram/tentam inutilmente (até aqui) a subordinação dócil da guerrilha ao regime e a domesticação das lutas sociais e populares. Essas “tentativas” de paz foram entremeadas, a rigor, por agressivas políticas de militarização contra o campo, acompanhada de apropriação de terras, sequestros de camponeses que eram torturados até a morte e apresentados como guerrilheiros mortos em combate. Prática corriqueira do Exército e dos paramilitares conhecida como “falsos positivos”. Nas cidades, as organizações populares foram alvo das perseguições e assassinatos. E aqueles guerrilheiros que acreditaram nas campanhas de anistia oferecidas pelo governo eram assassinados sem dó nem piedade.

Desta forma, o Estado democrático burguês colombiano mantém a política de fortalecer as causas que originaram e que em todos os tempos alimentaram o confronto. A utilização da violência, da mesma forma que as conversações de paz, têm uma funcionalidade histórica e a serviço dos planos e projetos do capital internacional, que visa ampliar a capacidade de acumulação capitalista. Assim, o Estado colombiano atrai mais investimentos das multinacionais, que hoje projetam a apropriação da totalidade dos recursos naturais do país. Ou seja, projetos antagônicos aos da guerrilha e dos movimentos sociais, nos quais não cabem justiça social nem democracia.

Após os dois mandatos seguidos de Álvaro Uribe Velez (2002-2010) – quando foi operacionalizada a guerra total contra os movimentos sociais, políticos e armados do país, quando os grupos paramilitares e narcotraficantes receberam tratamento privilegiado do Estado –, foi eleito Juan Manuel Santos, seu ministro

de Defesa em seus dois mandatos. Contudo, foi ele, verdadeiro maestro dos horrores do governo Uribe, que retomou os diálogos de paz com a guerrilha, após dez anos de guerra contrainsurgente radical e genocida.

O governo de Santos, atualmente em seu segundo mandato, tem características marcadamente reacionárias, neoliberais e militaristas. Defende sem subterfúgios os interesses das grandes companhias multinacionais de minério e extrativistas, além de estimular os grandes investidores dos cultivos agroindustriais, como a palma africana para produção de combustível. Facilita e garante o aumento da lucratividade do capital financeiro. Em outras palavras, trata-se de um governo avesso às lutas populares, indígenas, dos camponeses e dos trabalhadores urbanos, uma vez que todas essas lutas são contra os projetos de apropriação das riquezas naturais pelo grande capital. Da mesma forma que seu antecessor, Santos foi eleito com mais de 60% de abstenção, perfazendo um total de 3,5 milhões de votos em um universo de 32 milhões de eleitores. Esse é um fenômeno político histórico na Colômbia e revela uma descrença generalizada na dita democracia do Estado de direito.

No campo político, é um governo títere dos EUA, ou seja, mantém a tradição do Estado colombiano ou mais precisamente de sua classe dominante, um Estado que comporta sete bases militares estadunidenses, espalhadas em seu território, desde 2009. A Colômbia é parte do projeto de desestabilização dos governos democráticos progressistas da América Latina, “[u]n gobierno que aspira a que nuestro país en un futuro, desempeñe en nuestro continente el papel que hoy juega Israel en el Medio Oriente.”<sup>81</sup> Na realidade, o país veio

(...) a constituir en un gran enclave de las multinacionales estadunidenses y europeas, que operan de esta manera con la finalidad de apropiarse del agua, la biodiversidad, la madera, los minerales, los recursos energéticos y todo lo que pueda convertirse en materia prima que sirva al capitalismo mundial y para sembrar todos los cultivos que hoy requiere el sistema capitalista, como palma aceitera, caucho, banano y frutas exóticas, entre otros (VEGA CANTOR, 2014, p. 243).

---

<sup>81</sup> Declaração das FARC-EP. Disponível em: <http://pazfarc-ep.org/index.php/cronologia#dos> . Acesso em: 09 de junho de 2015.

Ainda assim, em 26 de agosto de 2012, após seis meses de conversas diretas entre o governo Santos e a guerrilha, foi assinado em Havana o “Acuerdo General para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera” entre a guerrilha e o governo Santos. Esta nova rodada de negociações de paz entre a representação política da classe dominante e a organização armada contou com o estímulo e a colaboração de Cuba, Venezuela, Noruega e Chile.

A pauta tirada nesse acordo elege seis temas para discussão: 1 – Política de desenvolvimento agrário integral; 2 – Participação política; 3 – Fim do conflito; 4 – Solução do problema das drogas ilícitas; 5 – Vitimas; e 6 – Implementação, verificação e referendo. Na discussão sobre o funcionamento da mesa, acordou-se adotar mecanismos para a recepção de propostas dos colombianos e das organizações e que “las conversaciones se darían bajo el principio de que nada está acordado hasta que todo esté acordado”.<sup>82</sup>

Por que a classe dominante voltou a se interessar pela negociação de paz com a guerrilha? A primeira constatação diz respeito à pressão do movimento de massas, somada à pressão militar de uma guerrilha que conseguiu enfrentar o desafio da guerra total do governo de Uribe e sair fortalecida no terreno militar e, sobretudo, no terreno político. O governo Santos, habilmente, optou pela tática da negociação como forma de conter e dominar a pressão social e militar. Mas, não foi somente este o motivo. Havia ainda outras questões importantes para a classe dominante.

É sabido o interesse da classe dominante colombiana em manter o nível de investimento militar que recebem dos EUA. Os investimentos nesta área são históricos, sendo anteriores ao conflito social, político e armado com as FARC-EP. Tornaram-se mais intensos e robustos na cruzada anticomunista, que nos Estados nacionais da América Latina toma a forma de Doutrina de Segurança contra o inimigo interno. Em seguida, mais precisamente na década de 1990,

---

<sup>82</sup> Disponível em: Informe Especial II . Disponível em: <http://pazfarc-ep.org> . Acesso em 27 de maio de 2015.

os investimentos na área militar tinham como justificativa a guerra contra as drogas. Finalmente, estamos em plena era da estratégia imperialista da militarização em nome da democracia, contra o terrorismo. Na Colômbia, todas as estratégias vindas de Washington, montadas desde a Guerra Fria, têm a marca da política contrainsurgente, como forma de dominação de classe e apropriação dos recursos naturais. Então, por que querem a paz?

En una entrevista, el ministro de Hacienda, Mauricio Cárdenas, dijo que si se firma la paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en los próximos meses, como se espera, la inversión aumentará. Esto ayudará a proveer el crecimiento necesario para mantener la paz sin tener que recortar los gastos en defensa después de llegar a un acuerdo. El presupuesto de 2015 para las fuerzas armadas y la policía es de US\$12.200 millones.<sup>83</sup>

A classe dominante senta para negociar o fim da guerra e oferece mais militarização à sociedade colombiana, já saturada da política contrainsurgente do Estado. Seu interesse é fortalecer e patrocinar o organismo repressor que garante há séculos seus privilégios. Essa é a paz que o Estado de direito democrático contemporâneo pode oferecer. Os números são esclarecedores. Os efetivos das Forças Armadas totalizam 281.400, o que faz da Colômbia o país com o segundo maior Exército da América Latina, superado apenas pelo do Brasil. O aparelho repressivo conta ainda com 159 mil efetivos da Polícia Nacional, força militarizada subordinada ao Ministério da Defesa. Trata-se de um contingente desproporcional, mesmo sem contar com os paramilitares, sua força auxiliar.

A melhor pergunta que devemos fazer e que buscamos responder em todo o Capítulo 3 é: Que paz podem oferecer e por que a querem tanto? A promoção da paz através da legitimação e legalização formal da guerra significa o Estado retomar, nos termos da velha máxima weberiana, o “monopólio da violência”.

---

<sup>83</sup> *The Wall Street Journal*. 20 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://lat.wsj.com/articles/SB10083468024828034148604580412223538087784>. Acesso em: 2 de junho de 2015.

A Colômbia é um alvo dos interesses geopolíticos do imperialismo americano. O desenvolvimento espetacular da indústria militar e a assistência estratégica e humana que o famigerado DAS – Departamento Administrativo de Segurança, extinto em outubro de 2011– recebeu está diretamente relacionado com esses interesses. O envolvimento no conflito colombiano de militares e mercenários dos EUA e suas agências ligadas ao Departamento de Estado, como a USAID, é antigo e ainda vigente. O professor Renan Veja Cantor, especialista no assunto, resume assim os efeitos dessa relação:

Las víctimas del paramilitarismo, de los bombardeos, fumigaciones, asesinatos (como los mal llamados “falsos positivos”) así como de las políticas militares, sociales, económicas y comerciales impuestas por Washington que han tenido un impacto nocivo sobre millones de colombianos, necesitan saber la verdad sobre la participación de Estados Unidos en su sufrimiento.<sup>84</sup>

A ingerência dos EUA na Colômbia é parte essencial da estratégia de dominação geopolítica para a América Latina. Neste contexto, sua atuação no território colombiano responde fundamentalmente a uma estratégia contrainsurgente da mesma natureza de sua participação na conformação do Estado nacional e na dinâmica do desenvolvimento do sistema capitalista ao longo da história da Colômbia. Em outras palavras, os EUA têm o Estado colombiano sob seu controle político, militar e econômico.

Finalmente, gostaríamos de fazer uma breve incursão teórica sobre a caracterização contemporânea dos Estados nacionais, na atual fase do capitalismo monopolista. Tenho certeza que esse intervalo nos ajudará entender melhor o conflito colombiano e a responder a pergunta feita acima: que paz o Estado pode oferecer?

---

<sup>84</sup> Disponível em:

<http://www.centrodehistoria.gov.co/descargas/comisionPaz2015/VegaRenan.pdf> p. 56. Acesso em 13 de junho de 2015.

#### ***4.1 Novas configurações do Estado Nacional surgidas a partir das transformações operadas no mundo com a internacionalização intensa do capital***

Após a Guerra Fria, as transformações mundiais operadas na geopolítica produziram sinais de enfraquecimento da estrutura jurídico-política do Estado nacional, principalmente no que se refere à soberania com base no tratado de Westfália<sup>85</sup>. Ao contrário do que parecia, a estrutura que nasceu sob o embalo materno do capitalismo se agiganta e toma nova forma para a velha tarefa do exercício da dominação na luta de classes. O Estado operacionaliza medidas necessárias ao fortalecimento da acumulação de capital, ao aceleração do processo de monopolização, concentração e centralização do capital e a sua expansão em busca de valorização, num contexto de crise sistêmica, passando por cima da democracia liberal, da autodeterminação dos povos e dos direitos humanos. Essa nova configuração,

[p]arece corresponder em muito à atual fase do imperialismo e do capitalismo monopolista nos países dominantes, da mesma maneira que o Estado liberal estava relacionado ao estágio mercantilista do capitalismo, (...), sob suas diversas formas, às fases anteriores ao capitalismo monopolista (POULANTZAS, 1985, p. 235).

São milhares de seres humanos submetidos a toda sorte de miséria, criminalização, perseguições, assassinatos, desapropriações, intervenções imperialistas e exploração. Muitos mantidos sob controle político e militar dentro das fronteiras nacionais, sob a égide dos Estados nacionais contemporâneos, como é o caso da Colômbia. Nos termos de Poulantzas, “é cada dia mais evidente que estamos enredados nas práticas de um Estado

---

<sup>85</sup> A Paz de Westfália, como ficou conhecido o tratado assinado em congresso realizado em Westfália, em 1648, que unificou as principais forças políticas da Europa e que pôs fim ao antigo sistema medieval que submetia politicamente os reinos e principados ao Império e ao Papado. Doravante as relações interestados seriam pautadas pelo novo conceito de soberania de estado, baseados na igualdade de direitos em uma nova ordem constituída por tratados e sujeitos à lei internacional, além disso ao revogar a disposição de 1555, que obrigava o povo a seguir a religião de seu príncipe, abriu caminho para a concepção de tolerância religiosa, um século mais tarde, bandeira dos iluministas John Locke e Voltaire.

que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos” (POULANTZAS, 1985, p. 14).

A impressionante expansão capitalista, a partir da internacionalização dos Estados nacionais, fundamental no desbravamento das fronteiras para os interesses das empresas capitalistas, se consolida no decorrer do século XX. Nesse período,

os países centrais submeteram o resto do mundo, de base predominantemente agrária, convertido numa extensa periferia, a intenso processo de colonização e de redução à condição semicolonial daqueles formalmente independentes<sup>86</sup>.

Com isso, cresce a predisposição à nacionalização dos interesses capitalistas e a competição por mercados, entre os Estados centrais, acompanhada da formação e super crescimento da indústria bélica. A tese do enfraquecimento dos Estados nacionais não condiz com a realidade nua e crua das nacionalidades do capital, do lucro, da moeda e com a realidade da disputa geopolítica, interestados centrais, pelos mercados, pelas fontes energéticas e pela hegemonia mundial. Por outro lado, o poder político crescente das empresas transnacionais no interior das instâncias decisórias dos Estados nacionais, em aliança com os poderes locais e as “ditas” burguesias locais, é um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de uma ação política-ideológica que acarreta dramáticas conseqüências à luta de classe, definindo novas configurações para a correlação de forças, obviamente, contra a classe proletária.

O professor Danilo Enrico Martuscelli nos alerta que, dada a variabilidade das formas que a presença do capital transnacional no processo de internacionalização em uma dada formação social, as resistências da burguesia interna também são variáveis. No entanto, lembra que “para Poulantzas há uma característica comum a todas as burguesias internas: sua fragilidade político-ideológica perante o capital imperialista hegemônico”

---

<sup>86</sup>FONTES, Virginia. O capital-imperialismo: algumas características. Disponível em: [http://resistir.info/brasil/v\\_fontes\\_nov10.html](http://resistir.info/brasil/v_fontes_nov10.html)

(MARTUSCELLI, 2010, p. 45). A burguesia interna está totalmente comprometida com o mercado externo e providencia - política, ideológica e economicamente – através dos mecanismos que dispõe nas estruturas do Estado nacional, para que nada, nem as relações trabalhistas, prejudique os interesses das transnacionais no processo de expansão do capital (MARTUSCELLI, 2010, p. 45). A burguesia interna dependente, por sua natureza particular, característica do Terceiro Mundo, é muito suscetível, ou porosa, às investidas do capital transnacional e às intervenções político-ideológicas e militares promovidas por instituições e redes construídas pelas, nos termos de Dreifuss, “elites transnacionais”.

Os Estados, cujas burguesias internas dependentes fazem parte da fração dirigente, ou dirigem diretamente o Estado, como é o caso da Colômbia, são caracterizados, sob o ângulo liberal do imperialismo (EUA) e seus intelectuais, como “Estado estável, com instituições fortes e adequadas ao desenvolvimento econômico nacional” (FUKUYAMA, 2004). Em outras palavras, Estados cuja governança garante as condições favoráveis à expansão do capital e ao processo depredador de apropriação dos recursos naturais, Estados que, sobretudo, tratam com rigor militar o movimento de massas. Esses casos, que é o da Colômbia, são considerados Estados parceiros do desenvolvimento capitalista. Melhor dizendo, este é o caso, nos termos de Martuscelli, da burguesia interna dependente colombiana.

Este fenômeno, acrescido da crise sistêmica do capitalismo, componente também contemporâneo, gera uma nova forma de Estado, que Poulantzas chamou de estatismo autoritário:

Termo, que pode indicar a tendência geral desta transformação: a monopolização acentuada, pelo Estado, do conjunto de domínios da vida econômico-social articulado ao declínio decisivo das instituições da democracia política e à draconiana restrição, e multiforme, dessas liberdades ditas “formais” de que se percebe, agora, que vão por água abaixo, na realidade (POULANTZAS, 1985, p. 234).

Para Poulantzas, essa nova característica do Estado democrático de direito não deve ser confundido com o “novo fascismo”, nem com um processo de fascistização. Não deve ser igualmente comparado ao Estado de exceção, nem com sua forma transitória. Para o então comunista grego, o Estado de direito mudou:

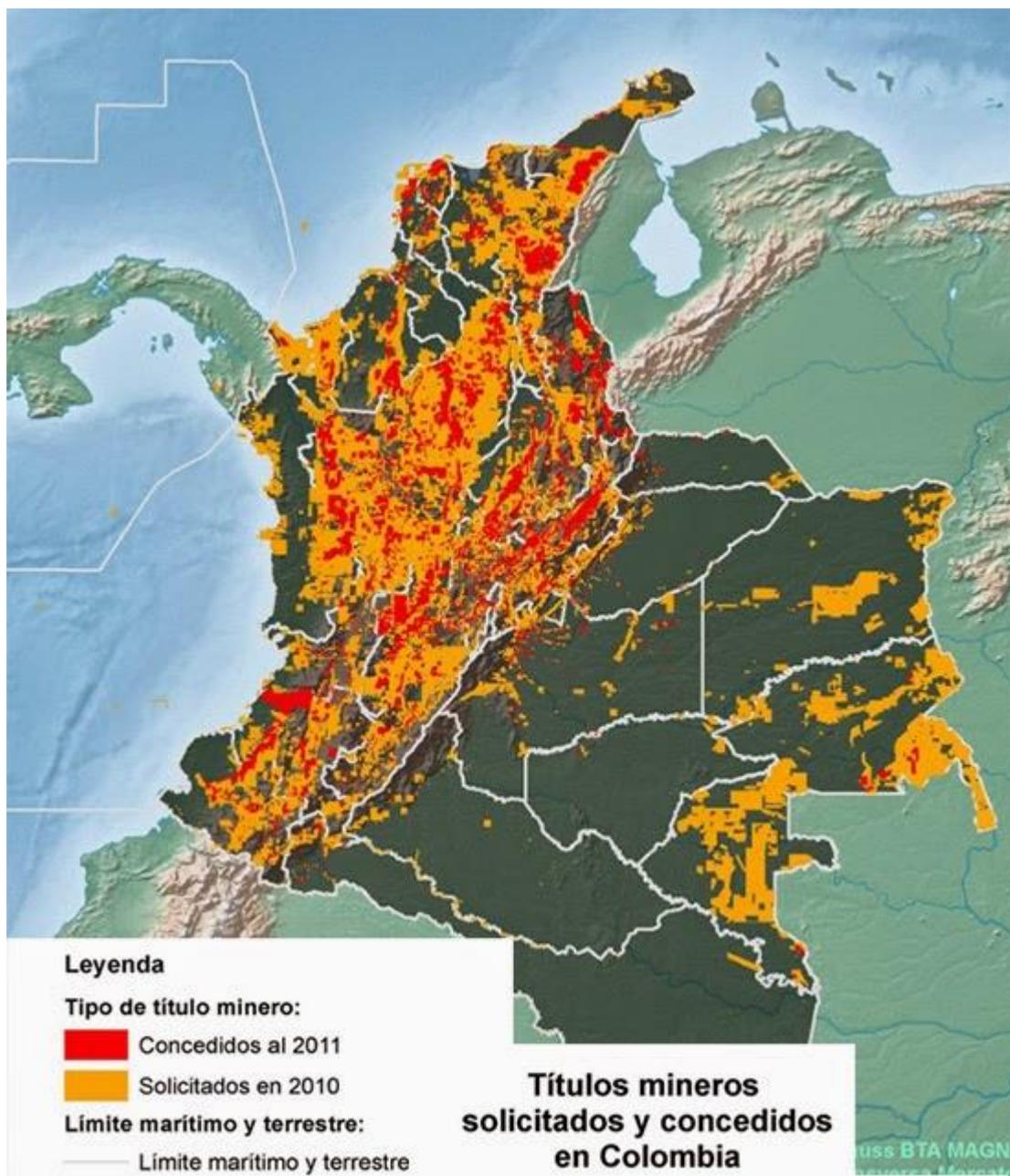
ele (o estatismo autoritário) representa a nova forma “democrática” da república burguesa na fase atual do capitalismo. (...) Ele não é o fruto de uma simples conjuntura que bastaria reverter para restabelecer liberdades que se retraem como uma pele de asno (POULANTZAS, 1985, p. 242).

Os desafios colocados para a esquerda mundial para a próxima quadra histórica são numerosos e imensos. Em muitos países, questões como organizar autodefesas contra as forças repressoras do Estado, ou contra mercenários a soldo do imperialismo americano estão entre os desafios contemporâneos. Neste contexto, a luta armada colombiana, que rompeu com as amarras do Estado democrático de direito, nunca foi anacrônica, muito menos nesta quadra histórica, quando o Estado nacional utiliza toda sua estrutura para garantir o imenso processo de apropriação da totalidade dos recursos naturais pelas transnacionais. Dessa forma, o Estado contemporâneo necessita garantir a manutenção da ordem e da paz romana. Podemos ousar dizer que o conflito colombiano, ou melhor, a luta de resistência ao capitalismo na Colômbia aponta certa dinâmica na luta de classes que pode se generalizar no futuro. Sem dúvida alguma, as FARC-EP estão na vanguarda desse confronto com o capital, na luta de classes mundial. Isso não significa dizer que, na condução do processo, não existam contradições que devam ser levadas em conta.

## A Colômbia das Transnacionais

Figura 1 – Disponível em:

<http://www.simco.gov.co/Inicio/CatastroMineroColombiano/MapaIngeominas/tabid/376/Default.aspx> . Acesso em 27 de junho de 2015.



Na Colômbia, apesar do processo de paz em curso, o Estado amplia a garantia ao saque das riquezas minerais. Para isso, militariza os territórios onde o setor mineiro-energético atua. O governo atual criou os Batallones Energéticos, Mineros y Viales, cuja função é garantir a segurança das indústrias extrativistas contra os interesses e direitos históricos das populações, seus meio de vida tradicionais e o meio ambiente.

Em três anos foram organizados 21 batalhões mineiro-energéticos. Atualmente, a Colômbia é um grande produtor de petróleo, carbono, ouro, prata, ferro e níquel. Além disso, há investimentos na prospecção de platina, tungstênio, urânio e coltán, este último utilizado na microeletrônica e na indústria aeroespacial.

Alguns desses batalhões se situam nas instalações das próprias empresas transnacionais. Muitas dessas empresas oferecem os veículos e a gasolina utilizados pela corporação militar. Essa relação estreita é tida como natural, conforme atesta o diretor de Operações do Exército, coronel Jorge Arturo Matamoros Blanco, responsável pela análise dos projetos elaborados pelas próprias empresas e pela escolha da divisão adequada para sua proteção.<sup>87</sup> Segundo a CENSAT AGUA VIVA, organização envolvida na defesa do meio ambiente, da ecologia e da sustentabilidade, “las regiones ricas en recursos son la fuente del 87% de los desplazamientos forzados, 82% de las violaciones de los derechos humanos y al Derecho Internacional Humanitario, y 83% de los asesinatos de líderes sindicales”.<sup>88</sup> Nessas áreas são observadas graves violações dos direitos humanos, em particular contra as mulheres, e execuções extrajudiciais dos opositores aos projetos das multinacionais.

Não há nada de novo no horizonte que favoreça outro olhar sobre a situação da luta de classes na Colômbia. A classe dominante – ou melhor, a burguesia interna dependente – mantém a lógica da perseguição ao inimigo interno, criminalizando todas as lutas sociais. São 9.500 prisioneiros políticos tratados sem a devida consideração aos tratados internacionais sobre prisioneiro de

---

<sup>87</sup> Disponível em: <http://m4.mayfirst.org/wp-content/docs/colombia-militarizacion-al-servicio-del-extractivismo.pdf> . Acesso em 30 de junho de 2015.

<sup>88</sup> Ibidem.

guerra, recebendo, ao contrário, tratamento desumano. Os grupos paramilitares continuam atuando e o Exército continua imprimindo o terror no campo. Segundo o professor Renan Veja Cantor (2014), o extermínio passou a ser uma política habitual do Estado após 1948, intensificando-se nos últimos 30 anos. Ao longo do período, cerca de 150 mil colombianos foram assassinados pelo Estado ou por grupos mercenários. Segundo o autor,

Todo ello, desde luego, no es un producto de la fatalidad, sino de opciones políticas y económicas de las clases dominantes de Colombia para mantener el capitalismo mafioso, que se sustenta en el terrorismo de Estado y en un régimen de opresión y explotación de la mayor parte de la población colombiana. Esas opciones a, su vez, son un resultado de procesos históricos de mediano y largo plazo, que indican que la lumpenburguesía colombiana es el furgón de cola del imperialismo estadounidense (VEGA CANTOR, 2014, p. 245).

Por tudo isso, não há a menor chance da representação política das ditas burguesias nacionais dependentes e das transnacionais cederem um milímetro na forma como exercem o poder e a dominação de classe. A paz que podem oferecer é a romana; é a paz dos cemitérios que buscam.

Por outro lado, a luta de classes na Colômbia não vive uma situação pré-revolucionária; ao contrário, o movimento de massas se apresenta em refluxo. Não há sinais de crise política, nos termos de Lênin; ao contrário, o governo goza de certa estabilidade. A esquerda precisa se recuperar de um certo desgaste, que resultou de linhas políticas erráticas, como a de recomendar o voto em Santos no segundo turno, com a ilusão de garantir o processo de paz. No âmbito internacional, em particular da América Latina, a situação da correlação de forças também é crítica. Os EUA investem pesado na desestabilização da Venezuela e no Brasil, o conservadorismo e as posições de direita avançam, fortalecidas pelas alianças da governabilidade petista. As FARC-EP encontram-se em uma situação extremamente delicada: a paz oferecida é mais um instrumento utilizado pela classe dominante colombiana para garantir a pacificação e a governabilidade direcionada à acumulação e ao controle das riquezas e dos movimentos sociais e políticos, estratégia inserida

na agenda imperialista. O governo pressiona a opinião pública contra a guerrilha, com campanhas cujos discursos tentam mostrar o descaso das FARC-EP para com um acordo de paz e como isso prejudica o povo colombiano e o desenvolvimento do país. Além disso, a exemplo dos outros processos de paz, o governo se fixa nas leis criminais como argumento para suas limitações na negociação sobre justiça e reparação. Enquanto faz campanhas se autointitulando defensor da paz, o governo Santos “promueve la guerra, no solo porque agudiza la confrontación armada sino porque implementa más medidas neoliberales y antipopulares como el Plan Nacional de Desarrollo”.<sup>89</sup>

Contudo, todos os movimentos sociais, políticos e armados seguem lutando sob o princípio tático de combinar e valorizar todas as formas de luta. São centenas de homens e mulheres que dedicam suas vidas à construção de um país com democracia e justiça social, com reforma agrária sob controle dos trabalhadores e saúde pública e de qualidade para todos, enfim que possam viver de fato em paz.

Lamentavelmente, essa não será uma conquista da mesa de negociações. Seja qual for o resultado das negociações de Havana entre o governo do presidente Santos e as FARC-EP, o conflito social não estará resolvido e seguirá até que encontre as massas dispostas e conscientes do seu papel neste processo.

---

<sup>89</sup> Entrevista com Carlos A. Lozano Guillén, Disponível em: [WWW.semanariovoz.com](http://WWW.semanariovoz.com) xxxxxx. Acesso em 25 de julho 2015.

## 5 BIBLIOGRAFIA E FONTES

### Referências bibliográficas (1)

#### Obras específicas

ACEROS, Jaime L.; RETTBERG, Angelika. La Empresa de La Paz. Negociaciones de Paz y Empresarios en Colombia (1982-2006). Documentos del Departamento de Ciencia Política. Universidad de Los Andes. Bogotá: Uniandes, 2013.

ALAPE, Arturo. Las vidas de Pedro Antonio Marin, Manuel Marulanda Vélez Tirofijo. Bogotá: Planeta, 2004.

\_\_\_\_\_. Tirofijo: Los Sueños y las Montañas, 1964-1984. Bogotá: Planeta, 2007.

ALMEYRA, Guilherme et al. (coordinadores). Capitalismo: Tierra y poder en América Latina (1982-2012). Buenos Aires: CLACSO/Continente, 2014.

ALDANA, Luis Alberto Matta. Colombia y las FARC-EP. Bogotá: Txalaparta, 2008.

\_\_\_\_\_. Poder capitalista y violencia política en Colombia. Bogotá: Ideas y soluciones gráficas, 2002.

ARDILA, Néstor Raúl Gamboa. La Economía colombiana. Del modelo de protección al modelo de apertura. 3ª ed. Medellín: Sello Editorial/Universidad de Medellín, 2008.

ARIAS, Gerson I. Una mirada atrás: procesos de paz y dispositivos de negociación del gobierno colombiano. Bogotá: Fundación Ideas para La Paz, 2008.

ARSENIO. ¿Qué es y por qué lucha el Partido Comunista Clandestino Colombiano? Edición Especial Resistência, n. 39, noviembre 2014.

ARTETA, Luis Eduardo Nieto. Economía y Cultura en la Historia de Colombia. 2ª ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1962.

ARENAS, Jacobo. Diario de la resistència de Marquetá. Bogotá: Abejón Mono, 1972.

\_\_\_\_\_. Cese al fuego: una historia política de las FARC. Bogotá: Oveja Negra, 1986.

ARIAS, Gerson Iván. Una mirada atrás: procesos de paz y dispositivos de negociación del gobierno colombiano. Serie Working papers FIP n° 4. Bogotá: Fundación Ideas para la paz, 2008.

\_\_\_\_\_. Que quieren las FARC? Agendas de negociación en los procesos de paz. Serie Working papers FIP n° 11. Bogotá: Fundación Ideas para la paz, 2010.

BEJARANO, Jesús Antonio. El desarrollo agrícola: Segundo impulso industrial. In: JARAMILLO URIBE (org.)

\_\_\_\_\_. Antología Jesús Antonio Bejarano: Estudios de Paz. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011 (volume 2).

BELTRÁN, Alonso Santos et al. FARC-EP Flujos y Reflujos. La guerra en las regiones. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

CAMARGO, Frank Molano. El Paro Cívico Nacional del 14 de septiembre de 1977 en Bogotá: las clases subalternas contra el modelo hegemónico de ciudad. Ciudad Pazando, Bogotá, vol.3, n. 2, p. 111-142, 2010.

CASTILLO, Fabio. Los Jinetes de la Cocaína. Bogotá. Editado electrónicamente por el Equipo Nizkor- Derechos Human Rights 1987. Disponible em: <https://pt.scribd.com/doc/58246740/28512719-Los-Jinetes-de-La-Cocaina>.

CASTRO CAYCEDO, Germán. Nuestra Guerra Ajena. Bogotá: Planeta, 2014.

CAYCEDO, Jaime. Paz democrática y emancipación: Colombia en la hora latino-americana. Bogotá: Izquierda Viva, 2007.

CNMH – Centro Nacional de Memoria Histórica. Guerrilla y población civil. Trayectoria de las FARC 1949-2013. 3ª ed. Bogotá: CNMH, 2014.

CHECCHIA, Cristiane. Terra e capitalismo. A questão agrária na Colômbia 1848-1853. São Paulo: Alameda, 2007.

CORPORACIÓN NUEVO ARCO IRIS. La memoria desde las víctimas I. Santa Marta: desde las profundidades del Caribe las mujeres se niegan a olvidar. Bogotá: Zetta, 2007.

\_\_\_\_\_. La memoria desde las víctimas II. Chocó: por los hijos y la tierra despojada (Curvaradó, 1996-2002). Bogotá: Zetta, 2007.

\_\_\_\_\_. La memoria desde las víctimas IV. Pasto: La persecución al liderazgo sindical y el recuerdo del padre. Bogotá: Zetta, 2009.

CUBIDES, Fernando. Burocracias armadas. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

DAZA, Gisela; ZULETA, Mónica. El particular desorden de la periferia. Una perspectiva crítica de la historia de la familia en Colombia en el siglo XX. Bogotá: Universidad Central/Siglo del hombre, 2002.

DAZA, Javier Duque. Comunistas. El Partido Comunista Colombiano en el post Frente Nacional. Estudios Políticos, Antioquia, n. 41, 2012.

DELEGACIÓN DE PAZ DE LAS FARC-EP. Habrá paz en Colombia? Cidade do México: Ocean Sur, 2013.

ECHAVARRIA, Carlos Franco. La verificación en un eventual proceso de paz. Serie Working papers. FIP n° 10. Bogotá: Fundación Ideas para la paz, 2012.

ECHAVARRIA, Juan Jose; VILLAMIZAR, Mauricio. El Proceso Colombiano de Desindustrialización. Borradores de Economía, n.361, Banco da República. Bogotá, 2006.

ECHEVERRI, Marino Jaramillo. Oposición y Violencia en Colombia (1920-1934). Bogotá: Academia Colombiana de Jurisprudencia, 2003.

EDDY, Paul. et al. Las guerras de la cocaína. Bogotá: Círculos de Lectores, 1992.

ESGUERRA, Adriana; EQUIPE REINICIAR. La Paz Frustrada en Tierra Firme: La historia de La Unión Patriótica en el Tolima. Bogotá: D'vinni S.A. , 2009.

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo (org.). Dominación, crisis y resistencias en el nuevo orden capitalista. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2003.

\_\_\_\_\_. El Plan Colombia y la intensificación de la guerra. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

\_\_\_\_\_. Derechos del capital: dispositivos de protección e incentivos a la acumulación en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

\_\_\_\_\_ (coord). Solución Política y Proceso de Paz en Colombia. Bogotá: Ocean Sur, 2013.

\_\_\_\_\_. Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada: Elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2015.

GALLEGO, Carlos Medina. FARC-EP: Notas para una Historia Política, 1958-2006. Bogotá, Universidad Nacional da Colombia, 2008.

GARCIA, Humberto Vázquez. De Chapultepec a la OEA. Apogeo y Crisis del Panamericanismo. Havana: Ciencias Sociales, 2001.

GONZÁLEZ, Luiz Enrique. *Colombia. La paz esquivada del Caguán*. Bogotá: Prensa Latina, 2013.

GUZMÁN, Germán et al. *La Violencia en Colombia*. Bogotá: Punto de Lectura, 2010 (tomos I e II).

HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. São Paulo: Unesp, 2007.

JARAMILLO URIBE, Jaime. *Colonización, Coca y Guerrilla*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1986.

\_\_\_\_\_ (org). *Manual de Historia de Colombia*. 2ª ed.. Bogotá: Procultura S.A., 1982 (tomos I, II e III).

KALMANOVITZ, Salomón. *Nueva Historia económica de Colombia*. Bogotá: Taurus, 2010.

LIÉVANO, Enrique Gaviria. *El liberalismo y La insurrección de los artesanos contra el libre cambio. Primeras manifestaciones socialistas en Colombia*. Bogotá, Universidad Nacional, 2002.

LOZANO GUILLÉN, Carlos A. *Guerra o Paz en Colombia?* Bogotá: Izquierda Viva, 2006.

\_\_\_\_\_. *La Paz si es Posible*. Bogotá: Izquierda Viva, 2013.

\_\_\_\_\_ et alii. *FARC: el país que proponemos construir*. Bogotá: Oveja Negra, 2001.

MACKENZIE, Eduardo. *Las FARC, fracaso de un terrorismo*. Bogotá: Random House Mondadori, 2007.

MEDINA, Medófilo. *Dos décadas de crisis política en Colombia, 1977-1997*. In *La crisis sociopolítica colombiana*. Bogotá: Universidad Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. *El rompecabezas de la paz*. Bogotá: La Carreta, 2014.

MONCADA, Samuel. *Los Huevos de la Serpiente – Fedecámaras por dentro*. Caracas: Alianza Gráfica.1985.

OSPINA, Hernando Calvo. *O terrorismo de Estado na Colômbia*. Florianópolis: Insular, 2010.

OCAMPO, José Antonio (org). *Historia económica de Colombia*. 4ª ed. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1996.

PINTO, Luis Fernando Fique. *Vivienda social en Colombia: políticas públicas y habitabilidad en los años noventa*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

PIZARRO, Eduardo. La profesionalización militar em Colombia(II): El período de la violencia. *Análisis Político*, Bogotá, n. 2, dez. 1987.

\_\_\_\_\_. Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia (1949-1966). *Análisis Político*, Bogotá, n. 7, mai/ago 1989.

PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). Colombia Rural. Razones para la esperanza, Informe Nacional del Desarrollo Humano, Bogotá: 2011

RAMÍREZ-OROZCO, Mário. *La paz sin engaños: estrategias de solución para el conflicto colombiano*. Bogotá: Facultad de Ciencias de la Educación/ Universidad de la Salle, 2013.

RAMÓN, Graciela Uribe; MEDINA, Juan Guillermo Ferro. *El orden de la guerra. Las FARC-EP entre la organización y la política*. 1. ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2002.

REGALADO, Roberto (org). *Insurgencias, Diálogos y Negociaciones. Centroamérica, Chiapas y Colombia*. Cidade do México: Ocean sur, 2013.

REINICIAR. *Corporación para la Defensa y Promoción de los Derechos Humanos. Relatos de Mujeres*. Bogotá: Reiniciar, 2009.

\_\_\_\_\_. Tejiendo la Memoria de una Esperanza: La Unión Patriótica. *Serie Documentos Básicos 1*. Bogotá: Reiniciar, 2006.

\_\_\_\_\_. Es la ley de víctimas un instrumento idóneo para reparar integralmente a las víctimas del genocidio contra la Unión Patriótica? *Serie Documentos Básicos 4*. Bogotá: Reiniciar, 2013.

RIVAS, Gilberto L. *Estudiando la contrainsurgencia de Estados Unidos: manuales, mentalidades y uso de la antropología*. Cidade do México: Ocean Sur, 2013.

RIVERA, Luz Ángela Herrera. *Región, Desarrollo y Acción colectiva. Movimiento de Integración del Macizo Colombiano*. Bogotá: CINEP, 2003.

ROJAS, Jose Maria Nieto. *La Batalla contra el comunismo en Colombia*. Bogotá: Empresa Nacional de Publicaciones, 1956.

ROSETO, Luiz F. Trejos. La diplomacia insurgente. Otra forma de internacionalización del conflicto armado colombiano: el caso de las FARC-EP. *Cuadernos de la Escuela Diplomática de la España, Madrid*, n. 47, 2013.

\_\_\_\_\_. Colombia y los Estados Unidos en los inicios de la Guerra Fría (1950-1966). Raíces históricas del conflicto armado colombiano. *Memorias*, Barranquilla, n.15, Jul/Dez. 2011.

\_\_\_\_\_; GONZÁLEZ, Roberto. El Partido Comunista Colombiano y la combinación de todas las formas de lucha. Entre la simpatía internacional y las tensiones locales, 1961-1981. *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 17, dezembro, 2013.

SÁENZ ROVNER, Eduardo. *La ofensiva empresarial: industriales, políticos y violencia en los años 40 en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007- Colección CES.

SALAMANCA, Helwar Figueroa; ALARCÓN, Carlos Tuta. El Estado Corporativo Colombiano: una propuesta de derechas, 1930-1953. In: *Anuario Colombiano de Historia Social e de la Cultura*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2005.

SALGARI, Emilio. Marulanda y las FARC para principiantes. *Cuadernos de formación de las FARC-EP*. Montañas de Colombia, 2011.

SÁNCHEZ, Gonzalo; MEERTENS, Donny. *Bandoleros, Gamonales y Campesinos*. Bogotá: El Áncora, 1983.

SANTANDER, Fernando S. (org.) *Condiciones para la negociación: Memorias Seminario Paz*. Bogotá: Cinep, 2009.

SANDOVAL FORERO, Rafico. *Economía y Conflicto*. Bogotá: ARFO, 2014.

SANTRICH, Jesus. (org.) *Manuel Marulanda Vélez, el héroe insurgente de la Colombia de Bolívar*. s.n. Montanhas da Colômbia, 2008.

TÉLLEZ, Pedro Claver. *Punto de Quiebre. El asesinato que marcó el comienzo de las FARC*. Bogotá: Intermedio, 2013.

TOLOZA, Francisco. et al. *FARC-EP. Temas y Problemas nacionales. 1958-2008*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

TRUJILLO, Ciro. *Páginas de su Vida*. Bogotá: Abejón Mono, 1974.

URRUTIA, Miguel; ROBINSON, James (org.). *Economía colombiana del siglo XX. Un Análisis Cuantitativo*. 2ª ed. Bogotá: Banco de La República, 2012.

VALENCIA, León. *Adiós a la política, bienvenida la guerra: secretos de un malogrado proceso de paz*. Bogotá: Intermedio, 2002a.

\_\_\_\_\_. De la esquivada paz a la incierta guerra. *Semana*, 22/12/2002.

VEGA CANTOR, Renan. *Gente Muy Rebelde*. Bogotá: Pensamiento Crítico. 2002 (volumes 1, 2, 3 e 4).

\_\_\_\_\_; NOVOA, Felipe Martín. *Colombia y el Imperialismo Contemporáneo. Un eslabón geoestratégico de los Estados Unidos*. Bogotá: Ocean Sur. 2014

VÉLEZ, María Alejandra. FARC – ELN: evolución y expansión territorial. In: *Desarrollo y sociedad*, 47. Bogotá, Universidad de los Andes, 2001.

VILLAMIZAR, Juan Carlos. *Pensamiento económico en Colombia. Construcción de un saber, 1948-1970*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2013.

ZAMBRANO, Bernardo Tovar et al. *La historia al final del milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1995.

ZAMOSC, León. Transformaciones agrarias y luchas campesinas en Colombia: un balance retrospectivo 1950-1990. *Análisis Político*, Bogotá, n. 15, jan./abr. 1992.

### **Livros editados pelas FARC-EP**

ARENAS, Jacobo. *Diario de la resistencia de Marquetalia*. Bogotá: Abejón Mono, 1972.

\_\_\_\_\_. *Cese al fuego: una historia política de las FARC*. Bogotá: Oveja Negra, 1986.

LOZANO GUILLÉN, Carlos A et al. *FARC el país que proponemos construir*. Bogotá: Oveja Negra, 2001.

REYES, Raúl. *Esbozo Histórico FARC-EP*. Edición corregida y aumentada. Montañas de Colombia, 2005.

SALGARI, Emilio. Marulanda y las FARC para principiantes. *Cuadernos de formación de las FARC-EP*, Montañas de Colombia, 2011.

SANTRICH, Jesus (org.). *Manuel Marulanda Vélez, el héroe insurgente de la Colombia de Bolívar*. s.n. Montanhas da Colômbia, 2008.

TRUJILLO, Ciro. *Paginas de su vida*. Bogotá: Abejón Mono. 1974.

VÉLEZ, Manuel Marulanda. FARC El País que Proponemos Construir. Bogotá: Oveja Negra, 2001.

### **Documentação oficial avulsa das FARC-EP**

Acuerdo de San Francisco de la Sombra para concretar y consolidar el procesode Paz. 05 de Octubre del 2001. In: REYES,Raúl. *Esbozo Histórico*, Montañas de Colombia, 2005,

Acuerdos de La Uribe. La Uribe, 1984. Disponível em: <http://www.farcep.org/>

COMISIÓN TEMÁTICA DE LAS FARC-EP. Ponencia en la mesa redonda sobre las FARC-EP, la soberanía y los recursos naturales. In: REYES,Raúl. *Esbozo Histórico*, Montañas de Colombia, 2005,

Conferencias Guerrilleras de las FARC-EP. In: REYES, Raúl. *Esbozo Histórico*, Montañas de Colombia, 2005,

El Manifiesto Político de las FARC-EP. FARC, setembro de, 2007. Disponível em: [http://resistir.info/colombia/manifiesto\\_01out07.html](http://resistir.info/colombia/manifiesto_01out07.html) .

El Programa Agrario de los Guerrilheros, FARC, 1964. In: SANTRICH, Jesus. (Org) Manuel Marulanda Vélez El héroe insurgente de la Colombia de Bolívar. s.n. Montañas de Colombia, 2008.

ESTATUTO FARC-EP. Atualizado pela Nona Conferência, 9 de abril de 2007. Disponível em: <http://farc-ep.co/wp-content/uploads/2013/10/Estatutos.pdf>

La Plataforma Bolivariana por la Nueva Colombia, FARC,1982. In: SANTRICH, Jesus (org.) *Manuel Marulanda Vélez,el héroe insurgente de la Colombia de Bolívar*. s.n. Montañas de Colombia, 2008.

Ley 001. Reforma Agrária. FARC, 14 de maio de 1982. In: SANTRICH, Jesus (org.) *Manuel Marulanda Vélez,el héroe insurgente de la Colombia de Bolívar*. s.n. Montañas de Colombia, 2008.

Ley 002. Sobre La Tributacion.FARC,março de 2000. In: SANTRICH, Jesus (org.) *Manuel Marulanda Vélez,el héroe insurgente de la Colombia de Bolívar*. s.n. Montañas de Colombia, 2008.

Ley 003. Sobre o flagelo de la corrupción.FARC, 2000. . In: SANTRICH, Jesus (org.) *Manuel Marulanda Vélez, el héroe insurgente de la Colombia de Bolívar*. s.n. Montañas de Colombia, 2008.

PARTIDO COMUNISTA CLANDESTINO COLOMBIANO. Cartilla para Principiantes, 2014.

Plataforma Nacional de Lucha de las FARC-EP. Mayo 11 al 14 de 1984. Plenos e Comunicados del Estado Mayor Central. In: REYES, Raúl. *Esbozo Histórico*, Montañas de Colombia, 2005,

Plataforma para un Gobierno de Reconstrucción y Reconciliación Nacional. VIII Conferencia Nacional FARC-EP. Montañas de Colombia, abril de 1993. Disponible em: REYES,Raúl. *Esbozo Histórico*, Montañas de Colombia, 2005,

VÁRIOS. Disponible em: <http://www.cedema.org>

### **Artigos, comunicados e entrevistas das FARC-EP**

16 Entrevistas a la Guerrilla Colombiana. Elaborado por Ospaaal.org y distribuido por Redvoluciones.org 2002.

Cronología de la resistencia: FARC-EP una historia de lucha. Disponible em: [://resistencia-colombia.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159:cronologia-de-la-resistencia-FARC-EP-una-historia-de-lucha&catid=24&Itemid=38](http://resistencia-colombia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=159:cronologia-de-la-resistencia-FARC-EP-una-historia-de-lucha&catid=24&Itemid=38)

Del Davis a Villarrica, vicisitudes de la Resistencia. Disponible em: [://resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/documentos/memoria-fariana/275-memorias-farianas-del-davis-a-villarrica-vicisitudes-de-la-resistencia](http://resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/documentos/memoria-fariana/275-memorias-farianas-del-davis-a-villarrica-vicisitudes-de-la-resistencia)

Entrevista con Simón Trinidad prisionero del imperio yanqui. Disponible em: <http://resistencia-colombia.org/index.php/desde-la-prision/400-entrevista-con-simon-trinidad-combatiente-bolivariano-prisionero-del-imperio-yanqui>

Historia: Algunos apuntes sobre la historia de las FARC. Disponible em: [://resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/documentos/memoria-fariana/278-algunos-apuntes-sobre-la-historia-de-las-farc-ep](http://resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/documentos/memoria-fariana/278-algunos-apuntes-sobre-la-historia-de-las-farc-ep)

Vários. Disponible em: [://resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/documentos/memoria-fariana](http://resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/documentos/memoria-fariana)

Sobre o mercenário israeli Yair Klein. Disponível em:

<http://farccom.blogspot.com.br/2013/07/las-farc-responden-sobre-la-captura-del.html>

<http://www.farc-ep.co/>

Resistencia. Revista Nacional del Secretariado de las FARC-EP. Disponível em: //resistencia-colombia.org/index.php/farc-ep/revista-resistencia

### **Documentação oficial periódica**

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. 1999 – 2007

ONU. *Relatórios da ACNUR*. 1º semestre de 2008

ONU. *Apresentação do Informe da Alta Comissão de DDHHH sobre a situação dos Direitos Humanos na Colômbia*(28 de setembro de 2006)

Colombia: Memórias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprensa Nacional, 2013.

### **Referências bibliográficas (2)**

#### **Obras gerais**

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony, TURNER, E Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pastos: Terras tradicionalmente Ocupadas*. Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico” Vol. 2. PPGSCA-UFAM, Fundação Ford, Manaus, 2006.

ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, VER ANO

\_\_\_\_\_. *Posições 1 e 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. "Que é uma teoria das Relações Internacionais?" in *Pensamento Político*. Brasília: Editora UnB, 1985.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; TANIA, Quintanero. *Um Toque de Clássicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

BRETON, Binka Le. *Vidas Roubadas. A escravidão moderna na Amazônia brasileira*. São Paulo: Loyola, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. *Introdução ao Pensamento Sociológico*. São Paulo: Eldorado, 1975.

CHAYANOV, Alexandre. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano, STOLCKE, Verena (org.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983 (tomos 1 e 2).

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta. Sociabilidades, falas rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CONSTANTE, Benjamin. *Escritos de Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CRUZ, M. Braga da. *Teorias Sociológicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, volume I.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco. Uso e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DAOU, Ana Maria. Tipos e Aspectos do Brasil: Imagens e Imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (org). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_. A Dialética da Natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. A crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III – Vol. 9, Rio de Janeiro, Bretanias, 1990.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1930. Historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONTES, Virgínia. O capital-imperialismo: algumas características. Disponível em: [http://resistir.info/Brasil/V\\_fontes\\_nov10.html://](http://resistir.info/Brasil/V_fontes_nov10.html://)

FOSTER, John Bellamy, WOOD, Ellen Meiksins (org). Em Defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FURTADO, Celso. Ensaio sobre a Venezuela. Rio de Janeiro: Contraponto, 1974.

GARCIA Jr., Afrânio R.. Terra de Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- GENNEP, Arnold Van. Os Ritos de Passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GIDDENS, Anthony. O Estado-Nação e a violência. São Paulo: EdUSP, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, volume 4.
- \_\_\_\_\_. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Civilização Brasileira: 1991.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Vol 2, caderno 12. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Vol. 3, caderno 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções – Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JOLL, James. A Europa desde 1870. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- \_\_\_\_\_. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- KANT, Immanuel. A Paz Perpétua e Outros Opúsculos. Lisboa: Edições 70, 1989.
- KATZ, Claudio. Las encrucijadas del nacionalismo radical. Rebelión, novembro 2007

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LATOURETTE, Bruno. Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica. Editora 34, 2000.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil. Ed. Rio de Janeiro, 1948.

LESSA, Carlos. A Europa, seus organismos e sua integração político-econômica. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de e LESSA, Carlos (orgs.). Política internacional contemporânea: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural Dois. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. O pensamento selvagem. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1989.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. Porto: Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. Obras Escolhidas. Vol.1 e 2. Ed. Pluma, Bogotá, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A burguesia mundial em questão. Crítica Marxista nº 30, p. 29-48.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, BAKUNIN, Mikhail, LENIN, V.I. KAUTSKI, Karl, TROTSKI, Leon, GUÉRIN, Daniel. Escritos sobre a Comuna de Paris. COGGIOLA, Osvaldo (org). São Paulo: Xamã, 2003.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Vol. 1. Ed. Alfa-Omega, 1996.

\_\_\_\_\_. Textos. Vol. I. Edições Sociais, 1975.

MARX, Karl. Manuscritos Económicos-Filosóficos de 1844. Bogotá: Pluma, 1980.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. Escritos militares. São Paulo; Global, 1981.

MAURO, Frédéric. O Império Luso-Brasileiro 1620-1750." Vol. III. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (org). Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Estampa, 1991.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAYA, Margarita Lopez. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemónica. In: CAETANO, Gerardo (org.). Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 23-48.

MÉSZAROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Para além do capital. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2001.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. Economia Política. Uma introdução crítica. Cortez Editora, 2011.

OLF, Eric R. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PETKOFF, Teodoro. Las dos izquierdas. Nueva Sociedad, nº 197, Caracas, maio-junho 2005.

PETTIT, Philip. Una Teoría de la Libertad. De la psicología a la acción política. Cidade do México: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. Republicanismo. Una teoría sobre la libertad y el gobierno. Cidade do México: Paidós, 1997.

PINTO, Jose Machillanda. Poder Político y Poder Militar en Venezuela 1958-1986. Caracas: Avila Arte, 1988.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. Porto: Portucalense, 1972. Vol. 1 e 2

\_\_\_\_\_. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O campesinato brasileiro – Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUINTERO, Rodolfo. La Burocracia Sindical em Venezuela. Ed. Teoria y Praxis, 1971

RAMBAUD, Placide. Os agricultores poloneses em luta pela sua identidade. FERNANDES, Rubem César (org). Cadernos do ISEER 15, Marco Zero, 1984.

RAWLS, John. O Liberalismo Político. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SALEM, Jean. Lênin e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. As bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli, SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio (org). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Rio de Janeiro: Núcleo de Publicações COPPE, 1999.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. *Relações Coletivas de Trabalho*. São Paulo: LTR, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STRAYER, Joseph R.. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, 1969.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizado por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus 1990 - 1992*. São Paulo: EdUSP, 1998.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TURNER, Victor. *Florestas de símbolos*. Niterói: EdUFF, 2005.

VIANNA, Aurélio. *Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens*. CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.